UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

VÍTOR LOPES DE SOUZA ALVES

A dialética da transformação de valores em preços de produção

Campinas
2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

VÍTOR LOPES DE SOUZA ALVES

A dialética da transformação de valores em preços de produção

Prof. Dr. Alex Wilhans Antonio Palludeto – orientador

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Ciências Econômicas.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO VÍTOR LOPES DE SOUZA ALVES E ORIENTADA PELO PROF. DR. ALEX WILHANS ANTONIO PALLUDETO.

Campinas
2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Luana Araujo de Lima - CRB 8/9706

Al87d

Alves, Vítor Lopes de Souza, 1994-
A dialética da transformação de valores em preços de produção / Vítor Lopes de Souza Alves. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Alex Wilhans Antonio Palludeto.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Marx, Karl, 1818-1883. Das Kapital. 2. Economia marxista. 3. Dialética. 4. Valor (Economia). 5. Teoria do trabalho como base do valor. I. Palludeto, Alex Wilhans Antonio, 1986-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The dialectics of the transformation of values into prices of production
Palavras-chave em inglês:
Marx, Karl, 1818-1883. Das Kapital
Marxian economics
Dialectic
Value
Labor theory of value
Área de concentração: Teoria Econômica
Titulação: Mestre em Ciências Econômicas
Banca examinadora:
Alex Wilhans Antonio Palludeto [Orientador]
Adriana Nunes Ferreira
Rodrigo Alves Teixeira
Data de defesa: 28-02-2020
Programa de Pós-Graduação: Ciências Econômicas

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)
- ORCID do autor: https://orcid.org/0000-0001-9925-2336
- Currículo Lattes do autor: http://lattes.cnpq.br/7179388603080987

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

VÍTOR LOPES DE SOUZA ALVES

A dialética da transformação de valores em preços de produção

Prof. Dr. Alex Wilhans Antonio Palludeto – orientador

Defendida em 28/02/2020

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. Alex Wilhans Antonio Palludeto – PRESIDENTE
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof.ª Dr.ª Adriana Nunes Ferreira
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Rodrigo Alves Teixeira
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
Banco Central do Brasil (BCB)

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

Dedico este trabalho aos meus queridos irmãos Luiz Paulo e Rafael, que sempre estiveram ao meu lado e ao lado dos quais eu sempre estarei.

AGRADECIMENTOS

A constatação da enorme desigualdade que caracteriza a sociedade em que vivo – a sociedade brasileira do fim do século XX e início do século XXI – sempre foi para mim motivo de grande perplexidade. Desde muito novo, busquei duas coisas: i) uma explicação teórica de por que o mundo existe dessa maneira e ii) um meio prático de transformá-lo. Por volta dos 13 anos de idade, a leitura de dois livros de Marx – uma versão resumida de *O capital* e o *Manifesto comunista* – e a correspondente descoberta de duas ideias fundamentais – a mais-valia e a luta de classes – deram-me uma resposta definitiva para esses dois problemas. No plano teórico, entendi que esta sociedade é desigual porque ela fundamenta-se numa relação de exploração de uma classe social por outra; a classe capitalista, que não trabalha, vive à custa da classe trabalhadora, que trabalha para si e para a classe capitalista. No plano prático, convenci-me de que a única maneira de acabar com as injustiças do mundo e pôr fim à opressão do homem pelo homem seria eliminar o trabalho assalariado e abolir o modo de produção capitalista. A partir de então, passei a cultivar dois desejos pessoais: após a conclusão de minha formação básica, fazer algum curso superior na área das ciências humanas, e em algum momento oportuno, dedicar-me ao estudo sério e aprofundado da grande obra de Marx. Graduei-me em Economia na UFMG tendo deixado a segunda intenção – a de ler, reler, resumir e, finalmente, começar a compreender de fato *O capital* – como meta a ser alcançada no mestrado. Passados três anos desde meu ingresso na Unicamp, ao término dos quais creio ter cumprido a tarefa que me propus e que tem esta dissertação como seu produto principal, tenho por obrigação agradecer a todas as pessoas que contribuíram comigo nesse processo.

Primeiramente e sobretudo, agradeço a Alex Wilhans Palludeto, meu orientador sempre atento, dedicado, prestativo e solícito, que i) acompanhou-me em minha leitura de *O capital*, ajudando-me na interpretação das diversas passagens confusas da obra, ii) instruiu-me a respeito de comentadores de Marx, fornecendo-me sugestões bibliográficas valiosas, a grande maioria das quais eu desconhecia, iii) sempre esteve pronto a acomodar, sem jamais reclamar, minhas recorrentes mudanças de concepção quanto à estrutura da dissertação e de seus capítulos e quanto a seu próprio objeto, iv) corrigiu os muitos erros teóricos presentes em minha escrita e, v) para além disso tudo, pagou-me alguns cafés e algumas cervejas, deixando-me com uma dívida que eu espero quitar algum dia. Uma parte considerável das virtudes desta dissertação e nenhum de seus vícios devem-se a sua contribuição.

Em segundo lugar, agradeço a Adriana Ferreira e Simone de Deos, minhas professoras de Economia Política, intérpretes autorizadas da tradição fundada pelos professores Luiz

Gonzaga Belluzzo e Maria da Conceição Tavares, por terem sido as principais responsáveis por me legar a concepção da assim chamada Escola de Campinas – o grande centro de pensamento econômico heterodoxo no Brasil – sobre a dinâmica do capitalismo e o pensamento de Marx e por terem participado da banca de meu exame de qualificação. As ideias que expresso nesta dissertação são, em boa medida, ideias que aprendi com elas.

Agradeço novamente à professora Adriana Ferreira, bem como ao professor Rodrigo Teixeira, da PUC-SP, pela participação na banca da defesa desta dissertação, em que ambos forneceram comentários preciosos.

Também agradeço aos demais professores do Instituto de Economia da Unicamp com quem tive aulas e que contribuíram dessa maneira para minha formação acadêmica, em especial: Alexandre Maia, Ana Rosa de Mendonça, André Biancarelli, Celio Hiratuka, Francisco Lopreato, Giuliano de Oliveira, Guilherme Mello, José Carlos Braga, Julio Sergio de Almeida, Lucas Teixeira, Luciano Coutinho, Mauricio Coutinho, Paulo Sérgio Fracalanza, Pedro Rossi, Renata Bianconi, Roberto Borghi e Rosangela Ballini.

Agradeço a todos os funcionários técnico-administrativos dessa instituição, empregados na biblioteca, na secretaria de pós-graduação, na limpeza e conservação etc., sem cujo trabalho minha formação teria sido impossível, em especial aos bibliotecários Alexandra e Clayton e ao secretário Julian.

Agradeço a todos os amigos economistas que fiz desde que cheguei a Campinas pela convivência fraterna que me proporcionaram: Alexandre Batista, André Bueno, André Campedelli, Diego Angelico, Édivo Oliveira, Felipe Silva, Filipe Farhat, Francisco Moreira, Gian Raucci, Gisele Coelho, Gustavo Andreão, Jaqueline Gouveia, João Victor Machado, Julia Omizzolo, Marcelo Brito e Renan Araujo, entre muitos outros.

Agradeço a Roberta, minha namorada, que embora seja mineira e atleticana como eu, tive oportunidade de conhecer em Barão Geraldo. Sua companhia e seu afeto fizeram-me uma pessoa feliz neste último ano.

Agradeço a minha família por todo o amparo material e imaterial dispensado a mim de maneira constante e incondicional.

Por fim, agradeço ao CNPq pela concessão de bolsa de estudo durante os dois primeiros anos do mestrado.

"*Não existe uma estrada real para a ciência, e somente aqueles que não temem a fadiga de galgar suas trilhas escarpadas têm chance de atingir seus cumes luminosos.*"

Karl Marx. Prefácio da edição francesa de *O capital*. Londres, 18 de março de 1872.

RESUMO

Esta dissertação realiza uma apresentação da lei do valor de Marx baseada na concepção do método dialético. Tem-se por objetivo principal apresentar a transformação de valores em preços de produção como um procedimento necessário da exposição das categorias da economia política, a qual visa a reproduzir idealmente o modo de funcionamento do capitalismo enquanto totalidade real. Nesse sentido, procura-se mostrar que o fato de, em momentos distintos de *O capital*, a troca das mercadorias realizar-se com base em regras diferentes, ora por seus valores, ora por seus preços de produção, é um resultado necessário do próprio método científico – a dialética – que orienta a construção da teoria econômica de Marx, não representando um problema de inconsistência lógica. O texto da dissertação divide-se em quatro capítulos. O capítulo 1 trata do método empregado por Marx na construção de sua teoria econômica, descrevendo as características mais importantes desse método e estabelecendo a abordagem a partir da qual se julga que essa teoria pode ser corretamente interpretada. Por sua vez, os capítulos 2, 3 e 4 tratam da própria teoria econômica marxiana, apresentando-a em conformidade com os princípios metodológicos estabelecidos no primeiro capítulo. Cada um desses três últimos capítulos expõe um nível específico de abstração-concretude de formulação da lei do valor ao qual corresponde uma regra de troca específica entre as mercadorias: o capítulo 2 aborda o plano da circulação simples de mercadorias, em que as mercadorias são vendidas por seus valores, dados pelos tempos de trabalho socialmente necessários para produzi-las; o capítulo 3 aborda o plano do capital em geral, em que as mercadorias ainda são vendidas por seus valores, então dados pela soma de capital constante, capital variável e mais-valor; e o capítulo 4 aborda o plano da concorrência intercapitalista, em que as mercadorias são vendidas por seus preços de produção, dados pela soma de preço de custo e lucro médio.

Palavras-chave: Marx; Dialética; Transformação; Valor; Preço de produção.

ABSTRACT

This dissertation makes a presentation of Marx's law of value based on the conception of the dialectical method. Its main objective is to present the transformation of values into prices of production as a necessary procedure of the exposition of the political economy categories, which aims to ideally reproduce the way of functioning of capitalism as a real totality. In this sense, we try to show that the fact that, at different moments of *Capital*, the exchange of commodities occurs on the basis of different rules, sometimes by their values, sometimes by their prices of production, is a necessary result of the very scientific method – the dialectics – that guides the construction of Marx's economic theory, not representing a problem of logical inconsistency. The dissertation text is divided into four chapters. Chapter 1 deals with the method employed by Marx in the construction of his economic theory, describing the most important characteristics of this method and establishing the approach from which we think that this theory can be correctly interpreted. In turn, chapters 2, 3 and 4 deal with Marxian economic theory itself, presenting it in accordance with the methodological principles established in the first chapter. Each of these last three chapters exposes a specific level of abstraction-concreteness of formulation of the law of value to which corresponds a specific exchange rule between the commodities: chapter 2 addresses the plan of simple commodity circulation, in which commodities are sold by their values, given by the socially necessary labor times to produce them; chapter 3 addresses the plan of capital in general, in which commodities are still sold by their values, then given by the sum of constant capital, variable capital and surplus-value; and chapter 4 addresses the plan of inter-capitalist competition, in which commodities are sold by their prices of production, given by the sum of cost price and average profit.

Keywords: Marx; Dialectics; Transformation; Value; Price of production.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13
1 O MÉTODO DIALÉTICO E A ESTRUTURA DE *O CAPITAL* 15
1.1 Essência e aparência e o princípio da necessidade 16
1.2 O duplo percurso do raciocínio dialético 21
1.3 A estrutura de *O capital* 30
1.4 A dialética materialista e a crítica da economia política 41
2 A CIRCULAÇÃO SIMPLES DE MERCADORIAS 54
2.1 Trabalho, valor e mercadoria 55
2.1.1 Valor, valor de troca e valor de uso 55
2.1.2 Trabalho abstrato e trabalho útil 62
2.1.3 Forma de valor 68
2.1.4 Fetichismo da mercadoria 72
2.2 Processo de troca e dinheiro 75
2.2.1 Processo de troca 75
2.2.2 Dinheiro 78
2.2.2.1 Medida dos valores 79
2.2.2.2 Meio de circulação 81
2.2.2.3 Dinheiro 90
2.3 Conclusão do capítulo. A lei do valor no plano da circulação simples de mercadorias 94
3 O CAPITAL EM GERAL 96
3.1 Transformação do dinheiro em capital 97
3.2 Processo de produção do capital 105
3.2.1 Mais-valor absoluto 105
3.2.2 Mais-valor relativo 128
3.2.3 Mais-valor absoluto e relativo 134
3.3 Restante do capital em geral 147
3.4 Conclusão do capítulo. A lei do valor no plano do capital em geral 149
4 A CONCORRÊNCIA INTERCAPITALISTA 151
4.1 Transformação do mais-valor em lucro 152
4.1.1 Preço de custo, lucro e taxa de lucro 153
4.1.2 Fatores que afetam a taxa de lucro 174

4.1.3 Lucro tal como aparece para o capitalista 179
4.2 Transformação do lucro em lucro médio 181
4.2.1 Concorrência, taxa geral de lucro e preço de produção 181
4.2.2 Variações dos salários e motivos de compensação 216
4.3 Conclusão do capítulo. A lei do valor no plano da concorrência intercapitalista 225
CONCLUSÃO 228
REFERÊNCIAS 230

INTRODUÇÃO

Esta dissertação realiza uma apresentação da lei do valor de Marx baseada na concepção do método dialético. Tem-se por objetivo principal apresentar a transformação de valores em preços de produção como um procedimento necessário da exposição das categorias da economia política, a qual visa a reproduzir idealmente o modo de funcionamento do capitalismo enquanto totalidade real. Nesse sentido, procura-se mostrar que o fato de, em momentos distintos de *O capital*, a troca das mercadorias realizar-se com base em regras diferentes, ora por seus valores, ora por seus preços de produção, é um resultado necessário do próprio método científico – a dialética – que orienta a construção da teoria econômica de Marx, não representando um problema de inconsistência lógica.

O texto da dissertação divide-se em quatro capítulos.

O **capítulo 1** trata do *método* empregado por Marx na construção de sua teoria econômica, descrevendo as características mais importantes desse método e estabelecendo a abordagem a partir da qual se julga que essa teoria pode ser corretamente interpretada. Na seção 1.1, são abordados os dois problemas do conhecimento dos quais a dialética dá conta: a compreensão dos fenômenos em sua dupla dimensão – *essência* e *aparência* – e a demonstração da *necessidade* das leis que os explicam, argumentando-se que por essa razão ela deve ser considerada o método cientificamente correto. Na seção 1.2, mostra-se que o raciocínio dialético constitui-se da unidade entre a *análise ou investigação*, que transita do concreto observado para o conceito abstrato, e a *síntese ou exposição*, que transita do conceito abstrato para o concreto entendido, tendo por objetivo reproduzir idealmente a totalidade real sob perspectiva; além disso, mostra-se que a *exposição* ocorre através de uma cadeia de categorias que tem por base a tríade *tese-antítese-síntese* e constitui um processo de enriquecimento progressivo, em que a cada introdução de uma categoria nova tem-se uma redefinição das categorias anteriores já introduzidas. Na seção 1.3, faz-se uma apresentação da estrutura da teoria econômica de Marx presente em *O capital*, mostrando-se como esta teoria tem sua construção orientada pelo método dialético, que a totalidade que ela tem por objeto é o modo de produção capitalista e que ela consiste num sistema categorial que, embora exista em diferentes níveis de abstração-concretude contraditórios entre si, ainda assim é dotado de unidade e consistência interna. Por fim, na seção 1.4, são apresentadas as diferenças entre Marx e Hegel e entre Marx e a economia política clássica, discutindo-se o sentido da história na *exposição* de *O capital* e argumentando-se que esta é estritamente lógico-genética, embora trate de um objeto historicamente determinado.

Por sua vez, os capítulos 2, 3 e 4 tratam da própria *teoria* econômica marxiana, apresentando-a em conformidade com os princípios metodológicos estabelecidos no primeiro capítulo. Cada um desses três últimos capítulos expõe um nível específico de abstração-concretude de formulação da lei do valor ao qual corresponde uma regra de troca específica entre as mercadorias. Convém alertar que embora o texto desses capítulos possa parecer, em boa parte de sua extensão, um mero resumo de *O capital*, reputou-se pertinente apresentá-lo dessa maneira a fim de fazer jus à exposição categorial marxiana e conferir maior clareza à relação entre valores e preços de produção. De especial importância para a interpretação própria que aqui se faz da obra de Marx são suas conclusões, em que se identificam os principais elementos constitutivos de cada plano expositivo.

O **capítulo 2** cobre o conteúdo da seção I do livro I de *O capital* e aborda o plano da *circulação simples de mercadorias*, em que as mercadorias são vendidas por seus valores, dados pelos tempos de trabalho socialmente necessários para produzi-las. Nele, são apresentadas as categorias de valor, valor de troca, valor de uso, trabalho abstrato, trabalho útil, mercadoria e dinheiro, entre outras.

O **capítulo 3** cobre o conteúdo das seções restantes do livro I e do livro II de *O capital* e aborda o plano do *capital em geral*, em que as mercadorias ainda são vendidas por seus valores, então dados pela soma de capital constante, capital variável e mais-valor. Nele, é apresentada a categoria de capital enquanto capital em geral, tratando-se da transformação do dinheiro em capital e dos processos de produção, circulação e reprodução do capital, com foco no primeiro destes e no mais-valor absoluto e no mais-valor relativo.

Por fim, o **capítulo 4** cobre o conteúdo das seções I e II (MARX, CIIIa) ou dos capítulos 1 e 2 (MARX, CIIIb) do livro III de *O capital* e aborda o plano da *concorrência intercapitalista*, em que as mercadorias são vendidas por seus preços de produção, dados pela soma de preço de custo e lucro médio. Nele, é apresentada a categoria de capital enquanto muitos capitais individuais competindo entre si, tratando-se das transformações do mais-valor em lucro e do lucro em lucro médio.

A dissertação encerra-se com uma conclusão que apresenta em resumo suas principais ideias.

1 O MÉTODO DIALÉTICO E A ESTRUTURA DE *O CAPITAL*

Este capítulo tem por objeto a relação entre a dialética, enquanto método científico, e a estrutura da teoria econômica de Marx, que tem sua expressão mais bem acabada nos três livros de *O capital*. Assim, propõe-se a realizar uma apresentação dos elementos considerados mais relevantes do método dialético elaborado por Hegel e desenvolvido, a sua maneira, por Marx na construção de sua teoria econômica, mostrando-se como esta encontra-se estruturada em sua *magnum opus*. Aqui, entende-se que a teoria econômica marxiana apenas pode ser adequadamente compreendida a partir do reconhecimento do papel decisivo desempenhado pela dialética, tal como apreendida por Marx, em sua construção. A maneira como Marx desenvolve e expõe suas ideias é condicionada por sua concepção particular de método científico, de maneira que a tentativa de interpretá-las por meio de outras abordagens metodológicas pode conduzir a graves equívocos quanto à natureza e aos limites de suas contribuições teóricas, sobretudo quando se considera o caráter inacabado de sua principal obra (LIKITKIJSOMBOON, 1992, p. 415-417; HEINRICH, 2016). Portanto, convém apresentar o *método* antes de se adentrar propriamente na *teoria*, que constitui o objeto dos três capítulos subsequentes. Convém observar, no entanto, que não se propõe aqui a fazer uma exposição crítica exaustiva da volumosa e amplamente controversa literatura sobre o método de Marx, mas se limita a realizar um apanhado de algumas contribuições sobre o tema.

O propósito principal deste capítulo é definir os elementos metodológicos básicos para o entendimento da teoria do valor de Marx a partir de uma abordagem centrada na forma-valor. Nesse sentido, com base nas contribuições teóricas de Rubin (1987; 2018), entende-se que a compreensão da teoria marxiana do valor é indissociável do entendimento do desenvolvimento da forma-valor e que para compreendê-la uma certa apreensão do método de Marx é necessária, apreensão esta que parece mais consistente com o conjunto do que é exposto em *O capital* e, assim, com a própria posição de sua teoria do valor nessa obra. Conforme Rubin, "[...] *a "forma de valor" é uma das pedras fundamentais da teoria de Marx sobre o valor.*" (RUBIN, 1987, p. 129); mais adiante, Rubin afirma que para Marx "[...] *sem a forma-valor não existe valor* [...]" (RUBIN, 1987, p. 136). Em outras palavras, entende-se que é a partir de uma determinada compreensão do que seja o método de Marx que se torna possível considerar *O capital*, no conjunto de seus três livros, como um sistema de categorias inter-relacionadas de forma particular, crítico à economia política clássica e que, a despeito de incompleto, busca reproduzir a economia capitalista como uma totalidade; assim, o entendimento da teoria marxiana do valor,

de seu potencial explicativo e de seus limites exige considerá-la com base em uma metodologia que a torne inteligível enquanto parte constitutiva desse sistema categorial.

A esse respeito, convém fazer referência à conhecida passagem de Lênin, que já no começo do século XX alertava sobre a necessidade do entendimento da relação entre Marx e Hegel no que se refere à dialética, em particular quanto ao papel da *Ciência da lógica* de Hegel para uma compreensão adequada de *O capital* de Marx: "*É impossível compreender completamente O capital, de Marx, sobretudo o capítulo 1, sem ter estudado a fundo e sem ter compreendido toda a Lógica de Hegel. Como consequência, meio século depois, nenhum marxista compreendeu Marx!!*" (LÊNIN, 2018, p. 191). Nesse mesmo sentido, Likitkijsomboon afirma que "[...] *a correct interpretation and, hence, an effective evaluation of Marx's theory must be based on a thorough comprehension of the Hegelian dialectic and its use in Marx's works, especially in Capital.*" (LIKITKIJSOMBOON, 1992, p. 405). Ademais, entende-se não apenas que é necessário conhecer o método de Marx para que se possa compreender adequadamente sua teoria econômica, mas também que esse método parece constituir seu principal legado, devendo servir de base a qualquer outra teorização econômica que se proponha a empregar as categorias marxianas. Conforme sustenta Rosdolsky: "[...] *we consider the method of Capital to be the most valuable and lasting element of his whole economic edifice, and for that reason, see as the central task of Marxist scholarship today, the study and application of this method.*" (ROSDOLSKY, 1974, p. 62).

1.1 Essência e aparência e o princípio da necessidade

A noção fundamental sobre a qual se erige a concepção dialética de método científico, compartilhada por Hegel e Marx, é a da relação simultaneamente necessária e contraditória entre **essência e aparência** ou, em outros termos, entre o *conteúdo* e a *forma* dos fenômenos. A dialética parte do entendimento de que os fenômenos possuem duas dimensões, uma essencial e outra aparente, ambas igualmente reais, porém opostas entre si. Tem-se, assim, que a realidade – tanto a realidade natural como a realidade social – mostra-se geralmente de maneira invertida: em suas aparências externas, ela exibe o contrário daquilo que é em suas conexões internas; a multiplicidade de suas formas externas, que parecem ser mutuamente alheias e independentes umas das outras, não manifesta a unidade, ainda que contraditória, e a coerência internas e ocultas existentes entre as mesmas; e seu movimento visível e aparente, embora seja expressão necessária de seu movimento interno e oculto, apresenta-se como seu contrário. Convém enfatizar que, para a dialética, embora a *aparência* dos fenômenos seja, de maneira geral,

inversa a sua própria *essência*, ela não é falsa e não resulta de uma compreensão equivocada dos mesmos, mas existe de fato e constitui uma dimensão necessária de sua realidade.

Daí mesmo é que advém a necessidade e a razão de ser da ciência como meio para a correta compreensão do mundo; e uma vez que a *explicação científica*, que abrange tanto a *essência* como a *aparência*, permitindo compreender a relação necessária entre ambas, revela o inverso do entendimento formado através da percepção sensorial ou observação empírica imediata, com base na experiência cotidiana, que se restringe à *aparência*, a *verdade científica* apresenta-se de maneira paradoxal ante as noções falaciosas e ilusórias assim constituídas. Nesse sentido é que Marx afirma que "[…] *all science would be superfluous if the form of appearance [Erscheinungsform] of things directly coincided with their essence [Wesen]* […]" (MARX, CIIIb, p. 766).[1]

Por exemplo, ao contrário do que parece óbvio à primeira vista, a Física demonstra que a Terra move-se ao redor do Sol, e a Química, que a água consiste de hidrogênio e oxigênio, dois gases altamente inflamáveis. No último caso, tem-se que os elementos componentes da água considerados de maneira isolada – seu conteúdo, portanto – e sua forma de manifestação combinada – a própria água – claramente não são coincidentes. Convém observar, porém, que a mera descoberta de que a água é composta por uma determinada relação, em certa proporção, entre dois gases que isoladamente apresentam características físico-químicas opostas à da água não modifica em nada as propriedades físico-químicas da própria água. Assim, a partir da identificação dos componentes essenciais da água, torna-se necessário compreender como estes manifestam-se necessariamente daquela forma; dessa maneira, para que se chegue ao conhecimento científico da água não é suficiente reduzi-la a seus componentes essenciais, mas é preciso compreender a razão pela qual esse conteúdo assume determinada forma e não existe independentemente dela. De fato, a composição (H_2 + O) não existe senão necessariamente assumindo a forma de água e suas propriedades típicas tais como as observamos. Conforme destaca Žižek, a partir de uma concepção dialética, "[...] *essence exists only insofar as it appears, it does not pre-exist its appearance.*" (ŽIŽEK, 2010, p. 214). Dessa maneira, torna-se claro que a forma de manifestação de algo não é externa e independente daquilo que se manifesta, mas parte constitutiva necessária do mesmo.

De maneira análoga, ao longo de todo *O capital*, Marx procura mostrar como as relações econômicas capitalistas, tais como se apresentam, obscurecem e mistificam a si mesmas e, uma

[1] Na edição de Engels: "[...] toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente [...]" (MARX, CIIIa, p. 880).

vez que são apenas percebidas em sua *aparência*, mas não compreendidas no conjunto de sua *essência* e sua *aparência*, são entendidas de maneira equivocada pelos agentes econômicos e pelos próprios economistas. O principal exemplo disso encontra-se no capítulo 4 do livro I de *O capital*, quando Marx apresenta a própria relação social capital pela primeira vez e dedica-se a examinar a origem do processo de valorização do valor, cujo núcleo reside na relação social entre capitalistas e trabalhadores assalariados: em sua *aparência*, isto é, na esfera da circulação, a compra e venda da mercadoria força de trabalho manifesta-se como uma relação contratual entre indivíduos livres e juridicamente iguais e baseada na troca de equivalentes – "[...] *o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham.*" (MARX, CI, p. 250) –; porém, em sua *essência*, isto é, na esfera da produção, ela trata-se de uma relação de exploração, em que os capitalistas apropriam-se sem equivalente de uma parte do tempo de trabalho alheio sob a forma de mais-produto, isto é, do mais-valor – "[...] *o terreno oculto da produção, em cuja entrada se lê: No admittance except on business [Entrada permitida apenas para tratar de negócios].*" (MARX, CI, p. 250). Cabe notar que nessa ilustração a compra e venda da mercadoria força de trabalho de fato constitui uma troca de equivalentes: o trabalhador vende ao capitalista sua força de trabalho e recebe por esta venda exatamente o que ela vale. Essa relação exibe a forma de manifestação necessária de uma sociedade cujo processo de reprodução funda-se na mercadoria e, por conseguinte, no intercâmbio entre valores iguais. Ao mesmo tempo, a mercadoria torna-se a forma típica do produto do trabalho humano apenas em uma sociedade em que a própria força de trabalho torna-se uma mercadoria e é consumida no processo de produção, conferindo às mercadorias que produz um valor maior do que aquele que ela mesma vale enquanto mercadoria. Nesse contexto é que Marx observa que "[...] *o capital não pode ter origem na circulação, tampouco pode não ter origem circulação. Ele tem de ter origem nela e, ao mesmo tempo, não ter origem nela.*" (MARX, CI, p. 240).

Ademais, a ideia de fetiche, que se encontra presente nas considerações de Marx sobre o caráter fetichista da mercadoria (MARX, CI, cap. 1.4) e que pode ser extrapolada para outras formas econômicas (por exemplo, o caráter fetichista do dinheiro e o caráter fetichista do capital), expressa justamente a noção de uma *aparência* que esconde e manifesta de maneira invertida sua própria *essência*, ainda que seja resultado necessário e indissociável desta.

Nas palavras de Lebowitz,

> And that is the perspective that pervades *Capital*: the necessity of science begins from the understanding that there is an enormous gap between **appearance and essence**. If we do not acknowledge this, we cannot understand *Capital*. 'All science,' Marx proclaimed, 'would be superfluous if the form of appearance of things directly

> coincided with their essence.' Precisely because we cannot rely upon the way things appear, we need scientific explanations – explanations which often appear paradoxical and contrary to everyday observation. It is 'paradox that the earth moves round the sun and that water consists of two highly inflammable gases. Scientific truth is always paradox, if judged by everyday experience, which catches only the delusive appearance[2] of things'. (LEBOWITZ, 2009, p. 70, grifo nosso).

A tarefa da ciência – tanto das ciências naturais como das ciências sociais – é, portanto, revelar a *essência* em contraste com a *aparência*, descobrir as conexões internas da realidade em contraste com suas aparências externas, encontrar a unidade, ainda que contraditória, e a coerência internas e ocultas das formas externas em contraste com seu aparente alheamento mútuo e independência, descrever o movimento interno e oculto das coisas em contraste com seu movimento visível e aparente e, assim, fornecer a *explicação científica*, que abrange tanto a *essência* como a *aparência*, em contraste com o entendimento oriundo da percepção sensorial ou observação empírica imediata, com base na experiência cotidiana, que se restringe à *aparência*, e obter a *verdade científica* em contraste com as noções falaciosas e ilusórias. O método cientificamente correto, que permite realizar essa tarefa com sucesso, apenas pode ser aquele que reconhece essa dupla dimensão da realidade, qual seja, a dialética. (ROSDOLSKY, 1974, p. 67; LEBOWITZ, 2009, p. 69-72).

Hegel e Marx também compartilham o entendimento de que a *verdade científica* não é atingível por meio do empirismo e da indução. Diante da multiplicidade das formas externas visíveis na superfície, as quais parecem ser absolutas, livres e indiferentes umas às outras, o pensamento procura identificar padrões e regularidades nos eventos e, com base nestes, formular princípios, teorias e leis sobre a relação entre as variáveis, descobrindo o que há de universal nos particulares. As leis assim formuladas, no entanto, possuem limites inerentes ao próprio método empírico-indutivo pelo qual têm origem e são, por essa razão, estreitas, incompletas e aproximadas, não indo além da *aparência* e não captando a *essência*. Elas ainda se encontram num estágio pouco avançado do conhecimento, pois embora possam, garantida a observância das condições nas quais são formuladas, oferecer capacidade de previsão, não fornecem *explicação científica*, pois não exploram de fato a gênese do fenômeno sob observação.

Conforme Lebowitz,

---

[2] Embora nessa passagem, extraída por Lebowitz de *Salário, preço e lucro*, Marx use a expressão "delusive appearance" (aparência enganadora), convém afirmar que com isso não se entende que a *aparência* das coisas seja de fato ilusória, falsa ou irreal, mas tão autêntica, verdadeira e real quanto sua *essência*, embora oposta a ela.

> The problem with the laws that we develop upon the basis of observation is that even repeated observations do not go beyond appearances: I see the sun rise every day in the East and move to the West where it sets, and I can even predict successfully the sun's route around the Earth in the future without knowing anything about the real processes involved. The ability to predict (under controlled conditions) and true knowledge, however, are quite different things. (LEBOWITZ, 2009, p. 72).

A esse respeito, a ilustração da lei da gravidade também é esclarecedora. A experiência cotidiana mostra repetidamente que as pedras caem quando são soltas de certa altura do solo. Com base nisso, o pensamento, inferindo por analogia, pode formular a seguinte lei: "toda pedra cai quando é solta de certa altura do solo". Essa lei apenas informa que muito provavelmente uma pedra deve cair quando for solta de certa altura do solo, uma vez que esse padrão ou regularidade já foi constatado após a observação de repetidas ocorrências, sendo esperado que ele se mantenha. No entanto, ela não fornece uma explicação para esse fato, pois não demonstra, por meio de alguma prova ou mediação para o conhecimento, sua *necessidade*. Em outras palavras, ela expressa uma probabilidade, mas não uma verdade: por mais altas que sejam as chances de que uma pedra caia quando for solta de certa altura do solo, não está demonstrada a razão pela qual ela deve necessariamente cair.

> **Necessity.** Insofar as laws and theories are developed on the basis of empiricism (in accordance with the best fit, the highest regression coefficient), the inherent necessity for those regularities discovered is hidden. Insofar as we have not reduced those appearances to their inner unity by means of analysis, we thus do not understand those laws. (LEBOWITZ, 2009, p. 73, grifo nosso).

A ideia de *verdade científica*, portanto, está relacionada com a ideia de **necessidade**: o verdadeiro é o necessário, aquilo que jamais pode ser ou acontecer de uma maneira diferente. Por sua vez, a *explicação científica* nada mais é do que o fornecimento de uma prova ou mediação para o conhecimento a respeito da *necessidade* de algum fenômeno. A fim de obter a *verdade científica*, o pensamento, além de, por meio do empirismo e da indução, identificar padrões e regularidades e, com base nestes, formular princípios, teorias e leis, deve ser capaz de demonstrar sua necessidade. Mais uma vez, essa tarefa apenas é realizável por meio da dialética, e também por essa razão ela deve ser considerada o método cientificamente correto. Como instrumento para a demonstração da *necessidade* e, portanto, para o fornecimento da *explicação científica*, o raciocínio dialético utiliza o pensamento abstrato ou "*A força da abstração [Abstraktionskraft]* [...]" (MARX, CI, p. 78), que se efetiva num duplo movimento de abstração e concretização informado pela realidade. (LEBOWITZ, 2009, p. 72-73).

1.2 O duplo percurso do raciocínio dialético

O processo do raciocínio dialético constitui-se de dois momentos, isto é, realiza dois percursos numa viagem de ida e volta: primeiramente, parte do concreto-complexo para o abstrato-simples; em segundo lugar, retorna do abstrato-simples para o concreto-complexo (LEBOWITZ, p. 77; LIKITKIJSOMBOON, p. 406 e 408-410). Destarte, seu objetivo é realizar a reprodução ideal da totalidade real sob perspectiva, revelando suas múltiplas determinações e relações, compreendendo seus fenômenos em sua dupla dimensão essencial e aparente e demonstrando a necessidade das leis que os explicam. Na *Introdução à crítica da economia política* e no *Posfácio da segunda edição*, respectivamente, Marx (G, p. 54; CI, p. 90) refere-se ao primeiro movimento teórico como *análise* e modo de *investigação*, e ao segundo, como *síntese* e modo de *exposição*. A dialética resulta, portanto, da unidade entre *análise ou investigação* e *síntese ou exposição*.[3]

> Sem dúvida, deve-se distinguir o **modo de exposição** segundo sua forma, do **modo de investigação**. A **investigação** tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, **analisar** suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexo interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode **expor** adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori. (MARX, CI, p. 90, grifo nosso).

[3] Alguns autores, apesar de darem contribuições teóricas relevantes ao tema, desconsideram o caráter dialético do movimento investigativo e entendem equivocadamente que a dialética resume-se ao movimento expositivo; por exemplo, Müller afirma: "Dialética significa n'**O Capital** primeiramente e, também, predominantemente, o "método/modo de exposição" crítica das categorias da economia política, o método de "desenvolvimento do conceito de capital" a partir do valor, presente na mercadoria, enquanto ela é a categoria elementar da produção capitalista que contém o "germe" das categorias mais complexas. O conceito fundamental, aqui, para o Marx crítico da economia política, é o de "exposição", "método de exposição", que designa o modo como o objeto, suficientemente apreendido e analisado, se desdobra em suas articulações próprias e como o pensamento se desenvolve em suas determinações conceituais correspondentes, organizando um discurso metódico." (MÜLLER, 1982, p. 19-20). Outros autores reconhecem o caráter dialético do movimento investigativo e entendem corretamente que a dialética compreende a unidade dos movimentos investigativo e expositivo; por exemplo, Ollman apresenta a dialética como investigação e exposição (OLLMAN, 2003, cap. 7) e afirma que o método dialético de Marx é mais do que um modo de exposição (OLLMAN, 2003, cap. 11): "[...] Marx could never have written a work like *Capital* I if his own understanding of capitalism, the mode of inquiry used to acquire it, and the way of thinking that underlay his inquiry were not already thoroughly dialectical. But this requires that we expand the notion of dialectics beyond the conceptual logic that Marx used to expound some of his views in *Capital* I." (OLLMAN, 2003, p. 187); nesse sentido, autores como Carrera (2013, p. 51, 56 e 65) e Caligaris e Starosta (2014, p. 100-103, 105, 107 e 110) empregam as expressões "dialectical investigation", "dialectical analysis", "dialectical research", "dialectical inquiry" e "materialist analysis" para destacar o caráter também dialético do movimento investigativo.

Análise ou investigação. O primeiro movimento do raciocínio dialético consiste na transição do concreto observado para o conceito abstrato[4] (LEBOWITZ, 2009, p. 77). A realidade existe como um todo ou uma totalidade concreto e complexo, o qual é reconhecido como caótico pela percepção sensorial ou observação empírica, que forma "[...] *uma representação caótica do todo* [...]" (MARX, G, p. 54). A ciência, tendo por tarefa compreender a essência e as conexões internas da realidade, deve, portanto, começar por ela mesma, isto é, pela existência e pela experiência concretas e imediatas. "*Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo* [...]" (MARX, G, p. 54). Assim, o *todo concreto-complexo* constitui o *ponto de partida real* para a *análise ou investigação*. Por meio do processo de definição, a investigação reduz a riqueza de suas múltiplas determinações aparentes mais concretas, complexas e particulares, intuídas pela experiência, às suas determinações essenciais mais abstratas, simples e universais, de maneira a obter o *termo abstrato-simples*, a mais abstrata e simples das determinações, que constitui o ponto de chegada da análise. Para Hegel, ao contrário de Kant, o abstrato não é dotado de menor valor que o concreto, e esse processo de abstração não implica pôr de lado o material sensível, nem diminuir sua realidade, mas transcendê-lo e reduzi-lo do aparente para o essencial. Nesse mesmo sentido, Lênin afirma que o pensamento que procede do concreto para o abstrato não se afasta da verdade, mas chega mais perto dela: todas as abstrações científicas refletem a natureza mais profunda, verdadeira e completamente. (LEBOWITZ, 2009, p. 75). Na história do pensamento econômico, essa foi a maneira como os economistas do século XVII procederam:

> A primeira via foi a que tomou historicamente a Economia em sua gênese. Os economistas do século XVII, p. ex., começam sempre com o todo vivente, a população, a nação, o Estado, muitos Estados etc., mas sempre terminam com algumas relações determinantes, abstratas e gerais, tais como divisão do trabalho, dinheiro, valor etc., que descobrem por meio da análise. (MARX, G, p. 54).

Síntese ou exposição. O segundo movimento do raciocínio dialético consiste na transição do conceito abstrato para o concreto entendido (LEBOWITZ, 2009, p. 77). Conforme Hegel, o abstrato deve em toda parte constituir o início e o elemento a partir do qual as particularidades e as ricas formas do concreto se espalham (LEBOWITZ, 2009, p. 74). "*Daí teria de dar início à viagem de retorno* [...]" (MARX, G, p. 54). Assim, o *termo abstrato-simples* constitui o *ponto de partida lógico* para a *síntese ou exposição*. Por meio do processo

[4] Tradução própria de "abstract concept", expressão empregada por Lebowitz (2009, p. 77). Aqui, conforme se observará adiante, entende-se que as noções da dialética são mais adequadamente expressas pelo termo *categoria* do que pelo termo *conceito*.

de derivação, a exposição move-se das determinações essenciais mais abstratas, simples e universais, abstraídas pelo pensamento, para as determinações aparentes mais concretas, complexas e particulares, num processo de enriquecimento progressivo imanente às próprias determinações, de maneira a retornar ao *todo concreto-complexo*, a mais concreta e complexa das determinações, que constitui o ponto de chegada da síntese. Dessa maneira, o pensamento deduz logicamente uma concepção do todo, "[...] *mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações.*" (MARX, G, p 54). Na história do pensamento econômico, essa foi a maneira como os economistas políticos clássicos – Smith, Ricardo etc. – procederam:[5]

> Tão logo esses momentos singulares foram mais ou menos fixados e abstraídos, começaram os sistemas econômicos, que se elevaram do simples, como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. (MARX, G, p. 54).

A *exposição*, tratada por Hegel como uma dialética da negatividade, ocorre da seguinte maneira (LEBOWITZ, 2009, p. 81-82; LIKITKIJSOMBOON, 1992, p. 406-407). O processo de derivação desenrola-se[6] através de uma cadeia de categorias interligadas na qual cada estágio particular da dedução lógica contém três termos chamados de *tese-antítese-síntese*[7] (ou *unidade-contradição-unidade*, ou *imediatismo-mediação-imediatismo superior*) e o termo final de um estágio constitui o termo inicial do estágio subsequente. Assim, toda *tese*, exceto a do primeiro estágio, é constituída pela *síntese* anterior, e toda *síntese*, exceto a do último estágio, constitui uma nova *tese*. O processo começa com o *termo abstrato-simples*, que constitui a *tese* inicial, e termina com o *todo concreto-complexo*, que constitui a *síntese* final. Ao longo de todo o encadeamento, as categorias não apenas encontram-se ordenadas de acordo com seus graus de abstração-concretude, desde a mais abstrata e simples até a mais concreta e complexa, mas também são logicamente deduzidas umas das outras, de maneira que cada categoria dá origem

[5] Embora os economistas políticos clássicos, valendo-se das categorias descobertas pelos economistas do século XVII por meio do movimento investigativo, tenham realizado o movimento expositivo, não o fizeram corretamente e não lograram reproduzir idealmente o modo de produção capitalista.

[6] A imagem de um novelo que se desenrola constitui uma boa metáfora para a *exposição*. Todas as categorias, desde as mais abstratas e simples até as mais concretas e complexas, bem como as conexões necessárias entre elas, já se encontram presentes desde o início nesse novelo enrolado, pois já existem na realidade e não estão sendo criadas, mas apenas idealmente reproduzidas pelo pensamento. À medida que o novelo se desenrola, as categorias e suas conexões, que antes estavam ocultas, vão sendo apresentadas.

[7] Conforme Likitkijsomboon (1992, p. 407), o próprio Hegel não empregou a terminologia *tese-antítese-síntese*, e conforme Redding (2018), essa estrutura triádica não constitui uma fôrma rígida a partir da qual seja possível enquadrar a *Ciência da lógica* em todos seus momentos. Ainda assim, tomando-a como um instrumento didático, é possível utilizá-la, com a devida cautela, para o entendimento básico de sua exposição categorial, bem como, como se observará na próxima seção, a de Marx em *O capital*.

à categoria subsequente, demonstrando a totalidade que perfazem. Em seu conjunto, a derivação apresenta-se assim:

termo abstrato-simples – antítese – síntese/tese – antítese – síntese/tese ... síntese/tese – antítese – síntese/tese – antítese – todo concreto-complexo

Nas palavras de Heinrich,

> This method [dialético] gains importance with the "dialectical presentation" of categories. This means that in the course of the presentation the individual categories are *unfolded* from one another: they are not simply presented in succession or alongside each other. Rather, their interrelationship (how one category **necessitates** the existence of another) is made clear. The *structure* of the depiction is therefore not a didactic question for Marx, but has a decisive *substantive* meaning. (HEINRICH, 2012, p. 37, grifo nosso).

Inicialmente, introduz-se uma primeira categoria – *tese* –, a qual, contendo uma definição unilateral e ainda não manifestando dentro de si nenhuma inconsistência, diferença, distinção, oposição ou negação, apresenta-se como uma unidade imediata. Diante dela, faz-se a seguinte primeira interrogação: o que essa categoria implica e o que resulta como contradição dela mesma? Então, levando-se sua definição a sua conclusão lógica, mostra-se que essa categoria contém dentro de si, de maneira latente, uma contradição, sendo deficiente e inadequada em si mesma e devendo implicar uma outra categoria. O momento dialético com respeito ao primeiro termo, portanto, consiste em introduzir a contradição que ele implicitamente contém, de maneira a se obter o segundo termo.

Então, obtém-se uma segunda categoria – *antítese* ou negação –, a qual, contendo uma definição também unilateral, mas oposta à da primeira categoria, e quebrando a unidade dela, apresenta-se como uma contradição mediadora. Trata-se de uma categoria mais rica que a anterior, pois foi enriquecida pela contradição de sua definição; ela abrange seu conteúdo e a contém, mas também possui um conteúdo adicional e contém mais do que ela. Diante dela, faz-se a seguinte segunda interrogação: o que a relação entre essa categoria e a categoria anterior implica e o que resulta como unidade desses opostos? Então, levando-se a relação de oposição a sua conclusão lógica, mostra-se que essa categoria contém dentro de si, de maneira latente, uma unidade, também sendo deficiente e inadequada em si mesma e também devendo implicar uma outra categoria. O momento dialético com respeito ao segundo termo, portanto, consiste em introduzir a unidade que ele implicitamente contém, de maneira a se obter o terceiro termo.

Por fim, obtém-se uma terceira categoria – *síntese* ou negação da negação –, a qual, sendo constituída pela relação de oposição entre as duas primeiras categorias e constituindo a unidade entre elas, apresenta-se como uma nova unidade imediata. Trata-se também de uma categoria mais rica que as anteriores, pois foi enriquecida pela unidade de sua relação de oposição; ela abrange o conteúdo unilateral de ambas e as contém, mas também possui um conteúdo adicional e contém mais que elas, transcendendo sua unilateralidade; além disso, com relação à primeira categoria, trata-se de uma ordem superior de unidade e imediatismo, pois inclui dentro de si a unidade ou imediatismo e a contradição ou mediação anteriores. Apesar disso, a terceira categoria, tal como a primeira, também contém dentro de si, de maneira latente, uma contradição, devendo-se repetir, diante dela, a primeira interrogação. O terceiro termo é ele mesmo um novo primeiro termo e não constitui um ponto de parada, mas um novo ponto de partida; a partir dele, o processo de derivação deve ser reiniciado, passando-se ao estágio subsequente da dedução lógica.

A *exposição* constitui um processo de enriquecimento progressivo, que preserva conteúdos anteriores ao mesmo tempo em que agrega conteúdos novos. Por um lado, a cada vez que uma categoria nova é derivada de uma categoria anterior, ocorre uma preservação dos conteúdos anteriores. Conforme Hegel, o conhecimento desenrola-se, de conteúdo em conteúdo, progredindo das determinações mais abstratas e simples para as determinações subsequentes mais concretas e complexas, de maneira que cada passo desse processo não perde nada e não deixa nada para trás, mas carrega consigo tudo o que já foi adquirido (LEBOWITZ, 2009, p. 82-83). À medida que o processo de derivação progride, cada uma das categorias novas que vêm a ser introduzidas inclui dentro de si os conteúdos, os significados e as definições de todas as categorias anteriores já introduzidas.

Nas palavras de Likitkijsomboon,

> **Along this line of reasoning, the category that comes later will always include the preceding ones, as well as their contradictions, as a part of its own definition or determination. Anything that comes before it has been preserved. Nothing has been lost.** Thus, as one progressively moves along this dialectical chain, each new category encountered will be more and more multi-dimensional, with a more and more complex determination, so that the later-coming category is said to be more *concrete-complex* than the preceding ones, which are in turn said to be more *abstract-simple*. The determination and definition of a particular category is simply the meanings and contradictions of all the categories that come before it. This is called the sublation of categories. (LIKITKIJSOMBOON, 1992, p. 407, grifo nosso).

Por outro lado, a cada vez que uma categoria nova é derivada de uma categoria anterior, ocorre uma agregação de conteúdos novos de duas maneiras: por um lado, tem-se a introdução de uma categoria nova, portadora de um conteúdo adicional e de um significado diferente com relação à categoria anterior; por outro lado, tem-se também uma ampliação dos conteúdos e uma alteração dos significados de todas as categorias anteriores já introduzidas. Em decorrência do segundo ponto, a definição de cada uma das categorias deve diferir entre o momento em que elas são introduzidas no processo de derivação e o momento em que esse processo termina e a totalidade é reproduzida pelo pensamento. Em razão disso, Lebowitz (2009, p. 85) alerta para a importância de não se "fetichizar" os momentos dentro do processo de raciocínio, no sentido de considerá-los absolutos. Antes que a derivação termine, as categorias ainda não estão dotadas da plenitude de seus conteúdos e significados, de maneira que suas definições devem ser tomadas como provisórias e não definitivas; apenas do ponto de vista da totalidade reproduzida pelo pensamento, obtida ao fim da derivação, é que os conteúdos, os significados e as definições das categorias podem ser corretamente apreendidos. (PALLUDETO, 2016, cap. 4.3).

Nas palavras de Saad Filho,

> Em resumo, em teorias dialéticas necessariamente coexistem conceitos em diferentes níveis de abstração. O progresso da análise [leia-se: síntese ou exposição] inclui a introdução de novos conceitos e o aprimoramento e a reprodução dos conceitos existentes em níveis de complexidade mais elevados. Por conseguinte, o significado e a importância dos conceitos de Marx dependem do *nível* da análise [leia-se: síntese ou exposição]. (SAAD FILHO, 2011, p. 28).
>
> [...] o método de Marx envolve não apenas a *progressiva transformação de alguns conceitos em outros*, mas também *mudanças graduais no significado de cada conceito*, sempre que necessário para acomodar a evolução da análise [leia-se: síntese ou exposição]. (SAAD FILHO, 2011, p. 144).

Nas palavras de Lebowitz,

> Precisely because, in the very process of dialectical thought, terms, concepts and moments are altered in their meaning and significance – precisely because this dialectical method involves the constant enrichment of concepts – it is inherent that the meaning and definition of moments within the totality will *differ* from that which they possess when they are first encountered in the process of abstract thought.
> […] In dialectical reasoning, terms and moments are introduced in a one-sided manner, developing their all-sidedness only in the course of the construction of the totality. It is only, however, when we have successfully developed that 'totality of thoughts' that we can understand fully its elements. (LEBOWITZ, 2009, p. 85).

Dialética. O raciocínio dialético, convém retomar, consiste na unidade de dois movimentos: primeiramente, a transição do concreto observado para o conceito abstrato; em segundo lugar, a transição do conceito abstrato para o concreto entendido (LEBOWITZ, 2009, p. 77). Em seu início, isto é, quando começa a *análise ou investigação*, o todo é reconhecido como caótico pela percepção sensorial ou observação empírica, que forma uma "[...] *uma representação caótica do todo* [...]" (MARX, G, p. 54); em seu fim, isto é, quando termina a *síntese ou exposição*, o pensamento deduz logicamente uma concepção do todo, "[...] *mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações.*" (MARX, G, p. 54).

> O último é manifestamente o método cientificamente correto.[8] O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento. (MARX, G, p. 54).

Na totalidade reproduzida pelo pensamento, apreendem-se a essência, as conexões internas, a unidade, ainda que contraditória, e a coerência internas e ocultas das formas externas e o movimento interno e oculto da realidade. As relações entre as várias categorias constituintes da totalidade – obtidas da própria realidade por meio do processo de definição e logicamente deduzidas umas das outras por meio do processo de derivação, existentes em graus diversos de abstração-concretude e todas elas mutuamente conectadas entre si e unidas em opostos – apresentam-se como relações necessárias. Assim, é fornecida uma *explicação científica* sobre o modo de funcionamento da realidade, e os princípios, teorias e leis formulados com base em seus padrões e regularidades constituem *verdades científicas*.

Nas palavras de Likitkijsomboon,

> The aim of Hegel's philosophy is to explain the 'truth', i.e. the inner connections, of the world or the *Object*, including Nature, human society, and human thought, in terms of the development of the *Subject*, called 'the Spirit'. It asserts that all things in the

[8] Marx faz essa afirmação logo após apresentar os movimentos investigativo e expositivo realizados, respectivamente, pelos economistas do século XVII e pelos economistas políticos clássicos e refere-se à unidade de ambos. Alguns autores entendem equivocadamente que Marx refere-se apenas ao movimento expositivo; por exemplo, Jessop afirma: "The German nonetheless proposed to adopt the ascending approach [síntese ou exposição] in his critique of political economy." (JESSOP, 2018, p. 22), "While Marx indicated his preference in the Introduction for the second method of inquiry [leia-se: síntese ou exposição], he did not follow it to the letter in subsequent texts on capital." (JESSOP, 2018, p. 22).

> real world are mere appearance, being contingent, i.e. seemingly accidental and inexplicable, but can in fact be comprehended as internally related, necessary and meaningful only when they are seen as the expression of the Spirit at different stages of development, or at different degrees of concreteness, or, more precisely, at different levels of determination. (LIKITKIJSOMBOON, 1992, p. 405-406).

> That is to say, at the beginning, one is faced by the complex-whole which is real and given, and appears to be chaotic. This is the complexity of the subject-matter in which the inner connections of the more simple elements must be discovered. The complex-whole is concrete in so far as its determination require the more fundamental, abstract categories as its logical basis. Thus, the logic of the complex-whole will compel the observer to define the more simple categories, which also require some other even more abstract-simple categories as their determinations, step by step, down to the most abstract-simple of all [análise ou investigação]. Once this is accomplished, the complex-whole can now be reconstructed by starting from the abstract-simple categories successively deduced, step by step from the lower to higher levels of concreteness, with their unfolding inner connections, laws and tendencies, to arrive at the totality of the complex-whole again, but this time with the real understanding of the working of its inner-elements, its law of motion and tendencies, which now 'appear as if we had before us a mere *a priori* construction' (Marx, KI, p. 28) [síntese ou exposição]. (LIKITKIJSOMBOON, 1992, p. 409)

Hegel contrapõe o *método dialético* (ou lógica dialética), que ele mesmo concebe, ao que chama de *método do entendimento* (que caracteriza a lógica formal, tal como se apresenta na matemática, por exemplo).[9] O *método do entendimento*, que na ciência econômica encontra-se presente, por exemplo, na teoria neoclássica, é cientificamente incorreto, pois sofre de duas deficiências: i) nele, as noções existem na forma de *conceitos*, *universais abstratos* ou *generalizações mentais*, possuem definições rígidas, fixas e inalteráveis, são distintas, separadas, autônomas, independentes e mutuamente excludentes, relacionam-se extrinsecamente e acidentalmente e não incluem elementos concretos, não refletindo idealmente entidades que existem realmente; e ii) ele parte de premissas não explicadas (hipóteses, pressuposições, axiomas, postulados etc.) sobre as quais aplica procedimentos dedutivos. Por sua vez, o *método dialético*, que na ciência econômica encontra-se presente, por exemplo, na teoria marxiana, é cientificamente correto, pois não sofre dessas duas deficiências: i) nele, as noções existem na forma de *categorias*, *universais concretos* ou *abstrações reais*, possuem definições que passam por um processo de enriquecimento progressivo, são mutuamente conectadas entre si e unidas em opostos, relacionam-se intrinsecamente e

[9] Nesse mesmo sentido, Carrera (2013) faz uma contraposição entre *reprodução dialética* e *representação lógica* e afirma que o resultado do método dialético é mais adequadamente expresso pelo termo *reprodução* do que pelos termos *representação* e *reconstrução*. No entanto, Carrera (2013, p. 47) e Caligaris e Starosta (2014) atribuem à dialética idealista de Hegel deficiências semelhantes às da lógica formal e entendem que estas apenas não se fazem presentes na dialética materialista de Marx. A diferença entre as perspectivas idealista de Hegel e materialista de Marx será abordada adiante.

necessariamente e incluem elementos concretos, refletindo idealmente entidades que existem realmente; e ii) ele não parte de premissas não explicadas, pois seu ponto de partida e seu ponto de chegada pressupõem um ao outro. (LIKITKIJSOMBOON, 1992, p. 408 e 415-417; SAAD FILHO, 2011, p. 20-23).

Existe, na cadeia de categorias do raciocínio dialético, uma relação entre o implícito ou *em si* e o explícito ou *em si e para si*, de maneira que todas as categorias pressupõem umas às outras. As categorias mais abstratas e simples contêm implicitamente, são potencialmente ou *em si* e, portanto, pressupõem as categorias mais concretas e complexas, de maneira que no abstrato-simples existe a possibilidade do concreto-complexo; e as categorias mais concretas e complexas contêm explicitamente, são efetivamente ou *em si e para si* e, portanto, pressupõem as categorias mais abstratas e simples, de maneira que no concreto-complexo existe a realidade do abstrato-simples. Assim, o *termo abstrato-simples*, que é ao mesmo tempo o *ponto de partida lógico* da *síntese ou exposição* e o ponto de chegada da análise ou investigação, pressupõe todas as categorias mais concretas e complexas da totalidade e tem por *fundamento real* o *todo concreto-complexo*; e o *todo concreto-complexo*, que é ao mesmo tempo *o ponto de partida real* da *análise ou investigação* e o ponto de chegada da síntese ou exposição, pressupõe todas as categorias mais abstratas e simples da totalidade e tem por *fundamento lógico* o *termo abstrato-simples*; além disso, o *todo concreto complexo* é ao mesmo tempo o ponto de partida e o ponto de chegada da dialética. Portanto, o raciocínio dialético constitui, no conjunto de seu duplo movimento, um círculo de categorias dialeticamente relacionadas, cuja totalidade é autodeterminada e absoluta. (LIKITKIJSOMBOON, 1992, p. 407-408).

Um resultado importante do raciocínio dialético é a concepção de unidade de opostos: entende-se que muitos processos reais (que existem como s*íntese*) ocorrem com base numa unidade entre dois opostos (que existem como *tese* e *antítese*) que guardam uma relação contraditória entre si. Esses opostos são idênticos, no sentido de que constituem os dois lados de uma mesma relação ou de um único todo e são dependentes um do outro e necessários um ao outro para sua existência e pressupõem, condicionam, produzem, promovem e desenvolvem reciprocamente um ao outro como condições positivas, não sendo possível abolir um sem abolir o outro (LEBOWITZ, 2009, p. 78-79; RUBIN, 2018, p. 753). Em *O capital*, o principal exemplo disso encontra-se, mais uma vez, na relação social entre capitalistas e trabalhadores assalariados. "*Well before writing Capital, in short, Marx looked upon capitalism as 'a total, connected process' which 'produces and reproduces the capital-relation itself; on the one hand the capitalist, on the other the wage-labourer'.*" (LEBOWITZ, 2009, p. 78). Capital e trabalho assalariado são dois opostos que apenas podem existir na presença um do outro e de cuja

existência conjunta resulta o capitalismo. Ao mesmo tempo em que formam uma unidade, existem em constante contradição: os interesses dos capitalistas e os dos trabalhadores assalariados são diametralmente opostos; por exemplo, no que se refere à questão distributiva, lucros e salários guardam uma razão inversa entre si. "*Class struggle between these two inseparable opposites, the 'two sides of a single whole', is the contradiction that drives capitalism forward, is the source of its motion.*" (LEBOWITZ, 2009, p. 79). Outro exemplo disso está na relação entre produção e consumo, que apenas podem existir um em função do outro: "[...] *nada mais simples para um hegeliano do que pôr a produção e o consumo como idênticos.*" (MARX, G, p. 48).

1.3 A estrutura de *O capital*

No *Prefácio da primeira edição*, Marx anuncia nos seguintes termos seu objetivo em *O capital*: "*O que pretendo nesta obra investigar é o modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e de circulação.*" (MARX, CI, p. 78). O propósito de *O capital* é, portanto, compreender as "[...] *leis naturais da produção capitalista.*" (MARX, CI, p. 78). "*Trata-se dessas próprias leis, dessas tendências que atuam e se impõem com férrea necessidade.*" (MARX, CI, p. 78). Em outros termos, "[...] *a finalidade última desta obra é desvelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna* [...]" (MARX, CI, p. 79). No livro III de *O capital*, essa mesma ideia é assim expressa: "[…] *we only need to present the internal organisation of the capitalist mode of production in its ideal average, so to speak.*" (MARX, CIIIb, p. 898).[10] Na *Introdução à crítica da economia política*, Marx afirma: "*O capital é a potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina. Tem de constituir tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada* [...]" (MARX, G, p. 60).

Portanto, a totalidade cujo modo de funcionamento ou cuja lei de movimento Marx dedica-se a estudar em *O capital*, empregando o método dialético, é a moderna sociedade burguesa, que se baseia no modo de produção capitalista, expressão de um sistema de relações fundado na relação social entre capitalistas e trabalhadores assalariados, ou, numa única palavra, o capitalismo. Assim, o capital constitui o objeto da dialética de *O capital* ou, alternativamente, *O capital* constitui a dialética – a *análise ou investigação* e a *síntese ou*

[10] Na edição de Engels: "[...] pretendemos expor apenas a organização interna do modo de produção capitalista, por assim dizer, em sua média ideal." (MARX, CIIIa, p. 893).

exposição – do capital.[11] De início, o capital é reconhecido como caótico pela percepção sensorial ou observação empírica. Primeiramente, por meio do processo de definição, deve-se reduzir a riqueza de suas múltiplas determinações aparentes mais concretas, complexas e particulares às suas determinações essenciais mais abstratas, simples e universais. Em segundo lugar, por meio do processo de derivação, deve-se mover das últimas para as primeiras. Por fim, o pensamento deduz logicamente uma concepção do capital "[...] *como uma rica totalidade de muitas determinações e relações.*" (MARX, G, p. 54).

Nas palavras de Lebowitz,

> How is such a conception of the vital connection of everything with everything developed? For Hegel and Marx, it was through the process of dialectical reasoning. But, that particular labour process of abstract reasoning was, for Marx, merely the purposeful activity 'by which thought appropriates the concrete, reproduces the concrete in the mind'. **His goal was to grasp capitalism as an organic system, a 'structure of society, in which all relations coexist simultaneously and support one another'. The prize that is won through Marx's 'power of abstraction' is the understanding of that concrete totality.** (LEBOWITZ, 2009, p. 84, grifo nosso).

Nas palavras de Likitkijsomboon,

> How does Marx tackle the problem of analysing the capitalist economy which is extremely complicated with great varieties of socioeconomic factors?
> […]
> The analytical task is then to identify all relevant categories out of the complexity of the available materials [análise ou investigação], and to examine their logical relationship in order to build an 'orderly' image of a pure[12] capitalist economy [síntese ou exposição]. (LIKITKIJSOMBOON, 1992, p. 408-409).

Nas palavras de Belluzzo,

> O sujeito (objeto) é o regime do capital plenamente constituído – e sua lei de movimento, tal como aparecem aos olhos do observador interessado. O deslindamento do objeto em questão obriga a uma *incursão retroativa* para que se possa chegar às categorias mais simples dessa totalidade complexa [análise ou investigação]. Daí é possível a exposição das conexões entre essas categorias elementares, abstratas e as formas mais desenvolvidas, concretas [síntese ou exposição]. (BELLUZZO, 2012, p. 43-44).

[11] Como se observará adiante, a obra em seu conjunto apresenta completamente apenas o movimento expositivo; este, no entanto, tem por pressuposto o movimento investigativo, que é apresentado apenas parcialmente.
[12] Aqui, o termo "puro" deve ser entendido no sentido de uma média ideal e não no sentido de um tipo ideal weberiano.

Por meio do processo de abstração, a mercadoria é obtida, entre todas as determinações constituintes da totalidade do capitalismo, como a mais abstrata e simples das determinações. A esse respeito, Marx escreve no *Prefácio da primeira edição*:

> Todo começo é difícil, e isso vale para toda ciência. Por isso, a compreensão do primeiro capítulo, em especial da parte que contém a análise da mercadoria, apresentará a dificuldade maior. No que se refere mais concretamente à análise da substância e da grandeza do valor, procurei popularizá-las o máximo possível. A forma de valor, cuja figura acabada é a forma-dinheiro, é muito **simples e desprovida de conteúdo**. Não obstante, o espírito humano tem procurado elucidá-la em vão há mais de 2 mil anos, ao mesmo tempo que obteve êxito, ainda que aproximado, na análise de formas muito mais **complexas e plenas de conteúdo**. Por quê? Porque é mais fácil estudar o **corpo desenvolvido** do que a **célula** que o compõe. Além disso, na análise das formas econômicas não podemos nos servir de microscópio nem de reagentes químicos. A força da abstração [*Abstraktionskraft*] deve substituir-se a ambos. **Para a sociedade burguesa, porém, a forma-mercadoria do produto do trabalho, ou a forma de valor da mercadoria, constitui a forma econômica celular.** Para o leigo, a análise desse objeto parece se perder em vãs sutilezas. Trata-se, com efeito, de sutilezas, mas do mesmo tipo daquelas que interessam à anatomia micrológica. (MARX, CI, p. 77-78, grifo nosso).

Portanto, a mercadoria é simples e desprovida de conteúdo e constitui a forma econômica celular, em contraste com o capital, que é complexo e pleno de conteúdo e constitui o corpo desenvolvido.[13] Conforme Belluzzo, "*A mercadoria, em sua dupla natureza de valor de uso e valor de troca é o ponto de partida da exposição porque exprime as "relações elementares" do modo de produção capitalista já constituído em todas as suas formas.*" (BELLUZZO, 2012, p. 44). Na passagem seguinte, Lebowitz examina o processo de abstração realizado por Marx, desde os *Manuscritos econômico-filosóficos*, passando pelos *Grundrisse*, até chegar a *O capital*, para obter a mercadoria como a determinação mais abstrata e simples do capitalismo:

> Whereas his 1844 [*Manuscritos econômico-filosóficos*] starting point was the concept of estranged/alienated labour, the mature Marx's logical journey to the understanding of capitalism began with the commodity. In the course of analysing the characteristics of money in his *Grundrisse* notebooks, it had become clear to him that the contradictions he was uncovering were already latent within the commodity; and, as he proceeded into an exploration of capital and the relation of capital and wage-labour, he identified the commodity as the logical starting point for the study of capitalism.
> In retrospect, the commodity seems like an obvious choice. Given his growing recognition that the purchase of labour-power as a commodity is a unique characteristic of capitalism – one which ensures that the product of workers is

[13] Jessop (2018) realiza um exame detalhado da utilização da metáfora da célula e do corpo por Marx e da influência da biologia celular em sua teoria econômica.

> estranged, alienated and a power over them as the result of a free transaction, it made much sense to begin by understanding exactly what a commodity is and what its sale entails. But this transparency is all in retrospect – it reflects Marx's success in tracking down the inner connections. (LEBOWITZ, 2009, p. 80-81).

A seguir, faz-se uma apresentação geral da *exposição* de *O capital*, mostrando-a como um processo de enriquecimento progressivo. Conforme Likitkijsomboon, "[…] *the dialectic of capital is on the whole the logical path of the self-unfolding process of capital from the most abstract-simple category to a fully developed, pure capitalist economy apparent on the surface.*" (LIKITKIJSOMBOON, 1992, p. 410).

> The logical starting-point for Marx is at the most abstract-simple categories of commodity and value. When these are thoroughly defined, and their inner-contradictions exposed, then come the more concrete-complex categories of value-form, money, exchange and so on, up to the logical result as the most concrete-complex category of the pure capitalist economy. When the analysis [leia-se: síntese ou exposição] moves on to the higher levels of determination, the preceding more abstract-simple categories are not abandoned but preserved as one aspect of the determination of the more concrete-complex, so that the final category of the pure capitalist economy is *both* one single most concrete-complex category of all and the totality of all the preceding categories. (LIKITKIJSOMBOON, 1992, p. 411).

O primeiro capítulo do livro I de *O capital* apresenta a mercadoria como um duplo de valor e valor de uso; por sua vez, as duas primeiras seções do livro I apresentam uma sucessão categorial que parte da mercadoria, passa pelo dinheiro e chega ao capital:

valor (tese) – valor de uso (antítese) – mercadoria (síntese)[14]

[14] Mais precisamente, na cadeia de categorias da dialética de *O capital*, a mais abstrata e simples das categorias, que representa o *termo abstrato-simples* e constitui a *tese* inicial, sendo ao mesmo tempo o *ponto de partida lógico* da *síntese ou exposição* e o ponto de chegada da *análise ou investigação*, é a categoria de valor ou, em outros termos, a forma-valor, e não a categoria de mercadoria. Marx inicia *O capital* com o seguinte parágrafo: "A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma "enorme coleção de mercadorias", e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa **investigação** começa, por isso, com a **análise** da mercadoria." (MARX, CI, p. 113, grifo nosso). Portanto, embora no conjunto da obra prevaleça o movimento expositivo, *O capital* inicia-se com o movimento investigativo, isto é, com a *análise* da mercadoria e a descoberta das determinações mais abstratas e simples subjacentes a ela, o valor e o valor de uso, relativamente às quais ela constitui uma determinação mais concreta e complexa, uma vez que é a unidade de ambas. Assim, a cadeia de categorias da dialética de *O capital* tem por *tese* inicial o valor, por primeira *antítese* o valor de uso e por primeira *síntese* a mercadoria. A fim de complementar a metáfora da célula e do corpo utilizada por Marx, pode-se dizer que se a mercadoria é representada pela célula, o valor e o valor de uso podem ser representados pelos componentes subcelulares (organelas etc.). Enfim, caso tivesse optado por omitir completamente o movimento investigativo e apresentar apenas o movimento expositivo, Marx poderia ter iniciado *O capital* com a *síntese ou exposição* do valor, em vez de com a *análise ou investigação* da mercadoria. Há na literatura um debate sobre a questão do ponto de partida de *O capital*; ver por exemplo: Arthur (2004, cap. 2), Banaji (1979), Caligaris e Starosta (2014), Murray (2016, cap. 18 e 19), Reuten (1993; 2000) e Starosta (2008). Conforme Arthur: "In these circumstances we endorse Jairus Banaji's ingenious suggestion that *Capital* has a *double* starting point: the commodity form of the product is the *analytical* starting point, from which we separate out value and use value, while this value forms the *synthetic*

mercadoria (tese) – dinheiro (antítese) – capital (síntese)

Inicialmente, a mercadoria (M) é posta como uma unidade de dois opostos: valor e valor de uso. Então, o dinheiro (D) é posto de maneira que a oposição interna entre valor e valor de uso contida na mercadoria venha a ser representada por meio de uma oposição externa entre mercadoria e dinheiro, a primeira representando o valor de uso e o segundo representando o valor. Até esse momento, a exposição limita-se à *circulação simples de mercadorias*, cujo ciclo tem a forma M-D-M, ou vender para comprar. Por fim, o capital é posto como valor que se valoriza assumindo alternadamente as formas de dinheiro e de mercadoria e, portanto, constituindo uma unidade desses opostos. Então, a exposição adentra na *circulação do dinheiro como capital*, cujo ciclo tem a forma D-M-D', ou comprar para vender.

A cada passo do processo de derivação, assiste-se a uma ampliação dos conteúdos das categorias anteriores já introduzidas. Quando posta, a mercadoria é apenas um produto do trabalho destinado à troca, sendo ao mesmo tempo um objeto útil e um suporte de valor; após a posição do dinheiro, apresenta-se a mercadoria-dinheiro, de maneira que uma mercadoria particular é excluída como equivalente universal e passa a expressar os valores de todas as outras mercadorias; e após a posição do capital, apresenta-se a mercadoria força de trabalho, de maneira que a produção de mercadorias torna-se produção capitalista de mercadorias, deixando de ser realizada por produtores independentes proprietários dos meios de produção e com a finalidade do consumo ou do valor de uso e passando a ser realizada por meio da relação social entre capitalistas e trabalhadores assalariados e com a finalidade da valorização do valor e da acumulação. Quando posto, o dinheiro funciona apenas como medida dos valores, meio de circulação e para fins de entesouramento; após a posição do capital, passa a funcionar como instrumento para a valorização do valor. Nesse sentido, Lebowitz afirma: "*The commodity, for*

---

point of departure for developing more complex relationships in the course of seeking how to ground it as the pure universal essence of the commodity." (ARTHUR, 2004, p. 30). Conforme Caligaris e Starosta: "Since it is in the synthetic phase only that the unfolding of the real movement or life of the subject-matter and hence the explanation actually takes place, the presentation of the findings of the dialectical inquiry could take, in principle, a fully synthetic form (Iñigo Carrera 1992, p. 41). However, this is not the way Marx structured his dialectical exposition in Volume I of *Capital* in general and in Chapter I in particular; this exposition tends to include, in a 'stylised' form, brief presentations of the analytic process (Iñigo Carrera 1992, p. 46). In a context where Marx was presenting his materialist-dialectical method for the first time, his decision to include the analytical phase in the exposition might have played the rôle of bringing out its specificity *vis-à-vis* Hegel's idealist procedure." (CALIGARIS E STAROSTA, 2014, p. 100); "Among all the places where Marx expounds this kind of materialist ideal reproduction, it is also probably in the first chapter of *Capital* where it can be found with utmost clarity and in a more 'stylised' form. Specifically, this reproduction only starts in section III of Chapter I, entitled 'The value-form, or exchange-value'. As argued elsewhere, strictly speaking the first two sections of that chapter are not part of the *synthetic* movement of the dialectical exposition but constitute its *analytical* prelude." (CALIGARIS E STAROSTA, 2014, p. 107).

example, looks different after development of the concepts of money, capitalist circulation and capitalist production and capital as a whole – and the same is true of money and, indeed, capital itself. They must." (LEBOWITZ, 2009, p. 85).

À medida que a derivação progride, ao longo do restante do livro I e dos livros II e III, a mercadoria, o dinheiro e o capital têm seus conteúdos ainda mais ampliados: por exemplo, a terra, que não possui valor, é apresentada como mercadoria, sendo comprada e vendida por um preço, e como capital, sua propriedade dando origem a uma renda prospectiva, e o dinheiro deixa de existir apenas nas formas de mercadoria-dinheiro, em sua corporeidade dourada ou prateada, e de signo de dinheiro, como papel-moeda que o representa, e passa a existir na forma de dinheiro creditício. Em razão disso, *O capital* deve ser abordado como uma totalidade: os conteúdos, os significados e as definições de suas categorias apenas podem ser corretamente apreendidos ao fim do livro III, quando a derivação termina e a totalidade do capitalismo é reproduzida "em sua média ideal" pelo pensamento. (PALLUDETO, 2016, cap. 4.3).

Nas palavras de Likitkijsomboon,

> […] Marx's *Capital* constitutes an organic whole of the dialectical development of capital. Thought constantly moves from the abstract-simple to the more and more concrete-complex, each step characterised by contradictions in the definitions (or determinations) of abstract-simple categories out of which the more concrete-complex are generated. **Thus, when one moves from the first chapter of *Capital* towards the next and so on, one finds that the image of the subject, 'capital', together with the definitions of the previously more abstract-simple now preserved in a new category, are continually *changing*. This shifting image and definition is nothing but the unfolding process of the subject, 'capital', at different levels of determination.** (LIKITKIJSOMBOON, 1992, p. 415, grifo nosso).

Nas palavras de Heinrich,

> If we begin to read *Capital*, we encounter certain difficulties. Particularly at the beginning, the text is not always very easy to understand. The three book's mere girth is also likely to act as a deterrent. Under no circumstances, however, should one be satisfied with reading only the first volume. **Since Marx represents his object of inquiry on different levels of abstraction that mutually imply and complement each other, the theory of value and surplus-value dealt with in the first volume can only be fully understood at the end of the third volume. What one believes to be understood after reading only the first volume is not only incomplete, but in fact distorted.** (HEINRICH, 2012, p. 9, grifo nosso).

Nas palavras de Rosdolsky,

> Admittedly, a certain levelling resulted from this popularization [da teoria marxista], particularly insofar as people restricted themselves to the first volume of *Capital*, making it more difficult to grasp the total context of Marx's work and its methodological presuppositions. (ROSDOLSKY, 1974, p. 63).

A estrutura geral de *O capital* divide-se em três livros[15], cada um deles apresentando o capital, respectivamente, como *processo direto de produção*, *processo de circulação* e *processo de produção como um todo* (ROSDOLSKY, 1974, p. 67-70; LIKITKIJSOMBOON, 1992, p. 411-413; HEINRICH, 2016, p. 105-106):

processo direto de produção (tese) – processo de circulação (antítese) – processo de produção como um todo (síntese)

O livro I (MARX, CI), que tem por subtítulo *O processo de produção do capital*, trata da produção capitalista como tal, isto é, do movimento do capital na esfera da produção, apresenta o capital *em si* e constitui uma *tese*. Nele, o capital é posto em sua unidade imediata, como *processo direto de produção* (...P...), apenas se pressupondo o *processo de circulação*, e apresenta-se de maneira abstrata, como capital em geral, apenas se pressupondo o *processo de distribuição* do capital social total ou a concorrência intercapitalista. São apresentadas as categorias mais abstratas de valor, mercadoria, dinheiro, capital constante e capital variável, mais-valor absoluto e mais-valor relativo e reprodução simples e reprodução ampliada (ou acumulação) do capital individual, entre outras.

O livro II (MARX, CII), que tem por subtítulo *O processo de circulação do capital*, trata da circulação capitalista, isto é, do movimento do capital na esfera da circulação, ainda apresenta o capital *em si* e constitui uma *antítese*. Nele, o capital é posto em sua contradição mediadora, como *processo de circulação* (D-M e M'-D', no ciclo do capital monetário; M'-D'-M, no ciclo do capital produtivo; e M'-D'-M e M', no ciclo do capital-mercadoria), apenas se pressupondo o *processo direto de produção*, e ainda se apresenta de maneira abstrata, como capital em geral, também apenas se pressupondo o *processo de distribuição* do capital social

[15] Os três livros de *O capital* foram escritos por Marx em momentos distintos. Apenas o livro I foi publicado em sua vida (1867) e revisado pelo autor. Os livros II e III, que foram publicados postumamente mediante edição de Engels (1885 e 1894, respectivamente), existiam na forma de manuscritos, encontravam-se em diferentes níveis de acabamento e estavam sujeitos a reavaliações quando de sua morte (1883) (HEINRICH, 2014; 2016). Ainda que se considere, conforme Heinrich (2016), que seja um equívoco tomar *O capital* como uma unidade, uma vez que os três livros apresentam desenvolvimentos não uniformes, uma vez que compostos por manuscritos escritos em momentos distintos da reflexão do autor – em particular os manuscritos que se converteram nos livros II e III, que se apresentam ainda em estágio de pesquisa –, entende-se aqui que é possível considerá-lo como expressão de um processo sistemático de *análise* e *síntese* dialéticas, que confere à obra uma direção geral no sentido da reprodução pelo pensamento do modo de produção capitalista.

total ou a concorrência intercapitalista. São apresentadas as categorias de grau intermediário de abstração-concretude de diferentes ciclos do capital (capital monetário, capital produtivo e capital-mercadoria), rotação do capital, capital fixo e capital circulante e reprodução simples e reprodução ampliada (ou acumulação) do capital social total, entre outras. Assiste-se então a uma ampliação dos conteúdos das categorias anteriores já introduzidas: por exemplo, a produção do mais-valor e a acumulação do capital, que foram apresentadas como tais em meio ao *processo direto de produção*, são agora apresentadas como condicionadas ao *processo de circulação*. A seção III do livro II, que apresenta os esquemas de reprodução ou o *processo de reprodução* do capital social total, já realiza a *síntese* entre o *processo direto de produção* e o *processo de circulação*, apresentando o *processo de produção como um todo* como a unidade resultante da relação de oposição entre ambos.

O livro III (MARX, CIIIa e CIIIb), que tem por subtítulo *As formas do processo como um todo*[16], trata das formas concretas e particulares que se desenvolvem a partir da produção capitalista como um todo, isto é, do movimento do capital tanto na esfera da produção como na esfera da circulação, apresenta o capital *em si e para si* e constitui uma *síntese*. Nele, o capital é posto em sua nova unidade imediata, como *processo de produção como um todo* (D-M...P...M'-D', no ciclo do capital monetário; P...M'-D'-M...P, no ciclo do capital produtivo; e M'-D'-M...P...M', no ciclo do capital-mercadoria), que compreende o *processo direto de produção* e o *processo de circulação*, e apresenta-se de maneira concreta, como muitos capitais individuais competindo entre si, isto é, como *processo de distribuição* do capital social total ou concorrência intercapitalista. São apresentadas as categorias mais concretas de lucro, preço de produção, capital comercial, capital portador de juros, capital fictício e renda fundiária, entre outras. Assiste-se então, mais uma vez, a uma ampliação dos conteúdos das categorias anteriores já introduzidas: por exemplo, em virtude do *processo de distribuição* do capital social total ou da concorrência intercapitalista, apresenta-se uma diferença quantitativa entre o mais-valor produzido e o lucro realizado pelo capital individual, correspondente à transformação do

[16] Tradução própria de "*Forms [Gestaltungen] of the process as a whole*", que é o subtítulo original presente no manuscrito de Marx do livro III (MARX, CIIIb). Engels, em sua edição do livro III (MARX, CIIIa), modificou-o para *O processo global da produção capitalista*. Moseley (2016a, p. 4-6) examina a mudança de significado entre um subtítulo e outro, considerando a modificação de Engels inapropriada: "Unfortunately, Engels deleted *Gestaltungen* from the title, and changed the title to *Gesammtprozess der kapitalistischen Produktion* [*The Process of Capitalist Production as a Whole*]. This title misses the main point of Marx's manuscript (which Engels maybe did not fully understand, as discussed above). Book III is indeed about capitalist production as a whole, in the sense of the unity of the process of production (Book I) and the process of circulation (Book II). But more precisely, Book III is about the *particular forms of appearance of capital and surplus-value* (profit, average profit, etc.) that develop out of the processes as a whole already theorised." (MOSELEY, 2016a, p. 5).

valor em preço de produção. Ao fim do livro III, conclui-se a reprodução pelo pensamento da totalidade do modo de produção capitalista.[17]

Conforme Likitkijsomboon,

> This totality is posited as such with all the previous contradictions preserved, existing as a perpetual process of unity and contradictions of capitalist production, circulation and distribution through cycles and crises. It is the pure image of capitalist economy apparent to the observer, i.e. as the appearance vis-à-vis its own essence in the production and circulation spheres. (LIKITKIJSOMBOON, 1992, p. 413).

Nas palavras de Rosdolsky,

> […] Volumes I and II of *Capital* are also limited, in Marx's own words, merely to the "abstract view of the phenomenon of capital formation," i.e., they are confined to the analysis of the process of circulation and reproduction "in its fundamental form" – to the consideration of "capital in general." *The actual methodological difference begins only with Volume III*. As is well known, this volume was intended to investigate those formations of capital which "gradually approach the form … in which they themselves appear on the surface of society, *in the action of different capitals vis-à-vis one another in competition*, and in the normal consciousness of the producers." At this point the investigation of "capital in general" is left behind. (ROSDOLSKY, 1974, p. 70).

Marx inicia o livro III com o seguinte parágrafo, que contém informações esclarecedoras a respeito da estrutura geral de *O capital*:

> We have seen that the production process, considered as a whole, is a unity of the processes of production and circulation. This point was examined more closely when we considered the circulation process as a process of reproduction (in Chapter Four of Book Two). It cannot be the purpose of the present book to make general reflections on this 'unity'. What is necessary is rather to discover and present the concrete forms [*Formen*] which grow out of the process of capital, considered as a whole. (In their actual movement, capitals confront each other in certain concrete forms, for which both the shape of capital in the direct production process and its shape in the process of circulation appear merely as particular aspects of their movement. The forms [*Gestaltungen*] of capital, as we develop them in this book, thus come closer, step by step, to the form [*Form*] in which they appear at the surface of society, in the everyday consciousness of the agents of production themselves and finally in the action of the different capitals upon each other, namely competition.) (MARX, CIIIb, p. 49).[18]

[17] Na verdade, ainda que tivesse esse propósito, dado o caráter inacabado da obra, Marx não chegou a completar essa tarefa.

[18] Na edição de Engels: "No Livro I, investigamos os modos de manifestação que o *processo de produção* capitalista, considerado em si mesmo, apresenta como processo direto de produção; nessa análise, ainda abstraíamos de todos os efeitos secundários provocados por circunstâncias alheias a ele. Mas o processo direto de produção não esgota a biografia do capital. Ele é complementado, no mundo real, pelo *processo de circulação*, que constituiu o objeto das investigações do Livro II. Nesse último, especialmente na seção III, dedicada à análise

Em seu conjunto, a *exposição* de *O capital* apresenta-se assim:

valor – valor de uso – mercadoria – dinheiro – capital (processo direto de produção) – capital (processo de circulação) – capital (processo de produção como um todo)

Assim como as categorias têm seus conteúdos ampliados e são redefinidas conforme a exposição progride, também se deve entender que as leis econômicas formuladas em *O capital* não reproduzem o modo de funcionamento da realidade imediatamente, isto é, tal como sua formulação apresenta-se em níveis mais abstratos da exposição, mas apenas por meio de uma série de mediações, isto é, tal como sua formulação apresenta-se no nível mais concreto da exposição. Por exemplo, como se observará nos capítulos subsequentes, a *lei do valor* tem seu conteúdo ampliado mediante a transformação de valores em preços de produção: no livro I, no contexto da *circulação simples de mercadorias* ou da produção de mercadorias, as mercadorias são trocadas por seus valores; no livro III, no contexto da *circulação do dinheiro como capital* ou da produção capitalista de mercadorias e da concorrência intercapitalista, as mercadorias passam a ser trocadas por seus preços de produção.

Nas palavras de Rosdolsky,

> Up to now very little consideration has been given to the high level of conceptual abstraction in Marx's *Capital*. Many objections by academic critics of Marx could have been avoided had there been clear understanding on this point. In truth, only a few critics of Marx have understood that **the underlying assumption found in the first two volumes of this work, namely that commodities are exchanged at their value, is of purely methodological character, and is not intended to express anything about concrete reality.** (The so-called Bortkiewicz-problem that has even confused a few Marxists, also belongs in this category.) But these are trivial objections which result from misunderstanding the structure of Marx's work. In the first two volumes, Marx intentionally ignores such issues as the average rate of profit, production prices which deviate from values, etc. – these volumes deal exclusively with "capital *in general*." (ROSDOLSKY, 1974, p. 67-68, grifo nosso).

---

do processo de circulação como mediação do processo social de reprodução, mostramos que o processo de produção capitalista, considerado como um todo, consiste na unidade de processo de produção e processo de circulação. Neste Livro III, nosso objetivo não poderia ser o de desenvolver reflexões gerais sobre essa unidade. Trata-se, antes, de descobrir e expor as formas concretas que brotam do *processo de movimento do capital considerado como um todo*. Em seu movimento real, os capitais se confrontam em formas concretas, para as quais a configuração do capital no processo direto de produção, do mesmo modo que sua configuração no processo de circulação, aparece apenas como momento particular. Assim, as configurações do capital, tal como as desenvolvemos neste livro, aproximam-se passo a passo da forma em que se apresentam na superfície da sociedade, na ação recíproca dos diferentes capitais, na concorrência e no senso comum dos próprios agentes da produção." (MARX, CIIIa, p. 53). O capítulo 4 do manuscrito original de Marx do livro II corresponde à seção III da edição de Engels do livro II de *O capital*.

> […] in Marx's work – as he himself said of Ricardo – theory must work itself out of the wealth of its living substratum, out of those very appearances which seem to contradict it. Furthermore, theory cannot be applied to real developments in a state of constant flux without the necessary **mediations**. (ROSDOLSKY, 1974, p. 71, grifo nosso).

Mazzucchelli, lidando com uma outra lei econômica formulada por Marx, a *lei da queda tendencial da taxa de lucro*, e tendo por objetivo "[...] *apreender o sentido das crises e das tendências gerais do capitalismo a partir dos escritos de Marx.*" (MAZZUCCHELLI, 2004, p. 3), também alerta para a necessidade de se fazerem mediações entre a teoria e a realidade:

> Na verdade, salvo contadas exceções, a literatura econômica de inspiração marxista, apesar de abundante, pouco parece ter avançado em relação ao tema que nos propusemos discutir. Sua maior limitação decorre, a nosso juízo, de uma tentativa obsessiva em "aplicar" os resultados teóricos de Marx ao "movimento real do capital", sem **mediações** de qualquer índole, sejam teóricas ou históricas. O resultado é a vulgarização da teoria e a correspondente perda de compreensão dos "fenômenos reais". A nosso ver, a notável construção de Marx esclarece definitivamente as determinações imanentes e as leis gerais de movimento do modo capitalista de produção. O conhecimento, contudo, não se esgota na consideração de tais leis e determinações. Seu avanço exige **mediações**, tanto no plano da teoria como no plano da história. (MAZZUCCHELLI, 2004, p. 3, grifo nosso).

Ademais, apesar de a exposição realizar-se por meio de contradições, a cadeia de categorias da dialética de *O capital* constitui um sistema lógico dotado de consistência interna. Por exemplo, como se observará nos capítulos subsequentes, embora haja uma contradição entre a troca das mercadorias por seus valores e a troca das mercadorias por seus preços de produção, esta não deve ser entendida como uma inconsistência lógica da construção teórica de Marx, mas como um resultado da comparação entre dois momentos distintos, um mais abstrato e outro mais concreto, da exposição da *lei do valor*, cujo propósito é explicar a maneira como ocorre o processo de reprodução de uma sociedade voltada à valorização permanente do valor.

Nas palavras de Rubin,

> Once we speak of the dialectical development of categories, we presuppose that the entire system of Marx's economic categories represents a single, orderly system that entails the **internal unity and consistency** of all its parts. In other words, we presuppose a single, orderly system of economic categories that reflects a system of production relations between people even though it is replete with the greatest contradictions. (RUBIN, 2018, p. 732, grifo nosso).

Enfim, na cadeia de categorias da dialética de *O capital*, a mercadoria[19], a mais abstrata e simples das categorias, representa o *termo abstrato-simples* e constitui a *tese* inicial, sendo ao mesmo tempo o *ponto de partida lógico* da *síntese ou exposição* e o ponto de chegada da análise ou investigação; e o capital, enquanto *processo de produção como um todo*, a mais concreta e complexa das categorias, representa o *todo concreto-complexo* e constitui a *síntese* final, sendo ao mesmo tempo o *ponto de partida real* da *análise ou investigação* e o ponto de chegada da síntese ou exposição, bem como o ponto de partida e o ponto de chegada da dialética. A mercadoria contém implicitamente, é potencialmente ou *em si* e, portanto, pressupõe todas as categorias mais concretas e complexas da totalidade do capitalismo e tem por *fundamento real* o capital, enquanto *processo de produção como um todo*; e o capital, enquanto *processo de produção como um todo*, contém explicitamente, é efetivamente ou *em si e para si* e, portanto, pressupõe todas as categorias mais abstratas e simples da totalidade do capitalismo e tem por *fundamento lógico* a mercadoria. Portanto, a dialética de *O capital* constitui, no conjunto de seu duplo movimento, um círculo de categorias dialeticamente relacionadas, cuja totalidade, o capitalismo, é autodeterminada e absoluta. (LIKITKIJSOMBOON, 1992, p. 411).

> In this way, it can be said that Marx's dialectic of capital, like Hegel's Ideia, forms a self-determined system of the pure capitalist economy. The totality of this pure capitalism is the *explicit* form of capital, or capital in and for itself, i.e. explicitly containing all other categories and their relation within its own unity. On the other hand, the first categories of commodity, labour, and value can be regarded as capital in its *implicit* form, or capital in itself, viz., implicitly including all the later-coming categories up to the totality of capitalism within itself, which can be made explicit by dialectical progression towards the concrete-complex whole. (LIKITKIJSOMBOON, 1992, p. 411).

1.4 A dialética materialista e a crítica da economia política

Embora Hegel e Marx compartilhem o entendimento de que a dialética é o método cientificamente correto, existem algumas diferenças entre as concepções particulares de cada um a respeito dela que merecem ser ressaltadas. Enquanto para Hegel, segundo sua interpretação convencional, o pensamento cria a realidade, para Marx o pensamento apenas reproduz a realidade já existente. Em outras palavras, para Hegel existe uma precedência do conhecimento ou do sujeito relativamente à existência material ou ao objeto, e para Marx existe uma precedência da existência material ou do objeto relativamente ao conhecimento ou ao

[19] Mais precisamente, o valor. Ver nota de rodapé 14 na página 33.

sujeito.[20] Nesse sentido, diz-se que a dialética de Hegel é idealista, e a de Marx, materialista. Conforme Likitkijsomboon, "*Marx rejects Hegel's philosophy on the grounds that it postulates an abstract entity called "the Ideia" as the Subject of dialectic whereas the material world is merely the outward expression of it.*" (LIKITKIJSOMBOON, 1992, p. 413). A esse respeito, Marx escreve na *Introdução à crítica da economia política*:

> [...] **Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo, enquanto o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto.** P. ex., a categoria econômica mais simples, digamos, o valor de troca, supõe a população, população produzindo em relações determinadas; [supõe] também um certo tipo de família – ou comunidade – ou de Estado etc. Não pode jamais existir, exceto como relação abstrata, unilateral, de um todo vivente, concreto, já dado. Como categoria, ao contrário, o valor de troca leva uma vida antediluviana. Por essa razão, para a consciência para a qual o pensamento conceitualizante é o ser humano efetivo, e somente o mundo conceituado enquanto tal é o mundo efetivo – e a consciência filosófica é assim determinada –, o movimento das categorias aparece, por conseguinte, como o ato de produção efetivo – que, infelizmente, recebe apenas um estímulo do exterior –, cujo resultado é o mundo efetivo; e isso – que, no entanto, é uma tautologia – é correto na medida em que a totalidade concreta como totalidade de pensamento, como um concreto de pensamento, é de fato um produto do pensar, do conceituar; mas de forma alguma é um produto do conceito que pensa fora e acima da intuição e da representação, e gera a si próprio, sendo antes produto da elaboração da intuição e da representação em conceitos. O todo como um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, um modo que é diferente de sua apropriação artística, religiosa e prático-mental. O sujeito real, como antes, continua a existir em sua autonomia fora da cabeça; isso, claro, enquanto a cabeça se comportar apenas de forma especulativa, apenas teoricamente. Por isso, também no método teórico o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação. (MARX, G, p. 54-55, grifo nosso).

Também a esse respeito, Marx escreve no *Posfácio da segunda edição*:

> Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o **processo de pensamento**, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do **processo efetivo**, o qual constitui apenas a manifestação externa do

[20] Aqui, o termo "sujeito" designa o ser pensante, e o termo "objeto" designa a coisa pensada. O termo "sujeito", no entanto, também possui um outro significado, o de entidade que subordina todas as demais, comanda todos os processos e impõe sua própria lógica. Na dialética idealista de Hegel, a ideia representa tanto o sujeito como ser pensante como o sujeito como entidade subordinadora, comandante e impositiva; e na dialética materialista de Marx, o capital representa tanto o objeto como coisa pensada como o sujeito como entidade subordinadora, comandante e impositiva.

> primeiro. Para mim, ao contrário, o **ideal** não é mais do que o **material**, transposto e traduzido na cabeça do homem. (MARX, CI, p. 90, grifo nosso).

Em decorrência disso, para Hegel a exposição possui tanto um caráter lógico-genético como um caráter histórico-genético, e para Marx a exposição possui apenas um caráter lógico-genético. Para Hegel, à medida que as categorias, em sua existência ideal, são introduzidas no processo de derivação, essas mesmas categorias, em sua existência real, surgem historicamente. Nesse caso, a totalidade é apresentada tanto em sua *articulação lógica* como em seu *processo histórico*, e o desenvolvimento lógico das categorias deve corresponder a seu desenvolvimento histórico, isto é, a ordem em que as categorias aparecem idealmente ao longo da exposição deve corresponder à ordem em que elas aparecem realmente no decorrer da história. Para Marx, ao contrário, todas as categorias, em sua existência real, já devem ter surgido historicamente antes que se possa relacioná-las, em sua existência ideal, no processo de derivação. Nesse caso, a totalidade é apresentada apenas em sua *articulação lógica*, e o desenvolvimento lógico das categorias não deve corresponder a seu desenvolvimento histórico, isto é, a ordem em que as categorias aparecem idealmente ao longo da exposição não deve corresponder à ordem em que elas apareceram realmente no decorrer da história.

Viu-se que na cadeia de categorias da dialética todas as categorias pressupõem umas às outras: as categorias mais abstratas e simples têm as categorias mais concretas e complexas como *pressuposto real*, e as categorias mais concretas e complexas têm as categorias mais abstratas e simples como *pressuposto lógico*. Vê-se agora, no entanto, que o caráter temporal dessa pressuposição é diferente entre Hegel e Marx. Para Hegel, cada uma das categorias pressupõe a existência das demais em momentos históricos distintos, de maneira que, em sua existência real, as categorias devem suceder cronologicamente umas às outras; e para Marx, cada uma das categorias pressupõe a existência simultânea das demais, de maneira que, em sua existência real, todas as categorias devem coexistir temporalmente. A título de ilustração, na *Fenomenologia do espírito*, Hegel utiliza a metáfora da semente e da árvore para representar, respectivamente, o ponto de partida e o ponto de chegada da exposição; e em *O capital*, Marx utiliza a metáfora da célula e do corpo para representar, respectivamente, a mercadoria, o ponto de partida, e o capital, o ponto de chegada da exposição.[21] Note-se que a semente e a árvore, embora pressuponham uma à outra, existem em momentos históricos distintos, e nesse caso a exposição mostra tanto a *articulação lógica* existente entre ambas como o *processo histórico* por meio do qual a primeira transforma-se na segunda; ao passo que a célula e o corpo, além de

[21] Ver citação na página 32.

pressuporem um ao outro, existem simultaneamente, e nesse caso a exposição mostra apenas a *articulação lógica* existente entre ambos.

Nas palavras de Likitkijsomboon,

> [...] [Marx] criticises Hegel on the grounds that he mistakenly takes the **logical route** from abstract-simple to the concrete-complex **in thought** as the **actual process in reality** so that the concrete-complex reality appears to be the end-product of the unfolding process of the abstract-simple categories […] (LIKITKIJSOMBOON, 1992, p. 413, grifo nosso).

> […] **Marx's analysis** [leia-se: síntese ou exposição] **in *Capital* is purely logical in nature, namely, dealing with the pure form of the capitalist mode of production, in which the historical materials serve as illustrations.** 'Up to the present time, their classic ground is England. That is the reason why England is used as the chief illustration in the development of my theoretical ideas' (Marx, KI, p. 19). Moreover, for Marx, the sequence of categories is determined by their **relative levels of determination** within the full form of capitalism, *not* by their **historical order**. (LIKITKIJSOMBOON, 1992, p. 410, grifo nosso).

Nas palavras de Lebowitz, "[…] *Marx completely rejected Hegel's premise that the movement from abstract to concrete, from simple to complex in the* ***process of thought*** *parallels the* ***real process of development****, 'the process by which the concrete itself comes into being'* […]" (LEBOWITZ, 2009, p. 74, grifo nosso).

> Marx as well clearly rejected Hegel's association of the **logical order** of categories with the **historical order**, the sequence in which the economic categories were 'historically decisive' – a rejection which Lukács called Marx's 'methodologically decisive criticism of Hegel'. (LEBOWITZ, 2009, p. 83-83, grifo nosso).

Em todo *O capital*, Marx tem por objeto de estudo a moderna sociedade burguesa ou o modo de produção capitalista já plenamente constituídos. Seu interesse não está em relatar o *processo histórico* por meio do qual essa forma de organização social ganhou existência, por meio do qual ela desenvolve-se e por meio do qual ela chegará a seu termo, mas em apresentar a *articulação lógica* existente entre os vários elementos que a compõem, enunciando suas leis próprias de funcionamento e explicando como ela se reproduz. Assim, por exemplo, as sucessões categoriais entre mercadoria, dinheiro e capital e entre *circulação simples de mercadorias* (ou produção de mercadorias, realizada por produtores independentes com a finalidade do consumo) e *circulação do dinheiro como capital* (ou produção capitalista de mercadorias, realizada por meio da relação social entre capitalistas e trabalhadores assalariados com a finalidade da valorização do valor e da acumulação) não dizem respeito à maneira como

essas categorias, em sua existência real, evoluíram historicamente, mas à maneira como elas, em sua existência ideal, encontram-se logicamente articuladas no interior da totalidade sob estudo, conforme seus graus específicos de abstração-concretude e num momento histórico específico. Não se deve entender, portanto, que a mercadoria existiu historicamente antes do dinheiro e este antes do capital, nem que a *circulação simples de mercadorias* constituiu uma etapa do desenvolvimento social anterior à *circulação do dinheiro como capital*, como se essas categorias tivessem sucedido cronologicamente umas às outras, mas que elas relacionam-se entre si por meio dessa hierarquia lógica no interior da sociedade capitalista, na qual coexistem temporalmente. Apenas no capítulo 24 do livro I, *A assim chamada acumulação primitiva*, Marx dedica-se ao estudo do processo de formação do capitalismo; no entanto, a despeito de sua grande relevância para a compreensão e explicação da gênese histórica dessa forma de organização social, esse capítulo encontra-se no fim do livro e não em seu início e é introduzido de maneira acessória à exposição de *O capital*. Enfim, pode-se dizer, em resumo, que em sua exposição do capitalismo em *O capital*, Marx percorre uma trajetória lógica e não histórica.

Nas palavras de Belluzzo,

> Não se trata de um movimento próprio da dialética hegeliana de "passagem" (superação com conservação) da mercadoria para o dinheiro, do dinheiro para o capital, do capital industrial para o capital a juros e o sistema de crédito. Marx realiza a operação inversa: apresenta a mercadoria, o dinheiro e as relações de trabalho, as forças produtivas e a acumulação e reprodução do capital como **momentos do modo de produção capitalista já constituído em todas as suas formas.** O processo de desvendamento das conexões internas desse modo de produção é, ao mesmo tempo, um desdobramento das *formas* que levam à "universalização da sede de acumulação de riqueza abstrata". (BELLUZZO, 2012, p. 44, grifo nosso).

Nas palavras de Heinrich,

> […] Marx explicitly states that he is concerned neither with the **history of capitalism** nor with a specific historical phase of capitalism, but rather with a **"theoretical" analysis of capitalism**: examined are the essential determinants of capitalism, those elements which must remain the same regardless of all historical variations so that we may speak of "capitalism" as such. What is portrayed is therefore not a (historically or geographically) specific capitalism, but rather, as Marx says at the end of the third volume of *Capital*, "We are only out to present the internal organization of the capitalist mode of production, its ideal average, as it were" (*Capital*, 3:970).
> […] if the analysis is carried out at the level of the "ideal average" of the capitalist mode of production, then it actually provides the categories that must underlie any research into the history of capitalism or a particular phase.
> The notion that one must know history in order to understand the present has a certain justification when applied to the history of events, but not for the structural history of a society. Rather, the opposite is the case: to examine the *constitution* of a particular

> social and economic structure, one has to be already familiar with the *completed* structure. Only then will one know what to look for in history. […]
> For this reason, the "historical" passages in *Capital* come *after* the (theoretical) depictions of the corresponding categories and not before: thus the well-known chapter about the "So-called Primitive Accumulation," which concerns the emergence of the "free" wage laborer as a precondition of the capital relationship, is placed not at the beginning but at the end of the first volume of *Capital*. The historical passages *complement* the theoretical account, but they don't *constitute* the theoretical account. (HEINRICH, 2012, p. 31-32, grifo nosso).[22]

A esse respeito, Marx escreve na *Introdução à crítica da economia política*:

> Seria impraticável e falso, portanto, deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na **sequência em que foram determinantes historicamente.** A sua ordem é determinada, ao contrário, pela **relação que têm entre si na moderna sociedade burguesa**, e que é exatamente o inverso do que aparece como sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico. Não se trata da **relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão de diferentes formas de sociedade**. Muito menos de sua ordem "na ideia" ([como em] Proudhon) (uma representação obscura do movimento histórico). Trata-se, ao contrário, de **sua estruturação no interior da moderna sociedade burguesa**. (MARX, G, p. 60, grifo nosso).

Assim, na cadeia de categorias da dialética de *O capital*, a mercadoria, o dinheiro, o capital, a *circulação simples de mercadorias*, a *circulação do dinheiro como capital* e todas as demais categorias pressupõem a existência simultânea umas das outras e coexistem temporalmente. Não obstante, é possível que as categorias, em sua existência real, tenham tido origem em momentos históricos distintos: por um lado, é possível que categorias mais abstratas e simples, que são introduzidas anteriormente no processo de derivação, tenham aparecido antes

[22] Alguns autores, apesar de darem contribuições teóricas relevantes ao tema, por diversas vezes parecem sugerir uma interpretação historicista da exposição de *O capital*, contrária à defendida aqui; por exemplo, Rubin afirma: "Thus the production relations of a capitalist economy and its corresponding economic categories constitute a single, determinate system of interconnected parts, in which **one form arises historically from another form** and operates on the basis of that other form." (RUBIN, 2018, p. 743, grifo nosso), "We know how this social form of capital emerged. We know that **a simple commodity economy previously existed**, although it was not yet adequately developed, and that it represented a unity of productive forces and their social forms. In particular, there existed in the simple commodity economy, although not yet adequately developed, the social form of value. We know that, precisely due to pressure from development of material productive forces, **the production relations between simple commodity producers grew over into production relations of the capitalist type.** We know that this growing over was not merely quantitative but was also qualitative; **it was an entire historical upheaval, a leap.** Bessonov accuses me of making no allowance for a leap between different social formations. I wrote explicitly in my Essays (p. 102) that 'An enormous historical revolution (described by Marx in the chapter on primitive capitalist accumulation) was necessary for the transformation of money into capital'." (RUBIN, 2018, p. 744, grifo nosso). Na última citação, Rubin confunde equivocadamente a passagem lógica da *circulação simples de mercadorias* para a *circulação do dinheiro como capital*, ou a transformação do dinheiro em capital, que ocorre entre as seções I e II do livro I, com a história da formação do capitalismo, isto é, a passagem histórica do feudalismo para o capitalismo, ou a acumulação primitiva, que é descrita no capítulo 24 do livro I.

que as demais no decorrer da história (por exemplo, a mercadoria e o dinheiro surgiram historicamente antes que o capital industrial); por outro lado, também é possível que categorias mais concretas e complexas, que são introduzidas posteriormente no processo de derivação, tenham aparecido antes que as demais no decorrer da história (por exemplo, o capital usurário e o juro surgiram historicamente antes que o capital industrial e o lucro). No entanto, essas categorias apenas passam a existir em sua forma pura e mais desenvolvida ou em sua perfeição depois do surgimento histórico do capitalismo, a totalidade no interior da qual elas existem simultaneamente. (LIKITKIJSOMBOON, 1992, p. 410-411).

Enfim, em resumo, são quatro os atributos da dialética materialista de Marx que a diferenciam da dialética idealista de Hegel: i) a precedência da realidade objetiva relativamente ao pensamento subjetivo, ii) o caráter estritamente lógico-genético da exposição, iii) a não correspondência entre a ordem lógica e a ordem histórica das categorias e iv) a coexistência temporal das categorias. Todos esses atributos podem ser identificados na seguinte passagem da *Introdução à crítica da economia política*:

> Como em geral em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça, e que, por conseguinte, as categorias expressam formas de ser, determinações de existência, com frequência somente aspectos singulares, dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a sociedade, *também do ponto de vista científico*, de modo algum só começa ali onde o discurso é sobre ela *enquanto tal*. É preciso ter isso em mente, porque oferece elemento decisivo para a subdivisão. (MARX, G, p. 59).

Em razão dessas diferenças é que Marx escreve, no *Posfácio da segunda edição*, que em Hegel a dialética encontra-se de cabeça para baixo e que é preciso desvirá-la para que se possam preservar seus elementos racionais e para que se possa desfazer de seus elementos místicos:

> A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico. (MARX, CI, p. 91).

Conforme Lênin,

> Se Marx não deixou uma "*Lógica*" (com letra maiúscula), deixou a lógica de *O capital*, e isso deveria ser utilizado profundamente nesta questão. Em *O capital* aplica-se a uma ciência a lógica, a dialética, a teoria do conhecimento <não são necessárias

> três palavras: é uma coisa só> do materialismo, que tomou tudo o que há de valioso em Hegel e fez esse valioso avançar. (LÊNIN, 2018, p. 327).[23]

Ao mesmo tempo em que estuda o capitalismo como uma totalidade em *O capital*, Marx reconhece que o capitalismo trata-se de uma totalidade menor limitada dentro de uma outra totalidade maior, que é a história das diversas formas de organização social. No decorrer da história, a moderna sociedade burguesa ou o modo de produção capitalista constituem uma forma de organização social transitória, que teve início e que poderá ter fim em momentos históricos específicos, tendo sido precedida pelo feudalismo e podendo ser sucedida pelo comunismo. Assim, pode-se dizer que a *teoria econômica* de Marx, também conhecida por *crítica da economia política*, presente em obras de sua maturidade, tais como os *Grundrisse* e *O capital*, e que visa a compreender e explicar o modo de funcionamento ou a lei de movimento do capitalismo, estudando-o como uma totalidade plenamente constituída, encontra-se inserida dentro de sua *teoria da história*, também conhecida por *materialismo histórico*, presente em obras de sua juventude, tais como *A ideologia alemã* e o *Manifesto comunista*, e que visa a compreender e explicar as leis de transformação de uma forma de organização social em outra, estudando tanto o processo de formação como o processo de extinção do capitalismo. Ambas as teorias constituem momentos de sua *teoria social*, e tanto em uma como em outra Marx emprega o método dialético.[24]

---

[23] Enfim, também se deve entender que a *exposição* não pode consistir na mera sobreposição de uma cadeia de categorias estruturada com base na tríade *tese-antítese-síntese* e concebida mentalmente pelo cientista sobre um objeto de estudo qualquer. Convém relembrar que o método dialético tem por objetivo reproduzir idealmente a totalidade real sob perspectiva; portanto, a maneira como a *exposição* configura-se – isto é, quais são a determinação e a posição de cada categoria e as relações existentes entre todas as categorias – não pode ser determinada a priori pela concepção mental do cientista, mas deve ser obtida a posteriori a partir do que a própria realidade informa. A esse respeito, na *Miséria da filosofia*, Marx afirma que a exposição realizada por Proudhon sofre de tal inadequação; e em *Carta a Engels* datada de 1 de fevereiro de 1858, condena tal "aplicação" inapropriada do método por Lassalle: "It is plain to me from this one note that, in his second grand opus, the fellow intends to expound political economy in the manner of Hegel. He will discover to his cost that it is one thing for a critique to take a science to the point at which it admits of a dialectical presentation, and quite another to apply an abstract, ready-made system of logic to vague presentiments of just such a system." (MARX, C1858).

[24] Na *teoria da história* de Marx, cada forma de organização social particular é determinada por seu modo de produção particular e por suas classes sociais particulares; as classes sociais particulares são determinadas de acordo com as funções que exercem na relação de produção social própria de cada modo de produção particular; cada forma de organização social particular constitui uma unidade de opostos, resultando da existência conjunta de suas classes sociais particulares, que guardam uma relação contraditória entre si; e o processo de transformação social, correspondente à substituição de um modo de produção particular por outro, resulta da luta de classes. Os atributos da dialética materialista de Marx mencionados acima (ver página 47) são válidos para o emprego que Marx faz da dialética na elaboração de sua *teoria econômica*, mas não para seu emprego em sua *teoria da história*. Nesta, o objeto de estudo é o próprio processo histórico, de maneira que, mantido o primeiro atributo da precedência da realidade objetiva relativamente ao pensamento subjetivo, os outros três atributos devem ser invertidos: a exposição possui tanto um caráter lógico-genético como um caráter histórico-genético, há uma correspondência entre a ordem lógica e a ordem histórica das categorias, e as categorias não coexistem temporalmente.

O reconhecimento da transitoriedade do capitalismo ou, em outras palavras, o fato de sua *teoria econômica* estar inserida dentro de uma *teoria da história*, constitui uma importante diferença de Marx relativamente aos economistas políticos clássicos – Smith, Ricardo etc. –, que fundamenta sua crítica à economia política. Ao contrário dos últimos, que entendem que o capitalismo possui existência universal (em todos os espaços) e trans-histórica (em todos os tempos), Marx entende o capitalismo como uma forma de organização social espacialmente e temporalmente determinada e reconhece que as leis econômicas formuladas em *O capital* apenas podem ser consideradas válidas dentro de um recorte geográfico e histórico específico.[25] (ROSDOLSKY, 1974, p. 65-67).

Nas palavras de Heinrich,

> **Although *Capital* is first and foremost a theoretical work (which analyzes a *fully developed* capitalism) and not a historical work (concerned with the *development* of capitalism), the depiction is not ahistorical in the sense that contemporary economics to a large extent is.**[26] Economics assumes there is a general problem of economic activity that exists in every society – production must occur; scarce means have to be distributed, and so forth. This problem, which is assumed to remain constant throughout all historical phases, is then examined using essentially the same categories (thus some economists view the hand axe of the Neanderthal as a sort of capital). Marx, on the other hand, realizes that capitalism is a particular historical mode of production, which is fundamentally different from other modes of production such as ancient slaveholding societies or the feudalism of the Middle Ages. In this respect, every one of these specific modes of production contains specific relationships that have to be described with categories that only retain their validity with regard to these modes of production. **In this sense, the categories that describe the capitalist mode of production are "historical" and in no way transhistorical categories; they are valid only for the historical phase in which capitalism is the dominant mode of production.** (HEINRICH, 2012, p. 32, grifo nosso).

Por não historicizar o capitalismo, a economia política clássica apenas percebe as relações econômicas capitalistas tais como elas são em sua *aparência*, entendendo-as de maneira *naturalizada* e *reificada*, isto é, como condições naturais e como características próprias das coisas. Por exemplo, ela entende que o homem possui uma propensão natural à troca, que o trabalho assalariado constitui a forma natural do trabalho, que a mercadoria

[25] Para evitar confusão, convém distinguir entre dois significados do adjetivo "histórico". Por um lado, a exposição de Marx em sua *teoria econômica* é histórica no sentido de que se restringe a um momento histórico específico e reproduz a totalidade sob estudo tal como ela existe nesse momento. Por outro lado, a exposição de Hegel, bem como a de Marx em sua *teoria da história*, é histórica no sentido de que abrange os vários momentos do processo histórico e produz (no caso de Hegel) ou reproduz (no caso de Marx) as transformações da totalidade sob estudo ao longo desses vários momentos.

[26] O caráter a-histórico atribuído por Heinrich à economia contemporânea foi igualmente atribuído por Marx à economia política clássica.

constitui a forma natural dos produtos do trabalho, que o dinheiro constitui a forma natural do ouro e da prata e que o capital constitui a forma natural dos meios de produção. Assim, os produtos do trabalho obtêm valor e são trocados, existindo como mercadoria, o ouro e a prata medem os valores dos produtos e mediam sua circulação, existindo como dinheiro, e os meios de produção servem à valorização do valor, existindo como capital, em si e por si mesmos, e não no interior de uma forma de organização social particular. "*Through such a naturalization of social relationships, it appears as if things have the properties and autonomy of subjects.*" (HEINRICH, 2012, p. 34). Essa concepção das relações econômicas capitalistas não é exclusiva dos economistas, mas compartilhada pelos próprios agentes econômicos.

Nas palavras de Heinrich,

> […] **the *naturalization and reification* of social relationships is in no way the result of a mistake by individual economists, but rather the result of an image of reality that develops independently as a result of the everyday practice of the members of bourgeois society.** At the end of the third volume of *Capital*, Marx can therefore establish that people in bourgeois society inhabit "the bewitched, distorted and upside-down world" and that this "religion of everyday life" (*Capital*, 3:969) is not only the basis of everyday consciousness, but also constitutes the background for the categories of political economy. (HEINRICH, 2012, p. 34-35, grifo nosso).

Por sua vez, ao historicizar o capitalismo, Marx, além de perceber as relações econômicas capitalistas tais como elas são em sua *aparência*, também as compreende tais como elas são em sua *essência*, entendendo-as como condições sócio-históricas e como características atribuídas pelas pessoas às coisas. Por exemplo, ele entende que a troca apenas se generaliza, que o trabalho apenas assume a forma de trabalho assalariado, que os produtos do trabalho apenas assumem a forma de mercadoria, que o ouro e a prata apenas assumem a forma de dinheiro e que os meios de produção apenas assumem a forma de capital no interior de uma forma de organização social particular, e não em si e por si mesmos.

Nas palavras de Rubin,

> And what was the substance of the harsh critique that Marx directed against bourgeois economics? It consisted of the following: bourgeois economists argued that the basic phenomena of capitalism – profit, wages, interest and rent – necessarily result from the very **nature** of the production process and cannot be altered as the **social form** of the economy changes. Marx said to the bourgeois economists: all of these phenomena, which you attribute to the production process as such, are a result of the capitalist form of the production process; all of these phenomena have an **historical and transitory character** that is connected with the given **social system of production relations between people**. Consequently – said Marx – when development of the productive forces creates the necessity for demolition of the old system of production relations

> between people, all economic laws will acquire new form and all economic phenomena will be different. This was the sharpest critical weapon with which Marx struggled against vulgar political economy. This sharp critical weapon was the doctrine that all economic phenomena express the **production relations between people**. […]
> Plekhanov uses the following expressions to characterise the revolutionary upheaval in science produced by Marx: 'The economic categories themselves express nothing but mutual relations between people, or of entire classes of society, within the social process of production. Economic science only adopted the correct viewpoint when it understood this and became engaged in an investigation of these mutual relations that are hidden behind the imaginary qualities of things and behind the mysterious properties of economic categories' (Vol. VI, p. 170). **Marx never ceased to repeat, at every step, that all economic categories are essentially an expression of the production relations between people.** Value is an expression of the production relations between people, money is an expression of the production relations between people, and capital is an expression of the production relations between people. Marx produced a revolution in science, particularly in the teaching on capital, thanks to the fact that he saw in capital an expression of the production relations between people. (RUBIN, 2018, p. 737-738, grifo nosso).

A respeito da transitoriedade do capitalismo, Marx escreve no *Prefácio da primeira edição*: "[...] *a sociedade atual não é um cristal inalterável, mas um organismo capaz de transformação e em constante processo de mudança.*" (MARX, CI, p. 80), e no *Posfácio da segunda edição*:

> Por ser burguesa, isto é, por entender a ordem capitalista como a forma última e absoluta da produção social, em vez de um estágio historicamente transitório de desenvolvimento, a economia política só pode continuar a ser uma ciência enquanto a luta de classes permanecer latente ou manifestar-se apenas isoladamente. (MARX, CI, p. 85).

Ainda no *Posfácio da segunda edição*:

> Em sua forma mistificada [hegeliana], a dialética esteve em moda na Alemanha porque parecia glorificar o existente. Em sua configuração racional [marxiana], ela constitui um escândalo e um horror para a burguesia e seus porta-vozes doutrinários, uma vez que, **na intelecção positiva do existente, inclui, ao mesmo tempo, a intelecção de sua negação, de seu necessário perecimento.** Além disso, apreende toda forma desenvolvida no fluxo do movimento, portanto, incluindo o seu lado transitório; porque não se deixa intimidar por nada e é, por essência, crítica e revolucionária. (MARX, CI, p. 91, grifo nosso).

Enfim, também no *Posfácio da segunda edição*, Marx transcreve os seguintes trechos de uma resenha de Kaufmann de *O capital*, nos quais este tece comentários a respeito do método empregado na obra, considerando-os uma descrição acertada de sua aplicação pessoal do

método dialético. Apesar de longa, essa citação merece ser transcrita aqui, pois constitui um bom resumo da dialética materialista de Marx:

> Para Marx, apenas uma coisa é importante: descobrir a lei dos fenômenos com cuja investigação ele se ocupa. E importa-lhe não só a lei que os rege, uma vez que tenham adquirido uma forma acabada e se encontrem numa inter-relação que se pode observar num período determinado. Para ele, importa sobretudo a lei de sua modificação, de seu desenvolvimento, isto é, a transição de uma forma a outra, de uma ordem de inter-relação a outra. Tão logo tenha descoberto essa lei, ele investiga em detalhes os efeitos por meio dos quais ela se manifesta na vida social [...]. Desse modo, o esforço de Marx se volta para um único objetivo: demonstrar, mediante escrupulosa investigação científica, a necessidade de determinadas ordens das relações sociais e, na medida do possível, constatar de modo irrepreensível os fatos que lhe servem de pontos de partida e de apoio. Para tanto, é plenamente suficiente que ele demonstre, juntamente com a necessidade da ordem atual, a necessidade de outra ordem, para a qual a primeira tem inevitavelmente de transitar, sendo absolutamente indiferente se os homens acreditam nisso ou não, se têm consciência disso ou não. Marx concebe o movimento social como um processo histórico-natural, regido por leis que não só são independentes da vontade, consciência e intenção dos homens, mas que, pelo contrário, determinam sua vontade, consciência e intenções [...]. Se o elemento consciente desempenha papel tão subalterno na história da civilização, é evidente que a crítica que tem por objeto a própria civilização está impossibilitada, mais do que qualquer outra, de ter como fundamento uma forma ou resultado qualquer da consciência. Ou seja, o que lhe pode servir de ponto de partida não é a ideia, mas unicamente o fenômeno externo. A crítica terá de limitar-se a cotejar e confrontar um fato não com a ideia, mas com outro fato. O que importa, para ela, é que se examinem ambos os fatos com a maior precisão possível e que estes constituam, uns em relação aos outros, diversas fases de desenvolvimento; mas importa-lhe, acima de tudo, que as séries de ordens, a sucessão e a concatenação em que estas se apresentam nas etapas de desenvolvimento sejam investigadas com a mesma precisão. Dir-se-á, porém, que as leis gerais da vida econômica são as mesmas, sejam elas aplicadas no presente ou no passado. Isso é precisamente o que Marx nega. Para ele, tais leis abstratas não existem [...]. De acordo com sua opinião, ao contrário, cada período histórico possui suas próprias leis [...]. Tão logo a vida tenha esgotado um determinado período de desenvolvimento, passando de um estágio a outro, ela começa a ser regida por outras leis. Numa palavra, a vida econômica nos oferece um fenômeno análogo ao da história da evolução em outros domínios da biologia [...]. Os antigos economistas equivocaram-se sobre a natureza das leis econômicas ao compará-las às leis da física e da química [...]. Uma análise mais profunda dos fenômenos demonstra que os organismos sociais se distinguem entre si tão radicalmente quanto os organismos vegetais se distinguem dos organismos animais [...]. Sim, um e mesmo fenômeno é regido por leis totalmente diversas em decorrência da estrutura geral diversa desses organismos, da diferenciação de alguns de seus órgãos, da diversidade das condições em que funcionam etc. Marx nega, por exemplo, que a lei da população seja a mesma em todas as épocas e em todos os lugares. Ao contrário, ele assegura que cada etapa de desenvolvimento tem sua própria lei da população [...]. Com o desenvolvimento diverso da força produtiva, alteram-se as condições e as leis que as regem. Ao propor a si mesmo a meta de investigar e elucidar, a partir desse ponto de vista, a ordem econômica do capitalismo, Marx apenas formula, de modo rigorosamente científico, a meta que se deve propor toda investigação exata da vida econômica [...]. O valor científico de tal investigação reside na elucidação das leis particulares que regem o

> nascimento, a existência, o desenvolvimento e a morte de determinado organismo social e sua substituição por outro, superior ao primeiro. E este é, de fato, o mérito do livro de Marx. (KAUFMANN apud MARX, CI, p. 89-90).[27]

[27] O texto completo da resenha de Kaufmann encontra-se publicado em Kaufman (2018).

2 A CIRCULAÇÃO SIMPLES DE MERCADORIAS

Este capítulo cobre o conteúdo da seção I (capítulos 1, 2 e 3) do livro I de *O capital*. Aqui são apresentadas as categorias de mercadoria e dinheiro e a lei do valor no plano da circulação simples de mercadorias.

Como é bem sabido, Marx inicia *O capital* com o seguinte parágrafo:

> A riqueza das sociedades onde reina o **modo de produção capitalista** aparece como uma "enorme coleção de mercadorias", e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa **investigação** começa, por isso, com a **análise** da mercadoria. (MARX, CI, p. 113, grifo nosso).

Duas considerações importantes, relacionadas com questões abordadas no capítulo anterior, podem ser feitas a partir dessas palavras de abertura.

Primeiramente, fica claro que Marx está tratando, já desde a primeira frase da obra, do modo de produção capitalista, não obstante venha a introduzir o capital na discussão apenas na seção II (capítulo 4) do livro I de *O capital*. Seu objeto de estudo, a totalidade que busca compreender e explicar empregando o método dialético, é sempre e desde o início o capitalismo. Na seção I do livro I, Marx apenas faz abstração do capital para apresentar as categorias mais abstratas e simples – a mercadoria e o dinheiro – a partir de cuja relação de oposição o capital deverá ser desdobrado. A seção I não se trata, portanto, do estudo de uma sociedade mercantil simples que teria existido historicamente antes do surgimento do capitalismo; na verdade, trata-se já do estudo da sociedade capitalista, porém ainda sem que seu ator principal – o capital – tenha entrado em cena. Em outras palavras, tem-se que embora o capital ainda não esteja *posto*, ela já está *pressuposto* nesse plano expositivo. Mais uma vez, convém recordar que a exposição de *O capital* não é histórico-genética, mas lógico-genética.

Em segundo lugar, verifica-se nessa passagem que *O capital* não se constitui apenas do movimento expositivo, embora este prevaleça no conjunto da obra, mas se inicia com o movimento investigativo. Ademais, pode-se inferir com base nela que a mercadoria, embora seja a primeira categoria abordada por Marx, não é precisamente, ao contrário do que se costuma afirmar, o ponto de partida da *exposição* nem da *investigação* de *O capital*. Por um lado, ela não é a mais abstrata e simples das categorias do modo de produção capitalista e, portanto, não constitui o ponto de partida da *exposição* de *O capital*. Conforme se viu no capítulo anterior e será retomado adiante, a *síntese ou exposição* tem início pela categoria de valor, a qual constitui a *tese* inicial da cadeia de categorias da dialética de *O capital*. Por outro

lado, ela também não é a mais concreta e complexa das categorias e, portanto, tampouco constitui o ponto de partida da *investigação* de *O capital*. Conforme se viu, a *análise ou investigação* tem início pela própria totalidade sob estudo, o modo de produção capitalista ou, em outros termos, o capital enquanto processo de produção como um todo, o qual constitui a *síntese* final da dialética de *O capital*.

Assim, tem-se que, na verdade, a mercadoria constitui apenas o elemento a partir do qual Marx decidiu apresentar o movimento investigativo, devendo-se reconhecer que a investigação teve de ter início muito antes em sua mente. O que se pode afirmar com precisão é que, entre todos os elementos constituintes do capitalismo, a mercadoria, forma elementar da riqueza nessa forma de organização social, é a mais abstrata e simples das unidades de opostos ou a primeira *síntese* da dialética de *O capital*. Conforme se verá a seguir, nas duas primeiras seções do capítulo 1, Marx realiza *análise ou investigação*, a fim de descobrir as determinações mais abstratas e simples subjacentes à mercadoria – o valor de uso, o valor de troca, o valor, o trabalho útil e o trabalho abstrato –, e, a partir da terceira seção deste capítulo, realiza *síntese ou exposição*, de maneira a retornar destas para as determinações mais concretas e complexas – a mercadoria e, posteriormente, o dinheiro.

2.1 Trabalho, valor e mercadoria

2.1.1 Valor, valor de troca e valor de uso

Na primeira seção do capítulo 1, Marx apresenta a **mercadoria** como uma unidade de opostos, uma síntese de dois fatores contraditórios entre si: valor de uso e valor (de troca):[28]

valor (de troca) (tese) – valor de uso (antítese) – mercadoria (síntese)

Valor de uso. O valor de uso constitui o aspecto qualitativo da mercadoria, sua dimensão de qualidade. Nos escritos econômicos de língua inglesa do século XVII, é referido pela palavra de origem germânica *worth*. O que faz de uma coisa um valor de uso é sua utilidade, a qual, sendo condicionada pelas propriedades do corpo dessa coisa, não existe sem esse corpo. Assim, enquanto valor de uso, a mercadoria é um objeto externo que, por meio de

[28] Aqui, a expressão "valor (de troca)" indica que as categorias de *valor* e de *valor de troca* estão sendo consideradas conjuntamente. Apesar da diferença existente entre elas, da qual se tratará adiante, elas podem ser consideradas em conjunto, pois constituem um mesmo aspecto ou dimensão da mercadoria.

suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de quaisquer tipos – "[...] *do estômago ou da imaginação* [...]" (MARX, CI, p. 113) –, seja diretamente, como meio de subsistência ou objeto de fruição, seja indiretamente, como meio de produção. O valor de uso efetiva-se apenas no uso ou consumo; mais adiante em *O capital*, Marx dirá que os meios de subsistência servem ao consumo individual ou são consumidos individualmente, e os meios de produção servem ao consumo produtivo ou são consumidos produtivamente. Sendo um conjunto de muitas propriedades, cada mercadoria pode ser útil sob diversos aspectos, possuindo múltiplas formas de uso e constituindo, portanto, mais de um valor de uso. Segundo Marx, descobrir as formas de uso das coisas, assim como encontrar as medidas sociais para suas quantidades, são ambos atos históricos; a diversidade das medidas das mercadorias (por exemplo: dúzia, braça, tonelada etc.) decorre tanto da natureza diversa dos objetos a serem medidos como da convenção social. O valor de uso não depende do fato de a apropriação das qualidades úteis da mercadoria custar muito ou pouco trabalho aos homens; na consideração do valor de uso, pressupõe-se a determinidade quantitativa da mercadoria. A merceologia é a disciplina específica que estuda os valores de uso das mercadorias.[29]

> A utilidade de uma coisa faz dela um **valor de uso**. Mas essa utilidade não flutua no ar. Condicionada pelas propriedades do corpo da mercadoria [*Warenkörper*], ela não existe sem esse corpo. Por isso, o próprio corpo da mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é um valor de uso ou um bem. (MARX, CI, p. 114, grifo nosso).

O valor de uso é a primeira *antítese* da cadeia de categorias da dialética de *O capital*. Trata-se do *conteúdo* material da riqueza, qualquer que seja sua *forma* social. O produto do trabalho humano que tem por finalidade satisfazer as necessidades humanas é, em todas as formas de organização social de todos os lugares e épocas, valor de uso. *O valor de uso, portanto, constitui a dimensão universal e trans-histórica da mercadoria, aquilo que ela tem em comum com os produtos do trabalho humano de todas as formas históricas de organização social.*

> Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade que iremos analisar, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais [*stofflische Träger*] do valor de troca. (MARX, CI, p. 114).

[29] O Dicionário Aurélio fornece o seguinte verbete para o vocábulo merceologia: "**Merceologia.** [Do lat *merce*, 'mercadoria', + *-o-* + *-log(o)-* + *-ia*.] *S. f.* Parte da ciência do comércio que trata em especial da compra e venda, e estuda a classificação e a especificação das mercadorias." (FERREIRA, 1975, p. 913).

Valor (de troca). O valor (de troca) constitui o aspecto quantitativo da mercadoria, sua dimensão de quantidade. Nos escritos ingleses, é referido pela palavra de origem latina *value*. Marx faz uma distinção entre *valor de troca* e *valor*: o **valor de troca** é a relação quantitativa que expressa a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo; por sua vez, o **valor** é o elemento comum que as mercadorias possuem e que se apresenta em sua relação de troca. Assim, o valor de troca é o modo de expressão ou a *forma* de manifestação do valor, e o valor é o *conteúdo* do valor de troca. Ambas as categorias expressam, portanto, um mesmo aspecto ou dimensão da mercadoria: a primeira, de maneira aparente, e a segunda, de maneira essencial.

O valor é a *tese* inicial da dialética de *O capital*, a mais abstrata e simples de todas as categorias constituintes da totalidade do modo de produção capitalista, o ponto de chegada da *análise ou investigação* e o ponto de partida da *síntese ou exposição*. Trata-se da *forma* social assumida pela riqueza no modo de produção capitalista. Apenas no capitalismo o produto do trabalho humano assume a forma de valor e, portanto, apenas nessa forma de organização social assume a forma de mercadoria.[30] *O valor, portanto, constitui a dimensão sócio-histórica da mercadoria, aquilo que ela possui de específico do capitalismo.*

Na nota 32 da seção I, situada na quarta seção do capítulo 1, Marx afirma:

> **A forma de valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata mas também mais geral do modo burguês de produção, que assim se caracteriza como um tipo particular de produção social e, ao mesmo tempo, um tipo histórico.** Se tal forma é tomada pela forma natural eterna da produção social, também se perde de vista necessariamente a especificidade da forma de valor, e assim também da forma-mercadoria e, num estágio mais desenvolvido, da forma-dinheiro, da forma-capital etc. (MARX, CI, p. 155, grifo nosso).

Marx apresenta primeiro a categoria mais concreta, complexa e aparente de *valor de troca* e, por *análise ou investigação*, chega à categoria mais abstrata, simples e essencial de *valor*, por meio dos raciocínios apresentados a seguir.

> O **valor de troca** aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor de troca parece algo acidental e puramente relativo, um valor de troca intrínseco, imanente à

[30] Em *A forma-valor*, Marx afirma: "The product of labour in its natural form brings with it into the world the *form of a use-value*. Therefore it requires further only the *value-form* in order for it to possess the *commodity-form*, i.e. for it to *appear as a unity of the opposites use-value and exchange-value*. The development of the value-form is hence identical with the development of the commodity-form." (MARX, FV, p. 144).

> mercadoria (*valeur intrinsèque*); portanto, uma *contradictio in adjecto* [contradição nos próprios termos]. Vejamos a coisa mais de perto. (MARX, CI, p. 114, grifo nosso).

Dado que uma mercadoria particular possui múltiplos valores de troca em vez de um único, sendo trocada por outras mercadorias nas mais diversas proporções (por exemplo, 1 *quarter* de trigo é trocado por *x* de graxa de sapatos, *y* de seda, *z* de ouro etc.), tem-se que todos esses valores de troca devem ser permutáveis entre si ou de mesma grandeza. Consequentemente,

> Disso se segue, em primeiro lugar, que os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual. Em segundo lugar, porém, que **o valor de troca não pode ser mais do que o modo de expressão, a "forma de manifestação" [*Erscheinungsform*] de um conteúdo que dele pode ser distinguido.** (MARX, CI, p. 115, grifo nosso).

A relação de troca de duas mercadorias pode ser sempre representada por uma equação, por exemplo: 1 *quarter* de trigo = *a* quintais de ferro. Essa equação mostra que algo comum e de mesma grandeza deve existir em 1 *quarter* de trigo e em *a* quintais no ferro, duas coisas diferentes. Portanto, na medida em que são valores de troca, ambas essas coisas também devem ser iguais e redutíveis a uma terceira, que não é nem uma nem outra. Marx expressa essa situação por meio de uma analogia: assim como todas as figuras geométricas, para o cálculo de suas áreas, devem ser decompostas em triângulos, e o próprio triângulo reduzido a uma expressão distinta de sua figura visível, qual seja, a metade do produto de sua base por sua altura, os valores de troca das mercadorias têm de ser reduzidos a algo que elas têm em comum, com relação ao qual representam um mais ou um menos. Esse algo em comum não pode ser nenhuma propriedade natural (geométrica, física, química etc.) das mercadorias, uma vez que estas importam apenas na medida em que lhes conferem utilidade, fazendo delas valores de uso, enquanto o que caracteriza a relação de troca das mercadorias é justamente a abstração de seus valores de uso. Nessa relação de troca, um valor de uso vale tanto quanto o outro desde que esteja disponível em proporção adequada. Assim, Marx deixa claro que o valor de troca não é determinado pelo valor de uso e que essas duas categorias, embora constituam os dois polos opostos de uma mesma unidade – a mercadoria –, são, nesse sentido, independentes:

> Como valores de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de diferente qualidade; como valores de troca, elas podem ser apenas de quantidade diferente, sem conter, portanto, nenhum átomo de valor de uso. (MARX, CI, p. 116).

O que, então, possuem em comum as mercadorias, não levando em conta suas propriedades naturais e o fato de serem portadoras de utilidades? Nas palavras de Marx, "*Prescindindo do valor de uso dos corpos das mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho.*" (MARX, CI, p. 116). Porém, abstraindo-se o valor de uso do produto do trabalho, abstraem-se também os componentes e as formas corpóreas que fazem dele um valor de uso, suas qualidades sensíveis; assim, também se abstrai o trabalho produtivo determinado que o produz, de maneira que todas as diferentes formas concretas de trabalho são reduzidas a trabalho humano indiferenciado, igual ou abstrato. Por exemplo, o produto não é mais uma mesa, uma casa, um fio etc., e também não é mais o produto do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro etc.

> Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a **trabalho humano abstrato**. (MARX, CI, p. 116, grifo nosso).

Portanto, aquilo que há de comum entre as mercadorias, uma vez abstraídos seus valores de uso, é o fato de serem todas produzidas por trabalho humano igual ou abstrato. Então, Marx conclui que enquanto cristais de trabalho humano, a substância social que lhes é comum, as mercadorias são valores; em outras palavras, tem-se que o elemento que as mercadorias possuem em comum e que se apresenta em sua relação de troca na forma do valor de troca é o valor, e este nada mais é do que trabalho abstrato despendido, acumulado, objetivado ou materializado. Portanto, tem-se que o *trabalho abstrato* constitui a **substância do valor**.

> Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Deles não restou mais do que uma mesma objetividade fantasmagórica, uma simples geleia [*Gallerte*] de trabalho humano indiferenciado, *i.e.*, de dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma de seu dispêndio. **Essas coisas representam apenas o fato de que em sua produção foi despendida força de trabalho humana, foi acumulado trabalho humano. Como cristais dessa substância social que lhes é comum, elas são valores – valores de mercadorias.**
>
> Na própria relação de troca das mercadorias, seu valor de troca apareceu-nos como algo completamente independente de seus valores de uso. No entanto, abstraindo-se agora o valor de uso dos produtos do trabalho, obteremos seu valor como ele foi definido anteriormente. **O elemento comum, que se apresenta na relação de troca ou valor de troca das mercadorias, é, portanto, seu valor.** A continuação da investigação [leia-se: a passagem da investigação para a exposição] nos levará de volta ao valor de troca como o modo necessário de expressão ou forma de manifestação do valor, mas este tem de ser, por ora, considerado independentemente dessa forma. (MARX, CI, p. 116, grifo nosso).

Por fim, Marx coloca a seguinte questão: como medir a grandeza do valor de uma mercadoria? E sua reposta é: por meio da quantidade de substância formadora de valor, isto é, da quantidade de trabalho abstrato contida na mercadoria.

> Assim, um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Mas como medir a grandeza de seu valor? Por meio da quantidade de "substância formadora de valor", isto é, da quantidade de trabalho nele contida. (MARX, CI, p. 116).

A quantidade de trabalho é medida por seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui seu padrão de medida em frações determinadas de tempo, como hora e dia. Essa não é, no entanto, uma definição satisfatória, pois, dado que existem trabalhadores mais preguiçosos e inábeis que outros, poderia parecer que a mercadoria por eles produzida possui um valor maior, uma vez que demora mais tempo para ficar pronta. "*No entanto, o trabalho que constitui a substância dos valores é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho humana.*" (MARX, CI, p. 117). Portanto, devem-se considerar não as forças de trabalho individuais, mas a força de trabalho conjunta da sociedade, sua força de trabalho social média; assim, tem-se que o valor de uma mercadoria deve ser mensurado em termos da quantidade de trabalho socialmente necessário ou do tempo de trabalho em média ou socialmente necessário para sua produção. De acordo com Marx, "*Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho.*" (MARX, CI, p. 117). Portanto, tem-se que o *tempo de trabalho socialmente necessário* determina a **grandeza do valor**.

O seguinte parágrafo resume aquilo que Marx apresenta na seção I do livro I de *O capital* como sua explicação inicial para o fundamento que determina as proporções em que as mercadorias são trocadas umas pelas outras, ou sua regra de troca:

> Portanto, é apenas a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor. A mercadoria individual vale aqui somente como exemplar médio de sua espécie. Por essa razão, **mercadorias em que estão contidas quantidades iguais de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho têm a mesma grandeza de valor. O valor de uma mercadoria está para o valor de qualquer outra mercadoria assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário**

> **para a produção de outra.** "Como valores, todas as mercadorias são apenas medidas determinadas de tempo de trabalho cristalizado." (MARX, CI, p. 117, grifo nosso).

Tratando da ideia de *força produtiva ou produtividade do trabalho*, Marx afirma que a grandeza de valor de uma mercadoria, que permanece constante se o tempo de trabalho requerido para sua produção também permanecer constante, deve variar em razão inversa à força produtiva desse trabalho, pois, como regra geral, quanto maior é a força produtiva do trabalho, menor é o tempo de trabalho requerido para a produção da mercadoria e menor seu valor, e vice-versa. Segundo Marx, a força produtiva do trabalho é determinada, entre outras circunstâncias, pelo grau médio de destreza dos trabalhadores, pelo grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica, pela organização social do processo de produção, pelo volume e eficácia dos meios de produção e pelas condições naturais.

> Como regra geral, quanto maior é a **força produtiva do trabalho**, menor é o tempo de trabalho requerido para a produção de um artigo, menor a massa de trabalho nele cristalizada e menor seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, maior o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo e maior seu valor. Assim, a grandeza de valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade de trabalho que nela é realizado e na razão inversa da força produtiva desse trabalho. (MARX, CI, p. 118, grifo nosso).

Substância do valor e grandeza do valor. Em resumo, convém retomar, Marx afirma que a substância formadora do valor é o trabalho abstrato e que a medida de grandeza do valor é dada pela quantidade de trabalho abstrato, isto é, pelo tempo de trabalho em média ou socialmente necessário.

O seguinte parágrafo, que conta com uma inserção de Engels entre chaves, encerra e resume a primeira seção:

> Uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor. É esse o caso quando sua utilidade para o homem não é mediada pelo trabalho. Assim é o ar, a terra virgem, os campos naturais, a madeira bruta etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social. {E não somente para outrem. O camponês medieval produzia a talha para o senhor feudal, o dízimo para o padre, mas nem por isso a talha ou o dízimo se tornavam mercadorias. Para se tornar mercadoria, é preciso que o produto, por meio da troca, seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso.} Por último, nenhuma coisa pode ser valor sem ser objeto de uso. Se ela é inútil, também o é o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não cria, por isso, nenhum valor. (MARX, CI, p. 118-119).

Enfim, tem-se que a mercadoria é um duplo de valor de uso e valor (de troca), sendo ao mesmo tempo um objeto útil e um suporte de valor; a mercadoria é a forma predominantemente assumida pelo produto do trabalho humano no modo de produção capitalista.

2.1.2 Trabalho abstrato e trabalho útil

Na segunda seção do capítulo 1, Marx mostra que os dois fatores da mercadoria, o valor de uso e o valor (de troca), resultam do duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias: o *trabalho útil* e o *trabalho abstrato*. Tem-se, portanto, que o trabalho também é uma unidade de opostos, constituindo a síntese de dois fatores também contraditórios entre si: trabalho útil e trabalho abstrato. O que Marx faz na segunda seção é, portanto, recolocar a dupla dimensão do produto – a mercadoria, forma elementar da riqueza no modo de produção capitalista – em termos da dupla dimensão da atividade produtiva – o trabalho que é executado no capitalismo ou o trabalho produtor de mercadorias:

trabalho abstrato (tese) – trabalho útil (antítese) – trabalho no capitalismo (síntese)

Marx reivindica a autoria dessa concepção sobre a relação de oposição entre as duas dimensões do trabalho e a considera de grande importância teórica:

> Essa natureza dupla do trabalho contido na mercadoria foi criticamente demonstrada pela primeira vez por mim. Como **esse ponto é o centro em torno do qual gira o entendimento da economia política**, ele deve ser examinado mais de perto. (MARX, CI, p. 119, grifo nosso).

Trabalho útil. O *trabalho concreto ou útil* é a dimensão do trabalho que produz o *valor de uso*. Trata-se do aspecto qualitativo, isto é, do "como" e do "quê" do trabalho. Conforme nota de Engels (MARX, CI, p. 124), é referido em inglês pela palavra de origem germânica *work*. Configura-se como um tipo determinado de atividade produtiva, com escopo, modo de operar, objeto, meios e resultado próprios; caracteriza-se como uma atividade produtiva determinada adequada a um fim. Por exemplo, alfaiataria e tecelagem, dois trabalhos úteis qualitativamente distintos, produzem, respectivamente, casaco e linho, dois valores de uso qualitativamente distintos.

> O trabalho, cuja utilidade se representa, assim, no valor de uso de seu produto, ou no fato de que seu produto é um valor de uso, chamaremos aqui, resumidamente, de **trabalho útil**. Sob esse ponto de vista, ele será sempre considerado em relação a seu efeito útil. (MARX, CI, p. 119, grifo nosso).

Apenas valores de uso qualitativamente diferentes, produzidos por trabalhos úteis qualitativamente diferentes, podem confrontar-se como mercadorias, pois um valor de uso não se troca pelo mesmo valor de uso; por exemplo, um casaco não é trocado por outro casaco. A *divisão social do trabalho* é o conjunto dos diferentes trabalhos úteis. Conforme Marx, tal divisão é condição de existência da produção de mercadorias, embora esta não seja condição de existência daquela, uma vez que o trabalho socialmente dividido pode existir sem que os produtos se tornem mercadorias (por exemplo: na antiga comunidade indiana ou no interior de cada fábrica).

> Apenas produtos de trabalhos privados, separados e mutuamente independentes uns dos outros confrontam-se como mercadorias.
> [...] Numa sociedade cujos produtos assumem genericamente a forma da mercadoria, isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias, essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados separadamente uns dos outros como negócios privados de produtores independentes, desenvolve-se como um sistema complexo, uma **divisão social do trabalho**. (MARX, CI, p. 120, grifo nosso).

O valor de uso não resulta unicamente do dispêndio de trabalho útil. Citando Petty, Marx afirma que na produção da riqueza material, isto é, dos valores de uso, o trabalho útil é o "pai", e a terra ou a matéria natural, isto é, o substrato material que existe na natureza previamente à interferência da atividade humana, é a "mãe".

O trabalho útil é condição de existência do homem, independentemente da forma social em que viva: para que seja capaz de se reproduzir, a humanidade tem sempre de produzir valores de uso, a fim de satisfazer suas necessidades. *O trabalho útil, portanto, constitui a dimensão universal e trans-histórica do trabalho que é executado no capitalismo ou do trabalho produtor de mercadorias, aquilo que ele tem em comum com os trabalhos que são executados em todas as formas históricas de organização social.*

> Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, CI, p. 120).

Trabalho abstrato. O *trabalho igual ou abstrato* é a dimensão do trabalho que produz o valor (de troca). Trata-se do aspecto quantitativo, isto é, do "quanto" ou da duração do trabalho, depois de ter sido reduzido a trabalho humano sem qualquer outra qualidade. Conforme Engels, é referido em inglês pela palavra de origem latina *labour*. Resulta da abstração da determinidade da atividade produtiva; caracteriza-se como dispêndio de força humana de trabalho, isto é, dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos, etc. humanos; assim, trata-se, em primeiro lugar, mas não apenas, como se verá adiante, de dispêndio de trabalho num sentido fisiológico e, como tal, comum a todas as formas concretas de trabalho. Por exemplo, viu-se que casaco e linho, dois valores de uso diferentes, são produzidos por alfaiataria e tecelagem, dois trabalhos úteis diferentes; abstraindo-se a determinidade de cada uma dessas atividades produtivas, ou o caráter útil de cada um desses trabalhos, resta o fato de que ambos realizam-se mediante dispêndio de força humana de trabalho; são, portanto, duas formas concretas ou úteis diferentes de um único trabalho igual ou abstrato, duas realizações formais distintas de uma mesma potencialidade. "*Como valores, o casaco e o linho são coisas de igual substância, expressões objetivas do mesmo tipo de trabalho.*" (MARX, CI, p. 121).

> Abstraindo-se da determinidade da atividade produtiva e, portanto, do caráter útil do trabalho, resta o fato de que ela é um **dispêndio de força humana de trabalho**. Alfaiataria e tecelagem, embora atividades produtivas qualitativamente distintas, são ambas **dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos** e, nesse sentido, ambas são trabalho humano. Elas não são mais do que duas formas diferentes de se despender **força humana de trabalho**. (MARX, CI, p. 121, grifo nosso).

O trabalho abstrato diferencia-se entre *trabalho simples* e *trabalho complexo*, expressões que se traduzem, respectivamente, por trabalho não qualificado e trabalho qualificado. A complexificação ou qualificação do trabalho corresponde a um desenvolvimento da força humana de trabalho a fim de que ela possa ser despendida de uma maneira especial. Conforme Marx, na formação do valor e, portanto, também na medida de sua grandeza, o trabalho complexo vale como trabalho simples potenciado ou multiplicado, de maneira que quantidades menores de trabalho complexo equivalem a quantidades maiores de trabalho simples. Para fins de simplificação, no entanto, Marx considera, ao longo de todo o restante de *O capital*, todo tipo de força de trabalho como força de trabalho simples, poupando-se assim o esforço de redução de trabalho complexo a trabalho simples como sua unidade de medida. Na

prática, essa redução ocorre constantemente por meio de um processo social que ocorre pelas costas dos produtores.[31]

> O trabalho mais complexo vale apenas como trabalho simples *potenciado* ou, antes, *multiplicado*, de modo que uma quantidade menor de **trabalho complexo** é igual a uma quantidade maior de **trabalho simples**. (MARX, CI, p. 122, grifo nosso).

Ao contrário do valor de uso, que resulta tanto do trabalho útil como da matéria natural, o valor (de troca) resulta unicamente do dispêndio de trabalho abstrato. Por exemplo, se um casaco tem o dobro do valor de 10 braças de linho, de maneira que 1 casaco = 2V e 10 braças de linho = V, então um casaco tem a mesma grandeza de valor de 20 braças de linho, ou seja, 1 casaco = 20 braças de linho = 2V; isso significa que um casaco e 20 braças de linho são produzidos mediante o dispêndio do mesmo tempo de trabalho socialmente necessário e contêm a mesma quantidade de trabalho abstrato. "*Como a grandeza do valor de uma mercadoria expressa apenas a quantidade de trabalho nela contida, as mercadorias devem, em dadas proporções, ser sempre valores de mesma grandeza.*" (MARX, CI, p. 123).

Embora se caracterize como trabalho fisiologicamente igual, o trabalho abstrato não se trata apenas disso, uma vez que a existência do trabalho enquanto atividade fisiológica é comum a todas as formas históricas de organização social. Ele constitui, além disso, uma especificidade do modo de produção capitalista: apenas no capitalismo, única forma de organização social em que existe na realidade a indiferença do trabalhador – e também do capitalista – em relação à forma concreta do trabalho que é executado, o trabalho humano assume a forma de trabalho abstrato. Assim, o trabalho igual ou abstrato não constitui apenas um gênero das múltiplas espécies de trabalhos concretos e não se resume a uma *generalização mental* dos diversos tipos de trabalhos úteis, mas se trata, na verdade, de uma *abstração real*, que é de fato praticada no processo de reprodução social capitalista.[32] *O trabalho abstrato, portanto, constitui a dimensão sócio-histórica do trabalho que é executado no capitalismo ou do trabalho produtor de mercadorias, aquilo que ele possui de específico do capitalismo.*

A passagem a seguir, extraída da *Introdução à crítica da economia política*, ilustra bem essa concepção e, por isso, apesar de longa, merece ser reproduzida aqui:

---

[31] Há na literatura um debate sobre a redução de trabalho complexo a trabalho simples; ver por exemplo: Choonara (2018) e Rosdolsky (2001, cap. 31).

[32] Há na literatura um debate sobre a definição do *trabalho abstrato* enquanto dispêndio de esforço num sentido fisiológico e enquanto abstração real; ver por exemplo: Arthur (2004, cap. 3), Bonefeld (2010), Carchedi (2009), Heinrich (2012, cap. 3.3) e Rubin (1987, cap. 14).

O trabalho parece uma categoria muito simples. A representação do trabalho nessa universalidade – como trabalho em geral – também é muito antiga. Contudo, concebido economicamente nessa simplicidade, o "trabalho" é uma categoria tão moderna quanto as relações que geram essa simples abstração. O sistema monetário, por exemplo, põe a riqueza ainda muito objetivamente como coisa fora de si no dinheiro. Em relação a esse ponto de vista, houve um enorme progresso quando o sistema manufatureiro ou comercial transpôs a fonte da riqueza do objeto para a atividade subjetiva – o trabalho manufatureiro e comercial –, embora concebendo ainda essa própria atividade sob a forma estreita do simples ganhar dinheiro. Em contraste com esse sistema, o fisiocrático põe uma determinada forma de trabalho – agricultura – como a forma criadora de riqueza, e põe o próprio objeto não mais sob o disfarce do dinheiro, mas como produto em geral, como resultado universal do trabalho. Tal produto, dado o caráter limitado da atividade, é ainda determinado pela natureza – produto da agricultura, produto da terra por excelência.

Foi um imenso progresso de Adam Smith descartar toda determinabilidade da atividade criadora de riqueza – trabalho simplesmente, nem trabalho manufatureiro, nem comercial, nem agrícola, mas tanto um como os outros. Com a universalidade abstrata da atividade criadora de riqueza, tem-se agora igualmente a universalidade do objeto determinado como riqueza, o produto em geral, ou ainda o trabalho em geral, mas como trabalho passado, objetivado. O fato de que o próprio Adam Smith ainda recai ocasionalmente no sistema fisiocrata mostra como foi difícil e extraordinária essa transição. Poderia parecer que, com isso, apenas fora descoberta a expressão abstrata para a relação mais simples e mais antiga em que os seres humanos – seja qual for a forma de sociedade – aparecem como produtores. Por um lado, isso é correto. Por outro, não. **A indiferença diante de um determinado tipo de trabalho pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de tipos efetivos de trabalho, nenhum dos quais predomina sobre os demais. Portanto, as abstrações mais gerais surgem unicamente com o desenvolvimento concreto mais rico, ali onde um aspecto aparece como comum a muitos, comum a todos. Nesse caso, deixa de poder ser pensado exclusivamente em uma forma particular. Por outro lado, essa abstração do trabalho em geral não é apenas o resultado mental de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade em que os indivíduos passam com facilidade de um trabalho a outro, e em que o tipo determinado do trabalho é para eles contingente e, por conseguinte, indiferente. Nesse caso, o trabalho deveio, não somente enquanto categoria, mas na efetividade, meio para a criação da riqueza em geral e, como determinação, deixou de estar ligado aos indivíduos em uma particularidade.** Um tal estado de coisas encontra-se no mais alto grau de desenvolvimento na mais moderna forma de existência da sociedade burguesa – os Estados Unidos. Logo, só nos Estados Unidos a abstração da categoria "trabalho", "trabalho em geral", trabalho puro e simples, o ponto de partida da Economia moderna, devém verdadeira na prática. Por conseguinte, **a abstração mais simples, que a Economia moderna coloca no primeiro plano e que exprime uma relação muito antiga e válida para todas as formas de sociedade, tal abstração só aparece verdadeira na prática como categoria da sociedade mais moderna.** Poder-se-ia dizer que aquilo que nos Estados Unidos aparece como resultado histórico – essa indiferença em relação ao trabalho determinado –, aparece entre os russos, por exemplo, como disposição natural. Só que, primeiro, há uma maldita diferença entre bárbaros com disposição para ser empregados em tudo e civilizados que empregam a si próprios em tudo. Ademais, entre os russos, a essa indiferença em relação à determinabilidade do trabalho corresponde, na prática, a tradicional sujeição a um

> trabalho completamente determinado, da qual são arrancados somente por influências exteriores.
> **Esse exemplo do trabalho mostra com clareza como as próprias categorias mais abstratas, apesar de sua validade para todas as épocas – justamente por causa de sua abstração –, na determinabilidade dessa própria abstração, são igualmente produto de relações históricas e têm sua plena validade só para essas relações e no interior delas.** (MARX, G, p. 57-58, grifo nosso).[33]

O seguinte parágrafo exemplifica a relação de oposição existente entre trabalho útil e trabalho abstrato e entre valor de uso e valor (de troca):

> Assim como nos valores casaco e linho está abstraída a diferença entre seus valores de uso, também nos trabalhos representados nesses valores não se leva em conta a diferença entre suas formas úteis, a alfaiataria e a tecelagem. Assim como os valores de uso casaco e linho constituem nexos de atividades produtivas orientadas a um fim e realizadas com o tecido e o fio, ao passo que os valores casaco e linho são, ao contrário, simples geleias de trabalho, também os trabalhos contidos nesses valores não valem pela relação produtiva que guardam com o tecido e o fio, mas tão somente como dispêndio de força humana de trabalho. Alfaiataria e tecelagem são elementos formadores dos valores de uso, casaco e linho, precisamente devido a suas diferentes qualidades; constituem substâncias do valor do casaco e do valor do linho apenas na medida em que se abstraem suas qualidades específicas e ambas possuem a mesma qualidade: a qualidade do trabalho humano. (MARX, CI, p. 122).

O parágrafo que vem imediatamente na sequência exemplifica a determinação da grandeza dos valores das mercadorias e sua relação de troca:

> Casaco e linho não são apenas valores em geral, mas valores de determinada grandeza, e, de acordo com nossa suposição, o casaco tem o dobro do valor de 10 braças de linho. De onde provém essa diferença de suas grandezas de valor? Do fato de que o linho contém somente a metade do trabalho contido no casaco, pois para a produção do último requer-se um dispêndio de força de trabalho durante o dobro do tempo necessário à produção do primeiro. (MARX, CI, p. 122-123).

Retomando a discussão sobre a *força produtiva do trabalho*, Marx afirma que esta é uma propriedade do *trabalho útil* e corresponde à medida de seu grau de eficácia na produção de *valores de uso*, não afetando a produção de *valor* pelo *trabalho abstrato* e não guardando relação com este:

> Uma quantidade maior de trabalho constitui, por si mesma, uma maior riqueza material, dois casacos em vez de um. Com dois casacos podem-se vestir duas pessoas;

[33] Quando da escrita dessa passagem, Marx ainda não havia desenvolvido plenamente a distinção entre as categorias de *trabalho abstrato* e *trabalho útil*; no entanto, o que Marx nela designa como "trabalho em geral" corresponde ao trabalho abstrato.

> com um casaco, somente uma etc. No entanto, ao aumento da massa da riqueza material pode corresponder uma queda simultânea de sua grandeza de valor. Esse movimento antitético resulta do duplo caráter do trabalho. **Naturalmente, a força produtiva é sempre a força produtiva de trabalho útil, concreto, e determina, na verdade, apenas o grau de eficácia de uma atividade produtiva adequada a um fim, num dado período de tempo. O trabalho útil se torna, desse modo, uma fonte mais rica ou mais pobre de produtos em proporção direta com o aumento ou a queda de sua força produtiva. Ao contrário, por si mesma, uma mudança da força produtiva não afeta em nada o trabalho representado no valor. Como a força produtiva diz respeito à forma concreta e útil do trabalho, é evidente que ela não pode mais afetar o trabalho, tão logo se abstraia dessa sua forma concreta e útil.** Assim, o mesmo trabalho produz, nos mesmos períodos de tempo, sempre a mesma grandeza de valor, independentemente da variação da força produtiva. Mas ele fornece, no mesmo espaço de tempo, diferentes quantidades de valores de uso: uma quantidade maior quando a produtividade aumenta e menor quando ela diminui. A mesma variação da força produtiva, que aumenta a fertilidade do trabalho e, com isso, a massa dos valores de uso por ele produzida, diminui a grandeza de valor dessa massa total aumentada ao reduzir a quantidade de tempo de trabalho necessário à sua produção. E vice-versa. (MARX, CI, p. 123, grifo nosso).

Por fim, o parágrafo seguinte encerra e resume a segunda seção:

> Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de **trabalho humano igual ou abstrato** ele gera o **valor** das mercadorias.[34] Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de **trabalho concreto e útil**, ele produz **valores de uso**. (MARX, CI, p. 124, grifo nosso).

2.1.3 Forma de valor

Na terceira seção do capítulo 1, Marx apresenta a forma de valor[35] ou o valor de troca. Então, dá início à *síntese ou exposição*, retornando da categoria mais abstrata, simples e

[34] No entanto, como se viu, o *trabalho abstrato* não se caracteriza apenas por ser trabalho fisiologicamente igual. Nessa passagem, onde Marx escreve "todo trabalho", deve-se ler "todo trabalho que é executado no capitalismo ou todo trabalho produtor de mercadorias".

[35] Convém esclarecer a diferença existente entre as expressões "forma-valor" e "forma de valor", tais como empregadas neste trabalho. "Forma-valor" é um sinônimo para a categoria de *valor*, e "forma de valor" é um sinônimo para a categoria de *valor de troca*. Tem-se assim que a "forma-valor" (o valor) é expressa por meio da "forma de valor" (o valor de troca), ou, equivalentemente, que a "forma de valor" (o valor de troca) expressa a "forma-valor" (o valor). Em geral, no inglês, as expressões "*value-form*" e "*form of value*" assumem o mesmo sentido aqui atribuído, respectivamente, a "forma-valor" e "forma de valor". Embora para Marx seja clara a distinção existente entre as determinações dessas duas categorias, ele refere-se a ambas invariavelmente, em alemão, por "*wertform*". Ademais, há autores que, ao contrário do entendimento aqui adotado, empregam a expressão "forma de valor" com o sentido de "forma-valor" ou valor; por exemplo, de acordo com Rubin: "Por **forma de valor** entendemos não as várias formas assumidas pelo valor no curso de seu desenvolvimento (por exemplo, forma simples, forma desenvolvida, e assim por diante), mas o valor concebido do ponto de vista de suas formas sociais, isto é, o valor enquanto forma." (RUBIN, 1987, p. 83, grifo nosso).

essencial de *valor* para a categoria mais concreta, complexa e aparente de *valor de troca* e obtendo a categoria de **dinheiro** ou a forma-dinheiro como a forma necessária de expressão dos valores das mercadorias.

> Qualquer um sabe, mesmo que não saiba mais nada além disso, que as mercadorias possuem uma forma de valor em comum que contrasta do modo mais evidente com as variegadas formas naturais que apresentam seus valores de uso: a forma-dinheiro. **Cabe, aqui, realizar o que jamais foi tentado pela economia burguesa, a saber, provar a gênese dessa forma-dinheiro**, portanto, seguir de perto o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor das mercadorias, desde sua forma mais simples e opaca até a ofuscante forma-dinheiro. Com isso, desaparece, ao mesmo tempo, o enigma do dinheiro. (MARX, CI, p. 125).

O valor de troca pode apresentar-se por meio de três diferentes formas de valor: a *forma de valor simples, individual ou ocasional*, a *forma de valor total ou desdobrada* e a *forma de valor universal*. Esta última, por sua vez, assume a *forma-dinheiro*, a qual, por sua vez, assume a *forma-preço*. Marx introduz cada uma dessas formas de valor a partir da necessidade de superação das insuficiências da forma imediatamente anterior, de maneira a obter, por fim, uma forma adequada de expressão do valor.

A **forma de valor simples, individual ou ocasional** consiste na relação de valor entre uma mercadoria A e uma outra mercadoria B. Tem-se assim que uma mercadoria expressa seu valor por meio de uma outra mercadoria. Trata-se do momento de *singularidade* do valor de troca, em que o valor é expresso de maneira singular, mas não de maneira geral. Por exemplo:

(A) 20 braças de linho = 1 casaco (B)

Trata-se da mais simples expressão de valor para uma mercadoria. A e B devem ser necessariamente valores de uso diferentes. A assume a *forma de valor relativa*, e B assume a *forma de equivalente*. A é a mercadoria que expressa seu valor, assumindo um papel ativo nessa relação, e B é a mercadoria que serve de material para a expressão do valor, assumindo um papel passivo. O valor da mercadoria A é expresso por meio do valor de uso da mercadoria B; assim, a forma natural ou o corpo da mercadoria B converte-se na forma de valor da mercadoria A. A igualdade 20 braças de linho = 1 casaco indica que ambas essas quantidades de mercadorias foram produzidas mediante o dispêndio do mesmo tempo de trabalho socialmente necessário e contêm a mesma quantidade de trabalho abstrato. Assim, alterações da força produtiva do trabalho, modificando as quantidades de valores de uso associadas aos mesmos valores, devem alterar a relação de troca entre as mercadorias. Conforme Marx, a *forma de*

equivalente possui três propriedades peculiares: o valor de uso como forma de manifestação do valor; o trabalho útil ou concreto como forma de manifestação do trabalho abstrato ou igual; e o trabalho privado como forma de manifestação do trabalho social. Por meio da forma de valor, a oposição interna entre valor de uso e valor contida na mercadoria é representada por meio de uma oposição externa entre duas mercadorias:

> A análise mais detalhada da expressão de valor da mercadoria *A*, contida em sua relação de valor com a mercadoria *B*, mostrou que, no interior dessa mesma expressão de valor, a forma natural da mercadoria *A* é considerada apenas figura de valor de uso, e a forma natural da mercadoria *B* apenas como forma de valor ou figura de valor [*Wertgestalt*]. **A oposição interna entre valor de uso e valor, contida na mercadoria, é representada, assim, por meio de uma oposição externa, isto é, pela relação entre duas mercadorias, sendo a primeira – *cujo* valor deve ser expresso – considerada imediata e exclusivamente valor de uso, e a segunda – *na qual* o valor é expresso – imediata e exclusivamente como valor de troca.** A forma de valor simples de uma mercadoria é, portanto, a forma simples de manifestação da oposição nela contida entre valor de uso e valor. (MARX, CI, p. 137, grifo nosso).

A **forma de valor total ou desdobrada** consiste na relação de valor entre uma mercadoria A e todas as outras mercadorias B, C, D etc. Tem-se assim que uma mercadoria expressa seu valor por meio de todas as outras mercadorias. Trata-se do momento de *generalidade* do valor de troca, em que o valor é expresso de maneira geral, mas não de maneira singular. Por exemplo:

(A) 20 braças de linho = 1 casaco (B)
= 10 libras de chá (C)
= 40 libras de café (D)
= 1 *quarter* de trigo (E)
= 2 onças de ouro (F)
= ½ tonelada de ferro (G)

O valor da mercadoria A é agora expresso por meio dos valores de uso de todas as outras mercadorias B, C, D etc. existentes, de maneira que a mercadoria A agora se encontra em relação social com o mundo das mercadorias. Por meio dessa forma de valor, evidenciam-se o caráter abstrato do trabalho produtor de mercadorias e o valor como regulador de suas relações de troca, ficando claro que estas possuem um fundamento e não são acidentais:

> Na primeira forma – 20 braças de linho = 1 casaco –, pode ser acidental que essas duas mercadorias sejam permutáveis numa determinada relação quantitativa. Na segunda forma, ao contrário, evidencia-se imediatamente um fundamento

> essencialmente distinto da manifestação acidental e que a determina. O valor do linho permanece da mesma grandeza, seja ele representado no casaco, ou café, ou ferro etc., em inúmeras mercadorias diferentes que pertencem aos mais diferentes possuidores. A relação acidental entre dois possuidores individuais de mercadorias desaparece. **Torna-se evidente que não é a troca que regula a grandeza de valor da mercadoria, mas, inversamente, é a grandeza de valor da mercadoria que regula suas relações de troca.** (MARX, CI, p. 139, grifo nosso).

Nessa forma de valor, a série de formas de equivalente da mercadoria A tem o tamanho da quantidade das demais mercadorias existentes: havendo n mercadorias, tem-se que n-1 devem assumir a forma de equivalente. Assim, cada uma das formas de equivalente é uma forma limitada, sendo todas elas mutuamente excludentes entre si.

A **forma de valor universal** consiste na relação de valor entre todas as outras mercadorias B, C, D etc. e uma mercadoria A. Tem-se assim que todas as mercadorias, com exceção de uma, expressam seus valores por meio de uma outra mercadoria. Trata-se do momento de *universalidade* do valor de troca, em que o valor é expresso tanto de maneira singular como de maneira geral; essa forma constitui, portanto, uma unidade das duas formas opostas anteriores. Por exemplo:

(B) 1 casaco =
(C) 10 libras de chá =
(D) 40 libras de café = } 20 braças de linho (A)
(E) 1 *quarter* de trigo =
(F) 2 onças de ouro =
(G) ½ tonelada de ferro =

Essa forma é obtida invertendo-se a forma anterior. Assim, A assume a *forma de equivalente universal*, sendo simultaneamente uma forma de equivalente singular e geral. Agora, todas as mercadorias expressam seus valores de maneira simples e unitária, por meio de uma única forma de equivalente, de maneira que a expressão do valor torna-se comum a todas as mercadorias ou universal. A posição da forma de valor universal corresponde à *gênese lógica* do dinheiro.

> A forma de valor relativa simples ou isolada de uma mercadoria transforma outra mercadoria em **equivalente individual**. A forma desdobrada do valor relativo, essa expressão do valor de uma mercadoria em todas as outras mercadorias, imprime nestas últimas a forma de **equivalentes particulares** de diferentes tipos. **Por fim, um tipo particular de mercadoria recebe a forma de equivalente universal porque todas as outras mercadorias fazem dela o material de sua forma de valor unitária, universal.** (MARX, CI, p. 143, grifo nosso).

A **forma-dinheiro** consiste na relação de valor entre todas as outras mercadorias e a mercadoria-dinheiro. Por exemplo:

(A) 20 braças de linho =
(B) 1 casaco =
(C) 10 libras de chá = } 2 onças de ouro (F)
(D) 40 libras de café =
(E) 1 *quarter* de trigo =
(G) ½ tonelada de ferro =

Essa forma não se diferencia formalmente da forma anterior. Ela surge quando o ouro é socialmente eleito como equivalente universal, sendo escolhido por meio do hábito social como a mercadoria que possui o monopólio de desempenhar esse papel. Tem-se assim que o dinheiro, enquanto ouro, é a mercadoria específica cuja forma natural assume a forma de equivalente universal e que a forma-dinheiro é a forma de valor comum a todas as mercadorias. A posição da forma-dinheiro corresponde à *gênese histórica* do dinheiro existente à época de Marx: o ouro e a prata metálicos.

Por fim, a **forma-preço** consiste na relação de valor entre uma mercadoria e a mercadoria-dinheiro, expressa por meio de uma denominação monetária. Por exemplo:

20 braças de linho = £2

Essa forma surge quando os pesos de ouro recebem suas denominações monetárias. Trata-se da expressão de valor relativa simples de uma mercadoria na mercadoria-dinheiro, expressa por meio de uma denominação monetária. Nesse exemplo, 2 onças de ouro recebem a denominação monetária de £2.

2.1.4 Fetichismo da mercadoria

Na quarta seção do capítulo 1 Marx discorre sobre o caráter fetichista da mercadoria.[36]

Conforme Marx, a mercadoria possui um caráter místico, enigmático ou misterioso, o qual não resulta de seu valor de uso ou do trabalho útil que o produz nem de seu valor ou do

[36] Convém observar que essa discussão parece não constituir um resultado direto da exposição dialética anterior, mas é adicionada quase como uma digressão ao percurso lógico-genético que culmina com a emergência do dinheiro. A esse respeito, ver por exemplo: Oittinen (2020).

trabalho abstrato que o produz isoladamente considerados, mas da unidade de ambos, isto é, da própria forma-mercadoria que o produto do trabalho assume no modo de produção capitalista. Tem-se, por meio dessa forma, que: i) a igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos do trabalho, ii) a medida do dispêndio de força humana de trabalho por meio de sua duração assume a forma da grandeza de valor dos produtos do trabalho, e iii) as relações entre os produtores, nas quais se efetivam as determinações sociais de seu trabalho, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho.

Assim, tem-se que a forma-mercadoria esconde suas determinações sociais, isto é, a forma assumida pelas relações entre as pessoas no modo de produção capitalista, fazendo-as aparecer sob a forma de determinações naturais, isto é, relações entre as coisas. Tem-se, assim, um processo de *naturalização* e *reificação* das relações sociais capitalistas. Consequentemente, também se esconde o fato de que a mercadoria trata-se de uma forma historicamente determinada, existente apenas no capitalismo, e ela fica parecendo tratar-se de uma forma universal e trans-histórica. Enfim, tem-se que em sua *aparência* a mercadoria manifesta-se como o contrário do que ela é em sua *essência*, e é precisamente nisso que consiste o fetiche ou feitiço da mercadoria.

> **O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais.** A impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo óptico não se apresenta, pois, como um estímulo subjetivo do próprio nervo óptico, mas como forma objetiva de uma coisa que está fora do olho. No ato de ver, porém, a luz de uma coisa, de um objeto externo, é efetivamente lançada sobre outra coisa, o olho. Trata-se de uma relação física entre coisas físicas. **Já a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não tem, ao contrário, absolutamente nada a ver com sua natureza física e com as relações materiais [*dinglichen*] que dela resultam. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.** Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. **A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias.** (MARX, CI, p. 147-148, grifo nosso).

O caráter fetichista da mercadoria surge do caráter social peculiar do trabalho produtor de mercadorias: trabalho privado e independente socializado por meio da troca. No capitalismo, os produtores não estabelecem relações sociais diretamente entre si, mas por meio da troca de suas mercadorias. Dessa maneira, as relações entre as pessoas transformam-se em relações entre as coisas, sendo reificadas ou coisificadas. Com a generalização das trocas, os produtos do trabalho humano são já desde sua produção destinados à troca. Assim, o produto do trabalho, além de ser mero valor de uso, adquire também o caráter de valor, o qual já é considerado no próprio ato da produção, transformando-se em mercadoria. Ao relacionarem entre si os produtos de seus trabalhos, por meio da troca, como valores, as pessoas não têm consciência de que estão equiparando quantidades de trabalho. Tem-se assim que o valor resulta de uma forma da relação entre as pessoas, mas que é escondida sob o invólucro material da mercadoria. A descoberta científica da substância do valor – o trabalho abstrato – e da medida de sua grandeza – o tempo de trabalho socialmente necessário – não revela para elas, em sua prática, esse segredo, pois não transforma as relações entre as coisas em relações entre as pessoas e não altera o comportamento da sociedade. Trata-se, portanto, de uma descoberta *post festum* relativamente ao estabelecimento das relações sociais capitalistas e que não tem o poder de alterá-las. A lei do valor, segundo a qual as mercadorias são trocadas por seus valores, impõe-se sempre com a força de uma lei reguladora, à semelhança da lei da gravidade, sejam suas determinações desconhecidas ou conhecidas.

Marx reconhece que em outras formas de organização social diferentes do capitalismo, o produto do trabalho, não assumindo a forma-mercadoria, não possui caráter fetichista, por exemplo: Robinson Crusoé em sua ilha, o feudalismo da Idade Média, uma família camponesa e uma associação de homens livres. Além disso, Marx afirma que a religião trata-se de uma maneira de interpretar ou representar as relações das pessoas entre si e com a natureza quando estas não são racionalmente apreensíveis: o cristianismo, com o culto do homem abstrato, é a religião apropriada ao capitalismo; já no comunismo, em que o processo social de produção seria controlado de forma consciente e planejada por homens livremente associados, não haveria necessidade da religião.

Por fim, Marx afirma que a economia política clássica – Smith, Ricardo etc. – realizou corretamente o movimento investigativo, indo do valor de troca ao valor e ao trabalho e tendo sucesso em descobrir a substância e a grandeza do valor, porém deixou de realizar o movimento expositivo, não se perguntando por que o trabalho torna-se, num momento histórico específico,

conteúdo do valor. Por esse motivo, a economia política clássica tomou equivocadamente as formas próprias do capitalismo como tendo validade universal e trans-histórica.

> É verdade que a economia política analisou, mesmo que incompletamente, o valor e a grandeza de valor e revelou o conteúdo que se esconde nessas formas. Mas ela jamais sequer colocou a seguinte questão: por que esse conteúdo assume aquela forma, e por que, portanto, o trabalho se representa no valor e a medida do trabalho, por meio de sua duração temporal, na grandeza de valor do produto do trabalho? **Tais formas, em cuja testa está escrito que elas pertencem a uma formação social em que o processo de produção domina os homens, e não os homens o processo de produção, são consideradas por sua consciência burguesa como uma necessidade natural tão evidente quanto o próprio trabalho produtivo.** Por essa razão, as formas pré-burguesas do organismo social de produção são tratadas por ela mais ou menos do modo como as religiões pré-cristãs foram tratadas pelos Padres da Igreja. (MARX, CI, p. 154-156).

2.2 Processo de troca e dinheiro

2.2.1 Processo de troca

No capítulo 2, Marx apresenta o processo de troca. Então, já tendo apresentado as determinações das mercadorias, passa para a apresentação das ações dos proprietários de mercadorias.

Nesse processo, os possuidores de mercadorias estabelecem uma relação econômico-volitivo-jurídica entre si, reconhecendo-se mutuamente como proprietários privados, independentes e alheios uns aos outros; trata-se, portanto, de uma relação de alheamento mútuo. Nele, toda mercadoria é um não-valor de uso para seu possuidor e um valor de uso para seu não-possuidor, razão pela qual a troca de mercadorias é realizada. Quando as mercadorias se confrontam como coisas, entretanto, apenas seus valores é que são levados em consideração a fim de estabelecer a relação quantitativa de troca. Portanto, tem-se que antes de poderem ser consumidas e fornecer utilidade a seus possuidores finais, realizando-se como valores de uso, as mercadorias têm de ser trocadas, realizando-se como valores.

Os possuidores de mercadorias só podem efetuar a troca, relacionando suas mercadorias como valores, "[...] *na medida em que as relacionam antagonicamente com outra mercadoria qualquer como equivalente universal.*" (MARX, CI, p. 161). Assim, o processo ou ação social deve excluir uma certa mercadoria por meio de cuja forma natural os valores de todas as outras mercadorias são expressos, a qual se configura assim como forma de equivalente universal. Quando essa mercadoria é o ouro, tem-se a forma-dinheiro. Portanto, a existência generalizada

do produto do trabalho sob a forma-mercadoria torna necessária a existência da forma-dinheiro da mercadoria, de maneira que a mercadoria não pode existir sem que o dinheiro exista simultaneamente.

> O cristal monetário [*Geldkristall*] é um produto necessário do processo de troca, no qual diferentes produtos do trabalho são efetivamente equiparados entre si e, desse modo, transformados em mercadorias. A expansão e o aprofundamento históricos da troca desenvolvem a oposição entre valor de uso e valor que jaz latente na natureza das mercadorias. A necessidade de expressar externamente essa oposição para o intercâmbio impele a uma forma independente do valor da mercadoria e não descansa enquanto não chega a seu objetivo final por meio da duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro. **Portanto, na mesma medida em que se opera a metamorfose dos produtos do trabalho em mercadorias, opera-se também a metamorfose da mercadoria em dinheiro.** (MARX, CI, p.161-162, grifo nosso).

Historicamente, a troca de mercadorias tem origem entre comunidades distintas. Não há, originalmente, troca no interior das comunidades, pois ainda não há uma relação de alheamento mútuo entre seus membros individuais. A princípio, a relação de troca é acidental. Com o decorrer do tempo, a repetição constante e a intensificação das trocas transformam-nas num processo social regular. Então, uma parcela crescente do produto do trabalho passa a ser produzida com a intenção de ser trocada, isto é, sob a forma-mercadoria. Tem-se assim uma separação entre valor de uso e valor (de troca), e a relação de troca deixa de ser acidental, passando a ter por fundamento o valor. É a partir do momento em que sua produção passa a ser intencionalmente destinada à troca que os produtos do trabalho assumem a forma-mercadoria, passando a existir não mais apenas como valores de uso, mas também como valores de grandezas determinadas. E simultaneamente à generalização da forma-mercadoria dos produtos do trabalho, uma certa mercadoria deve assumir a forma-dinheiro, passando a existir como forma de equivalente universal.

> Na troca direta de produtos, cada mercadoria é diretamente meio de troca para seu possuidor e equivalente para seu não-possuidor, mas apenas enquanto ela é valor de uso para ele. O artigo de troca ainda não assume nenhuma forma de valor independente de seu próprio valor de uso ou da necessidade individual dos agentes da troca. A necessidade dessa forma se desenvolve com o número e a variedade crescentes das mercadorias que entram no processo de troca. O problema surge simultaneamente aos meios de sua solução. **Uma circulação em que os proprietários de mercadorias comparam mutuamente seus artigos e os trocam por outros artigos diferentes jamais ocorre sem que, em sua circulação, diferentes mercadorias de diferentes possuidores de mercadorias sejam trocadas e comparadas como valores com uma única terceira mercadoria. Essa terceira mercadoria, por servir de equivalente de diversas outras mercadorias, torna-se**

> **imediatamente, mesmo que em estreitos limites, a forma de equivalente universal ou social.** (MARX, CI, p. 163, grifo nosso).

Antes do ouro, outras mercadorias já assumiram a forma-dinheiro, existindo como equivalentes universais, por exemplo: gado, escravos, terra etc. No entanto, com a expansão das trocas, uma mercadoria mais adequada passa a funcionar como dinheiro: os metais preciosos. De acordo com Marx, no caso do ouro e da prata, existe "[...] *uma harmonia entre suas propriedades naturais e suas funções.*" (MARX, CI, p. 164). São três as propriedades que fazem deles mercadorias apropriadas a esse fim: qualidade uniforme (homogeneidade), divisibilidade e reunibilidade. Portanto, embora não seja de se esperar que em todas as formas de organização social o ouro e a prata existam como dinheiro, uma vez que nem todas as sociedades possuem dinheiro, é de se esperar que no capitalismo, em que o dinheiro constitui uma necessidade, este exista na forma de ouro e prata, ao menos enquanto não puder existir numa outra forma mais conveniente; nesse sentido é que Marx entende que "[...] "*o ouro e a prata não sejam, por natureza, dinheiro, embora o dinheiro seja, por natureza, de ouro e prata*" [...]" (MARX, CI, p. 164).

Portanto, enquanto mercadoria-dinheiro, o ouro é, assim como todas as outras mercadorias, um duplo de valor de uso e valor (de troca). São dois seus valores de uso: i) particular, como mercadoria, por exemplo: dentes de ouro, artigos de luxo etc., e ii) formal, no exercício de sua função social específica como dinheiro ou equivalente universal. Seu valor, assim como os valores de todas as outras mercadorias, é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-lo. Assim, o dinheiro não possui um "valor imaginário", mas um "valor intrínseco" dado em sua produção. "*O processo de troca confere à mercadoria, que ele transforma em dinheiro, não seu valor, mas sua forma de valor específica.*" (MARX, CI, p. 165).

> Já observamos anteriormente que a forma de equivalente de uma mercadoria não inclui a determinação quantitativa de sua grandeza de valor. Se sabemos que o ouro é dinheiro e, por essa razão, é imediatamente permutável, não sabemos, com isso, o valor de, por exemplo, 10 libras de ouro. **Como qualquer outra mercadoria, o dinheiro só pode expressar seu valor de modo relativo, confrontando-se com outras mercadorias. Seu próprio valor é determinado pelo tempo de trabalho requerido para sua produção e se expressa numa dada quantidade de qualquer outra mercadoria em que esteja incorporado o mesmo tempo de trabalho. Essa determinação de sua grandeza relativa de valor ocorre na fonte de sua produção, na permuta [*Tauschhandel*] direta. Quando entra em circulação, como dinheiro, seu valor já está dado.** Quando, já no início da análise do valor, nos últimos decênios do século XVII, concluiu-se que o dinheiro era mercadoria, tal conhecimento dava apenas seus primeiros passos. A dificuldade não está em compreender que dinheiro é

> mercadoria, mas em descobrir como, por que e por quais meios a mercadoria é dinheiro. (MARX, CI, p. 166-167, grifo nosso).

À passagem da categoria de mercadoria para a categoria de dinheiro corresponde o desdobramento do fetiche da mercadoria em fetiche do dinheiro. Este consiste, assim como ocorre com a forma-mercadoria, num processo de *naturalização* e *reificação* da forma-dinheiro, de maneira que o dinheiro manifesta-se por meio de uma *aparência* contrária a sua própria *essência*. O dinheiro surge da necessidade que os produtores de mercadorias têm de uma forma de equivalente universal, a fim de que os valores de suas mercadorias particulares possam ser expressos de maneira singular e geral, sendo, portanto, socialmente determinado. No entanto, a existência do dinheiro parece ser anterior a essa necessidade social, como se a forma de equivalente universal existisse independentemente de sua relação com as demais mercadorias, isto é, como se se tratasse de uma propriedade natural sua enquanto coisa. Em outras palavras, embora o ouro e a prata apenas passem a funcionar como dinheiro num contexto social específico, parece que o ouro e a prata são naturalmente dinheiro.

> Vimos como, já na mais simples expressão de valor *x* mercadoria *A* = *y* mercadoria *B*, a coisa em que se representa a grandeza de valor de outra coisa parece possuir sua forma de equivalente independentemente dessa relação, como uma qualidade social de sua natureza. Já acompanhamos de perto a consolidação dessa **falsa aparência**[37]. Ela se consuma no momento em que a forma de equivalente universal se mescla com a forma natural de um tipo particular de mercadoria ou se cristaliza na forma-dinheiro. **Uma mercadoria não *parece* se tornar dinheiro porque todas as outras mercadorias representam nela seus valores, mas, ao contrário, estas é que parecem expressar nela seus valores pelo fato de ela ser dinheiro. O movimento mediador desaparece em seu próprio resultado e não deixa qualquer rastro. Sem qualquer intervenção sua, as mercadorias encontram sua própria figura de valor já pronta no corpo de uma mercadoria existente fora e ao lado delas. Essas coisas, o ouro e a prata, tal como surgem das entranhas da terra, são, ao mesmo tempo, a encarnação imediata de todo trabalho humano. Decorre daí a mágica do dinheiro.** O comportamento meramente atomístico dos homens em seu processo social de produção e, com isso, a figura reificada [*sachliche*] de suas relações de produção, independentes de seu controle e de sua ação individual consciente, manifestam-se, de início, no fato de que os produtos de seu trabalho assumem universalmente a forma da mercadoria. Portanto, **o enigma do fetiche do dinheiro não é mais do que o enigma do fetiche da mercadoria, que agora se torna visível e ofusca a visão.** (MARX, CI, p. 167, grifo nosso).

2.2.2 Dinheiro

[37] Embora aqui Marx use a expressão "falsa aparência", convém afirmar, em consonância com o exposto no capítulo anterior, que com isso não se entende que a *aparência* das formas mercadoria e dinheiro seja de fato ilusória, falsa ou irreal, mas tão autêntica, verdadeira e real quanto sua *essência*, embora oposta a ela.

Nas três seções em que se divide o capítulo 3, Marx trata das três funções do dinheiro: medida dos valores, meio de circulação e dinheiro. Pode-se dizer que, nos termos da economia monetária atual, essas funções são mais comumente conhecidas, respectivamente, por: unidade de conta, meio de troca e reserva de valor. Portanto, é apenas após ter apresentado a gênese lógica do dinheiro, definindo-o como a forma necessária de expressão dos valores das mercadorias, que Marx passa à consideração das funções que o dinheiro exerce; em outras palavras, Marx não reduz a definição do dinheiro à mera apresentação de suas funções.

2.2.2.1 Medida dos valores

Na primeira seção do capítulo 3, Marx apresenta a função do dinheiro como **medida dos valores**. A primeira função do dinheiro é a de ser medida universal dos valores, mercadoria específica que assume a forma de equivalente universal, servindo à expressão dos valores de todas as outras mercadorias.

> A primeira função do ouro é de fornecer ao mundo das mercadorias o material de sua expressão de valor ou de representar os valores das mercadorias como grandezas de mesmo denominador, qualitativamente iguais e quantitativamente comparáveis. Desse modo, ele funciona como **medida universal dos valores**, sendo apenas por meio dessa função que o ouro, a mercadoria-equivalente específica, torna-se, inicialmente, dinheiro. (MARX, CI, p. 169, grifo nosso).

Deve-se reconhecer que as mercadorias não se tornam comensuráveis entre si por meio do dinheiro, mas pelo fato de, como valores, serem todas trabalho humano objetivado. O dinheiro é apenas a mercadoria específica por meio da qual todas as outras mercadorias medem seus valores. "*O dinheiro, como medida de valor, é a forma necessária de manifestação da medida imanente de valor das mercadorias: o tempo de trabalho.*" (MARX, CI, p. 169). A forma-dinheiro ou o preço de uma mercadoria A é representada pela equação: *x* mercadoria A = *y* mercadoria-dinheiro. A forma-dinheiro ou o preço das mercadorias é a forma ideal ou representada de expressão de seus valores. Assim, não é necessário que a mercadoria seja realmente trocada por dinheiro para possuir um preço, nem que o ouro exista realmente num ato de troca para exercer a função de medida dos valores, bastando para isso que ele exista como dinheiro ideal. O ouro é o valor de uso por meio do qual se expressam todos os valores, exceto o próprio valor do ouro, que é expresso por meio de todos os demais valores de uso.

O ouro, enquanto dinheiro, é, ao mesmo tempo, medida dos valores (*measure of value*) e padrão dos preços (*standard of value*), desempenhando assim dois papeis distintos. Enquanto medida dos valores: i) é a encarnação social do trabalho humano; ii) transforma as diversas mercadorias em preços ou em quantidades representadas de ouro; iii) as mercadorias medem-se como valores; iv) o ouro é produto do trabalho e, portanto, um valor alterável. Enquanto padrão dos preços: i) é um peso metálico estipulado/fixado; ii) mede essas quantidades de ouro; iii) quantidades de ouro medem-se por determinadas quantidades de ouro, por exemplo: 1 quintal = *x* libras = *y* onças; iv) há uma fixidez das relações de medida, sendo determinado peso de ouro fixado como unidade de medida. Por um lado, uma alteração do valor do ouro não afeta sua função como padrão dos preços, pois diferentes quantidades ou pesos de ouro permanecem sempre guardando a mesma relação de valor entre si; 1 quintal = *x* libras = *y* onças permanece uma relação fixa mesmo que o valor do ouro altere-se. Por outro lado, uma alteração do valor do ouro também não impede sua função como medida dos valores; *coeteris paribus*, os valores relativos recíprocos entre as demais mercadorias permanecem inalterados, embora todos os valores passem a se expressar em preços de ouro maiores ou menores.

Os preços das mercadorias alteram-se sempre em decorrência de duas causas: alterações de seus valores ou alterações do valor do ouro, a mercadoria-dinheiro.

> Tal como na representação do valor de uma mercadoria no valor de uso de uma outra mercadoria qualquer, também na valoração das mercadorias em ouro é pressuposto apenas que, numa época determinada, a produção de uma quantidade determinada de ouro custe uma dada quantidade de trabalho. Quanto ao movimento dos preços das mercadorias em geral, valem as leis da expressão relativa simples do valor que expusemos anteriormente. (MARX, CI, p. 173).

Por diversas razões, as denominações monetárias dos pesos metálicos passam a divergir progressivamente dos nomes originais de suas medidas de peso, entre elas: a introdução de dinheiro estrangeiro em povos pouco desenvolvidos, a substituição do padrão monetário (cobre por prata, prata por ouro etc.) e a falsificação do dinheiro pelos príncipes. Na prática, as mercadorias expressam seus valores pela forma-preço, isto é, pelas denominações monetárias ou contábeis do ouro, e não pela forma-dinheiro, isto é, por suas medidas de peso. "*Na Inglaterra, em vez de se dizer que 1 quarter de trigo é igual a 1 onça de ouro, dir-se-ia que ele é igual a £3, 17 xelins e 10 ½ pence.*" (MARX, CI, p. 175). "*O preço é a denominação monetária do trabalho objetivado na mercadoria.*" (MARX, CI, p. 176).

Marx reconhece, desde já, a possibilidade da *incongruência quantitativa* entre o preço e a grandeza de valor das mercadorias, ou um desvio do preço em relação ao valor:[38]

> A grandeza de valor da mercadoria expressa, portanto, uma relação necessária – e imanente ao seu processo constitutivo – com o tempo de trabalho social. Com a transformação da grandeza de valor em preço, essa relação necessária aparece como relação de troca entre uma mercadoria e a mercadoria-dinheiro existente fora dela. Nessa relação, porém, **é igualmente possível que se expresse a grandeza de valor da mercadoria, como o mais ou o menos pelo qual ela** [é] **vendável sob dadas circunstâncias. A possibilidade de uma incongruência quantitativa entre preço e grandeza de valor, ou o desvio do preço em relação à grandeza de valor, reside, portanto, na própria forma-preço. Isso não é nenhum defeito dessa forma, mas, ao contrário, aquilo que faz dela a forma adequada a um modo de produção em que a regra só se pode impor como a lei média do desregramento que se aplica cegamente.** (MARX, CI, p. 176-177, grifo nosso).

Além disso, existe também a possibilidade de que a forma-preço abrigue uma *contradição qualitativa*, quando coisas que não possuem valor e, portanto, não são mercadorias (por exemplo: a consciência, a honra, a terra virgem etc.) são compradas com dinheiro e mediante um preço.

2.2.2.2 Meio de circulação

Na segunda seção do capítulo 3, Marx apresenta a função do dinheiro como **meio de circulação**. Essa seção subdivide-se em três itens, a, b e c.

No item a da segunda seção, Marx aborda a metamorfose das mercadorias. O processo de troca transfere as mercadorias das mãos em que elas não são valores de uso para as mãos em que elas o são, sendo por isso metabolismo do trabalho social. Toda mudança de forma de uma mercadoria consuma-se mediante uma relação antitética na qual duas mercadorias são trocadas: uma mercadoria comum (M) e a mercadoria-dinheiro (D). O processo de troca constitui a antítese externa em que as mercadorias expressam sua antítese imanente ou interna entre valor de uso e valor: M é realmente valor de uso e manifesta idealmente seu valor de troca por meio de D, D é realmente valor de troca e manifesta idealmente seu valor de uso por meio de M. A metamorfose ou mudança de forma da mercadoria dá-se em duas etapas: venda e compra.

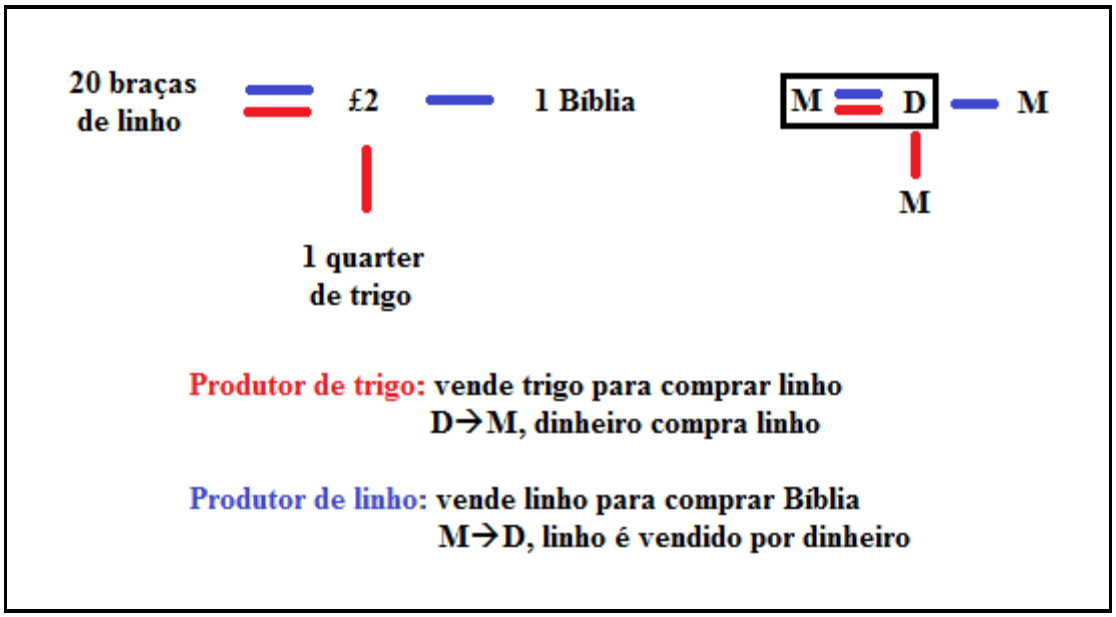
[38] Trata-se, aqui, da diferença entre valor e preço de mercado, e não da diferença entre valor e preço de produção. Nos livros I e II de *O capital*, os preços de mercado das mercadorias gravitam em torno de seus valores, enquanto no livro III, após a transformação de valores em preços de produção, os preços de mercado das mercadorias passam a gravitar em torno de seus preços de produção.

> O processo de troca da mercadoria se consuma, portanto, em duas metamorfoses contrapostas e mutuamente complementares: conversão da mercadoria em dinheiro e reconversão do dinheiro em mercadoria. Os momentos da metamorfose das mercadorias são simultaneamente transações dos possuidores de mercadorias – venda, troca da mercadoria por dinheiro; compra, troca do dinheiro por mercadoria –, e a unidade dos dois atos: vender para comprar. (MARX, CI, p. 179).

Trata-se, assim, de um movimento M-D-M, por exemplo: 20 braças de linho – £2 – 1 Bíblia. Ao final do processo de troca, o trocador possui uma outra mercadoria, de valor igual à que possuía inicialmente, mas de diferente utilidade ou valor de uso.

A venda, M-D, constitui a primeira metamorfose da mercadoria, chamada por Marx de "salto mortal": "*O salto que o valor da mercadoria realiza do corpo da mercadoria para o corpo do ouro, tal como demonstrei em outro lugar, é o salto mortale [salto mortal] da mercadoria.*" (MARX, CI, p. 180). Para que a mercadoria seja efetivamente vendida, sendo transformada em ouro, ela deve constituir valor de uso para algum possuidor de dinheiro, "[...] *de modo que o trabalho nela despendido esteja incorporado numa forma socialmente útil ou se confirme como elo da divisão social do trabalho.*" (MARX, CI, p. 180). Quando um produtor individual despende mais tempo de trabalho na produção de sua mercadoria do que a média de seus concorrentes, ele recebe por sua venda um preço inferior ao que esperaria receber, pois a vende por seu valor, dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Quando uma mercadoria é produzida em excesso, superando a capacidade de absorção da demanda, ela é vendida por um preço inferior ao que equivaleria ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, ou então parte da produção não chega a ser vendida. Deve-se reconhecer, portanto, que a transubstanciação da mercadoria em dinheiro, ou sua venda, é contingente e acidental, estando sujeita a insucessos. Além disso, ainda quando de fato ocorra, isto é, mesmo quando a mercadoria é vendável, a venda pode ocorrer com um acréscimo ou uma diminuição anormal da grandeza de valor. Toda venda é, ao mesmo tempo, compra: M-D é sempre D-M. A primeira metamorfose de uma mercadoria é sempre, ao mesmo tempo, a segunda metamorfose contrária de outra mercadoria (exceto no caso do produtor de ouro ou prata, que troca dinheiro por mercadoria sem antes ter necessitado vender qualquer outra mercadoria para obter o dinheiro; nesse caso, o ouro ingressa no mercado em sua fonte de produção, trocando-se por uma mercadoria de mesmo valor, portanto comprando imediatamente após ser produzido, sem ter sido obtido por meio de uma venda). A figura 2.1 abaixo exemplifica a primeira metamorfose da mercadoria (M-D, ou venda):

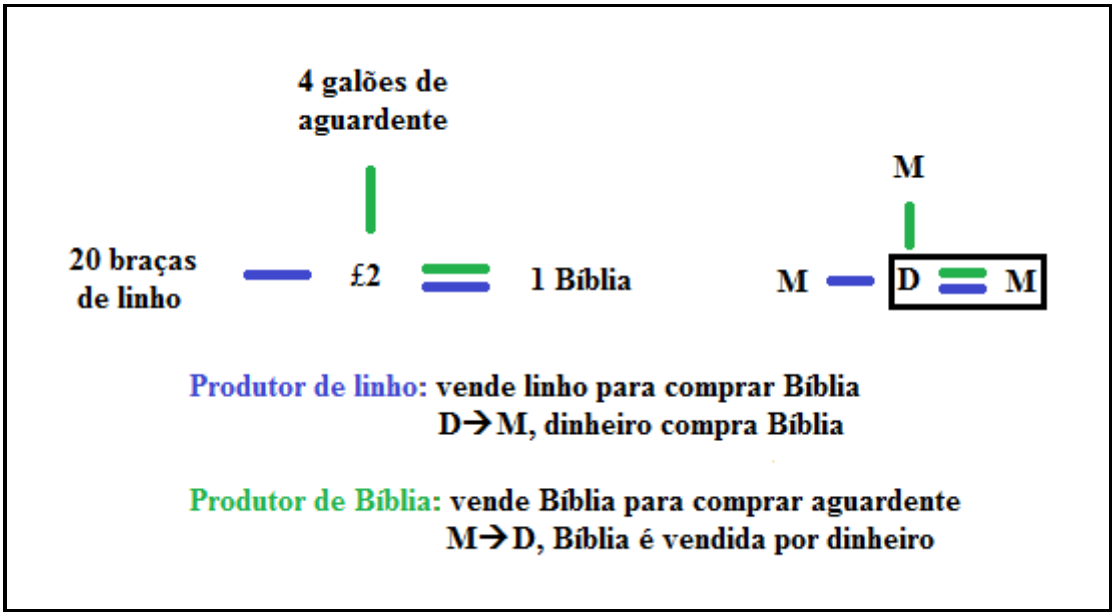
Figura 2.1: A primeira metamorfose da mercadoria



Fonte: elaboração própria do autor a partir de Marx (CI, p. 183).

A compra, D-M, constitui a segunda e conclusiva metamorfose da mercadoria. O dinheiro "[...] *é a mercadoria absolutamente vendável.* [...] *Se por um lado ele representa mercadoria vendida, por outro representa mercadorias compráveis.*" (MARX, CI, p. 184). Toda compra, D-M, é, ao mesmo tempo, venda, M-D. A última metamorfose de uma mercadoria é também a primeira metamorfose de outra mercadoria. Cada produtor individual vende uma única mercadoria e compra uma diversidade de outras mercadorias, pois cada produtor produz um único tipo de produto e possui múltiplas necessidades. A figura 2.2 abaixo exemplifica a segunda metamorfose da mercadoria (D-M, ou compra):

Figura 2.2: A segunda metamorfose da mercadoria



Fonte: elaboração própria do autor a partir de Marx (CI, p. 184).

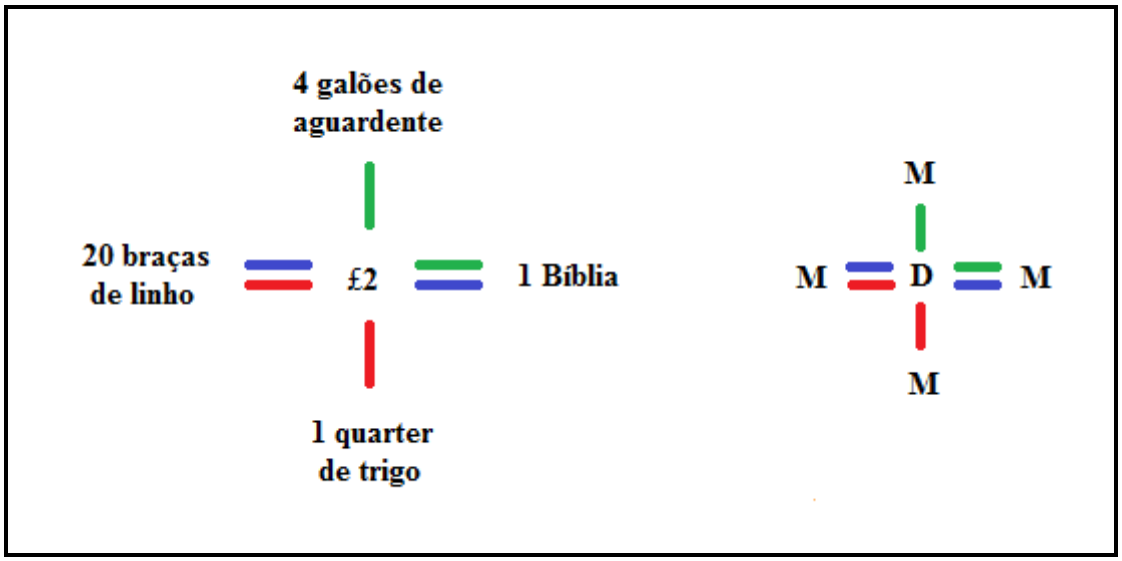
M-D-M, ou vender para comprar, é a metamorfose total da mercadoria. Esta consiste em dois movimentos antitéticos e mutuamente complementares: venda (M-D) e compra (D-M). Todo possuidor de mercadoria, em meio ao processo de troca, exerce ora o papel de vendedor, ora o papel de comprador. Em toda troca, deve haver um confrontamento entre vendedor (possuidor de M) e comprador (possuidor de D). A metamorfose total de uma mercadoria envolve quatro extremos (termos) e três atores (contratantes): "[...] *o vendedor do primeiro ato torna-se comprador no segundo, onde um terceiro possuidor de mercadorias confronta-se com ele como vendedor.*" (MARX, CI, p. 185).

O conjunto de todas as metamorfoses das mercadorias, que se entrelaçam umas com as outras, constitui o processo de circulação de mercadorias.

> As duas metamorfoses que formam o ciclo de uma mercadoria formam, ao mesmo tempo, as metamorfoses parciais inversas de duas outras mercadorias. [...] O ciclo percorrido pela série de metamorfoses de uma mercadoria se entrelaça inextricavelmente com os ciclos de outras mercadorias. **O processo inteiro se apresenta como circulação de mercadorias.** (MARX, CI, p. 185, grifo nosso).

A figura 2.3 abaixo exemplifica o processo de circulação de mercadorias:

Figura 2.3: A circulação de mercadorias



Fonte: elaboração própria do autor a partir de Marx (CI, p. 185).

A circulação de mercadorias difere da troca direta de produtos. Na circulação, o tecelão pode trocar linho por Bíblia sem que o vendedor de Bíblias, "[...] *que prefere o quente ao frio* [...]" (MARX, CI, p. 186), troque Bíblia por linho, mas por uma terceira mercadoria, aguardente. "*A mercadoria de B substitui a de A, mas A e B não trocam simultaneamente suas mercadorias.*" (MARX, CI, p. 186). Além disso, ao contrário da troca direta, o processo de circulação não se extingue ao término do ciclo de uma mercadoria. Findo esse ciclo, resta ainda dinheiro nas mãos do último vendedor, que deve gastá-lo na compra de outra mercadoria. Trata-se, portanto, de um processo sem fim.

Marx realiza uma crítica à Lei de Say, não reconhecendo sua validade. O fato de toda venda ser, ao mesmo tempo, uma compra significa apenas, tautologicamente, que o número das vendas efetivamente realizadas é igual ao das compras, mas não que o vendedor leva seu comprador ao mercado ou que todas as mercadorias produzidas são efetivamente vendidas. O possuidor de uma mercadoria pode não conseguir vendê-la, isto é, pode não conseguir transformá-la em ouro, resultando ela em algo inútil. Os possuidores de dinheiro podem retê-lo por um período de tempo indeterminado, não realizando compras. "*Ninguém pode vender sem que outro compre. Mas ninguém precisa comprar apenas pelo fato de ele mesmo ter vendido.*" (MARX, CI, p. 187). O processo de circulação estabelece uma cisão na identidade imediata existente na troca direta de produtos, resultando disso a possibilidade de crises de não-realização:

> A circulação rompe as barreiras temporais, locais e individuais da troca de produtos precisamente porque provoca uma cisão na identidade imediata aqui existente entre o dar em troca o próprio produto do trabalho e o receber em troca o produto do trabalho alheio, transformando essa identidade na antítese entre compra e venda. Dizer que esses dois processos independentes e antitéticos formam uma unidade interna significa dizer que sua unidade interna se expressa em antíteses externas. Se, completando-se os dois polos um ao outro, a autonomização externa do internamente dependente avança até certo ponto, a unidade se afirma violentamente por meio de uma crise. A antítese, imanente à mercadoria, entre valor de uso e valor, na forma do trabalho privado que ao mesmo tempo tem de se expressar como trabalho imediatamente social, do trabalho particular e concreto que ao mesmo tempo é tomado apenas como trabalho geral abstrato, da personificação das coisas e coisificação das pessoas – essa contradição imanente adquire nas antíteses da metamorfose da mercadoria suas formas desenvolvidas de movimento. **Por isso, tais formas implicam a possibilidade de crises, mas não mais que sua possibilidade. O desenvolvimento dessa possibilidade em efetividade requer todo um conjunto de relações que ainda não existem no estágio da circulação simples de mercadorias.** (MARX, CI, p. 187, grifo nosso).

A segunda função do dinheiro é, portanto, a de ser meio de circulação. "*Como mediador da circulação de mercadorias, o dinheiro exerce a função de* ***meio de circulação***." (MARX, CI, p. 188, grifo nosso).

No item b da segunda seção, Marx aborda o curso do dinheiro. A metamorfose total da mercadoria (M-D-M, ou vender para comprar) afasta constantemente o dinheiro, pois tem como ponto de partida e ponto de chegada (objetivo final) a mercadoria. Nesse ciclo, o vendedor obtém o dinheiro apenas para poder tornar-se comprador, livrando-se do mesmo ao final. O dinheiro funciona como meio de compra, realizando o preço da mercadoria, isto é, transferindo-se das mãos do comprador para as do vendedor e fazendo com que a mercadoria transfira-se destas para aquelas. O movimento do dinheiro é unilateral (apenas comprar), mas resulta do movimento bilateral da mercadoria (vender para comprar). Além disso, o dinheiro movimenta-se no sentido contrário ao do movimento das mercadorias. Ao ser trocada por dinheiro, a mercadoria sai da esfera da circulação e entra na esfera do consumo, passando a servir como meio de subsistência ou meio de produção. O dinheiro que funciona como meio de circulação, ao contrário, nunca sai da esfera da circulação, mas transita sempre em seu interior, removendo as mercadorias da mesma. "*Por essa razão, embora o movimento do dinheiro seja apenas a expressão da circulação de mercadorias, é esta última que, ao contrário, aparece simplesmente como resultado do movimento do dinheiro.*" (MARX, CI, p. 189).

Isso posto, surge a seguinte questão: quanto dinheiro a esfera da circulação absorve, qual é e o que determina a quantidade de dinheiro em circulação? A resposta dada por Marx é realizada em dois passos.

Em primeiro lugar:

> [...] a massa de meios de circulação requerida para o processo de circulação do mundo das mercadorias é determinada de antemão pela **soma dos preços das mercadorias**. Na verdade, o dinheiro não faz mais do que representar realmente a quantidade de ouro que já está expressa idealmente na soma dos preços das mercadorias. Por isso, é evidente a igualdade dessas duas somas. (MARX, CI, p. 190, grifo nosso).

O primeiro determinante da quantidade de dinheiro é, portanto, a soma dos preços das mercadorias. Toda variação do valor do ouro resulta em variações dos preços das mercadorias e, consequentemente, em variações da quantidade de dinheiro em circulação. Havendo uma queda do valor do ouro, os preços das mercadorias aumentam – mantendo-se constantes os tempos de trabalho socialmente necessários para produzi-las – e, consequentemente, deve-se aumentar a quantidade de dinheiro em circulação; e vice-versa. Quando o valor do ouro varia, ocorre um ajustamento lento e gradual dos preços das mercadorias: as primeiras mercadorias a terem seus preços modificados são aquelas trocadas pelo ouro na fonte de produção deste, isto é, no momento em que ele entra no mercado com seu novo valor; depois, por meio de um processo de contágio, todas as demais mercadorias também têm seus preços modificados, até que se equalizem às proporções de troca determinadas por seus valores. A soma dos preços das mercadorias é determinada por dois fatores: suas quantidades e seus preços individuais. É a soma dos preços das mercadorias a serem realizados que determina a quantidade de dinheiro, e não o contrário: "[...] *a quantidade do meio de circulação é determinada pela soma dos preços das mercadorias a serem realizados.*" (MARX, CI, p. 191).

Em segundo lugar, tem-se que uma mesma peça monetária pode percorrer vários cursos sucessivos, realizando os preços de várias mercadorias. Por exemplo, £2 podem realizar a soma de £8 de preços, efetuando quatro compras ou percorrendo quatro cursos. Assim, um segundo determinante da quantidade de dinheiro deve ser levado em consideração, a velocidade de circulação do dinheiro: "[...] *o número de cursos que as mesmas peças monetárias percorrem num dado tempo mede a* ***velocidade da circulação do dinheiro***." (MARX, CI, p. 192, grifo nosso). As peças monetárias percorrem umas mais, outras menos cursos num mesmo período. Tomadas em conjunto, tem-se um número médio de cursos da peça monetária individual ou a velocidade média de circulação do dinheiro. Quanto maior essa velocidade, menor a quantidade de dinheiro em circulação; e vice-versa.

Considerando os dois fatores em conjunto, tem-se que a quantidade de dinheiro que funciona como meio de circulação é determinada pela soma dos preços das mercadorias,

determinada pelas quantidades e pelos preços das mercadorias individuais (variando positivamente com esta), e pela velocidade de circulação do dinheiro (variando negativamente com esta). Marx expressa a determinação da quantidade de dinheiro por meio da seguinte equação:

$$\frac{\text{Soma dos preços das mercadorias}}{\text{Número de cursos das mesmas peças monetárias}} = \text{Quantidade de dinheiro (meio de circulação)}$$

Marx reconhece que pode haver estagnação do processo de circulação das mercadorias causada por uma desaceleração da velocidade de circulação do dinheiro e que, de maneira equivocada, esse resultado é comumente atribuído à escassez de dinheiro.

Outra forma de expressar a lei que determina a quantidade de dinheiro é a seguinte: "[...] *considerando-se uma dada soma de valor das mercadorias e uma dada velocidade média de suas metamorfoses, o volume de dinheiro ou do material do dinheiro em movimento depende de seu próprio valor.*" (MARX, CI, p. 196-197).

Enfim, na concepção de Marx, não são os preços das mercadorias que são determinados pela quantidade de dinheiro disponível num país, mas o contrário. Essa é uma ilusão que decorre da "[...] *hipótese absurda de que, ao entrarem em circulação, as mercadorias não possuem preços e o dinheiro não possui valor, de modo que uma parte alíquota do mingau das mercadorias é trocada por uma parte alíquota da montanha de metais.*" (MARX, CI, p. 197).[39]

Por fim, no item c da segunda seção, Marx aborda a moeda e o signo do valor. O dinheiro exerce sua função como meio de circulação por meio de sua figura como moeda. No processo de circulação, as mercadorias confrontam-se com peças ou moedas metálicas cunhadas pelo Estado. Desconsiderando-se detalhes como a senhoriagem, as moedas de ouro e o ouro em barra diferenciam-se apenas por sua fisionomia, podendo o ouro ser constantemente transformado de uma forma em outra. As diferentes moedas nacionais constituem apenas os diferentes uniformes que o ouro veste e manifestam a separação entre as esferas nacionais ou internas da circulação das mercadorias e a esfera universal do mercado mundial, em que o ouro despoja-se desses uniformes.

[39] Portanto, apesar de enunciar a equação quantitativa da moeda (EQM), Marx faz uma interpretação da relação de causalidade existente entre suas variáveis contrária à da teoria quantitativa da moeda (TQM). Para a TQM, a quantidade de moeda determina os preços; para Marx, os preços determinam a quantidade de moeda. Há na literatura um debate sobre a relação entre a concepção de dinheiro de Marx e a teoria quantitativa da moeda; ver por exemplo: Brunhoff (1978) e Campbell (2017).

No processo de circulação, as moedas de ouro sofrem desgaste. Tem-se, assim, uma separação entre seu título de ouro – seu conteúdo nominal, sua existência funcional – e sua substância de ouro – seu conteúdo real, sua existência metálica ou material. O dinheiro deixa de ser equivalente efetivo em valor das mercadorias que realiza, convertendo-se num símbolo ou signo de valor. Além disso, coisas relativamente sem valor, como notas de papel – o papel-moeda emitido pelo Estado e de circulação compulsória –, passam ainda a funcionar como moeda simbólica.

> Se o próprio curso do dinheiro separa o conteúdo real da moeda de seu conteúdo nominal, sua existência metálica de sua existência funcional, ele traz consigo, de modo latente, a possibilidade de substituir o dinheiro metálico por moedas de outro material ou por símbolos. (MARX, CI, p. 199).
>
> Nas fichas metálicas, o caráter puramente simbólico ainda se encontra de certo modo escondido. No papel-moeda, ele se mostra com toda evidência. Como se vê, *ce n'est que le premier pas que coûte* [difícil é apenas o primeiro passo]. (MARX, CI, p. 200).

Conforme Marx, o papel-moeda emitido pelo Estado deve limitar-se sempre à quantidade de ouro efetivamente requerida pela esfera da circulação, determinada pela soma dos preços das mercadorias e pela velocidade de circulação do dinheiro. Se todo o ouro em circulação é substituído por papel-moeda que passa a representá-lo simbolicamente, e se, em virtude das oscilações da circulação das mercadorias, um volume menor de dinheiro passa a ser requerido pela esfera da circulação, tem-se um excesso de notas relativamente ao ouro que deveria circular. Como resultado, as denominações monetárias das notas de papel devem alterar suas relações com os pesos de ouro que representam. Por exemplo, se o volume de notas for o dobro do volume de ouro requerido pela circulação, cada nota deve representar efetivamente metade de sua denominação monetária em termos de valores reais. "*Os mesmos valores que antes se expressavam no preço de £1 seriam, agora, expressos no preço de £2.*" (MARX, CI, p. 201). Ao considerar o papel-moeda ou o dinheiro como signo de valor, Marx admite, portanto, que os preços das mercadorias são determinados pela quantidade de dinheiro.[40]

[40] Portanto, ao considerar não mais o ouro como mercadoria-dinheiro, mas o papel-moeda como signo de valor, Marx faz uma interpretação da relação de causalidade existente entre quantidade de moeda e preços semelhante à da TQM, entendendo que a quantidade de moeda determina os preços. Contudo, conforme destaca Campbell (2017), partindo de Brunhoff (1978), ainda que essa seja uma interpretação possível, ela requer que se desconsidere o papel que o entesouramento, discutido adiante, possui na manutenção da relação de troca entre as mercadorias e o dinheiro e na determinação de sua quantidade em circulação. Assim, apenas quando o dinheiro não pode ser entesourado, isto é, no caso do papel-moeda emitido pelo Estado, quando a própria autoridade estatal é questionada em seu papel de guardiã das relações econômicas mercantis, que uma elevação da quantidade de dinheiro conduz a uma elevação dos preços. Se isso acontece, porém, dificilmente se pode dizer que aquilo que circula é de fato dinheiro.

> O papel-moeda é signo do ouro ou signo de dinheiro. Sua relação com os valores das mercadorias consiste apenas em que estes estão idealmente expressos nas mesmas quantidades de ouro simbólica e sensivelmente representadas pelo papel. O dinheiro de papel só é signo de valor na medida em que representa quantidades de ouro, que, como todas as outras mercadorias, são também quantidades de valor. (MARX, CI, p. 202).

O ouro só é substituído por um signo ou símbolo de si mesmo, destituído de valor, na medida em que é isolado ou autonomizado em sua função como moeda ou meio de circulação. No processo de circulação, a mera existência simbólica do dinheiro é suficiente para que se processem as metamorfoses das mercadorias. O signo de dinheiro, por sua vez, só tem validade social pelo fato de o papel-moeda ter circulação forçada, em virtude de uma obrigação estatal.

2.2.2.3 Dinheiro

Na terceira seção do capítulo 3, Marx apresenta a função do dinheiro como **dinheiro**. "*A mercadoria que funciona como medida de valor e, desse modo, também como meio de circulação, seja em seu próprio corpo ou por meio de um representante, é* ***dinheiro***." (MARX, CI, p. 203, grifo nosso). Esta seção subdivide-se em três itens, a, b e c.

No item a da terceira seção, Marx aborda o entesouramento. Quando a metamorfose da mercadoria é interrompida ao meio, sem que a venda tenha como complemento uma compra subsequente, o dinheiro transforma-se de algo móvel em imóvel, de moeda em dinheiro, formando-se um tesouro. Assim, a primeira metamorfose da mercadoria, M-D, ou venda, transforma-se de um simples meio do metabolismo social num fim em si mesma: a mercadoria é vendida não para que se possa comprar outra mercadoria, mas para que se possa reter o dinheiro, e a forma-dinheiro evanescente e efêmera dá lugar ao tesouro petrificado. A cobiça – necessidade, paixão ou fetiche – pelo ouro surge da "[...] *possibilidade de reter a mercadoria como valor de troca ou o valor de troca como mercadoria* [...]" (MARX, CI, p. 205), isto é, do poder do dinheiro resultante de sua propriedade de "[...] *forma absolutamente social da riqueza, sempre pronta para o uso.*" (MARX, CI, p. 205), uma vez que é a mercadoria na qual todas as demais são convertidas. O entesouramento atende a um desejo permanente de acumulação:[41]

[41] Como se verá a seguir, o entesouramento de dinheiro e a acumulação de capital constituem processos diferentes de acumulação de riqueza, não devendo ser confundidos um com o outro. O entesouramento é próprio da circulação simples de mercadorias, que tem a forma M-D-M, e resulta da interrupção desse circuito. A acumulação é própria da circulação do dinheiro como capital, que tem a forma D-M-D', e resulta da renovação desse circuito.

> O impulso para o entesouramento é desmedido por natureza. Seja qualitativamente, seja segundo sua forma, o dinheiro é desprovido de limites, quer dizer, ele é o representante universal da riqueza material, pois pode ser imediatamente convertido em qualquer mercadoria. Ao mesmo tempo, porém, toda quantia efetiva de dinheiro é quantitativamente limitada, sendo, por isso, apenas um meio de compra de eficácia limitada. Tal contradição entre a limitação quantitativa e a ilimitação qualitativa do dinheiro empurra constantemente o entesourador de volta ao trabalho de Sísifo da acumulação. Com ele ocorre o mesmo que com o conquistador do mundo, que, com cada novo país, conquista apenas mais uma fronteira a ser transposta. (MARX, CI, p. 206).

Ao entesourador associa-se, por um lado, o empenho em produzir e vender e, por outro lado, a renúncia ao uso do dinheiro como meio de compra e, consequentemente, de fruição. São virtudes do entesourador: o trabalho árduo, a parcimônia e a avareza; "[...] *vender muito e comprar pouco são a suma de sua economia política.*" (MARX, CI, p. 207).

As reservas de dinheiro entesourado constituem uma oferta monetária latente: variando-se a quantidade de dinheiro requerida pela esfera da circulação, formam-se canais de afluxo e refluxo entre os tesouros e a circulação.

No item b da terceira seção, Marx aborda o meio de pagamento. Com o desenvolvimento da circulação das mercadorias, surge a possibilidade de as vendas serem feitas a crédito. Assim, mercadoria e dinheiro deixam de aparecer simultaneamente no processo de troca. O comprador, recebendo do vendedor sua mercadoria no momento presente, assume a obrigação de pagar por ela no futuro, devendo entregar-lhe o dinheiro ao vencimento de um prazo estipulado. Assim, o vendedor torna-se credor, e o comprador torna-se devedor. Quando a venda é realizada à vista, com o pagamento simultâneo à entrega da mercadoria, o dinheiro possui a função de *meio de circulação* ou *meio de compra*; no caso da venda a crédito, com a promessa de pagamento futuro, o dinheiro assume a função de *meio de pagamento*.

> Um possuidor de mercadorias vende mercadorias que já existem, o outro compra como mero representante do dinheiro ou como representante de dinheiro futuro. O vendedor se torna credor, e o comprador, devedor. Como aqui se altera a metamorfose da mercadoria ou o desenvolvimento de sua forma de valor, também o dinheiro recebe outra função. Torna-se **meio de pagamento**. (MARX, CI, p. 208, grifo nosso).

> A mercadoria do vendedor circula, realiza seu preço, porém apenas na forma de um título de direito privado que garante a obtenção futura do dinheiro. Ela se converte em valor de uso antes de se ter convertido em dinheiro. A consumação de sua primeira metamorfose se dá apenas posteriormente. (MARX, CI, p. 209-210).

A função do dinheiro como meio de pagamento cria a necessidade de entesourar. Para que as dívidas sejam liquidadas no futuro, quando de seu vencimento, os devedores devem acumular dinheiro, formando fundos de reserva de meios de pagamento. Assim, o dinheiro deve ser temporariamente retirado da circulação, convertendo-se em tesouro. Por essa razão é que Marx apresenta a função do dinheiro como meio de pagamento na terceira seção do capítulo 3, em meio a sua função como dinheiro, e não na segunda seção, em meio a sua função como meio de circulação.

O desenvolvimento das vendas a crédito e da função do dinheiro como meio de pagamento faz surgir uma *cadeia de pagamentos em processo*. Por exemplo, A pode ser credor de B e, ao mesmo tempo, devedor de C. Ao final do vencimento das obrigações, B deverá pagar a A, e A deverá pagar a C. Há, assim, um curso do dinheiro sob a função de meio de pagamento, passando ele de mãos em mãos liquidando as obrigações. Com o tempo, também são criados os *sistemas de compensação*.

> Com a concentração dos pagamentos no mesmo lugar, desenvolvem-se espontaneamente instituições e métodos próprios para sua liquidação. Assim, por exemplo, os *virements* [transferências] na Lyon medieval. As dívidas de *A* para com *B*, de *B* para com *C*, de *C* para com *A*, e assim por diante, precisam apenas ser confrontadas umas com as outras para que se anulem mutuamente, até um determinado grau, como grandezas positivas e negativas. Resta, assim, apenas um saldo devedor a compensar. Quanto maior for a concentração de pagamentos, menor será esse saldo e, portanto, a quantidade dos meios de pagamento em circulação. (MARX, CI, p. 210).

Quando, por razões diversas, ocorrem perturbações no mecanismo da cadeia de pagamentos e do sistema de suas compensações, têm lugar as crises monetárias que acompanham as crises de produção e de comércio. Nesses momentos, ocorre um temor geral de que as obrigações não sejam liquidadas e uma procura geral por dinheiro, que se encontra em escassez.

Introduzida a possibilidade das vendas a crédito e a função do dinheiro como meio de pagamento, a quantidade de dinheiro em circulação, tanto na função de meio de circulação como na função de meio de pagamento, passa a ser determinada da seguinte maneira:

> Se considerarmos agora a quantidade total do dinheiro em circulação num período determinado, veremos que, dada a velocidade do curso do meio de circulação e dos meios de pagamentos, ela é igual à soma dos preços das mercadorias a serem realizados mais a soma dos pagamentos devidos, menos os pagamentos que se compensam uns aos outros e, finalmente, menos o número de ciclos que a mesma peça

> monetária percorre, funciona[ndo] ora como meio de circulação, ora como meio de pagamento. (MARX, CI, p. 212).

Essa determinação da quantidade de dinheiro pode ser expressa por meio da seguinte equação:

$$\frac{\begin{array}{c}\text{Soma dos preços das mercadorias + Soma dos pagamentos devidos} \\ \text{- Pagamentos que se compensam uns aos outros} \\ \text{- Número de ciclos que a mesma peça monetária percorre} \\ \text{funcionando ora como meio de circulação, ora como meio de pagamento}\end{array}}{\begin{array}{c}\text{Velocidade do curso do meio de circulação e do meio de pagamento}\end{array}} = \text{Quantidade de dinheiro (meio de circulação e meio de pagamento)}$$

Assim, a quantidade de dinheiro que circula num dado período deixa de corresponder à quantidade de mercadorias que circulam no mesmo período. "*Continua em curso o dinheiro que representa mercadorias há muito tempo saídas de circulação. Circulam mercadorias cujo equivalente em dinheiro só aparecerá numa data futura.*" (MARX, CI, p. 212). E, além disso, não há razão para que as dívidas quitadas num período sejam iguais às dívidas contraídas no mesmo período.

O dinheiro creditício corresponde aos títulos de dívida que circulam:

> O **dinheiro creditício** surge diretamente da função do dinheiro como meio de pagamento, quando certificados de dívida relativos às mercadorias vendidas circulam a fim de transferir essas dívidas para outrem. (MARX, CI, p. 213).

A função do dinheiro como meio de pagamento ultrapassa a esfera da circulação de mercadorias quando o dinheiro torna-se a mercadoria universal dos contratos. Então, até mesmo as obrigações que não se relacionam à compra de mercadorias, como as rendas, os impostos etc., deixam de ser fornecidos *in natura* e tornam-se pagamentos em dinheiro. A quantidade de meios de pagamento requerida para todos os pagamentos periódicos (por exemplo: a quitação de obrigações relacionadas à compra de mercadorias, o pagamento de rendas e impostos etc.) está em proporção direta à extensão dos períodos de pagamento: quanto mais os pagamentos forem parcelados, menor a quantidade de dinheiro requerida; e vice-versa.

Por fim, no item c da terceira seção, Marx aborda o dinheiro mundial.[42] Deixando as esferas nacionais ou internas de circulação, o dinheiro despe-se de suas formas locais de moeda e retorna à sua forma original de barra de metal. No comércio mundial, ele é dinheiro mundial.

> Somente no mercado mundial o dinheiro funciona plenamente como a mercadoria cuja forma natural é, ao mesmo tempo, a forma imediatamente social de efetivação do trabalho humano *in abstracto*. Sua forma de existência torna-se adequada a seu conceito. (MARX, CI, p. 215).

Na esfera da circulação interna, somente um único metal pode servir como medida de valor e, portanto, como meio de circulação e dinheiro; já no mercado mundial, ouro e prata exercem conjuntamente essa função. O dinheiro mundial possui três funções: meio universal de pagamento (função predominante, para o ajuste das balanças comerciais internacionais), meio universal de compra (em períodos de desequilíbrio do comércio internacional, em que este não se faz a crédito) e materialidade absolutamente social da riqueza universal (transferências de riqueza monetária entre os países na forma de subsídios, empréstimos para financiamento de guerras, empréstimos para bancos etc.).

"*Assim como para sua circulação interna, todo país necessita de um fundo de reserva para a circulação no mercado mundial.*" (MARX, CI, p. 218). Os tesouros destinados a abastecer a circulação externa devem ser compostos necessariamente de ouro e prata. Um duplo movimento internacional de ouro e prata ocorre: dos países produtores para os demais países, por meio da troca direta entre o metal produzido e as mercadorias produzidas, e entre todos os países, por meio das coberturas dos excedentes comerciais, seguindo as oscilações do câmbio. Conforme Marx, é do interesse dos países manter sob a forma de tesouro o mínimo necessário ao cumprimento de suas funções, pois o excesso de reservas bancárias (forma predominante dos tesouros) é indício de estagnação da circulação.

2.3 Conclusão do capítulo. A lei do valor no plano da circulação simples de mercadorias

Na seção I (capítulos 1, 2 e 3) do livro I de *O capital*, a exposição encontra-se no plano da **circulação simples de mercadorias**. O tipo de sociedade que se apresenta é uma sociedade mercantil simples ou, melhor dizendo, uma sociedade capitalista sem capital. As relações de

[42] As considerações feitas neste item são válidas para o sistema monetário internacional existente à época de Marx, baseado no ouro e na prata como mercadorias-dinheiro, mas não para o sistema monetário internacional atual, baseado no dólar inconversível. Para uma discussão sobre a validade da teoria monetária de Marx para a compreensão e explicação do sistema monetário atual, ver Araujo e Palludeto (2018).

produção dão-se entre produtores independentes proprietários dos meios de produção, que produzem e trocam tendo por objetivo o valor de uso ou o consumo. A forma da circulação é M-D-M, ou vender para comprar, a circulação simples de mercadorias. Ainda não há o capital nem a concorrência intercapitalista. Nesse plano da exposição, que corresponde ao nível mais abstrato de formulação da lei do valor, as mercadorias são trocadas por seus valores, os quais são dados pelos tempos de trabalho socialmente necessários (ttsn) para produzi-las; tem-se, portanto, a seguinte regra de troca:

$$\text{Valor} = \text{ttsn}$$

Essa situação pode ser exemplificada da seguinte maneira. Suponha-se que o tempo médio de trabalho necessário para produzir 1 casaco seja de 5 horas e que o tempo médio de trabalho necessário para produzir 10 libras de ouro seja de 1 hora (nesse caso, existem produtores individuais mais preguiçosos e inábeis, que produzem um casaco em 6 ou 7 horas de trabalho, e outros mais ágeis e hábeis, que o produzem em 4 ou 3 horas, o mesmo ocorrendo com o ouro, a mercadoria-dinheiro). Assim sendo, tem-se que 1 casaco = £50, isto é, um casaco vale 50 libras. O produtor independente de casaco, após ter despendido 5 horas de trabalho na produção do mesmo, vende-o por 50 libras e, na sequência, compra, por exemplo, 20kg de café, uma outra mercadoria também produzida mediante o dispêndio de um tempo médio de trabalho de 5 horas e que, portanto, também vale 50 libras. A tabela 2.1 abaixo apresenta os dados deste exemplo:

Tabela 2.1: Exemplo 1 – A lei do valor no plano da circulação simples de mercadorias

Tempo de trabalho socialmente necessário para produzir:
10 libras de ouro = 1 hora 1 casaco = 5 horas
Relação de troca:
1 casaco = £50 1 casaco vale 50 libras
Circulação:
M-D-M, vender para comprar 1 casaco – £50 – 20kg de café

Fonte: elaboração própria do autor.

3 O CAPITAL EM GERAL

Este capítulo cobre o conteúdo das seções restantes do livro I e do livro II de *O capital*. Aqui são apresentados a categoria de capital enquanto capital em geral, os processos de produção, circulação e reprodução do capital, com foco no primeiro destes, e a lei do valor no plano do capital em geral.

No capítulo anterior, viu-se que a mercadoria constitui a unidade de dois opostos: valor de uso e valor (de troca). Além disso, viu-se que o dinheiro é desdobrado através da externalização da relação de oposição imanente à mercadoria. Os dois polos internos à mercadoria são representados por meio de duas formas externas: a mercadoria, que assume a forma de valor relativa, representa o valor de uso, e o dinheiro, a mercadoria específica que assume a forma de equivalente universal, representa o valor (de troca). O dinheiro, portanto, é desdobrado como *antítese* da mercadoria. Dando continuidade à exposição, na seção II (capítulo 4) do livro I, Marx apresenta o capital como valor que se valoriza assumindo alternadamente as formas dinheiro (D) e mercadoria (M). O capital, portanto, é desdobrado como *síntese* de mercadoria e dinheiro, completando o próprio sentido dessas categorias no capitalismo:[43]

mercadoria (tese) – dinheiro (antítese) – capital (síntese)

Após apresentar a transformação do dinheiro em capital, Marx dedica-se a examinar as fases particulares do movimento do capital. No restante do livro I, estuda o processo de produção ou o *processo direto de produção* do capital (...P...); nas seções I e II do livro II, estuda o *processo de circulação* do capital (D-M e M'-D'); e na seção III do livro II, estuda o processo de reprodução ou o *processo de produção como um todo* do capital (D-M...P...M'-D'). A concepção de que o processo de reprodução constitui a unidade dos processos de produção e de circulação do capital é expressa por Marx nas duas primeiras frases do livro III de *O capital*: "*We have seen that the production process, considered as a whole, is a unity of the processes of production and circulation. This point was examined more closely when we considered the circulation process as a process of reproduction (in Chapter Four of Book Two).*" (MARX, CIIIb, p. 49).[44]

[43] Mau (2018) realiza um exame detalhado do desdobramento da categoria de capital por Marx.
[44] O capítulo 4 do manuscrito original de Marx do livro II corresponde à seção III da edição de Engels do livro II de *O capital*.

processo de produção do capital (tese) – processo de circulação do capital (antítese) – processo de reprodução do capital (síntese)

Marx realiza todo esse estudo fazendo abstração da concorrência intercapitalista, isto é, sem considerar a relação de diferentes capitais individuais competindo entre si. A concorrência entre os capitais, embora esteja *pressuposta* nos livros I e II, vem a ser *posta* apenas no livro III de *O capital*. Por isso, diz-se que da seção II do livro I ao final do livro II a exposição encontra-se no plano do capital em geral; em outras palavras, a expressão "capital em geral" significa apenas que a concorrência é abstraída e não está sob consideração. Ainda assim, em momentos diversos desse plano da exposição, Marx enfoca o capital sob perspectivas diversas, ora considerando o capital individual, ora considerando o capital social total.[45]

3.1 Transformação do dinheiro em capital

Na seção II (capítulo 4) do livro I, Marx apresenta a transformação do dinheiro em **capital**. Todo capital assume inicialmente a forma de dinheiro ou riqueza monetária: "*Todo novo capital entra em cena – isto é, no mercado, seja ele de mercadorias, de trabalho ou de dinheiro – como dinheiro, que deve ser transformado em capital mediante um processo determinado.*" (MARX, CI, p. 223). A distinção entre dinheiro e capital ou, em outros termos, entre o *dinheiro como dinheiro* e o *dinheiro como capital* está, inicialmente, em sua diferente forma de circulação: a circulação simples de mercadorias e a circulação do dinheiro como capital.

O *dinheiro como dinheiro* atua na circulação simples de mercadorias (M-D-M ou vender para comprar), que tem como ponto de partida e de chegada a mercadoria (M) e como mediador o dinheiro (D). Nesse caso, o ciclo é concluído quando o dinheiro obtido com a venda de uma mercadoria é gasto na compra de uma outra mercadoria, de maneira que o movimento é finito. A finalidade da circulação é externa a ela: o valor de uso, o consumo ou a satisfação de necessidades. Seu conteúdo é a troca de valores de uso qualitativamente diferentes, isto é, o metabolismo do trabalho social. No pensamento de Aristóteles, corresponde à economia.

[45] Há na literatura um debate sobre a pertinência da noção de "capital em geral" na exposição da categoria de capital em *O capital*, bem como sobre sua pertinência ontológica e metodológica de maneira geral. Por um lado, há autores – por exemplo, Moseley (1995; 2016b) e Rosdolsky (1974; 2001) – que consideram que Marx manteve em *O capital* a mesma estrutura expositiva presente nos *Grundrisse*, baseada na distinção entre os planos do capital em geral e da concorrência intercapitalista. Por outro lado, há autores – por exemplo, Heinrich (1989; 2012; 2014; 2016) – que consideram que Marx abandonou essa estrutura, tendo-a substituído por outra. Aqui, adota-se o primeiro entendimento.

O *dinheiro como capital* atua na circulação do dinheiro como capital (D-M-D ou comprar para vender), que tem como ponto de partida e de chegada o dinheiro (D) e como mediadora a mercadoria (M). Nesse caso, o refluxo do dinheiro a seu ponto de partida conduz à repetição do ciclo, de maneira que o movimento é desmedido e interminável. A finalidade da circulação é interna a ela: a valorização do valor (de troca). Seu conteúdo é o incremento de valor ou a diferença quantitativa entre duas quantias de dinheiro, isto é, o mais-valor. No pensamento de Aristóteles, corresponde à crematística.

A tabela 3.1 abaixo apresenta as diferenças entre dinheiro e capital:

Tabela 3.1: Dinheiro e capital

	Dinheiro como dinheiro	**Dinheiro como capital**
Circulação	Circulação simples de mercadorias, M-D-M, vender para comprar	Circulação do dinheiro como capital, D-M-D, comprar para vender
Partida e chegada	Mercadoria (M)	Dinheiro (D)
Mediador(a)	Dinheiro (D)	Mercadoria (M)
Movimento	Finito	Desmedido e interminável
Finalidade	Valor de uso, consumo, satisfação de necessidades; externa à circulação	Valorização do valor (de troca); interna à circulação
Conteúdo	Troca de valores de uso qualitativamente diferentes, metabolismo do trabalho social	Incremento de valor ou mais-valor, diferença quantitativa entre duas quantias de dinheiro
Aristóteles	Economia	Crematística

Fonte: elaboração própria do autor a partir de Marx (CI, p. 223-231).

O **mais-valor**, que constitui o objetivo da circulação do dinheiro como capital, é definido por Marx como o incremento de valor nela obtido. Sem o mais-valor, essa circulação seria desprovida de conteúdo, tautológica, despropositada e absurda, pois consistiria na troca de dinheiro por dinheiro, isto é, do mesmo pelo mesmo.

> Uma quantia de dinheiro só pode se diferenciar de outra quantia de dinheiro por sua grandeza. Assim, o processo D-M-D não deve seu conteúdo a nenhuma diferença qualitativa de seus extremos, pois ambos são dinheiro, mas apenas à sua distinção quantitativa. Ao final do processo, mais dinheiro é tirado da circulação do que nela fora lançado inicialmente. O algodão comprado por £100 é revendido por £100 + £10, ou por £110. A forma completa desse processo é, portanto, D-M-D', onde D' = D + ΔD, isto é, à quantia de dinheiro inicialmente adiantada mais um incremento. **Esse incremento, ou excedente sobre o valor original, chamo de mais-valor (*surplus value*). O valor originalmente adiantado não se limita, assim, a conservar-se na circulação, mas nela modifica sua grandeza de valor, acrescenta a essa grandeza**

> **um mais-valor ou se valoriza. E esse movimento o transforma em capital.** (MARX, CI, p. 226-227, grifo nosso).

O capitalista é o portador de dinheiro no ciclo D-M-D' ou a personificação do capital. Ele tem como finalidade subjetiva o conteúdo objetivo dessa circulação, qual seja, a valorização do valor sob forma monetária e a acumulação de riqueza abstrata. O capitalista difere do entesourador: embora ambos tenham por objetivo o aumento incessante do valor, o entesourador procura atingi-lo retirando seu dinheiro do ciclo M-D-M e interrompendo-o ao meio, e o capitalista, colocando seu dinheiro no ciclo D-M-D' e renovando-o. Assim, "[...] *enquanto o entesourador é apenas o capitalista ensandecido, o capitalista é o entesourador racional.*" (MARX, CI, p. 229). O valor é o sujeito automático do ciclo D-M-D', assumindo alternadamente as formas de dinheiro (D, seu modo de existência universal) e de mercadoria (M, seu modo de existência particular) para se autovalorizar. O capital é, pois, valor que se valoriza indefinidamente, e "[...] *D-M-D' é a fórmula geral do capital tal como ele aparece imediatamente na esfera da circulação.*" (MARX, CI, p. 231).

A circulação do dinheiro como capital aparenta contradizer todas as leis sobre a natureza do valor, da mercadoria, do dinheiro e da própria circulação. A inversão da série M-D-M ocorre apenas para uma das três partes negociantes, o capitalista que compra de A para vender a B. A e B, respectivamente vendedor e comprador, permanecem no âmbito da circulação simples de mercadorias. O capitalista confronta-se com A e B, respectivamente, como comprador (possuidor de dinheiro) e vendedor (possuidor de mercadoria), mas não "[...] *como capital ou capitalista, ou como representante de qualquer coisa que seja mais do que dinheiro ou mercadorias, ou que possa surtir qualquer efeito além daquele do dinheiro ou das mercadorias.*" (MARX, CI, p. 231). Assim, o próprio capitalista não se encontra fora do âmbito da circulação simples de mercadorias, apesar de, por meio da inversão da série, obter a expansão do valor ou a criação do mais-valor.

Tanto na troca direta de produtos como na circulação de mercadorias, ambas as partes envolvidas obtêm ganhos em termos de valor de uso, tanto por trocarem não-valores de uso por valores de uso, como pelos ganhos de produtividade decorrentes da especialização produtiva. No entanto, nenhuma das duas partes sai ganhando em termos de valor (de troca), uma vez que trocam equivalentes. O valor de uma mercadoria já está dado antes de ela adentrar na esfera da circulação; a troca resulta apenas numa mudança de forma da mercadoria, mas não numa alteração da grandeza de seu valor. Por um lado, portanto, tem-se que a *troca de equivalentes* não pode constituir-se em fonte de mais-valor: "*Se são trocadas mercadorias, ou mercadorias*

e dinheiro de mesmo valor de troca, portanto, equivalentes, é evidente que cada uma das partes não extrai da circulação mais valor do que nela lançou inicialmente. Não há, então, criação de mais-valor." (MARX, CI, p. 235).

No entanto, as mercadorias podem ser vendidas por preços que divergem de seus valores, de maneira que a troca de não equivalentes é possível. Por exemplo, alguém pode vender por £110 uma mercadoria que vale apenas £100, obtendo um mais-valor de £10. No entanto, todo vendedor também é comprador, e essa mesma pessoa também terá de gastar £110 para comprar uma mercadoria que vale apenas £100. "*Nosso homem ganhou £10 como vendedor apenas para perder £10 como comprador.*" (MARX, CI, p. 235). Nesse caso, o que se tem é apenas um aumento das denominações monetárias ou dos preços das mercadorias, mantendo-se inalteradas suas relações de valor. No caso da troca direta entre não equivalentes, não ocorre um aumento do valor total existente, mas apenas uma redistribuição desse valor, a qual seria igualmente obtida mediante o roubo. Por exemplo, se são trocadas £40 de vinho de A por £50 de cereal de B, A ganha £10 e B perde £10, de maneira que o valor total permanece inalterado igual a £90. Aquilo que constitui mais-valor ou ganho para A constitui menos-valor ou perda para B. Por outro lado, portanto, tem-se que a *troca de não equivalentes* também não pode constituir-se em fonte de mais-valor: "*Portanto, a criação de mais-valor e, por conseguinte, a transformação de dinheiro em capital não pode ser explicada nem pelo fato de que uns vendem as mercadorias acima de seu valor, nem pelo fato de que outros as compram abaixo de seu valor.*" (MARX, CI, p. 236).

Tem-se, portanto, por um lado, que o mais-valor não pode surgir da circulação, nem por meio da *troca de equivalentes*, nem por meio da *troca de não equivalentes*: "*Pode-se virar e revirar como se queira, e o resultado será o mesmo. Da troca de equivalentes não resulta mais-valor, e tampouco da troca de não equivalentes resulta mais-valor. A circulação ou a troca de mercadorias não cria valor nenhum.*" (MARX, CI, p. 238). Marx afirma que o capital comercial e o capital usurário, cujos movimentos ocorrem inteiramente no interior da esfera da circulação, apesar de terem surgido historicamente antes, tratam-se apenas de *formas derivadas* de capital, que provêm da forma básica do capital industrial. Os movimentos do capital comercial (comprar para vender mais caro) e do capital a juros (dinheiro que se troca por mais dinheiro) aparentam contradizer a natureza do dinheiro e são inexplicáveis apenas sob a ótica da circulação, sendo necessária uma série de elos intermediários para explicá-los.

Tem-se, no entanto, por outro lado, que o mais-valor também não pode surgir sem a circulação. Apesar de o valor e, consequentemente, o mais-valor não poderem ser criados pela circulação, tampouco o mais-valor pode ser criado sem o intermédio dela. Estando fora da

circulação, um produtor qualquer pode criar valores, objetivando seu próprio trabalho na produção de mercadorias, e também pode aumentar o valor de uma mercadoria existente, por exemplo, transformando couro em botas, mas não pode criar valores que se valorizam a si mesmos ou mais-valor.

Chega-se assim a uma contradição: o mais-valor não pode surgir da circulação – nem por meio da troca de equivalentes, nem por meio da troca de não equivalentes –, mas também não pode surgir sem a circulação. Tem-se, enfim, que a criação do mais-valor e, portanto, a transformação do dinheiro em capital têm de ser explicadas com base na troca de equivalentes, devendo-se mostrar como elas são possíveis por meio da compra e da venda de mercadorias por seus valores.

> **Portanto, o capital não pode ter origem na circulação, tampouco pode não ter origem circulação. Ele tem de ter origem nela e, ao mesmo tempo, não ter origem nela.**
> Temos, assim, um duplo resultado.
> A transformação do dinheiro em capital tem de ser explicada com base nas leis imanentes da troca de mercadorias, de modo que a troca de equivalentes seja o ponto de partida. Nosso possuidor de dinheiro, que ainda é apenas um capitalista em estado larval, tem de comprar as mercadorias pelo seu valor, vendê-las pelo seu valor e, no entanto, no final do processo, retirar da circulação mais valor do que ele nela lançara inicialmente. Sua crisalidação [*Schmetterlingsentfaltung*] tem de se dar na esfera da circulação e não pode se dar na esfera da circulação. Essas são as condições do problema. *Hic Rhodus, hic salta!* (MARX, CI, p. 240-241, grifo nosso).

O enigma é solucionado por meio da introdução da mercadoria **força de trabalho**. A mudança de valor que transforma o dinheiro em capital não ocorre no próprio dinheiro, nem numa mercadoria por ele comprada e posteriormente vendida, pois ambos conservam seu valor na circulação. Essa mudança de valor provém do consumo do valor de uso de uma mercadoria especial que é comprada: a força de trabalho.

> Para poder extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro teria de ter a sorte de descobrir no mercado, no interior da esfera da circulação, **uma mercadoria cujo próprio valor de uso possuísse a característica peculiar de ser fonte de valor, cujo próprio consumo fosse, portanto, objetivação de trabalho e, por conseguinte, criação de valor.** E o possuidor de dinheiro encontra no mercado uma tal mercadoria específica: a **capacidade de trabalho**, ou **força de trabalho**. (MARX, CI, p. 242, grifo nosso).

Marx define a mercadoria força de trabalho como o complexo das capacidades físicas e mentais do ser humano que ele põe em movimento para produzir valores de uso. Para que a

força de trabalho esteja disponível como uma mercadoria no mercado, duas condições de liberdade são necessárias. Primeiramente, o trabalhador (o possuidor de mercadoria) tem de ser o livre proprietário de sua força de trabalho, confrontando o capitalista (o possuidor de dinheiro) no mercado como duas pessoas juridicamente iguais, como iguais possuidores de mercadorias que trocam equivalentes, estabelecendo um contrato. Para tal, é necessário que a força de trabalho seja vendida apenas por um período de tempo limitado, pois, se ela é vendida definitivamente, o trabalhador "[...] *vende a si mesmo, transforma-se de um homem livre num escravo, de um possuidor de mercadoria numa mercadoria.*" (MARX, CI, p. 242). Em segundo lugar, o trabalhador deve estar incapacitado de vender mercadorias em que seu trabalho tenha se objetivado, sendo-lhe possível vender apenas sua própria capacidade de trabalho, a qual existe em seu próprio corpo. Assim, ele não pode possuir meios de produção nem meios de subsistência, sendo incapaz de produzir mercadorias por si mesmo.

> Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro tem, portanto, de encontrar no mercado de mercadorias o **trabalhador livre**, e livre em dois sentidos: de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho. (MARX, CI, p. 244, grifo nosso).

Essas duas condições formais, que possibilitam a existência da força de trabalho como mercadoria e, consequentemente, a existência do trabalho humano sob a forma de trabalho assalariado, dependem da ocorrência de certos eventos históricos. De fato, a mercadoria força de trabalho e o trabalho assalariado são típicos do período histórico atual, em que vige o modo de produção capitalista. Entretanto, como está dedicado à exposição lógico-genética do capitalismo, Marx não se preocupa então em expor sua gênese histórica, isto é, o processo histórico que lhe deu origem convertendo a força de trabalho em mercadoria, algo que realiza apenas no capítulo 24 do livro I, ao tratar da acumulação primitiva.

> Por que razão esse trabalhador livre se confronta com ele na esfera da circulação é algo que não interessa ao possuidor de dinheiro, para o qual o mercado [de trabalho] é uma seção particular do mercado de mercadorias. **No momento, essa questão tampouco tem interesse para nós. Ocupamo-nos da questão teoricamente, assim como o possuidor de dinheiro ocupa-se dela praticamente.** Uma coisa, no entanto, é clara: a natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadorias, de um lado, e simples possuidores de suas próprias forças de trabalho, de outro. Essa não é uma relação histórico-natural [*naturgeschichtliches*], tampouco uma relação social comum a todos os períodos históricos, mas é claramente o resultado de um desenvolvimento

> histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social. (MARX, CI, p. 244, grifo nosso).
>
> Suas [do capital] condições históricas de existência não estão de modo algum dadas com a circulação das mercadorias e do dinheiro. Ele só surge quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra no mercado o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho, e essa condição histórica compreende toda uma história mundial. O capital anuncia, portanto, desde seu primeiro surgimento, uma nova época no processo social de produção. (MARX, CI, p. 245).
>
> O que caracteriza a época capitalista é, portanto, que a força de trabalho assume para o próprio trabalhador a forma de uma mercadoria que lhe pertence, razão pela qual seu trabalho assume a forma do trabalho assalariado. Por outro lado, apenas a partir desse momento universaliza-se a forma-mercadoria dos produtos do trabalho. (MARX, CI, p. 245).

A força de trabalho é, assim como todas as outras mercadorias, um duplo de valor de uso e valor (de troca). Seu valor de uso consiste na objetivação de trabalho e na criação de valor e mais-valor. Seu valor, assim como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la (reproduzi-la ou mantê-la), sendo igual ao valor de uma certa quantidade de meios de subsistência consumidos pelo trabalhador.

> **O valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, consequentemente, também para a reprodução – desse artigo específico.** Como valor, a força de trabalho representa apenas uma quantidade determinada do trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho existe apenas como disposição do indivíduo vivo. A sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência. Assim, o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou, dito de outro modo, **o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor.** (MARX, CI, p. 245, grifo nosso).

Em outras palavras, "*O valor da força de trabalho se reduz ao valor de uma quantidade determinada de meios de subsistência e varia, portanto, com o valor desses meios de subsistência, isto é, de acordo com a magnitude do tempo de trabalho requerido para a sua produção.*" (MARX, CI, p. 247).

Diversos fatores contribuem para determinar o valor da força de trabalho: a intensidade e o grau de desgaste imposto pelo trabalho específico; o clima e as peculiaridades naturais de uma nação, que condicionam as necessidades naturais próprias a ela; a cultura, os costumes e as exigências de vida próprios da classe trabalhadora do local em questão; os meios de

subsistência dos filhos ou substitutos dos trabalhadores, de maneira a manter constante a oferta de trabalho; e os custos de formação, educação e treinamento da força de trabalho, que variam conforme seu desenvolvimento e complexidade particulares. Portanto, "*Diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral.*" (MARX, CI, p. 246).

A força de trabalho pode, como qualquer outra mercadoria, ser vendida por um preço abaixo de seu valor, porém não inferior ao correspondente a uma quantidade mínima de meios de subsistência indispensável a sua renovação, ainda que de forma precária. Essa circunstância, no entanto, não implica uma redução do valor da força de trabalho, pois "[...] *o valor de toda mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho requerido para fornecê-la com sua qualidade normal.*" (MARX, CI, p. 247). Além disso, em geral, a força de trabalho, assim como ocorre no caso do aluguel de imóveis e demais mercadorias "[...] *em que a alienação formal do valor de uso por meio da venda e sua transferência efetiva ao comprador não são simultâneas* [...]" (MARX, CI, p. 248), é vendida a crédito, sendo paga apenas após o consumo de seu valor de uso, isto é, após o término de certo período de trabalho. O trabalhador apenas recebe seu salário depois de ter trabalhado, por exemplo, por uma semana ou por um mês.

A fim de obter o valor de uso da força de trabalho, o capitalista tem ainda de adquirir meios de produção que permitam ao trabalhador efetivá-la, de maneira que "*O processo de consumo da força de trabalho é simultaneamente o processo de produção da mercadoria e do mais-valor.*" (MARX, CI, p. 250). O consumo da força de trabalho, assim como o de qualquer outra mercadoria, ocorre fora da esfera da circulação; ele dá-se na esfera da produção, onde o capital produz e é produzido.

Tem-se, por fim, que a esfera da circulação ou o mercado, "[...] *essa esfera rumorosa, onde tudo se passa à luz do dia, ante os olhos de todos* [...]" (MARX, CI, p. 250) ou "[...] *o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham.*" (MARX, CI, p. 250), é o espaço da relação contratual entre indivíduos livres e juridicamente iguais, por meio da qual são trocados equivalentes – trata-se da *aparência* do modo de produção capitalista. Por sua vez, a esfera da produção, "[...] *o terreno oculto da produção, em cuja entrada se lê: No admittance except on business [Entrada permitida apenas para tratar de negócios].*" (MARX, CI, p. 250), é o espaço da relação de exploração do trabalho que dá origem ao mais-valor, uma "não equivalência" – trata-se da *essência* do capitalismo. Se na esfera da circulação os indivíduos confrontam-se como compradores e vendedores, isto é, como iguais que estabelecem entre si uma relação voluntária de ambas as partes, na esfera da produção eles confrontam-se como capitalistas e trabalhadores assalariados, isto é, como desiguais que estabelecem entre si

uma relação de subordinação de uma classe a outra. "*O antigo possuidor de dinheiro se apresenta agora como capitalista, e o possuidor de força de trabalho, como seu trabalhador.*" (MARX, CI, p. 251).

3.2 Processo de produção do capital

No restante do livro I, Marx apresenta o **processo de produção do capital**: na seção III (capítulos de 5 a 9), trata da produção do mais-valor absoluto; na seção IV (capítulos de 10 a 13), da produção do mais-valor relativo; e na seção V (capítulos de 14 a 16), da produção do mais-valor absoluto e relativo.

3.2.1 Mais-valor absoluto

Na seção III (capítulos de 5 a 9), Marx apresenta a produção do **mais-valor absoluto**.

No capítulo 5, Marx apresenta o **processo de produção** da mercadoria como unidade do processo de trabalho e do processo de valorização, mostrando, respectivamente, como são produzidas as duas dimensões da mercadoria, o valor de uso e o valor (de troca), e como são executadas as duas dimensões do trabalho que é executado no capitalismo ou do trabalho produtor de mercadorias, o trabalho útil e o trabalho abstrato. A dupla dimensão do produto e da atividade produtiva é, portanto, mais uma vez recolocada:

processo de valorização (tese) – processo de trabalho (antítese) – processo de produção (síntese)

Processo de trabalho. O processo de trabalho diz respeito ao valor de uso e ao trabalho útil ou concreto.

> A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe. Desse modo, este último se torna *actu* [em ato] aquilo que antes ele era apenas *potentia* [em potência], a saber, força de trabalho em ação, trabalhador. (MARX, CI, p. 255).

Para incorporar seu trabalho em mercadorias, o trabalhador tem de produzir, antes de mais nada, valores de uso, coisas que servem à satisfação de necessidades.

São três os elementos que compõem o processo de trabalho: o próprio trabalho, os objetos de trabalho e os meios de trabalho.

O *trabalho* trata-se de uma atividade orientada a um fim, consiste numa relação entre o homem e a natureza em que, por meio de sua ação e tendo em mente um fim determinado, o homem modifica a matéria natural, apropriando-se dela de uma forma útil.

Os *objetos de trabalho* dividem-se entre "*terra*", isto é, a matéria natural que preexiste à interferência humana (por exemplo: água, peixe, madeira de floresta virgem, minério no veio etc.), e *matéria-prima*, isto é, a matéria natural já filtrada por um trabalho anterior (por exemplo: minério já extraído da mina etc.).

Os *meios de trabalho* são "[...] *uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto.*" (MARX, CI, p. 256). "*É assim que o próprio elemento natural se converte em órgão de sua atividade, um órgão que ele acrescenta a seus próprios órgãos corporais, prolongando sua forma natural* [...]" (MARX, CI, p. 257). Há tanto meios de trabalho preexistentes à atividade humana (por exemplo: pedra, terra virgem etc.) como meios de trabalho elaborados pelo homem (por exemplo: ferramentas, armas, animais domesticados, oficinas, canais, estradas etc.).

> No **processo de trabalho**, portanto, a **atividade do homem**, com ajuda dos **meios de trabalho**, opera uma transformação do **objeto do trabalho** segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no **produto**. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. Ele fiou, e o produto é um fio [*Gespinst*]. (MARX, CI, p. 258, grifo nosso).

Do ponto de vista do produto, o resultado do processo de trabalho, tanto os objetos de trabalho como os meios de trabalho constituem *meios de produção*:

Meios de produção = objetos de trabalho + meios de trabalho

O valor de uso que resulta como produto de um processo de trabalho pode vir a constituir um meio de produção de um outro produto. A matéria-prima pode tanto constituir a *substância principal* (*matière*) de um produto como contribuir para sua produção apenas como *matéria auxiliar* (*matériaux*), desaparecendo no processo de trabalho (por exemplo: o feno consumido pelo cavalo). O mesmo produto, possuindo diferentes aplicações úteis, pode servir como matéria-prima de distintos processos de trabalho (por exemplo: o cereal é matéria-prima para o moleiro, para o fabricante de goma, para o destilador, para o criador de gado e para sua própria

produção, como semente). O mesmo produto pode servir de matéria-prima e de meio de trabalho num mesmo processo de trabalho (por exemplo: o gado é usado como matéria-prima em sua engorda e como meio de trabalho na obtenção do adubo). Um produto pronto para o consumo pode ser usado como matéria-prima de outro (por exemplo: a uva para a produção do vinho). Certos produtos só podem ser utilizados como matéria-prima: o produto semifabricado ou produto intermediário (por exemplo: o algodão).

> Vemos, assim, que o fato de um valor de uso aparecer como matéria-prima, meio de trabalho ou produto final é algo que depende inteiramente de sua função determinada no processo de trabalho, da posição que ele ocupa nesse processo, e com a mudança dessa posição mudam também as determinações desse valor de uso. (MARX, CI, p. 260).

Os produtos do processo de trabalho possuem duas destinações possíveis: ingressar na esfera do consumo, como *meios de subsistência*, ou regressar à esfera da produção, num novo processo de trabalho, como *meios de produção*. Os meios de subsistência são consumidos pelo consumidor individual no *consumo individual*, e os meios de produção são consumidos pelo trabalho no *consumo produtivo*.

> O trabalho consome seus elementos materiais, seu objeto e seu meio; ele os devora e é, assim, processo de consumo. Esse **consumo produtivo** se diferencia do **consumo individual** pelo fato de que este último consome os produtos como meios de subsistência do indivíduo vivo, ao passo que o primeiro os consome como meios de subsistência do trabalho, da força ativa de trabalho do indivíduo. O produto do consumo individual é, por isso, o próprio consumidor, mas o resultado do consumo produtivo é um produto distinto do consumidor. (MARX, CI, p. 261, grifo nosso).

O processo de trabalho constitui a dimensão universal e trans-histórica do processo de produção da mercadoria, aquilo que este tem em comum com as atividades produtivas de todas as formas históricas de organização social.

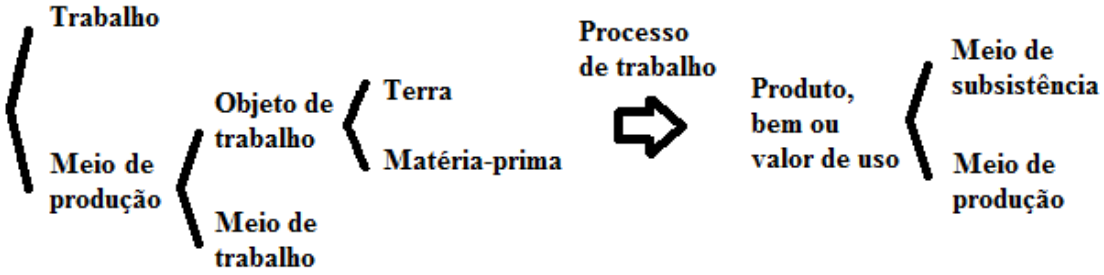
> O processo de trabalho, como expusemos em seus momentos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, **condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais.** Por isso, não tivemos necessidade de apresentar o trabalhador em sua relação com outros trabalhadores, e pudemos nos limitar ao homem e seu trabalho, de um lado, e à natureza e suas matérias, de outro. Assim como o sabor do trigo não nos diz nada sobre quem o plantou, tampouco esse processo nos revela sob quais condições ele se realiza, se sob o açoite brutal do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista, se como

> produto das poucas *jugera* de terra cultivadas por Cincinnatus ou da ação do selvagem que abate uma fera com uma pedra. (MARX, CI, p. 261, grifo nosso).

No capitalismo, o processo de trabalho dá-se com a subordinação do trabalho ao capital. O capitalista compra no mercado todos os fatores necessários ao processo de trabalho: os fatores objetivos – os meios de produção – e fator pessoal ou subjetivo – a força de trabalho. Ao consumo da força de trabalho pelo capitalista corresponde o consumo produtivo dos meios de produção pelo trabalhador. Essa configuração não altera em nada a natureza universal e trans-histórica do processo de trabalho, considerado de maneira abstrata. No entanto, enquanto processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o processo de trabalho possui duas especificidades: i) o trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence sua força de trabalho, e ii) o produto é propriedade do capitalista e não de seu produtor direto, o trabalhador. "*O processo de trabalho se realiza entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. Assim, o produto desse processo lhe pertence tanto quanto o produto do processo de fermentação em sua adega.*" (MARX, CI, p. 262-263).

A figura 3.1 abaixo apresenta os principais elementos do processo de trabalho:

Figura 3.1: Processo de trabalho



Fonte: elaboração própria do autor a partir de Marx (CI, p. 255-263).

Processo de valorização. O processo de valorização diz respeito ao valor (de troca) e ao trabalho igual ou abstrato.

Na produção capitalista, a mercadoria, apesar de ser um valor de uso, só interessa ao capitalista na medida em que é um valor de troca. Ao produzir, o capitalista deseja duas coisas: i) produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo vendável ou uma mercadoria, e ii) produzir uma mercadoria cujo valor seja maior que a soma dos valores das mercadorias requeridas para sua produção e por ele compradas, os meios de produção e a força de trabalho.

"*Ele quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor.*" (MARX, CI, p. 263).

Marx faz uma distinção entre o processo de formação de valor e o processo de valorização. No primeiro, o capitalista apenas recupera o valor do capital adiantado para a produção; no segundo, ele também obtém o mais-valor. Ambos os processos são apresentados por meio de um exemplo numérico reproduzido abaixo.

Inicialmente, Marx examina o **processo de formação de valor**.

A princípio, enquanto ainda não serve à produção de mais-valor, o processo de produção da mercadoria constitui uma unidade de processo de trabalho e processo de formação de valor:

> Porque se trata aqui da produção de mercadorias, consideramos, até este momento, apenas um aspecto do processo. Assim como a própria mercadoria é unidade de valor de uso e valor, seu processo de produção tem de ser a unidade de processo de trabalho e o processo de formação de valor. (MARX, CI, p. 263).

O valor do produto que reverte para o capitalista como resultado do processo de trabalho é determinado, assim como os valores de todas as mercadorias, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-lo. Por exemplo, para a produção de 10 libras de fio (produto), são necessários 10 libras de algodão (matéria-prima), que valem 10 xelins, e ¼ de fuso (meio de trabalho), que vale 2 xelins. Portanto, os meios de produção valem conjuntamente 10 + 2 = 12 xelins. Uma quantidade de ouro de 12 xelins é o produto de 24 horas de trabalho (ht) ou de duas jornadas de trabalho (JT) de 12 horas cada. Os valores dos meios de produção necessários para a fabricação do produto final vêm a compor seu valor, não importando o intervalo temporal existente, por exemplo, entre o trabalho imediatamente aplicado na produção do fio e o trabalho previamente aplicado na produção do algodão e do fuso.

> Sabemos, agora, qual a parte do valor do fio que é formada pelos meios de produção, pelo algodão e pelo fuso. Ela soma 12 xelins, ou a materialização de duas jornadas de trabalho. Trata-se, agora, de determinar a parte do valor que o trabalho do próprio fiandeiro acrescenta ao algodão. (MARX, CI, p. 265).

No processo de formação de valor, o trabalho conta apenas como trabalho igual ou abstrato. "*É apenas em razão dessa identidade que o plantio de algodão, a fabricação de fusos e a fiação podem integrar o mesmo valor total, o valor do fio, como partes que se diferenciam umas das outras apenas quantitativamente.*" (MARX, CI, p. 266). Para fiar 1 ⅔ libra de algodão, é necessária 1 hora de trabalho de fiação, de maneira que 10 libras de algodão são

transformadas em 10 libras de fio, mediante o consumo de ¼ de fuso, em 6 horas de trabalho ou ½ jornada de trabalho, acrescentando-se um valor de 3 xelins. Por sua vez, o valor diário da força de trabalho, igual ao valor da quantidade média dos meios de subsistência que o trabalhador consome em um dia, é de 3 xelins, o que equivale a 6 horas de trabalho ou ½ jornada de trabalho.

Tem-se, portanto, o seguinte processo de formação de valor:

Produto = 10 libras de fio

Meios de produção = 10 libras de algodão = 10 xelins = 20ht } = 12 xelins = 24ht
+ ¼ de fuso = 2 xelins = 4ht }
Força de trabalho = 3 xelins = 6 ht
Trabalho executado = 3 xelins = 6ht

10 libras de fio = 10 libras de algodão + ¼ de fuso + 6ht
15 xelins = 10 xelins + 2 xelins + 3 xelins

10 libras de fio = 15 xelins
1 libra de fio = 1 xelim e 6 *pence*

> Nosso capitalista fica perplexo. **O valor do produto é igual ao valor do capital adiantado. O valor adiantado não se valorizou, não gerou mais-valor e, portanto, não se transformou em capital.** O preço das 10 libras de fio é 15 xelins, e 15 xelins foram desembolsados no mercado em troca dos elementos constitutivos do produto, ou, o que é o mesmo, dos fatores do processo de trabalho: 10 xelins pelo algodão, 2 xelins pelos fusos e 3 xelins pela força de trabalho. O valor dilatado do fio não serve para nada, pois seu valor é apenas a soma dos valores anteriormente distribuídos no algodão, nos fusos e na força de trabalho, e do valor obtido com essa simples adição jamais poderia resultar um mais-valor. Tais valores estão concentrados, agora, numa única coisa; mas eles já o estavam na soma de 15 xelins, antes que esta se fragmentasse em três compras de mercadorias. (MARX, CI, p. 267-268, grifo nosso).

Note-se nesse exemplo que "*O capitalista pagou ao trabalhador o valor de 3 xelins, e este lhe retribuiu com um equivalente exato: o valor de 3 xelins adicionado ao algodão. Trocou-se valor por valor.*" (MARX, CI, p. 269).

Então, Marx passa a examinar o **processo de valorização**.

> Mas o trabalho anterior, que está incorporado na força de trabalho, e o trabalho vivo que ela pode prestar, isto é, seus custos diários de manutenção e seu dispêndio diário, são duas grandezas completamente distintas. A primeira determina seu valor de troca, a segunda constitui seu valor de uso. (MARX, CI, p. 269-270).

Ao comprar a força de trabalho, o capitalista espera que o valor por ela produzido seja superior a seu próprio valor, de maneira a obter mais-valor. Assim, embora apenas 6 horas de trabalho sejam necessárias para manter o trabalhador vivo por um dia, ele é contratado para trabalhar por 12 horas de trabalho, isto é, não por meia, mas por uma jornada de trabalho inteira. Dessa maneira, "*O trabalhador encontra na oficina os meios de produção necessários não para um processo de trabalho de 6, mas de 12 horas.*" (MARX, CI, p. 270). Em 12 horas de trabalho ou 1 jornada de trabalho, 20 libras de algodão são transformadas em 20 libras de fio, mediante o consumo de ½ fuso, acrescentando-se um valor de 6 xelins.

Tem-se, portanto, o seguinte processo de valorização:

Produto = 20 libras de fio

Meios de produção = 20 libras de algodão = 20 xelins = 40ht } = 24 xelins = 48ht
+ ½ fuso = 4 xelins = 8 ht }
Força de trabalho = 3 xelins = 6 ht
Trabalho executado = 6 xelins = 12ht

20 libras de fio = 20 libras de algodão + ½ fuso + 12ht
30 xelins = 20 xelins + 4 xelins + 6 xelins

20 libras de fio = 30 xelins
1 libra de fio = 1 xelim e 6 *pence*

O capital adiantado vale 27 xelins, iguais à soma de 20 xelins gastos na compra do algodão, 4 xelins gastos na compra do fuso e 3 xelins gastos na compra da força de trabalho, mas o produto final possui um valor de 30 xelins, de maneira que o processo gera um mais-valor de 30 – 27 = 3 xelins. O capitalista paga 3 xelins ao trabalhador e este lhe retribui 6 xelins. Portanto, o dinheiro converte-se em capital.

D = 27 – M = 27 { MP = 24 ...P... M' = 30 – D' = 30
FT = 3
D' – D = ΔD = 30 – 27 = 3

A valorização do valor (a criação do mais-valor ou a transformação do dinheiro em capital) ocorre sem nenhuma violação da lei da troca de mercadorias, trocando-se sempre equivalente por equivalente. Embora sua ocorrência dependa da esfera da circulação, ela acontece na esfera da produção.

> Esse ciclo inteiro, a transformação de seu dinheiro em capital, ocorre no interior da esfera da circulação e, ao mesmo tempo, fora dela. Ele é mediado pela circulação, porque é determinado pela compra da força de trabalho no mercado. Mas ocorre fora da circulação, pois esta apenas dá início ao processo de valorização, que tem lugar na esfera da produção. E assim está "*tout pour le mieux dans le meilleur des mondes possibles*" [Tudo ocorre da melhor maneira ao melhor dos mundos possíveis]. (MARX, CI, p. 271).

O processo de formação de valor consiste na substituição do valor da força de trabalho que é pago pelo capital por um novo valor equivalente produzido pela mesma. Por sua vez, o processo de valorização consiste na extensão do anterior para além desse limite e, consequentemente, na obtenção do mais-valor.

6ht = ½ JT: processo de formação de valor
> 6ht = ½ JT: processo de valorização

> Ora, se compararmos o **processo de formação de valor** com o **processo de valorização**, veremos que este último não é mais do que um processo de formação de valor que se estende para além de certo ponto. Se tal processo não ultrapassa o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, ele é simplesmente um **processo de formação de valor**. Se ultrapassa esse ponto, ele se torna **processo de valorização**. (MARX, CI, p. 271, grifo nosso).

Por fim, servindo à produção de mais-valor, o processo de produção da mercadoria constitui uma unidade de processo de trabalho e processo de valorização:

> O processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias. (MARX, CI, p. 273).

O processo de valorização constitui a dimensão sócio-histórica do processo de produção da mercadoria, aquilo que este possui de específico do capitalismo.

Aqui, pressupõe-se sempre o trabalho como trabalho socialmente necessário, tanto o trabalho que produz os meios de produção, como o trabalho que produz o produto final. Além disso, pressupõe-se sempre a redução do trabalho complexo ou superior ao trabalho social médio não qualificado, simples ou inferior. O trabalho complexo consiste na exteriorização de uma força de trabalho com custos mais altos de formação e, portanto, de maior valor, a qual

cria, num mesmo período de tempo, um valor proporcionalmente maior. Tem-se assim que uma jornada de trabalho complexo deve ser reduzida a *x* jornadas de trabalho simples.

No capítulo 6, Marx apresenta as categorias de capital constante e capital variável.

Os diferentes fatores do processo de trabalho participam de diferentes maneiras na formação do valor do produto: o trabalho executado pela força de trabalho – o fator pessoal ou subjetivo – cria valor novo; e os meios de produção consumidos – o fator objetivo – conservam ou transferem seu próprio valor. O mesmo e único trabalho executado pelo trabalhador produz simultaneamente estes dois resultados diferentes: a criação e a conservação ou transferência de valor. Por um lado, a criação de valor novo decorre do caráter abstrato do trabalho, e a grandeza determinada do valor adicionado corresponde ao tempo de trabalho. Por outro lado, a conservação ou transferência dos valores dos meios de produção decorre do caráter útil do trabalho; por exemplo, é na forma da fiação que o trabalho consome o algodão e o fuso para produzir o fio, conservando ou transferindo os valores daqueles a este. Tem-se, portanto, que o trabalho abstrato cria valor novo, e o trabalho útil conserva ou transfere os valores dos meios de produção.

> Portanto, é por sua qualidade abstrata, geral, como dispêndio de força humana de trabalho, que o trabalho do fiandeiro adiciona um valor novo aos valores do algodão e dos fusos, e é em sua qualidade concreta, particular e útil como processo de fiação que ele transfere ao produto o valor desses meios de produção e, com isso, conserva seu valor no produto. Daí decorre a duplicidade de seu resultado no mesmo tempo. (MARX, CI, p. 278).

As proporções do valor do produto devidas à criação de valor novo e à conservação ou transferência dos valores dos meios de produção podem variar em decorrência de duas causas: i) uma variação da força produtiva do trabalho que produz o produto, isto é, uma variação das condições técnicas do processo de trabalho, e ii) uma variação da força produtiva do trabalho que produz os meios de produção, isto é, uma variação dos valores dos meios de produção.

O valor apenas pode existir num valor de uso, de maneira que a destruição do valor de uso implica a destruição do valor. No entanto, os meios de produção não têm seu valor de uso destruído no processo de trabalho, eles apenas perdem a figura originária de seu valor de uso para ganharem a figura de um outro valor de uso no produto. Por isso, os meios de produção conservam seus valores, transferindo-os ao produto. Além disso, os meios de produção apenas transferem ao produto o valor que eles mesmos perdem como meios de produção: "[...] *no processo de trabalho, o valor do meio de produção só se transfere ao produto na medida em que o meio de produção perde, juntamente com seu valor de uso independente, também seu*

valor de troca. Ele só cede ao produto o valor que perde como meio de produção." (MARX, CI, p. 280).

Os diferentes meios de produção comportam-se de maneiras diferentes ao transferirem seus valores ao produto. Em geral, as matérias-primas (por exemplo: óleo, carvão, tinta etc.) são consumidas e desaparecem no processo de trabalho, algumas delas reaparecendo como propriedades do produto. Já os meios de trabalho (por exemplo: ferramenta, máquina, edifício de fábrica, barril etc.) conservam sua figura independente em relação ao produto após o término do processo de trabalho, tornando-se "[...] *cadáveres das máquinas, ferramentas, edifícios industriais etc.* [...]" (MARX, CI, p. 280) e sendo descartados como sucata. Ao longo de seu tempo de vida, eles têm seu valor de uso gradualmente consumido e, paralelamente, seu valor gradualmente transferido ao produto. Por exemplo, uma máquina que dura 6 dias, tendo seu valor de uso desaparecido ao término desse período, perde a cada dia de trabalho 1/6 de seu valor de uso e transfere a seu produto diário 1/6 de seu valor, em média.

> Esse exemplo demonstra claramente que um meio de produção jamais transfere ao produto mais valor do que o valor que ele perde no processo de trabalho por meio da destruição de seu valor de uso. Se não tivesse valor algum a perder, isto é, se ele mesmo não fosse produto do trabalho humano, o meio de produção não poderia transferir qualquer valor ao produto. Ele serviria de criador de valor de uso sem servir de criador de valor de troca. Tal é o caso de todos os meios de produção que preexistem na natureza sem a intervenção humana, tais como a terra, o vento, a água, o ferro nos veios das rochas, a madeira nas florestas virgens etc. (MARX, CI, p. 281).

Os meios de trabalho entram *inteiramente* no processo de trabalho, mas apenas *parcialmente* no processo de valorização. Por exemplo, uma máquina que vale £1000 e é consumida em 1000 dias participa inteiramente do processo de trabalho diário, mas transfere apenas 1/1000 de seu próprio valor a seu produto diário. Não se trata aqui do trabalho de reparação das máquinas, instalações etc., o qual restaura seu valor de uso e conta apenas como parte do trabalho requerido para a produção desses meios de trabalho. Contrariamente a essa situação, pode haver meios de produção que entram de maneira *inteira* no processo de valorização, mas de maneira *fracionada* no processo de trabalho. Por exemplo, se 115 libras de algodão (matéria-prima) são necessárias, sob condições socialmente normais, para produzir 100 libras de fio (produto), com o desperdício de 15 libras de "pó do diabo", tem-se que embora essas 15 libras não entrem no processo de trabalho que produz o fio, seu valor é transferido a ele assim como o valor das outras 100 libras; o mesmo vale, em geral, para os detritos do processo de trabalho que são descartados.

> Os meios de produção só transferem valor à nova figura do produto na medida em que, durante o processo de trabalho, perdem valor na figura de seus antigos valores de uso. O máximo de perda de valor que eles podem suportar no processo de trabalho é claramente limitado pela grandeza de valor original com a qual ingressaram no processo de trabalho, ou, em outras palavras, pelo tempo de trabalho requerido para sua própria produção. Por isso, os meios de produção jamais podem adicionar ao produto um valor maior do que o que eles mesmos possuem, independentemente do processo de trabalho no qual tomam parte. Por mais útil que possa ser um material de trabalho, uma máquina, um meio de produção – custe ele £150 ou, digamos, 500 jornadas de trabalho –, ele jamais poderá adicionar ao produto total mais do que £150. Seu valor é determinado não pelo processo de trabalho no qual ele entra como meio de produção, mas pelo processo de trabalho do qual ele resulta como produto. No processo de trabalho, ele serve apenas como valor de uso, como coisa dotada de propriedades úteis, que não poderia transferir nenhum valor ao produto se já não possuísse valor antes de sua entrada no processo. (MARX, CI, p. 283).

Portanto, a parte do valor do produto devida aos meios de produção trata-se apenas de um valor antigo produzido por um trabalho anterior e então conservado ou transferido dos meios de produção ao produto, mas jamais de um valor novo criado pelos "serviços produtivos" prestados pelos meios de produção. Marx representa metaforicamente o processo de conservação ou transferência de valor dos meios de produção para o produto por meio da imagem de um processo anímico: "*Quando o trabalho produtivo transforma os meios de produção em elementos constituintes de um novo produto, o valor desses meios de produção sofre uma metempsicose. Ele transmigra do corpo consumido ao novo corpo criado.*" (MARX, CI, p. 283-284).[46] Os meios de produção têm seu valor de uso consumido pelo trabalho; seu valor não é consumido nem reproduzido, mas conservado ou transferido ao produto.

Por sua vez, o trabalho executado para a produção do produto cria um valor novo, que constitui a parte original do valor do produto, gerada em seu próprio processo de produção. Quando, por exemplo, a força de trabalho, trabalhando durante 6 horas de trabalho, produz um valor de 3 xelins, equivalente a seu próprio valor, esse valor é efetivamente, e não apenas aparentemente, reproduzido. Nesse caso, ao contrário do que ocorre com os valores dos meios de produção, "*A substituição de um valor por outro é mediada, aqui, por uma nova criação de valor.*" (MARX, CI, p. 286). No entanto, a força de trabalho em ação não apenas reproduz seu

[46] O Dicionário Aurélio fornece o seguinte verbete para o vocábulo metempsicose: "**Metempsicose.** [Do gr. *metempsychosis*, pelo lat. *metempsychose*.] *S. f.* **1.** *Filos.* Doutrina segundo a qual uma mesma alma pode animar sucessivamente corpos diversos, homens, animais ou vegetais; transmigração. **2.** A teoria dessa doutrina: "larguei o pensamento a distrair-me com a idéia da m e t e m p s i c o s e , pus-me a percorrer mentalmente a lista de amigos mortos, para descobrir o que me poderia estar faltando pelo olhar daquele cão." (Fernando Sabino, *O Homem Nu*, p. 229)." (FERREIRA, 1975, p. 918).

próprio valor, mas também produz o mais-valor, por exemplo, indo além das 6 horas de trabalho.

Tem-se, portanto, que "[...] *Meios de produção, de um lado, e força de trabalho, de outro, não são mais do que diferentes formas de existência que o valor do capital originário assume ao se despojar de sua forma-dinheiro e se converter nos fatores do processo de trabalho.*" (MARX, CI, p. 286). Os mesmos componentes do capital que no processo de trabalho distinguem-se entre fatores objetivos e fatores subjetivos, isto é, entre meios de produção e força de trabalho, distinguem-se, no processo de valorização, entre **capital constante** e **capital variável**, exercendo assim dois papéis diferentes na formação do valor do produto. O capital constante não altera sua grandeza de valor no processo de valorização: os meios de produção (as matérias-primas e os meios de trabalho) conservam ou transferem seu valor ao produto; e o capital variável altera sua grandeza de valor nesse processo: a força de trabalho cria valor novo, reproduzindo seu próprio valor e produzindo o mais-valor.

> Portanto, a parte do capital que se converte em meios de produção, isto é, em matérias-primas, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Por essa razão, denomino-a parte constante do capital, ou, mais sucintamente: **capital constante**.
> Por outro lado, a parte do capital constituída de força de trabalho modifica seu valor no processo de produção. Ela não só reproduz o equivalente de seu próprio valor, como produz um excedente, um mais-valor, que pode variar, sendo maior ou menor de acordo com as circunstâncias. Essa parte do capital transforma-se continuamente de uma grandeza constante numa grandeza variável. Denomina-o, por isso, parte variável do capital ou, mais sucintamente: **capital variável**. (MARX, CI, p. 286, grifo nosso).

O capital constante pode transferir ao produto um valor diferente de seu próprio quando o valor dos meios de produção é alterado, por exemplo, em decorrência de quebras de safras ou de inovações na produção de máquinas. Nesse caso, o meio de produção adquirido por um valor passado maior ou menor transfere ao produto apenas seu valor atual menor ou maior. Tais mudanças de valor, no entanto, ocorrem no processo de produção dos meios de produção e não no processo de produção em que eles funcionam como meios de produção. Ademais, mudanças na proporção entre capital constante e capital variável não afetam as respectivas funções dessas duas formas de capital.

No capítulo 7, Marx apresenta a taxa de mais-valor.

O capital adiantado (C) decompõe-se em duas partes: uma quantia de dinheiro gasta na compra de meios de produção, isto é, o capital constante (c), e uma quantia de dinheiro gasta na compra de força de trabalho, isto é, o capital variável (v). Ao final do processo de produção,

resulta uma mercadoria cujo valor é C’ = c + v + m, em que m representa o mais-valor. O mais-valor apresenta-se, portanto, como um excedente do valor do produto sobre o valor de seus elementos de produção. Por exemplo:

c = 410 ; v = 90 ; m = 90
C = c + v = 410 + 90 = 500
C’ = c + v + m = 410 + 90 + 90 = 590
m = C’ – C = 590 – 500 = 90

A parte do capital constante que se constitui de meios de trabalho transfere apenas uma fração de seu valor ao produto. Por exemplo:

c = 410 = 312 (matéria-prima) + 44 (matéria auxiliar) + 54 (desgaste da maquinaria)
Valor total da maquinaria = 1054

“*Como valor adiantado para a formação do valor do produto temos de calcular, assim, apenas as £54 que a maquinaria perde devido a seu funcionamento e, desse modo, transfere ao produto.*” (MARX, CI, p. 289).

C transforma-se em C’, ocorrendo a valorização do valor (a criação do mais-valor ou a transformação do dinheiro em capital). O valor do capital constante é conservado ou transferido ao produto e apenas reaparece neste. Portanto, ele deve ser excluído do *valor do produto* que resulta do processo de produção para o cálculo do *produto de valor* efetivamente criado nesse processo.

Valor do produto = C’ = c + v + m = 410 + 90 + 90 = 590
Produto de valor = v + m = 90 + 90 = 180

O valor do produto e o produto de valor são iguais apenas no caso da produção que não utiliza meios de produção (objetos de trabalho e meios de trabalho) produzidos pelo trabalho, mas apenas aqueles preexistentes na natureza, isto é, quando o valor capital constante é nulo (c = 0). Nesse caso, todo o valor do produto trata-se de valor novo criado em seu processo de produção.

O mais-valor (m) é uma mera consequência da mudança de valor do capital variável (v), de maneira que v + m = v + Δv, e não um resultado de uma mudança de valor do capital total adiantado (C = c + v). Portanto, a análise pura do processo de valorização exige que se faça

abstração do valor do capital constante, pressupondo-o como nulo (c = 0). O capital variável constitui uma grandeza dada e, portanto, constante: o valor da força de trabalho comprada ou v. No entanto, no processo de produção, essa grandeza constante dá lugar à força de trabalho em ação, que produz uma grandeza variável: v + Δv ou v + m. A relação do mais-valor com o capital total adiantado, embora seja de grande importância econômica, só é tratada no livro III de *O capital*; por ora, interessa sua relação com o capital variável, a parte do capital total de onde ele resulta diretamente e cuja mudança de valor ele representa. A **taxa de mais-valor**, que mede a proporção em que o capital variável valoriza-se, é dada pela seguinte relação:

$$\text{Taxa de mais-valor} = m' = \frac{m}{v} = \frac{\text{mais-valor}}{\text{capital variável}} \qquad \text{(Equação 1.1)}$$

Para o exemplo anteriormente apresentado, tem-se:

$m' = 90/90 = 100\%$

Durante uma parte do processo de trabalho, o trabalhador produz apenas o valor de sua força de trabalho, isto é, o valor dos meios necessários a sua subsistência. Se, por exemplo, o valor de seus meios de subsistência diários representa 6 horas de trabalho, tem-se que uma parte da jornada de trabalho de 6 horas é destinada exclusivamente a reproduzir o valor diário de sua força de trabalho. Essa parte da jornada de trabalho, em que se dá a reprodução do valor do capital variável, é denominada por **tempo de trabalho necessário**, e o trabalho despendido durante esse tempo, por **trabalho necessário** (tn). Trata-se do (tempo de) trabalho necessário à produção da mercadoria força de trabalho.

O segundo período do processo de trabalho, que ultrapassa os limites do trabalho necessário, gera o mais-valor apropriado pelo capitalista. Essa parte da jornada de trabalho é denominada por **tempo de trabalho excedente**, e o trabalho nela despendido, por **mais-trabalho** (mt) (*surplus labour*).

A relação entre o capitalista e o trabalhador assalariado, por meio da qual o mais-valor é produzido, trata-se, portanto, da forma assumida pela exploração do trabalho no modo de produção capitalista: "*O que diferencia as várias formações econômicas da sociedade, por exemplo, a sociedade da escravatura daquela do trabalho assalariado, é apenas a forma pela qual esse mais-trabalho é extraído do produtor imediato, do trabalhador.*" (MARX, CI, p.

293). Tem-se, assim, que a taxa de mais-valor é a medida do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista, podendo ser assim expressa:

$$\text{Taxa de mais-valor} = m' = \frac{mt}{tn} = \frac{\text{mais-trabalho}}{\text{trabalho necessário}} \qquad \text{(Equação 1.2)}$$

A taxa de mais-valor não serve como expressão da grandeza absoluta da exploração. Uma mesma taxa de mais-valor pode estar associada a diferentes tempos de trabalho excedente, por exemplo: se tn = mt = 5ht ou se tn = mt = 6ht, tem-se em ambos os casos m' = 100%, embora o mais-trabalho varie 20% em termos absolutos. No exemplo anteriormente apresentado (v = m = 90, m' = 100%), não se sabe quais são as grandezas absolutas da jornada de trabalho, do trabalho necessário e do mais-trabalho, sabe-se apenas que o trabalhador trabalha metade da jornada de trabalho para si e a outra metade para o capitalista, isto é, que o trabalho necessário tem a mesma grandeza temporal que o mais-trabalho.

O exemplo do processo de produção do fio apresentado anteriormente pode ser expresso por meio da seguinte tabela 3.2, que faz uma correspondência entre os componentes do valor do produto e i) partes proporcionais do produto e ii) partes proporcionais da jornada de trabalho:

Tabela 3.2: Representação do valor do produto em partes proporcionais do produto e da jornada de trabalho

	Produto (C')	**Capital constante (c)**	**Capital variável (v)**	**Mais-valor (m)**
Valor do produto	30 xelins	24 xelins	3 xelins	3 xelins
Quantidade de trabalho	60ht	48ht	6ht	6ht
Proporção	1	0,8	0,1	0,1
Partes proporcionais do produto	20 libras de fio	16 libras de fio	2 libras de fio	2 libras de fio
Partes proporcionais da jornada de trabalho	12ht	9ht36mint	1ht12mint	1ht12mint

Fonte: elaboração própria do autor a partir de Marx (CI, p. 296-299).

O produto de valor é de 6 xelins, o capital variável é de 3 xelins, e o mais-valor é de 3 xelins; a jornada de trabalho dura 12 horas, o trabalho necessário dura 6 horas, e o mais-trabalho dura 6 horas. Assim, o grau de exploração da força de trabalho é de 100%:

$$m' = m/v = mt/tn = 3 \text{ xelins}/3 \text{ xelins} = 6ht/6ht = 100\%$$

O capital constante é assim dividido:

c = 24 xelins
- matéria-prima = 20 xelins = 40ht = 0,66
- (20 libras de algodão) = 13,33 libras de fio (produto) = 8ht (jornada)
- meio de trabalho = 4 xelins = 8ht = 0,133
- (½ fuso) = 2,66 libras de fio (produto) = 1ht36mint (jornada)

A representação do valor do produto em partes proporcionais da jornada de trabalho é correta, mas pode ser interpretada equivocadamente, ao se imaginar que todo o mais-valor é produzido no último período de 1 hora e 12 minutos de trabalho, e não nas 6 horas de mais-trabalho. Essa falácia, chamada por Marx de "a "última hora" de Senior", foi enunciada por Senior, que imaginou que o lucro líquido obtido por uma fábrica de Manchester seria produzido na última hora trabalhada, de maneira que, se a jornada de trabalho fosse reduzida em 1 hora, o lucro líquido desapareceria. O erro desse raciocínio consiste na suposição de que ao longo da jornada de trabalho o trabalhador produz não apenas o produto de valor (v + m), mas também a parte do valor do produto correspondente ao capital constante (c) e, portanto, todo o valor do produto (C' = c + v + m). Na realidade, tem-se que a redução da jornada de trabalho em 1 hora não eliminaria o mais-valor, mas apenas reduziria sua grandeza e, consequentemente, a taxa de mais-valor. Por exemplo:

Jornada de trabalho = 11,5ht
Valor do produto = £115000
Valor do capital adiantado = £105000
Valor do produto por hora de trabalho = £10000 = lucro líquido
Trabalho necessário = 5,75ht
Mais-trabalho = 5,75ht

A redução da jornada de trabalho em 1 hora, de 11,5ht para 10,5ht, corresponde a uma redução do mais-trabalho em 1 hora, de 5,75ht para 4,75ht, mantendo-se constante o trabalho necessário em 5,75ht. O mais-trabalho reduzido corresponde a 82,6% do mais-trabalho original, de maneira que o mais-valor cai de £10000 para £8260,87, e a taxa de mais-valor cai de 5,75/5,75 = 100% para 4,75/5,75 = 82,6%.

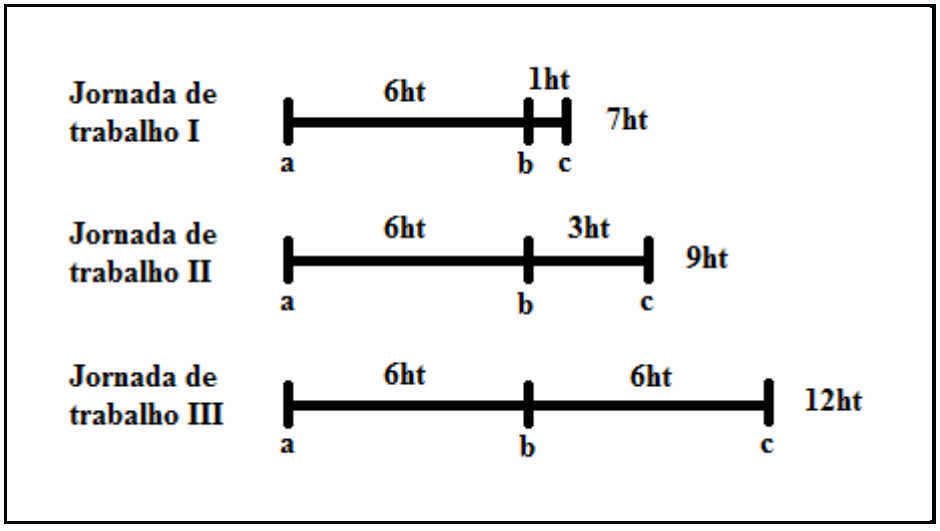
O **mais-produto** (*surplus produce* ou *produit net*) corresponde à parte do produto em que se representa o mais-valor. No exemplo do fio expresso na tabela 3.2 acima, o mais-produto é igual a 2 libras de fio, que valem 3 xelins e correspondem a 0,1 do produto. Conforme Marx,

"*Como a produção de mais-valor é o objetivo determinante da produção capitalista* [...]" (MARX, CI, p. 304), o que importa não é a grandeza absoluta do produto, mas a grandeza relativa do mais-produto. A jornada de trabalho (*working day*), ou a grandeza absoluta do tempo de trabalho, é dada pela soma do trabalho necessário com o mais-trabalho.

No capítulo 8, Marx apresenta a **jornada de trabalho**. Na primeira seção desse capítulo, examina a questão em termos teóricos, apresentando os limites da jornada de trabalho e seus efeitos sobre o mais-valor e a taxa de mais-valor. Nas demais seções, examina a questão em termos históricos, apresentando uma história da disputa entre capitalistas e trabalhadores em torno da duração da jornada de trabalho, com foco na Inglaterra. O texto a seguir limita-se a reproduzir a parte teórica da questão.

A parte necessária da jornada de trabalho, igual ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os meios de subsistência médios diários do trabalhador ou para reproduzir o valor da força de trabalho, é uma grandeza dada. Por sua vez, a grandeza da jornada de trabalho não é dada, variando conforme a duração do mais-trabalho. A figura 3.2 abaixo apresenta três jornadas de trabalho de diferentes durações:

Figura 3.2: Mais-valor absoluto



Fonte: elaboração própria do autor a partir de Marx (CI, p. 305).

Tem-se que o seguimento *ab* corresponde ao tempo de trabalho necessário, o seguimento *bc* corresponde ao tempo de trabalho excedente, e o seguimento $ac = ab + bc$ corresponde à duração da jornada de trabalho. A taxa de mais-valor, que é igual à relação entre o mais-trabalho e o trabalho necessário, é dada pela razão bc/ab. Tem-se, portanto, as seguintes taxas de mais-valor:

m’(I) = 1ht/6ht = 16,66%
m’(II) = 3ht/6ht = 50%
m’(III) = 6ht/6ht = 100%

Embora a taxa de mais-valor possa ser calculada a partir da grandeza da jornada de trabalho, dada a grandeza do trabalho necessário, por si só a taxa de mais-valor não informa a grandeza da jornada de trabalho. Por exemplo, uma taxa de mais-valor de 100% pode corresponder a jornadas de trabalho de 8, 10 ou 12 horas, indicando apenas que seus dois componentes, o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente, são iguais.

> A jornada de trabalho não é, portanto, uma grandeza constante, mas variável. Uma de suas partes é, de fato, determinada pelo tempo de trabalho requerido para a reprodução contínua do próprio trabalhador, mas sua grandeza total varia com a extensão ou duração do mais-trabalho. A jornada de trabalho é, pois, **determinável**, mas é, em verdade, **indeterminada**. (MARX, CI, p. 306, grifo nosso).

Embora a jornada de trabalho seja uma grandeza fluida, ela só pode variar dentro de certos limites. Seu limite mínimo é indeterminável: para que a produção ocorra sob a forma capitalista, o capital tem de se valorizar, de maneira que o tempo de trabalho excedente, embora possa ser reduzido, não pode se igualar a zero. Seu limite máximo é duplamente determinado, sendo estabelecido por limites físicos (o tempo que o trabalhador necessita para descansar, dormir, alimentar-se, limpar-se, vestir-se etc.) e por limites morais ou sociais (o tempo que o trabalhador necessita para atividades intelectuais, sociais, culturais etc.); ambos esses tipos de limite são de natureza elástica e permitem amplas variações.

Ao adquirir a força de trabalho por seu valor diário, o capitalista tem direito a seu valor de uso durante uma jornada de trabalho. “*Mas o que é uma jornada de trabalho?*” (MARX, CI, p. 306).

Por um lado, ao capitalista, interessa que a jornada de trabalho tenha a máxima duração possível, de maneira a maximizar o tempo de trabalho excedente, a criação de mais-valor e a autovalorização do capital. Marx refere-se metaforicamente ao capital comparando-o com um vampiro que, em vez de sugar sangue, suga trabalho:

> Mas o capital tem um único impulso vital, o impulso de se autovalorizar, de criar mais-valor, de absorver, com sua parte constante, que são os meios de produção, a maior quantidade possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga. (MARX, CI, p. 307).

Após ter comprado a força de trabalho, o capitalista tem direito ao consumo de seu valor de uso, fazendo com que o trabalhador trabalhe. Portanto, se o trabalhador deixa de trabalhar, ele comete um roubo contra o capitalista, tomando-lhe de volta uma mercadoria que já lhe vendera.

> O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou do trabalhador. Se este consome seu tempo disponível para si mesmo, ele furta o capitalista.
> O capitalista se apoia, portanto, na lei da troca de mercadorias. Como qualquer outro comprador, ele busca tirar o maior proveito possível do valor de uso de sua mercadoria. (MARX, CI, p. 307-308).

Por outro lado, ao trabalhador, interessa que a jornada de trabalho tenha uma duração "normal", compatível com a reprodução de sua força de trabalho, dia após dia, com o mesmo nível normal de força, saúde e disposição. Como o valor da força de trabalho é igual ao tempo de trabalho socialmente necessário para reproduzi-la, ao vendê-la por seu valor, o trabalhador tem de ser capaz de garantir sua reprodução.

A lei da troca de mercadorias, que estabelece a troca de equivalentes, não impõe uma definição exata sobre a duração do mais-trabalho e da jornada de trabalho. Tem-se, então, uma antinomia, isto é, um direito contra outro direito.[47] De um lado, o capitalista procura fazer valer seu direito como comprador, tentando prolongar ao máximo possível a jornada de trabalho. De outro lado, o trabalhador procura fazer valer seu direito como vendedor, mostrando que a natureza específica da mercadoria força de trabalho implica um limite de seu consumo e tentando limitar a jornada de trabalho a uma duração normal determinada. O que se tem na prática é que a regulamentação da jornada de trabalho é determinada pela luta entre o conjunto dos capitalistas, a **classe capitalista**, e o conjunto dos trabalhadores, a **classe trabalhadora**, isto é, pela **luta de classes**.

No capítulo 9, Marx apresenta três leis sobre a taxa e a massa do mais-valor, supondo sempre que o valor da força de trabalho e, consequentemente, o tempo de trabalho necessário são constantes.

---

[47] O Dicionário Aurélio fornece o seguinte verbete para o vocábulo antinomia: "**Antinomia.** [Do gr. *antinomia*, pelo lat. *antinomia*.] *S. f.* **1.** Contradição entre duas leis ou princípios. **2.** Oposição recíproca: "Vereis, entretanto, que a a n t i n o m i a entre os dois aspectos extremos de sua vida [de Machado de Assis] é apenas aparente, pois em verdade, aqui como quase sempre, os extremos se tocam." (Moisés Velinho, *Letras da Província*, p. 178.) **3.** *Filos.* Conflito entre duas afirmações demonstradas ou refutadas aparentemente com igual rigor. [Cf. *aporia* e *paradoxo*.]" (FERREIRA, 1975, p. 106).

A *primeira lei* é expressa como segue:

> [...] a massa do mais valor produzido é igual à grandeza do capital variável adiantado multiplicada pela taxa de mais-valor, ou é determinada pela relação composta entre o número das forças de trabalho simultaneamente exploradas pelos mesmos capitalistas e o grau de exploração da força de trabalho individual. (MARX, CI, p. 375-376).

Na edição francesa de *O capital*, revista por Marx, a segunda parte dessa frase tem a seguinte redação: "[...] *"ou ela é igual ao valor de uma força de trabalho multiplicada pelo grau de sua exploração e multiplicada pelo número das forças de trabalho simultaneamente exploradas".*" (MARX, CI, p. 376).

Portanto, a massa do mais-valor é dada pelas seguintes equações:

$$M = \frac{m}{v} V \qquad \text{(Equação 2.1)}$$

$$M = f \frac{a'}{a} n \qquad \text{(Equação 2.2)}$$

M: massa do mais-valor
m: mais-valor fornecido pelo trabalhador individual no dia médio
v: capital variável diariamente adiantado na compra da força de trabalho individual
V: soma total do capital variável
f: valor da força de trabalho média
a': mais-trabalho
a: trabalho necessário
a'/a: grau de exploração da força de trabalho
n: número de trabalhadores empregados

Por exemplo, supondo-se que o trabalho necessário é de 6ht e que o valor da força de trabalho individual é de 3 xelins = 1 táler, tem-se que a uma taxa de mais-valor de 100% é produzida diariamente uma massa de mais-valor de 3 xelins = 1 táler ou que o trabalhador individual fornece diariamente uma massa de mais-trabalho de 6ht:

M = 100% . 1 táler = 1 táler . 6ht/6ht . 1 = 1 táler

Supondo-se o emprego diário de 100 trabalhadores, tem-se uma massa de mais-valor de 100 táleres:

M = 100% . 100 táleres = 1 táler . 6ht/6ht . 100 = 100 táleres

Nesse exemplo, supõe-se que o valor diário da força de trabalho média é constante e igual a 1 táler e que os trabalhadores empregados pelo capitalista reduzem-se a trabalhadores médios.

Na produção de uma dada massa de mais-valor, a redução de um fator pode ser compensada pelo aumento de outro. Por exemplo, uma redução do número de trabalhadores empregados pode ser compensada por um aumento do mais-trabalho:

M = 50% . 100 táleres = 1 táler . 3ht/6ht . 100 = 50 táleres
M = 100% . 50 táleres = 1 táler . 6ht/6ht . 50 = 50 táleres

Nesse exemplo, tem-se que 100 trabalhadores exercendo um mais-trabalho de 3 horas e 50 trabalhadores exercendo um mais-trabalho de 6 horas exercem conjuntamente o mesmo mais-trabalho total de 300 horas e produzem conjuntamente o mesmo mais-valor de 50 táleres.

> A diminuição do capital variável é, assim, compensável por um aumento proporcional no grau de exploração da força de trabalho, ou, em outras palavras, a diminuição no número de trabalhadores empregados é compensável por um prolongamento proporcional da jornada de trabalho. **Dentro de certos limites, a oferta de trabalho que o capital pode explorar se torna, pois, independente da oferta de trabalhadores.** (MARX, CI, p. 376, grifo nosso).

A *segunda lei* é expressa como segue:

> O limite absoluto da jornada média de trabalho, que é por natureza sempre menor do que 24 horas, constitui um limite absoluto à reposição do capital variável reduzido por meio de uma taxa aumentada de mais-valor ou, em outras palavras, da redução do número de trabalhadores explorados por meio de um aumento no grau de exploração da força de trabalho. (MARX, CI, p. 377).

Em outras palavras, o que se tem é que, a fim de manter constante a massa do mais-valor produzida, a diminuição da grandeza do capital variável ou do número de trabalhadores empregados só pode ser compensada até certo limite pelo aumento da taxa de mais-valor ou pelo prolongamento da jornada de trabalho, pois o mais-trabalho não pode ser aumentado indefinidamente.

Conforme Marx, o capital possui duas tendências contraditórias: reduzir ao mínimo seu componente variável (o número de trabalhadores empregados) e aumentar ao máximo a massa de mais-valor produzida.

Por fim, a *terceira lei* é expressa como segue: "*Dados a taxa de mais-valor ou o grau de exploração da força de trabalho e o valor da força de trabalho ou a grandeza do tempo de trabalho necessário, é evidente que, quanto maior o capital variável, tanto maior a massa do valor e do mais-valor produzidos.*" (MARX, CI, p. 377-378).

Dados a duração da jornada de trabalho e o tempo de trabalho necessário, as massas de valor e de mais-valor produzidas dependem exclusivamente do número de trabalhadores empregados ou da grandeza do capital variável. Dados m/v, a'/a e f, quando maiores forem n e V, maior será M.

Essa lei é válida independentemente da composição do capital em termos da proporção entre o capital constante e o capital variável, pois apenas o capital variável contribui para a criação do produto de valor. Como resultado, tem-se que capitais totais de mesmo tamanho devem produzir valores e mais-valores diferentes em proporção ao tamanho de seu componente variável. Assim sendo, Marx afirma que essa lei contradiz a prática capitalista, em que se verifica a existência de lucros proporcionais aos tamanhos dos capitais investidos, prenunciando a necessidade de transformar os valores em preços de produção, uma questão não resolvida pela economia política e que é tratada apenas no livro III de *O capital*:

> Essa **lei** contradiz flagrantemente toda a **experiência baseada na aparência**. Qualquer um sabe que um fiador de algodão, que, calculando a porcentagem do capital total aplicado, emprega muito capital constante e pouco capital variável, não embolsa, por causa disso, um lucro ou mais-valor menor do que um padeiro que põe em movimento muito capital variável e pouco capital constante. Para a solução dessa **contradição aparente** são necessários muitos **elos intermediários**, do mesmo modo como, do ponto de vista da álgebra elementar, muitos elos intermediários são necessários para se compreender que 0/0 pode representar uma grandeza real. A **economia clássica**, embora jamais tenha formulado essa lei, apega-se a ela instintivamente porque é uma **consequência necessária da lei do valor em geral**. Ela tenta salvá-la por meio de uma **abstração forçada das contradições do fenômeno**. Veremos mais adiante como a escola ricardiana tropeçou nessa pedra. A **economia vulgar**, que "realmente não aprendeu nada", apega-se aqui, como em tudo, à **aparência** [*Schein*] contra a **lei do fenômeno** [*Erscheinung*]. Em oposição a Espinosa, ela acredita que "a ignorância é uma razão suficiente". (MARX, CI, p. 378-379, grifo nosso).

O trabalho diário total de uma sociedade pode ser considerado como uma única jornada de trabalho social. Assim, por exemplo, se a jornada de trabalho média é de 10 horas e a

população trabalhadora é de 1 milhão de pessoas, a jornada de trabalho social é de 10 milhões de horas. Supondo-se constantes o valor da força de trabalho e o tempo de trabalho necessário, com uma dada duração da jornada de trabalho, a massa do mais-valor só pode ser aumentada por meio de um aumento da população trabalhadora; e com uma dada grandeza da população trabalhadora, ela só pode ser aumentada por meio de um prolongamento da jornada de trabalho.

Para que o dinheiro possa ser convertido em capital, de maneira que o valor adquira a capacidade de autovalorizar-se, ele deve superar uma certa quantia mínima nas mãos do possuidor individual, de maneira que este seja capaz de adquirir um mínimo de meios de produção e de força de trabalho. Se, por exemplo, o tempo de trabalho necessário for de 8 horas e o tempo de trabalho excedente for de 4 horas, o capitalista tem de empregar 2 trabalhadores para viver, do mais-valor apropriado, como um trabalhador, isto é, dispondo do mesmo valor em meios de subsistência que um trabalhador, e 8 trabalhadores para viver, do mais-valor apropriado, duas vezes melhor que um trabalhador e ainda poder reconverter metade do mais-valor produzido em capital. Como a finalidade da produção capitalista não é a mera subsistência, mas o aumento da riqueza, uma parcela do mais-valor deve ser reconvertida em capital. Portanto, para que o dinheiro transforme-se em capital, ele deve existir numa quantia suficiente para, nesse exemplo, adquirir mais do que duas forças de trabalho e a quantidade proporcional de meios de produção.

O desenvolvimento da produção capitalista impõe que o capitalista não tome parte diretamente no processo de produção, existindo como um pequeno patrão que também trabalha, mas que aplique todo seu tempo na apropriação e controle do trabalho alheio e na venda dos produtos desse trabalho, existindo como um capitalista. Além disso, há certas esferas de produção que requerem um mínimo de capital que não existe nas mãos de nenhum capitalista individual; essas esferas apenas podem ser viabilizadas por meio do subsídio estatal, das sociedades com monopólio legal e das sociedades por ações.

Marx finaliza o capítulo e a seção afirmando que no curso do processo de produção o capital desenvolve-se como *sujeito* que subordina e assume o comando sobre o trabalho, numa relação coercitiva do capitalista para com o trabalhador assalariado. A classe capitalista obriga a classe trabalhadora a executar mais trabalho do que o necessário para sua subsistência e cuida para que o trabalho seja executado ordenadamente e com o grau apropriado de intensidade. "*E como produtor da laboriosidade alheia, extrator de mais-trabalho e explorador de força de trabalho, o capital excede em energia, desmedida e eficiência todos os sistemas de produção anteriores baseados no trabalho direto compulsório.*" (MARX, CI, p. 381).

À produção do mais-valor absoluto corresponde a subordinação ou *subsunção formal do trabalho*, isto é, o mero estabelecimento da relação de produção entre capitalista e trabalhador assalariado, sem a alteração das condições técnicas de produção ou do modo de produção:

> Inicialmente, o capital subordina o trabalho conforme as condições técnicas em que historicamente o encontra. Portanto, ele não altera imediatamente o modo de produção. Razão pela qual a produção de mais-valor, na forma como a consideramos até agora, mostrou-se independente de qualquer mudança no modo de produção. Ela não era menos efetiva nas obsoletas padarias do que nas modernas fiações de algodão. (MARX, CI, p. 382).

Do ponto de vista do processo de trabalho, o trabalhador relaciona-se com os meios de produção não como capital, mas como meros objeto e meio de sua atividade produtiva orientada a um fim. Do ponto de vista do processo de valorização, os meios de produção convertem-se em capital constante, isto é, em meios para a sucção de trabalho alheio. Tem-se assim que o modo de produção capitalista promove uma inversão da relação existente entre *sujeito* e *objeto*, "[...] *inversão peculiar e característica da produção capitalista, essa distorção da relação entre trabalho morto e vivo, entre valor e força criadora de valor* [...]" (MARX, CI, p. 382):

> Não é mais o trabalhador que emprega os meios de produção, mas os meios de produção que empregam o trabalhador. Em vez de serem consumidos por ele como elementos materiais de sua atividade produtiva, são eles que o consomem como fermento de seu próprio processo vital, e o processo vital do capital não é mais do que seu movimento como valor que valoriza a si mesmo. (MARX, CI, p. 382).

3.2.2 Mais-valor relativo

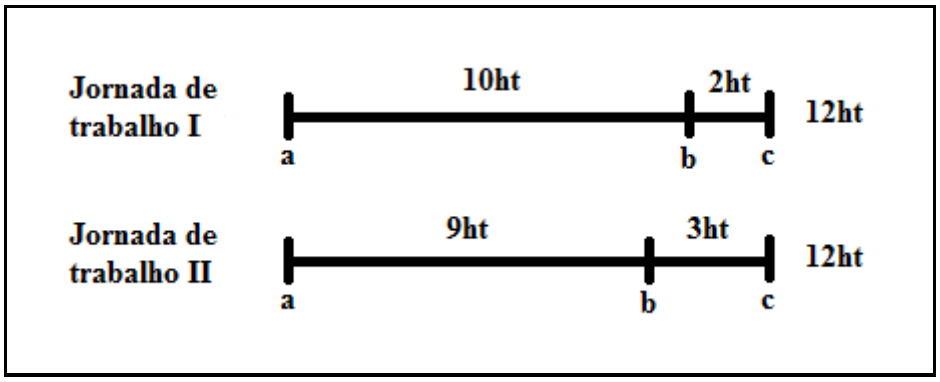
Na seção IV (capítulos de 10 a 13), Marx apresenta a produção do **mais-valor relativo**. No capítulo 10, examina a questão em termos teóricos, apresentando o conceito de mais-valor relativo. Nos demais capítulos, examina a questão em termos históricos, apresentando uma história dos métodos empregados para produzir mais-valor relativo: a cooperação (capítulo 11), a divisão do trabalho e manufatura (capítulo 12) e a maquinaria e grande indústria (capítulo 13). O texto a seguir limita-se a reproduzir a parte teórica da questão.

No capítulo 10, Marx apresenta o conceito de mais-valor relativo.

Na seção anterior, sobre o mais-valor absoluto, o tempo de trabalho necessário, que produz um equivalente do valor da força de trabalho, foi tratado como uma grandeza constante, ao passo que a duração da jornada de trabalho foi tratada como uma grandeza variável. Agora,

considerando-se constante a duração da jornada de trabalho, tem-se que o tempo de trabalho excedente e, consequentemente, o mais-valor produzido só podem aumentar por meio de uma redução do tempo de trabalho necessário e, consequentemente, do valor da força de trabalho. A figura 3.3 abaixo ilustra essa situação:

Figura 3.3: Mais-valor relativo



Fonte: elaboração própria do autor a partir de Marx (CI, p. 387).

Nesse exemplo, a duração da jornada de trabalho *ac* mantém-se constante em 12 horas, o trabalho necessário *ab* reduz-se de 10 para 9 horas, e o mais-trabalho *bc* aumenta de 2 para 3 horas. Paralelamente, o produto de valor (v + m) mantém-se constante igual a 6 xelins, o valor do capital variável (v) reduz-se de 5 para 4,5 xelins, e o mais-valor (m) aumenta de 1 para 1,5 xelim. Assim, a taxa de mais-valor sobe de 1 xelim/5xelins = 2ht/10ht = 20% para 1,5 xelim/4,5 xelins = 3ht/9ht = 33,33%.

O capitalista pode apropriar-se de um mais-valor maior pagando ao trabalhador um salário inferior ao valor de sua força de trabalho. No entanto, pressupondo-se que as mercadorias, inclusive a força de trabalho, são vendidas por seus valores integrais, esse resultado apenas pode ser obtido por meio de uma redução do valor da força de trabalho. A queda do valor da força de trabalho verificada no exemplo, de 5 xelins para 4,5 xelins, isto é, em 10%, requer que a massa de meios de subsistência consumida pelo trabalhador, que antes valia 5 xelins e era produzida em 10 horas de trabalho socialmente necessário, passe a valer 4,5 xelins e a ser produzida em 9 horas de trabalho socialmente necessário. Isso só é possível mediante um aumento da força produtiva do trabalho, alterando-se a configuração do processo de trabalho e revolucionando-se o modo de produção.

Em resumo, a diferença entre mais-valor absoluto e mais-valor relativo é expressa como segue por Marx:

> O mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de **mais-valor absoluto**; o mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho chamo de **mais-valor relativo**. (MARX, CI, p. 390, grifo nosso).

Na produção do mais-valor absoluto, o modo de produção é dado, bastando ao capital apoderar-se do processo de trabalho tal como ele já existe e prolongar sua duração. Na produção do mais-valor relativo, ao contrário, o modo de produção tem de ser alterado, revolucionando-se as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, de maneira a aumentar a produtividade do trabalho, reduzir o valor da força de trabalho e encurtar o tempo de trabalho necessário. Por isso, à produção do mais-valor relativo corresponde a subordinação ou *subsunção real do trabalho*.

Para que o valor da força de trabalho seja reduzido, o aumento da força produtiva do trabalho deve afetar os ramos da indústria que produzem meios de subsistência ou meios de produção utilizados na produção de meios de subsistência, de maneira a baratear os produtos consumidos pelos trabalhadores, que determinam o valor da força de trabalho.

O barateamento de uma mercadoria contribui para a redução do valor da força de trabalho apenas na proporção em que essa mesma mercadoria participa do conjunto dos meios de subsistência necessários à reprodução da força de trabalho. O capitalista individual, ao reduzir o valor de uma mercadoria particular que produz por meio de um aumento da produtividade do trabalho, embora esteja contribuindo *pro tanto* para a redução do valor da força de trabalho, não tem em mente essa finalidade. A esse respeito, deve-se diferenciar as tendências gerais e necessárias do capital de suas formas de manifestação, isto é, o resultado geral da queda do valor da força de trabalho da finalidade que o capitalista individual tem ao reduzir o valor de sua mercadoria particular. O capitalista individual, ao baratear a mercadoria particular que produz por meio de um aumento da produtividade do trabalho, faz com que o "*valor individual*" dessa mercadoria caia abaixo de seu *valor social*; então, vendendo-a por seu valor social, isto é, por um preço superior a seu valor individual, ele obtém um *mais-valor adicional*. Por exemplo:

Condições sociais normais de produção:

1ht = 0,5 xelim = 6 *pence*

1JT = 12ht = 6 xelins = 72 *pence* → 12 peças
Meios de produção por peça = 0,5 xelim = 6 *pence*

1 peça = 0,5 xelim (c) + 0,5 xelim (v+m) = 1 xelim = 12 *pence* (valor social)

Capitalista individual, duplicação da força produtiva:

1JT = 12ht = 6 xelins = 72 *pence* → 24 peças
Meios de produção por peça = 0,5 xelim = 6 *pence*
1 peça = 0,5 xelim (c) + 0,25 xelim (v+m) = 0,75 xelim = 9 *pence* (valor individual)

O capitalista individual, tendo duplicado sua produção, necessita de uma demanda duas vezes maior para poder realizá-la. Por isso, embora ainda possa vender suas mercadorias por um preço superior a seu valor individual, ele deve vendê-las por um preço inferior a seu valor social, de maneira a conquistar uma fatia maior do mercado. Assim, cada peça é vendida a, por exemplo, 10 *pence*, de maneira que o capitalista obtém um mais-valor adicional de 10 – 9 = 1 *penny* por peça e de 1 . 24 = 24 *pence* ou 2 xelins pelo produto total.

Esse aumento do mais-valor é obtido pelo capitalista individual mesmo que a mercadoria em questão não entre no consumo dos trabalhadores e, portanto, não constitua parte determinante do valor da força de trabalho. Mesmo nesse caso, no entanto, o mais-valor adicional obtido decorre de um encurtamento do tempo de trabalho necessário e do correspondente prolongamento do tempo de trabalho excedente. Por exemplo:

Condições sociais normais de produção:

Jornada de trabalho = 12ht = 6 xelins
Trabalho necessário = 10ht = 5 xelins
Mais-trabalho = 2ht = 1 xelim
m’ = 2ht/10ht = 1 xelim/5 xelins = 20%

Capitalista individual, duplicação da força produtiva:

10 . 24 = 240 *pence* = 20 xelins = 24 peças
Meios de produção = c = 6 . 24 = 144 *pence* = 12 xelins = 14,4 peças
Produto de valor = v+m = 20 – 12 = 8 xelins = 9,6 peças
Valor da força de trabalho = 5 xelins = 6 peças
Mais-valor = 8 – 5 = 3 xelins = 3,6 peças

1JT = 12ht = 8 xelins
Trabalho necessário = 7,5ht = 5 xelins
Mais-trabalho = 4,5ht = 3 xelins
m’ = 4,5ht/7,5ht = 3 xelins/5 xelins = 60%

> O capitalista que emprega o modo de produção aperfeiçoado é, portanto, capaz de apropriar-se de uma parte maior da jornada de trabalho para o mais-trabalho do que os demais capitalistas no mesmo ramo de produção. Ele realiza individualmente o que o capital realiza em larga escala, na produção do mais-valor relativo. (MARX, CI, p. 393).

Entretanto, os capitalistas concorrentes são forçados pela concorrência a aplicar o mesmo modo de produção aperfeiçoado introduzido pelo capitalista individual. Assim que esse modo de produção universaliza-se, a diferença entre o valor individual e o valor social da mercadoria é desfeita, e o mais-valor adicional obtido pelo capitalista individual deixa de existir.

Portanto, tem-se que o objetivo do capitalista individual ao aumentar a força produtiva do trabalho não é contribuir para o barateamento dos meios de subsistência, a redução do valor da força de trabalho e a produção do mais-valor relativo, mas fazer com que o valor individual da mercadoria que ele produz caia abaixo de seu valor social, de maneira a obter um mais-valor adicional. O barateamento dos meios de subsistência, a redução do valor da força de trabalho e a produção do mais-valor relativo surgem como um efeito colateral do processo de concorrência que força todos os capitalistas individuais a perseguirem o objetivo do mais-valor adicional.

De maneira geral, excluindo-se o caso do capitalista individual que obtém um mais-valor adicional devido à circunstância de que a mercadoria que ele produz possui um valor individual inferior a seu valor social, a taxa de mais-valor apenas pode aumentar se o aumento da força produtiva do trabalho baratear os meios de subsistência consumidos pelos trabalhadores, reduzindo o valor da força de trabalho.

O mais-valor relativo, ao contrário dos valores das mercadorias, é diretamente proporcional à produtividade do trabalho:

> O valor das mercadorias é inversamente proporcional à força produtiva do trabalho, e o mesmo vale para o valor da força de trabalho, por ser determinado pelos valores das mercadorias. Já o mais-valor relativo, ao contrário, é diretamente proporcional à força produtiva do trabalho. Ele cresce com o aumento e decresce com a queda da força produtiva. (MARX, CI, p. 393-394).

↑ força produtiva do trabalho → ↓ valores das mercadorias → ↓ valor da força de trabalho → ↑ mais-valor relativo

O capital em geral possui a tendência de aumentar a força produtiva do trabalho, a fim de reduzir os valores das mercadorias e, consequentemente, o valor da força de trabalho, produzindo o mais-valor relativo e aumentando a taxa de mais-valor. "*O valor absoluto da*

mercadoria é, por si mesmo, indiferente para o capitalista que a produz, pois a este só interessa o mais-valor nela incorporado e realizável na venda." (MARX, CI, p. 394). O mesmo processo de desenvolvimento da produtividade do trabalho barateia as mercadorias, por um lado, e aumenta o mais-valor nelas contido, por outro lado. Explica-se assim por que o capitalista, embora tenha por preocupação única a produção do valor de troca, esforça-se continuamente para reduzir o valor de troca das mercadorias.

> **Na produção capitalista, portanto, a economia do trabalho por meio do desenvolvimento de sua força produtiva não visa em absoluto a redução da jornada de trabalho. Seu objetivo é apenas a redução do tempo de trabalho necessário para a produção de determinada quantidade de mercadorias.** Que o trabalhador, com o aumento da força produtiva de seu trabalho, produza em 1 hora, digamos, 10 vezes mais mercadorias do que antes, e, consequentemente, precise de 10 vezes menos tempo de trabalho para cada artigo, não o impede em absoluto de trabalhar as mesmas 12 horas de antes, tampouco de produzir, nessas 12 horas, 1.200 artigos em vez de 120. Mais ainda, sua jornada de trabalho pode ser prolongada, ao mesmo tempo, de modo que ele passe a produzir 1.400 artigos em 14 horas etc. Por essa razão, em economistas do calibre de MacCulloch, Ure, Senior e *tutti quanti*, podemos ler, numa página, que o trabalhador tem uma dívida de gratidão ao capital pelo desenvolvimento das forças produtivas, pois este reduz o tempo de trabalho necessário, e, na página seguinte, que ele tem de dar provas dessa gratidão trabalhando, doravante, 15 horas em vez de 10. **O desenvolvimento da força produtiva do trabalho no interior da produção capitalista visa encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo precisamente para prolongar a parte da jornada de trabalho durante a qual ele pode trabalhar gratuitamente para o capitalista.** Em que medida esse resultado também pode ser obtido sem o barateamento das mercadorias será mostrado nos métodos particulares de produção do mais-valor relativo a cujo exame passaremos a seguir. (MARX, CI, p. 395-396 grifo).

Enfim, em resumo, tem-se que a finalidade do aumento da força produtiva do trabalho e do consequente barateamento das mercadorias é: i) para o capitalista individual inserido na concorrência intercapitalista, a obtenção do mais-valor adicional resultante do fato de a mercadoria por ele produzida vir a ter um valor individual inferior a seu valor social; e ii) para o capital em geral, a produção do mais-valor relativo resultante da redução do valor da força de trabalho e do tempo de trabalho necessário. Assim, embora a concorrência entre os capitais ainda não esteja *posta* neste plano da exposição, ela está *pressuposta*: a produção do mais-valor relativo, um fenômeno que diz respeito ao capital em geral, é um resultado da ação dos muitos

capitais individuais competindo entre si pela obtenção do mais-valor adicional, só podendo ser explicada com recurso à concorrência intercapitalista.[48]

3.2.3 Mais-valor absoluto e relativo

Na seção V (capítulos de 14 a 16), Marx apresenta conjuntamente a produção do mais-valor absoluto e relativo.

No capítulo 14, Marx apresenta conjuntamente o mais-valor absoluto e relativo, abordando as categorias de trabalho produtivo, subsunção do trabalho sob o capital e modo de produção.

No capítulo 5, o processo de trabalho foi considerado de maneira abstrata, como processo entre o homem e a natureza independente de suas formas sócio-históricas. Nesse processo simples de trabalho, o *trabalho produtivo* é aquele que produz o produto. No entanto, no processo de produção capitalista, que envolve tanto o processo de trabalho como o processo de valorização, essa determinação do trabalho produtivo é insuficiente.

Por um lado, do ponto de vista do processo de trabalho, tem-se uma ampliação do conceito de trabalho produtivo, ao se considerar o trabalhador coletivo. Na produção capitalista, o processo de trabalho deixa de ser individual e torna-se coletivo, com a separação, entre trabalhadores diferentes, das diversas funções necessárias para a produção de um produto, havendo inclusive a separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Ocorre então a transformação do produto individual em produto social comum do trabalhador coletivo ou do pessoal combinado de trabalho. Assim, a definição original de trabalho produtivo, como trabalho produtor do produto, torna-se válida para o trabalhador coletivo, mas deixa de ser válida para o trabalhador individual considerado isoladamente.

---

[48] A forma de concorrência intercapitalista que importa nesse caso é a *concorrência pelo mais-valor adicional*. Após as transformações do mais-valor em lucro, do lucro em lucro médio e dos valores em preços de produção, que têm lugar no livro III de *O capital*, essa mesma forma de concorrência assume a forma da *concorrência pelo lucro extra*. Por sua vez, como se verá no capítulo 4, para a formação da taxa geral de lucro e a transformação de valores em preços de produção, é outra a forma de concorrência entre os capitais que importa: o *processo de distribuição do capital social*. Embora Marx venha a abordar ambas essas formas de concorrência num mesmo momento (no capítulo 10 da seção II (MARX, CIIIa) ou na seção 3 do capítulo 2 (MARX, CIIIb) do livro III), elas tratam-se de processos diferentes: na primeira, os capitalistas individuais procuram empregar métodos de produção mais aperfeiçoados que seus concorrentes a fim de produzirem com custos menores que eles, de maneira que suas mercadorias tenham um valor individual inferior a seu valor social ou de mercado e eles obtenham o mais-valor adicional ou o lucro extra; na segunda, os capitalistas individuais procuram migrar para os setores de produção que apresentam taxas de lucro particulares maiores em virtude de uma menor composição orgânica ou de um menor tempo de rotação do capital.

Por outro lado, do ponto de vista do processo de valorização, tem-se um estreitamento do conceito de trabalho produtivo, ao se considerar o trabalhador produtor de mais-valor. O processo de produção capitalista comporta não apenas o processo de trabalho, que tem por objetivo a produção de valor de uso, mas também o processo de valorização, que tem por objetivo a produção de valor e mais-valor; do ponto de vista deste último, o trabalho produtivo é aquele que produz mais-valor.

> **A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital.** Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação. Assim, o conceito de trabalhador produtivo não implica de modo nenhum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar. (MARX, CI, 578, grifo nosso).

No parágrafo que segue, Marx resume a diferença entre mais-valor absoluto e mais-valor relativo:

> A extensão da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente do valor de sua força de trabalho, acompanhada da apropriação desse mais-trabalho pelo capital – nisso consiste a produção do **mais-valor absoluto**. Ela forma a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida da produção do **mais-valor relativo**. Nesta última, a jornada de trabalho está desde o início dividida em duas partes: trabalho necessário e mais-trabalho. Para prolongar o mais-trabalho, o trabalho necessário é reduzido por meio de métodos que permitem produzir em menos tempo o equivalente do salário. A produção do **mais-valor absoluto** gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção do **mais-valor relativo** revoluciona inteiramente os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais. (MARX, CI, p. 578).

Portanto, à produção do mais-valor absoluto correspondem a *subsunção formal do trabalho sob o capital* e o *modo de produção capitalista*, isto é, o mero estabelecimento da relação de produção entre capitalista e trabalhador assalariado, com a transformação da força de trabalho em mercadoria e, consequentemente, a existência do trabalho humano sob a forma de trabalho assalariado, sem a alteração das condições técnicas de produção. Por sua vez, à

produção do mais-valor relativo correspondem a *subsunção real do trabalho sob o capital* e o *modo de produção especificamente capitalista*, isto é, o revolucionamento do modo de produção de maneira a reduzir o valor da força de trabalho.[49]

O mais-valor absoluto e o mais-valor relativo condicionam um ao outro e, por isso, parecem ser idênticos; no entanto, eles diferem entre si pelos métodos respectivamente empregados na produção de cada um: a produção do mais-valor absoluto é obtida por meio do prolongamento da jornada de trabalho; e a produção do mais-valor relativo é obtida por meio do aumento da produtividade do trabalho ou por meio do aumento da intensidade do trabalho.

> Visto sob certo ângulo, toda diferença entre mais-valor absoluto e mais-valor relativo parece ilusória. O mais-valor relativo é absoluto, pois condiciona uma extensão absoluta da jornada de trabalho além do tempo de trabalho necessário à existência do próprio trabalhador. O mais-valor absoluto é relativo, pois condiciona um desenvolvimento da produtividade do trabalho que possibilita limitar o tempo de trabalho necessário a uma parte da jornada de trabalho. **Mas quando observamos o movimento do mais-valor, desfaz-se essa aparência de identidade. Tão logo o modo de produção capitalista esteja constituído e se tenha tornado o modo geral de produção, a diferença entre mais-valor absoluto e relativo torna-se perceptível assim que se trate de aumentar a taxa de mais-valor em geral.** Pressupondo-se que a força de trabalho seja remunerada por seu valor, vemo-nos, então, diante da seguinte alternativa: por um lado, dada a força produtiva de trabalho e seu grau normal de intensidade, a taxa de mais-valor só pode ser aumentada mediante o **prolongamento absoluto da jornada de trabalho**; por outro lado, com uma dada limitação da jornada de trabalho, a taxa de mais-valor só pode ser aumentada por meio de uma mudança relativa da grandeza de suas partes constitutivas, do trabalho necessário e do mais-trabalho, o que, por sua vez, pressupõe, para que o salário não caia abaixo do valor da força de trabalho, uma **mudança na produtividade ou intensidade do trabalho**. (MARX, CI, p. 579-580, grifo nosso).

Para que o trabalhador possa trabalhar gratuitamente para um terceiro – seja este um barão feudal, um senhor de escravos ou um capitalista –, é necessário que ele não necessite de todo seu tempo para produzir os meios de subsistência necessários a sua reprodução. Assim, *a existência de um certo grau de produtividade do trabalho é condição necessária para a existência do mais-trabalho e do mais-produto*. Portanto, existe uma base natural do mais-valor, no sentido de que a produtividade do trabalho seja tal que permita que apenas uma parte do tempo de trabalho seja destinada à subsistência do próprio trabalhador, sendo a parte restante destinada ao capitalista.

[49] Há na literatura um debate sobre a questão da subsunção formal e real do trabalho sob o capital; ver por exemplo: Murray (2016, cap. 10).

O desenvolvimento da força produtiva do trabalho é um processo histórico: nos primórdios da civilização, enquanto a produtividade do trabalho ainda é muito baixa, são pequenos os setores da sociedade que vivem do trabalho alheio; com o progresso da força produtiva social do trabalho, esses setores crescem tanto em termos absolutos como em termos relativos (em proporção à massa dos produtores diretos).

> A relação capitalista, de resto, nasce num terreno econômico que é o produto de um longo processo de desenvolvimento. A produtividade preexistente do trabalho, que lhe serve de fundamento, não é uma dádiva da natureza, mas o resultado de uma história que compreende milhares de séculos. (MARX, CI, p. 580-581).

A produtividade do trabalho é determinada tanto pela forma da produção social, isto é, pelas forças produtivas histórica e socialmente determinadas, como pelas condições naturais, isto é, pelas forças produtivas condicionadas pela natureza. Com relação a estas últimas, tem-se tanto a natureza do próprio homem como a natureza que o rodeia ou externa, e com relação a esta última tem-se tanto a riqueza natural em meios de subsistência como a riqueza natural em meios de trabalho.

> Quanto menor o número de necessidades naturais a serem imperiosamente satisfeitas, e quanto maiores a fertilidade natural do solo e a excelência do clima, tanto menor é o tempo de trabalho necessário para a manutenção e reprodução do produtor. E tanto maior, portanto, **pode ser** o excedente de seu trabalho para outros, isto é, o trabalho que excede aquele que ele realiza para si mesmo. (MARX, CI, p. 581, grifo nosso).

O tempo de trabalho necessário e, consequentemente, o tempo de trabalho excedente possível, dependem de dois fatores: as necessidades relacionadas à subsistência do trabalhador e a produtividade do trabalho na produção dos produtos que satisfazem essas necessidades:

> ↓ necessidades, ↑ produtividade do trabalho → ↓ trabalho necessário → ↑ mais-trabalho possível

No entanto, *a existência de um certo grau de produtividade do trabalho não é condição suficiente para a existência do mais-trabalho e do mais-produto*. A exemplo disso, tem-se que o modo de produção capitalista não se desenvolveu onde a produtividade do trabalho era superior em decorrência de condições naturais favoráveis: "*A pátria do capital não é o clima tropical, com sua vegetação exuberante, mas a zona temperada.*" (MARX, CI, p. 582). Portanto, "*A excelência das condições naturais limita-se a fornecer a* ***possibilidade****, jamais a*

realidade *do mais-trabalho, portanto, do mais-valor ou do mais-produto.*" (MARX, CI, p. 583, grifo nosso).

O fornecimento de um mais-produto não constitui uma qualidade inata do trabalho humano, mas, ao contrário, resulta de circunstâncias históricas e da coação externa. Por exemplo, se o trabalho necessário de um homem limitar-se a 1 dia por semana, ele apenas trabalhará 6 dias por semana, transformando 5 dias de ócio em 5 dias de mais-trabalho, se for forçado a isso pela configuração da forma de produção social em que está inserido.

No modo de produção capitalista, o trabalhador, sendo destituído de meios de subsistência e de meios de produção, só adquire permissão para trabalhar para sua própria subsistência quando oferece em troca o mais-trabalho. No entanto, a existência do trabalho humano nessas condições, isto é, sob a forma de trabalho assalariado, não se trata de uma condição natural, universal e trans-histórica, mas sócio-histórica; ela não é comum a todas as formas históricas de organização social, mas exclusiva do capitalismo. A economia política clássica – Ricardo, Stuart Mill etc. – equivoca-se ao tratar o modo de produção capitalista como a forma natural, universal e trans-histórica da produção social e, portanto, ao naturalizar a existência do mais-valor. "*Com efeito, esses economistas burgueses percebiam instintivamente, e de modo correto, que seria deveras perigoso investigar a fundo a questão candente da origem do mais-valor.*" (MARX, CI, p. 584).

No capítulo 15, Marx apresenta as causas de variação da grandeza do preço da força de trabalho e do mais-valor.

Viu-se que o valor da força de trabalho é determinado pelos valores dos meios necessários à subsistência do trabalhador. Numa dada sociedade e numa dada época, a massa desses meios de subsistência é uma grandeza constante, o que varia é o valor dessa massa. Dois fatores adicionais entram na determinação do valor da força de trabalho: i) seus custos de desenvolvimento e ii) sua diferença natural, isto é, se é masculina ou feminina, adulta ou infantil etc.; aqui, faz-se abstração de ambos esses fatores. A investigação deste capítulo parte de duas suposições: i) que as mercadorias são vendidas por seus valores e ii) que o preço da força de trabalho, isto é, o salário pode eventualmente subir acima do valor da força de trabalho, mas jamais pode cair abaixo dele. Isso suposto, tem-se que as grandezas relativas do preço da força de trabalho e do mais-valor são condicionadas por três circunstâncias: i) a duração da *jornada* de trabalho, ou a grandeza extensiva do trabalho; ii) a *intensidade* normal do trabalho, ou a grandeza intensiva do trabalho; e iii) a *força produtiva* ou produtividade do trabalho. Marx examina os efeitos da variação de cada um desses fatores isoladamente (I, II e III) e, depois, os efeitos de sua variação conjunta (IV).

I) Primeiramente, Marx examina o caso da jornada e da intensidade constantes e da *força produtiva variável*. Nesse caso, o valor da força de trabalho e o mais-valor são determinados por três leis.

Primeira lei: uma jornada de trabalho de duração constante, com uma intensidade do trabalho constante, representa-se sempre no mesmo produto de valor, quaisquer que sejam a produtividade do trabalho, a correspondente massa de produtos e o valor da mercadoria individual. Um aumento da produtividade leva a um aumento da massa de produtos e a uma redução do valor da mercadoria individual; e uma diminuição da produtividade leva a uma redução da massa de produtos e a um aumento do valor da mercadoria individual.

Segunda lei: o valor da força de trabalho e o mais-valor variam em sentido inverso. O aumento ou a diminuição da força produtiva do trabalho atuam em sentido inverso sobre o valor da força de trabalho e em sentido direto sobre o mais-valor. Um aumento da produtividade leva a uma redução do valor da força de trabalho e a um aumento do mais-valor; e uma diminuição da produtividade leva a um aumento do valor da força de trabalho e a uma redução do mais-valor. Por exemplo:

Tabela 3.3: Variação da força produtiva

Situação inicial:

JT	12ht	**v + m**	6 xelins		
tn	6ht	**v**	3 xelins		
mt	6ht	**m**	3 xelins	**m'**	100%

Diminuição da produtividade do trabalho:

JT	12ht	**v + m**	6 xelins		
tn	8ht	**v**	4 xelins		
mt	4ht	**m**	2 xelins	**m'**	50%

Aumento da produtividade do trabalho:

JT	12ht	**v + m**	6 xelins		
tn	4ht	**v**	2 xelins		
mt	8ht	**m**	4 xelins	**m'**	200%

Fonte: elaboração própria do autor a partir de Marx (CI, p. 588).

> Sob essas circunstâncias, portanto, é impossível que haja qualquer variação na grandeza absoluta, seja do valor da força de trabalho, seja do mais-valor, sem uma variação simultânea de suas grandezas relativas ou proporcionais. É impossível que ambas aumentem ou diminuam simultaneamente. (MARX, CI, p. 588).

Nesse caso, as variações do valor da força de trabalho e do mais-valor e as variações do trabalho necessário e do mais-trabalho são sempre de mesma grandeza, mas não

necessariamente de mesma proporção. Ricardo, ao formular essa lei, negligenciou essa circunstância. Por exemplo, se a situação inicial é v = 4 xelins, m = 2 xelins, tn = 8ht e mt = 4ht e a situação final é v = 3 xelins, m = 3 xelins, tn = 6ht e mt = 6ht, tem-se que a redução de v e o aumento de m são de mesma grandeza, igual a 1 xelim, mas são de proporções diferentes: v cai 1 xelim/4 xelins = 25% e m sobe 1 xelim/2 xelins = 50%; e tem-se que a redução do tn e o aumento do mt são de mesma grandeza, igual a 2ht, mas são de proporções diferentes: o tn cai 2ht/8ht = 25% e o mt sobe 2ht/4ht = 50%.

Terceira lei: o aumento (ou a diminuição) do mais-valor é sempre efeito e jamais causa da diminuição (ou do aumento) do valor da força de trabalho. O que se tem é que a mudança da produtividade do trabalho causa uma alteração do valor da força de trabalho, e esta, por sua vez, implica uma variação inversa do mais-valor.

> Assim, se vimos não ser possível nenhuma variação absoluta de grandeza no valor da força de trabalho e do mais-valor sem uma variação de suas grandezas relativas, segue-se agora que nenhuma variação de suas grandezas relativas de valor é possível sem uma variação na grandeza absoluta de valor da força de trabalho. (MARX, CI, p. 590).

Pode ocorrer de, havendo uma queda do valor da força de trabalho (por exemplo, de 4 para 3 xelins), o preço da força de trabalho cair numa magnitude menor (por exemplo, de 4 para 3,66, 3,5 ou 3,16 xelins). Nesse caso, o aumento do mais-valor também se dá numa magnitude menor (por exemplo, de 2 para 2,33, 2,5 ou 2,83 xelins, respectivamente). O grau da queda do preço da força de trabalho depende da luta de classes. Quando o preço da força de trabalho torna-se superior ao valor da força de trabalho, o trabalhador passa a ter acesso a uma maior massa de meios de subsistência, mesmo que esse preço tenha caído.

Conforme Marx, Ricardo foi quem primeiro formulou de maneira rigorosa essas três leis. No entanto, sua investigação sobre o mais-valor e a taxa de mais-valor apresenta dois defeitos: i) desconsidera as duas outras alternativas que podem ser empregadas para o aumento do mais-valor, quais sejam, o prolongamento da jornada de trabalho e o aumento da intensidade do trabalho, e ii) confunde as leis sobre a taxa de mais-valor com as leis sobre a taxa de lucro. Marx apresenta sua correção para o primeiro problema logo a seguir, e para o segundo, no livro III de *O capital*.

> É evidente, além disso, que a taxa de lucro pode depender de circunstâncias que não afetam em absoluto a taxa de mais-valor. Mais tarde, no Livro III desta obra, demonstrarei que a mesma taxa de mais-valor pode se expressar nas mais diversas

> taxas de lucro, assim como as mais diversas taxas de mais-valor, sob determinadas circunstâncias, na mesma taxa de lucro. (MARX, CI, p. 591).

II) Em segundo lugar, Marx examina o caso da jornada e da força produtiva constantes e da *intensidade variável*. Uma maior intensidade do trabalho corresponde a um dispêndio aumentado de trabalho no mesmo intervalo temporal. Para uma jornada de trabalho de mesma duração, o aumento da intensidade do trabalho implica a produção de uma massa maior de mercadorias. A mercadoria individual, apesar de ser produzida em menos tempo, ainda custa a mesma quantidade de trabalho, de maneira que seu valor mantém-se constante. Consequentemente, tem-se um aumento do produto de valor. Por exemplo:

Tabela 3.4: Variação da intensidade

Grau socialmente normal da intensidade do trabalho:

JT	12ht	**v + m**	6 xelins		
tn	6ht	**v**	3 xelins		
mt	6ht	**m**	3 xelins	**m'**	100%

Aumento da intensidade do trabalho:

JT	12ht	**v + m**	8 xelins		
tn	4,5ht	**v**	3 xelins		
mt	7,5ht	**m**	5 xelins	**m'**	166,66%

Fonte: elaboração própria do autor a partir de Marx (CI, p. 592).

Na situação inicial, cada hora de trabalho de intensidade usual produz um valor de 0,5 xelim, a massa produzida é de 6 mercadorias, e cada mercadoria individual é produzida em 2 horas de trabalho, valendo 1 xelim (supondo-se que o valor do capital constante é nulo: c = 0). Após o aumento da intensidade do trabalho, cada hora de trabalho de intensidade aumentada passa a produzir um valor de 0,66 xelim, a massa produzida passa a ser de 8 mercadorias, e cada mercadoria individual passa a ser produzida em 1,5 hora de trabalho, valendo ainda 1 xelim (supondo-se que o valor do capital constante é nulo: c = 0).

A tabela 3.5 a seguir apresenta um comparativo entre os efeitos de um aumento da força produtiva do trabalho e de um aumento da intensidade do trabalho:

Tabela 3.5: Variação da força produtiva x variação da intensidade

↑ **força produtiva**	↑ **intensidade**
↑ massa produzida	↑ massa produzida
↓ valor da mercadoria individual	= valor da mercadoria individual
= produto de valor	↑ produto de valor

Fonte: elaboração própria a partir de Marx (CI, p. 591-592).

"*É claro que se o produto de valor da jornada de trabalho varia, por exemplo, de 6 para 8 xelins, ambas as partes desse produto de valor, o preço da força de trabalho e o mais-valor, podem aumentar ao mesmo tempo, seja em grau igual ou desigual.*" (MARX, CI, p. 592). Se o preço da força de trabalho mantém-se constante igual a 3 xelins, o mais-valor sobe de 3 para 5 xelins, e a taxa de mais-valor sobe de 100% para 166,66%. No entanto, se o preço da força de trabalho subir de 3 para 4 xelins, o mais-valor subirá apenas de 3 para 4 xelins, e a taxa de mais-valor manter-se-á constante igual a 100%; nesse caso, o preço da força de trabalho e o mais-valor aumentam em grau igual. Conforme Marx, o desgaste acelerado da força de trabalho em decorrência da intensificação do trabalho deve implicar um aumento do valor da força de trabalho e, consequentemente, um aumento do preço da força de trabalho, que pode dar-se em grau igual, maior ou menor que o aumento de seu valor; portanto, diferentemente do que mostra a tabela 3.4, v deve subir acima de 3 xelins.

Um aumento da produtividade do trabalho apenas reduz o valor da força de trabalho e, consequentemente, aumenta o mais-valor se afetar os produtos consumidos pelos trabalhadores. Por sua vez, um aumento da intensidade do trabalho aumenta o produto de valor e, consequentemente, aumenta o mais-valor ocorrendo em qualquer ramo industrial.

III) Em terceiro lugar, Marx examina o caso da intensidade e da força produtiva constantes e da *jornada variável*. A duração da jornada de trabalho pode variar em dois sentidos.

Por um lado, pode ocorrer um encurtamento da jornada de trabalho. Tem-se então uma diminuição do mais-trabalho e do mais-valor, mantendo-se constantes o trabalho necessário e o valor da força de trabalho; logo, tem-se uma redução da taxa de mais-valor. Entretanto, conforme Marx:

> Todas as fraseologias tradicionais contra a redução da jornada de trabalho supõem que o fenômeno ocorra sob as circunstâncias aqui pressupostas, ao passo que, na realidade, as variações na produtividade e intensidade do trabalho ou são anteriores à redução da jornada de trabalho, ou a sucedem imediatamente. (MARX, CI, p. 593).

Por outro lado, pode ocorrer um prolongamento da jornada de trabalho. Tem-se então um aumento do mais-trabalho e do mais-valor, mantendo-se constantes o trabalho necessário e o valor da força de trabalho; logo, tem-se um aumento da taxa de mais-valor.

> Sob as condições indicadas no ponto I, a grandeza relativa de valor da força de trabalho não poderia variar sem que variasse sua grandeza absoluta. Aqui, ao contrário, a variação relativa de grandeza no valor da força de trabalho resulta de uma variação absoluta de grandeza do mais-valor. (MARX, CI, p. 593).

Com o aumento do produto de valor, é possível que tanto o preço da força de trabalho como o mais-valor aumentem simultaneamente, com um incremento igual ou desigual. Nesse caso, o preço da força de trabalho aumenta com o valor da força de trabalho mantendo-se constante, de maneira que o preço torna-se maior que o valor. No entanto, conforme Marx, o desgaste acelerado da força de trabalho em decorrência do prolongamento da jornada de trabalho deve implicar um aumento do valor da força de trabalho, de maneira que, se o preço da força de trabalho mantém-se constante, este torna-se inferior ao valor da força de trabalho. Nesse caso, o preço da força de trabalho mantém-se constante com o valor da força de trabalho aumentando, de maneira que o preço torna-se menor que o valor.[50]

IV) Por último, Marx examina o caso da *jornada, intensidade e força produtiva variáveis*. Nesse caso, um grande número de combinações é possível, cabendo fazer menção a apenas dois casos importantes.

Primeiramente, tem-se o caso de um prolongamento da jornada e uma diminuição da força produtiva. Por exemplo:

[50] Tanto ao examinar o aumento da intensidade do trabalho (II) como ao examinar o prolongamento da jornada de trabalho (III), os dois fenômenos que impõem um maior desgaste à força de trabalho, Marx não deixa claro se com a ocorrência dos mesmos o valor da força de trabalho mantém-se constante ou aumenta, mas faz raciocínios considerando ambas as possibilidades.

Tabela 3.6: Diminuição da força produtiva seguida de aumento da jornada

Situação inicial:

JT	12ht	**v + m**	6 xelins		
tn	6ht	**v**	3xelins		
mt	6ht	**m**	**3 xelins**	**m'**	**100%**

Diminuição da produtividade do trabalho:

JT	12ht	**v + m**	6 xelins		
tn	8ht	**v**	4 xelins		
mt	4ht	**m**	2 xelins	**m'**	50%

Subsequente prolongamento da jornada de trabalho:

JT	14ht	**v + m**	7 xelins		
tn	8ht	**v**	4 xelins		
mt	6ht	**m**	**3 xelins**	**m'**	75%

Subsequente prolongamento adicional da jornada de trabalho:

JT	16ht	**v + m**	8 xelins		
tn	8ht	**v**	4 xelins		
mt	8ht	**m**	4 xelins	**m'**	**100%**

Fonte: elaboração própria do autor a partir de Marx (CI, p. 594-595).

Nesse caso, a diminuição da produtividade do trabalho ocorre nos ramos de produção que determinam o valor da força de trabalho, de maneira que este aumenta. O prolongamento da jornada de trabalho pode compensar a redução do mais-valor decorrente da diminuição da produtividade do trabalho, tanto em termos absolutos, quando a jornada de trabalho aumenta em 2 horas, passando a ser de 14 horas, como em termos proporcionais, quando a jornada de trabalho aumenta em 4 horas, passando a ser de 16 horas. A esse respeito, Marx afirma que Ricardo e West, tendo admitido apenas a variabilidade da produtividade do trabalho, mas não a da duração da jornada de trabalho, concluíram erroneamente que a taxa de mais-valor caiu na Inglaterra, no período 1799-1815, em decorrência da diminuição da produtividade agrícola; na verdade, o prolongamento desmedido da jornada de trabalho provocou então um aumento da taxa de mais-valor.

Em segundo lugar, tem-se o caso de um encurtamento da jornada, um aumento da intensidade e um aumento da força produtiva.

Tanto o aumento da intensidade do trabalho como o aumento da força produtiva do trabalho ampliam a massa de mercadorias produzida no mesmo intervalo temporal e reduzem o tempo de produção da mercadoria individual, diminuindo o tempo de trabalho necessário e, assim, compensando o encurtamento da jornada de trabalho. Marx afirma haver na prática uma relação de determinação entre jornada, intensidade e força produtiva na seguinte ordem:

"*Quanto mais cresce a força produtiva do trabalho, tanto mais se pode reduzir a jornada de trabalho, e, quanto mais se reduz a jornada de trabalho, tanto mais pode crescer a intensidade do trabalho.*" (MARX, CI, p. 597).

↑ força produtiva → ↓ jornada → ↑ intensidade

Marx afirma que a supressão do modo de produção capitalista, isto é, a instauração do comunismo, permitiria eliminar o mais-trabalho, restringindo a jornada de trabalho ao trabalho necessário. Nesse caso, no entanto, o tempo de trabalho necessário deveria aumentar devido a dois motivos: i) a melhora das condições de vida do trabalhador e o aumento de suas exigências vitais e ii) a necessidade de criação de um fundo social de reserva e acumulação. No capitalismo, quanto menor for a proporção da sociedade constituída de pessoas ociosas que subsistem por meio do trabalho alheio e quanto mais equitativa for a distribuição social do trabalho, menor será a jornada de trabalho. "*O limite absoluto para a redução da jornada de trabalho é, nesse sentido, a generalização do trabalho. Na sociedade capitalista, produz-se tempo livre para uma classe transformando todo o tempo de vida das massas em tempo de trabalho.*" (MARX, CI, p. 597).

Por fim, no capítulo 16, Marx apresenta diferentes fórmulas para a taxa de mais-valor.

Primeiramente, tem-se as seguintes fórmulas (I):

$$\text{Taxa de mais-valor} = \underbrace{\frac{\text{mais-valor (m)}}{\text{capital variável (v)}} = \frac{\text{mais-valor}}{\text{valor da força de trabalho}}}_{\text{relações de valores}} = \underbrace{\frac{\text{mais-trabalho}}{\text{trabalho necessário}}}_{\text{relação entre tempos}}$$

Essas são as fórmulas conceitualmente rigorosas para a taxa de mais-valor.

Em segundo lugar, tem-se as seguintes fórmulas (II):

$$\text{Taxa de mais-valor} = \underbrace{\frac{\text{mais-trabalho}}{\text{jornada de trabalho}}}_{\text{tempos de trabalho}} = \underbrace{\frac{\text{mais-valor}}{\text{valor do produto}}}_{\text{valores}} = \underbrace{\frac{\text{mais-produto}}{\text{produto total}}}_{\text{quantidades de produto}}$$

Conforme Marx, essas fórmulas, que são derivadas das anteriores, são encontradas na economia política clássica. Supõe-se, nesse caso, que o valor do capital constante é nulo (c = 0), de maneira que o valor do produto é igual ao produto de valor da jornada de trabalho. Nessas fórmulas, a taxa de mais-valor ou o grau efetivo de exploração do trabalho são expressos de maneira falsa. Por exemplo, se v = 3 xelins, m = 3 xelins, v + m = 6 xelins, tn = 6ht, mt = 6ht e JT = 12ht, por meio das fórmulas (I) tem-se uma taxa de mais-valor correta de m' = 3 xelins/3 xelins = 6ht/6ht = 100%, e por meio das fórmulas (II) tem-se uma taxa de mais-valor incorreta de m' = 3 xelins/6 xelins = 6ht/12ht = 50%. Na verdade, essas fórmulas expressam a proporção em que o capitalista apropria-se da jornada de trabalho, do produto de valor e do produto. Por isso, elas jamais podem atingir o limite de 100%, pois o mais-trabalho é sempre necessariamente menor que a jornada de trabalho, e o mais-valor é sempre necessariamente menor que o produto de valor:

$JT = tn + mt \; ; \; tn > 0 \; ; \; mt < JT \; ; \; mt/JT < 100\%$
Produto de valor $= v + m \; ; \; v > 0 \; ; \; m < (v+m) \; ; \; m/(v+m) < 100\%$

Já a taxa de mais-valor calculada pelas fórmulas (I) pode ser superior a 100%, bastando para isso que o mais-trabalho seja maior que o trabalho necessário e que o mais-valor seja maior que o valor do capital variável ou o valor da força de trabalho:

$mt > tn \; ; \; mt/tn > 100\%$
$m > v \; ; \; m/v > 100\%$

A repartição do produto de valor em duas frações, o mais-valor e o valor da força de trabalho, faz surgir a falsa aparência de uma relação associativa entre trabalhador e capitalista na qual estes repartem o produto entre si conforme a proporção de seus diferentes fatores constitutivos, ocultando-se assim o caráter específico da relação capitalista, qual seja, o de um antagonismo entre trabalhador e capitalista e da exclusão do trabalhador do produto.

Por fim, tem-se as seguintes fórmulas (III):

$$\text{Taxa de mais-valor} = \frac{\text{mais-valor}}{\text{valor da força de trabalho}} = \frac{\text{mais-trabalho}}{\text{trabalho necessário}} = \frac{\text{trabalho não pago}}{\text{trabalho pago}}$$

Embora o capitalista pague pela força de trabalho e não pelo trabalho, a relação "trabalho não pago/trabalho pago" pode ser tomada como uma expressão mais popular para "mais-trabalho/trabalho necessário".

> O capitalista paga o valor da força de trabalho – ou seu preço, divergente de seu valor – e recebe em troca o direito de dispor da força viva de trabalho. Seu usufruto dessa força de trabalho é decomposto em dois períodos. Durante um deles, o trabalhador não produz mais que um valor, que é igual ao valor de sua força de trabalho, portanto, apenas um equivalente. Em troca do preço adiantado da força de trabalho, o capitalista recebe, pois, um produto de mesmo preço. É como se ele tivesse adquirido o produto já pronto no mercado. **No período do mais-trabalho, ao contrário, o usufruto da força de trabalho gera valor para o capitalista, sem que esse valor lhe custe um substituto de valor. Ele obtém gratuitamente essa realização da força de trabalho. Nesse sentido, o mais-trabalho pode ser chamado de trabalho não pago.** (MARX, CI, p. 602, grifo nosso).

Tem-se, portanto, que a autovalorização do capital é condicionada pela apropriação de trabalho não pago, o que evidencia que o capitalismo trata-se, em sua *essência*, de uma relação de exploração do trabalho.

> O capital, portanto, não é apenas o comando sobre o trabalho, como diz A. Smith. **Ele é, em sua essência, o comando sobre o trabalho não pago.** Todo mais-valor, qualquer que seja a forma particular em que mais tarde se cristalize, como o lucro, a renda etc., é, com relação à sua substância, a materialização [*Materiatur*] de tempo de trabalho não pago. O segredo da autovalorização do capital se resolve no fato de que este pode dispor de uma determinada quantidade de trabalho alheio não pago. (MARX, CI, p. 602, grifo nosso).

3.3 Restante do capital em geral

Tendo em conta o propósito principal desta dissertação, que é apresentar a questão da transformação de valores em preços de produção, e também a fim de que este capítulo não fique demasiado extenso, o que até aqui se apresentou com referência ao plano de exposição do capital em geral é o bastante. No entanto, por uma questão de completude teórica, convém ao menos mencionar as principais categorias abordadas por Marx no restante do livro I e no livro II de *O capital*.

Na seção VI (capítulos de 17 a 20) do livro I, Marx dá continuidade à apresentação do processo de produção do capital, apresentando a categoria de salário. Então, trata da transformação do valor (ou preço) da força de trabalho em salário (capítulo 17), do salário por

tempo (capítulo 18), do salário por peça (capítulo 19) e da diversidade nacional dos salários (capítulo 20).

Por sua vez, a seção VII (capítulos de 21 a 25) do livro I foge ao tema do processo de produção do capital. Nela, Marx apresenta o processo de reprodução do capital considerando o *capital individual*; no capítulo 21, apresenta a reprodução simples do capital individual, que corresponde à transformação do mais-valor em renda pelo capitalista individual, e no capítulo 22, apresenta a reprodução ampliada ou a acumulação do capital individual, que corresponde à transformação do mais-valor em capital pelo capitalista individual. Além disso, também apresenta: a lei geral da acumulação capitalista (capítulo 23), expondo as tendências ao aumento da composição orgânica do capital e à consequente produção progressiva de um exército industrial de reserva à medida que a acumulação avança; a assim chamada acumulação primitiva (capítulo 24), expondo o processo histórico que deu origem ao modo de produção capitalista; e a teoria moderna da colonização (capítulo 25).

Nas seções I e II do livro II, Marx apresenta o **processo de circulação do capital**. Na seção I, apresenta as metamorfoses do capital e seu ciclo, tratando das categorias de capital monetário, capital produtivo e capital-mercadoria e seus respectivos ciclos, quais sejam, D-M e M'-D' (capital monetário), M'-D'-M (capital produtivo) e M'-D'-M e M' (capital-mercadoria), bem como do tempo de curso e dos custos de circulação. Na seção II, apresenta a rotação do capital, tratando do tempo de rotação e das categorias de capital fixo e capital circulante.

Por fim, na seção III do livro II, Marx apresenta o **processo de reprodução do capital** considerando o *capital social total*. Então, o capital social total é dividido em dois setores: o setor I, produtor de meios de produção, e o setor II, produtor de meios de subsistência. O que Marx faz então é apresentar a condição de equilíbrio para a reprodução simples do capital social total (capítulo 20) e para a reprodução ampliada ou a acumulação do capital social total (capítulo 21), qual seja, a existência de uma proporção adequada entre os produtos de ambos os setores, tanto em termos de seus valores de uso como em termos de seus valores. Apenas se essa proporção adequada existir, as mercadorias que cada setor necessita comprar (os elementos de produção: força de trabalho e meios de produção) encontrar-se-ão disponíveis no mercado e as mercadorias produzidas por cada setor serão vendáveis, e apenas assim ocorrerão a reposição do capital nas mãos dos capitalistas individuais (seja na mesma magnitude, seja em magnitude ampliada) e a reprodução das classes capitalista e trabalhadora mediante o consumo individual de capitalistas e trabalhadores assalariados. Marx reconhece que na prática a existência de tal proporção adequada dificilmente pode verificar-se, o que implica a ocorrência de crises.

3.4 Conclusão do capítulo. A lei do valor no plano do capital em geral

Da seção II (capítulo 4) do livro I ao fim do livro II de *O capital*, a exposição encontra-se no plano do **capital em geral**. O tipo de sociedade que se apresenta é uma sociedade capitalista. As relações de produção dão-se entre capitalistas e trabalhadores assalariados, sendo que os primeiros produzem e trocam tendo por objetivo a valorização do valor (de troca) e a acumulação. A forma da circulação é D-M-D', ou comprar para vender, a circulação do dinheiro como capital. Há, então, o capital, mas ainda não há a concorrência intercapitalista – o capital tem a forma de capital em geral. Nesse plano da exposição, que corresponde ao nível intermediário de abstração-concretude de formulação da lei do valor, as mercadorias ainda são trocadas por seus valores, os quais ainda são dados pelos tempos de trabalho socialmente necessários para produzi-las, mas que então correspondem à soma de capital constante (c), capital variável (v) e mais-valor (m); tem-se, portanto, a seguinte regra de troca:

$$\text{Valor} = c + v + m$$

Retomando o exemplo apresentado na conclusão do capítulo anterior, essa situação pode ser exemplificada da seguinte maneira. Suponha-se que o capitalista industrial produtor de casaco, dispondo inicialmente de uma quantia de dinheiro de 40 libras, compra 30 libras de meios de produção (por exemplo: tecido, botões, linha e agulha), gastando-as na forma de capital constante (c), e paga 10 libras de salário aos trabalhadores cuja força de trabalho adquire, gastando-as na forma de capital variável (v). Após consumir produtivamente essas mercadorias, ele obtém uma terceira mercadoria, o casaco, extraindo um mais-valor (m) de 10 libras. Assim sendo, tem-se ainda que 1 casaco = £50, isto é, um casaco vale 50 libras, as quais então se dividem em 30 libras de capital constante, 10 libras de capital variável e 10 libras de mais-valor. O capitalista, após ter produzido o casaco, vende-o por 50 libras, recuperando as 40 libras de que dispunha inicialmente e obtendo 10 libras de mais-valor. A tabela 3.7 abaixo apresenta os dados deste exemplo:

Tabela 3.7: Exemplo 2 – A lei do valor no plano do capital em geral

Tempo de trabalho socialmente necessário para produzir: 10 libras de ouro = 1 hora 1 casaco = 5 horas, das quais: Meios de produção = 3 horas Trabalho necessário = 1 hora Mais-trabalho = 1 hora
Relação de troca: 1 casaco = £50 1 casaco vale 50 libras, das quais: c = £30 v = £10 m = £10
Circulação: D-M-D', comprar para vender £40 – meios de produção e força de trabalho – 1 casaco – £50

Fonte: elaboração própria do autor.

Nesse exemplo, tem-se uma taxa de mais-valor de m' = m/v = 10/10 = 100%, uma taxa de lucro de l' = m/(c+v) = m/C = 10/40 = 25% e uma composição orgânica do capital de COC = c/v = 30/10 = 3. Esses dados são importantes para o próximo exemplo.

4 A CONCORRÊNCIA INTERCAPITALISTA

Este capítulo cobre o conteúdo dos capítulos 1 e 2 (MARX, CIIIb) ou seções I e II (MARX, CIIIa) do livro III de *O capital*. Aqui são apresentadas a categoria de capital enquanto muitos capitais individuais competindo entre si e a lei do valor no plano da concorrência intercapitalista. Optou-se por seguir aqui o texto do manuscrito original de Marx do livro III de *O capital* (MARX, CIIIb), recorrendo-se ao texto da edição de Engels (MARX, CIIIa) apenas quando necessário para fins de comparação ou para preencher lacunas existentes no manuscrito original.

No primeiro parágrafo do livro III, Marx afirma que o propósito desse livro é o de apresentar as *formas concretas* que emergem do processo do capital como um todo, isto é, do processo de produção como um todo do capital enquanto unidade do processo direto de produção do capital e do processo de circulação do capital, tal como elas aparecem na ação dos capitais uns sobre os outros, isto é, na competição entre os muitos capitais individuais pelas melhores oportunidades de valorização ou na *concorrência intercapitalista*.

> We have seen that the production process, considered as a whole, is a unity of the processes of production and circulation. This point was examined more closely when we considered the circulation process as a process of reproduction (in Chapter Four of Book Two). It cannot be the purpose of the present book to make general reflections on this 'unity'. **What is necessary is rather to discover and present the concrete forms [*Formen*] which grow out of the process of capital, considered as a whole. (In their actual movement, capitals confront each other in certain concrete forms**, for which both the shape of capital in the direct production process and its shape in the process of circulation appear merely as particular aspects of their movement. **The forms [*Gestaltungen*] of capital, as we develop them in this book, thus come closer, step by step, to the form [*Form*] in which they appear at the surface of society, in the everyday consciousness of the agents of production themselves and finally in the action of the different capitals upon each other, namely competition.)** (MARX, CIIIb, p. 49, grifo nosso).

São duas, portanto, as novidades do livro III em relação aos dois livros anteriores: a apresentação das formas concretas do capital e a apresentação da concorrência entre os capitais.[51] Nos dois primeiros capítulos (MARX, CIIIb) ou duas primeiras seções (MARX,

[51] Conforme Belluzzo: "No terceiro volume de *O capital*, Marx avançou sua investigação [leia-se: síntese ou exposição] para concluir a "recomposição" dos elementos que constituem o modo de produção capitalista: assim, desdobrou as formas fundamentais do *capital em geral* (o processo de criação de valor como processo de valorização, as relações entre acumulação e reprodução) nas *formas mais desenvolvidas, aparenciais e necessárias*. É preciso entender que *formas mais desenvolvidas* têm um significado teórico preciso: são ao mesmo tempo as categorias mais concretas do ponto de vista da estruturação do modo de produção capitalista e aquelas que levam ao paroxismo o processo de *abstração real* que acompanha o desdobramento dessas formas."

CIIIa) do livro III, Marx apresenta a concorrência intercapitalista lidando com apenas uma forma concreta do capital: o capital industrial. Esta dissertação, que tem por objeto a transformação de valores em preços de produção, um resultado necessário da concorrência entre os capitais apresentado no capítulo 2 ou seção II, limita-se a esse momento da exposição de *O capital*. Convém reconhecer, entretanto, que esta não se encerra então. Nos capítulos ou seções seguintes do livro III, Marx ainda apresenta a lei da queda tendencial da taxa de lucro (capítulo 3 ou seção III), que também é desenvolvida levando-se em consideração apenas o capital industrial, bem como as outras formas concretas do capital: o capital comercial (capítulo 4 ou seção IV), o capital portador de juros e o capital fictício (capítulo 5 ou seção V) e, além disso, a renda fundiária (capítulo 6 ou seção VI) e o rendimento e suas fontes (capítulo 7 ou seção VII). O conteúdo desses capítulos ou seções não é coberto aqui.

4.1 Transformação do mais-valor em lucro

No capítulo 1 do livro III (MARX, CIIIb) ou seção I do livro III (MARX, CIIIa), Marx apresenta a transformação do mais-valor em lucro. A tabela 4.1 abaixo apresenta a correspondência entre as seções do capítulo 1 do manuscrito original de Marx (MARX, CIIIb) e os capítulos da seção I da edição de Engels (MARX, CIIIa) do livro III de *O capital*:

(BELLUZZO, 2012, p. 87). Conforme Rotta e Teixeira: "The movement towards more concrete analysis [leia-se: síntese ou exposição] is also a movement towards more abstract value forms. The term 'abstract' has two concurrent but different meanings in Marxian analysis. In the standard interpretation, 'abstract' refers solely to the distance between the level of analytical abstraction and the concrete complexity of the object of analysis. In our approach, 'abstract' also refers to the distance between the forms of value and the source of value, namely, the exploitation of productive labour. Abstract forms of value are separated from value-producing labour by increasing layers of mediation. Even though all value derives from the exploitation of productive labour, individual capitalists can still generate new forms of abstract wealth that gradually separate from and obscure the source of value." (ROTTA E TEIXEIRA, 2016).

Tabela 4.1: Correspondência entre o capítulo 1 do manuscrito original de Marx e a seção I da edição de Engels do livro III de *O capital*

Manuscrito original de Marx	**Edição de Engels**
1 A transformação do mais-valor em lucro	Seção I A transformação do mais-valor em lucro e da taxa de mais-valor em taxa de lucro
1 Mais-valor e lucro	–
[2 Preço de custo]	Capítulo 1 – Preço de custo e lucro Capítulo 2 – A taxa de lucro
[A relação entre a taxa de lucro e a taxa de mais-valor]	Capítulo 3 – Relação entre a taxa de lucro e a taxa de mais-valor
3 Economia no uso de capital constante	Capítulo 5 – Economia no emprego do capital constante
4 O efeito de mudanças nos preços da matéria-prima 5 Liberação e vinculação de capital. Depreciação e apreciação, valorização e desvalorização do capital	Capítulo 6 – Influência das variações de preço
6 A influência de mudanças no tempo de circulação, seu encurtamento ou prolongamento (e também mudanças nos meios de comunicação conectadas com estas) sobre a taxa de lucro	Capítulo 4 – Efeito da rotação sobre a taxa de lucro
7 Lucro (como este aparece para o burguês)	Capítulo 7 – Adendo

Fonte: elaboração própria do autor a partir de Marx (CIIIb, capítulo 1; CIIIa, seção I).[52]

4.1.1 Preço de custo, lucro e taxa de lucro

Na seção 1 do capítulo 1, Marx apresenta o mais-valor e o **lucro**, mostrando como a primeira categoria transforma-se na segunda e como a taxa de mais-valor transforma-se na **taxa de lucro**.

> If one now calculates the surplus-value produced in a year (or in any other specific circulation period) in relation to the *total capital advanced*, which consists of the constant capital advanced plus the variable capital advanced, **the surplus-value is transformed into *profit*. The *rate of profit* is the ratio of the annual surplus-value to the total capital** […] (MARX, CIIIb, p. 49-50, grifo nosso).

[52] Os títulos do manuscrito original de Marx que constam nessa tabela são traduções próprias a partir do inglês; os títulos entre colchetes não foram escritos por Marx, mas adicionados ao manuscrito por seus editores (MARX, CIIIb, p. vii).

O mais-valor produzido por um certo capital durante um dado período de circulação, se considerado em relação ao capital variável, trata-se do próprio mais-valor, porém, se considerado em relação ao capital total – isto é, o capital constante mais o capital variável –, trata-se do lucro. Do ponto de vista material e enquanto magnitude absoluta, o lucro é igual ao mais-valor. O lucro é o próprio mais-valor, porém calculado ou visto subjetivamente de maneira diferente. Tem-se assim que o lucro é uma *forma transformada* do mais-valor. O mais-valor é, por sua natureza, relacionado ao capital variável e calculado contra ele, a parte do capital total que o origina por meio da compra e do consumo produtivo da força de trabalho. Enquanto lucro, o mais-valor é relacionado ao e medido contra o capital total, sem levar em consideração os diferentes papéis que ambos os componentes do capital – o capital constante e o capital variável – exercem na criação do mais-valor e na produção do valor da mercadoria.

Por sua vez, a taxa de lucro – isto é, a magnitude relativa do mais-valor contra o capital total – difere da taxa de mais-valor – isto é, a magnitude relativa do mais-valor contra o capital variável – não apenas qualitativamente, por se tratar de uma expressão conceitual diferente, mas também quantitativamente, por se tratar de uma expressão numérica diferente. Embora o lucro seja da mesma magnitude que o mais-valor, a taxa de lucro é de uma magnitude diferente da taxa de mais-valor. Algebricamente, tem-se:

$$\text{Taxa de mais-valor} = m' = \frac{m}{v} \qquad \text{(Equação 1.1)}$$

$$\text{Taxa de lucro} = l' = \frac{m}{C} = \frac{m}{c + v} \qquad \text{(Equação 3.1)}$$

m: mais-valor
c: capital constante
v: capital variável
C = c + v: capital total

A taxa de mais-valor e a taxa de lucro são iguais apenas quando o capital constante é nulo e o capital total equivale ao capital variável, isto é, quando o capitalista adianta apenas salários, mas não meios de produção – objetos de trabalho e meios de trabalho – que possuam algum valor. Esse caso único trata-se de uma exceção na produção capitalista, devendo ser mencionado apenas por uma questão de completude teórica. Nesse caso, o mais-valor não sofre nenhuma transformação em lucro; o mais-valor é convertido em lucro apenas na medida em que $c > 0$ e em que ao menos uma parte do capital total constitui-se de capital constante.

$c = 0: C = v: m' = l'$

A massa de lucro é quantitativamente idêntica à massa de mais-valor, e o lucro e o mais-valor são distinguidos apenas nocionalmente ou conceitualmente. Por sua vez, se o capital constante não é nulo, a taxa de lucro é quantitativamente distinta da taxa de mais-valor: a taxa de lucro é sempre expressa como uma porcentagem menor do que a taxa de mais-valor, pois uma dada magnitude é sempre expressa numa menor ou maior razão com uma terceira magnitude numa proporção inversa à grandeza desta última. Permanecendo o dividendo/numerador o mesmo (m) e crescendo o divisor/denominador (de v para C = c + v), o quociente/valor da fração diminui (de m' para l').

$c > 0: C > v: m' > l'$

A seguir, reproduz-se uma série de procedimentos algébricos realizados por Marx a fim de definir as relações entre a taxa de mais-valor e a taxa de lucro.

A diferença entre a taxa de mais-valor e a taxa de lucro ($d = m' - l'$) é igual ao produto do mais-valor e do capital constante dividido pelo produto do capital variável e do capital total:

$$d = m' - l' = m/v - m/C = mC/vC - mv/Cv = m(C-v)/vC = mc/vC$$

$$d = m' - l' = \frac{mc}{vC} \qquad \text{(Equação 4.1)}$$

$c = 0: d = 0: m' = l'$
$c > 0: d > 0: m' > l'$

Logo, a taxa de mais-valor e a taxa de lucro podem ser assim expressas em termos uma da outra:

$$m' = l' + \frac{mc}{vC} \qquad \text{(Equação 1.3)}$$

$$l' = m' - \frac{mc}{vC} \qquad \text{(Equação 3.2)}$$

A diferença entre a taxa de mais-valor e a taxa de lucro está para a taxa de mais-valor assim como o capital constante está para o capital total, e a diferença entre a taxa de mais-valor

e a taxa de lucro está para a taxa de lucro assim como o capital constante está para o capital variável:

$$d = m' - l' = mc/vC = m/v \cdot c/C = m' \cdot c/C$$

$$\frac{d}{m'} = \frac{c}{C} \qquad \text{(Equação 4.2)}$$

$$d = m' - l' = mc/vC = m/C \cdot c/v = l' \cdot c/v$$

$$\frac{d}{l'} = \frac{c}{v} \qquad \text{(Equação 4.3)}$$

A taxa de mais-valor está para a taxa de lucro assim como o capital total está para o capital variável, e a taxa de lucro está para a taxa de mais-valor assim como o capital variável está para o capital total:

$d/m' = c/C$: $dC = m'c$
$d/l' = c/v$: $dv = l'c$
$dC/dv = m'c/l'c$
$dv/dC = l'c/m'c$

$$\frac{m'}{l'} = \frac{C}{v} \qquad \text{(Equação 1.4)}$$

$$\frac{l'}{m'} = \frac{v}{C} \qquad \text{(Equação 3.3)}$$

$c = 0$: $C = v$: $m' = l'$
$c > 0$: $C > v$: $m' > l'$

A partir da equação 4.1, também se podem obter as seguintes equações alternativas para a diferença entre a taxa de mais-valor e a taxa de lucro:

$$d = mc/vC = m/v \cdot c/C$$

$$d = m' \frac{c}{C} \qquad \text{(Equação 4.4)}$$

$$d = mc/vC = m/C \cdot c/v$$

$$d = l' \frac{c}{v} \qquad \text{(Equação 4.5)}$$

c = 0: d = 0: m’ = l’: taxa de lucro máxima
Quanto menor c, menor d: maior a taxa de lucro
Quanto maior c, maior d: menor a taxa de lucro

A partir das equações 1.1 e 3.1, pode-se obter a seguinte equação alternativa para a taxa de lucro:

m’ = m/v
l’ = m/C
l’/m’ = m/C / m/v = mv/Cm = v/C

$$l' = m' \frac{v}{C} \qquad \text{(Equação 3.4)}$$

Logo, retorna-se à identidade entre a massa de mais-valor e a massa de lucro:

$$m'v = l'C = m \qquad \text{(Equação 2.3)}$$

Marx realiza um exame exaustivo do comportamento de d = m’ – l’ e de l’ em função de variações de c, v, C, m, m’, l’, c/v, c/C e v/C, o qual, devido a sua extensão e menor relevância teórica, não convém ser reproduzido aqui.

Conforme Marx, a taxa de mais-valor (m’) é a verdadeira medida do grau de exploração do trabalho, pois expressa a verdadeira proporção em que o capital apropria-se do trabalho sem um equivalente. A taxa de lucro (l’), enquanto medida do grau de exploração do trabalho, sempre expressa essa proporção de maneira falsa, apresentando-a muito menor do que ela é.

> The initial result here is this: **the *rate of surplus-value* expresses the actual degree of exploitation of labour**, the actual proportion in which capital appropriates labour without an equivalent, unpaid labour, whereas **the *rate of profit*, if it is to count as a measure of the exploitation of labour, always presents this *proportion* as much smaller than it is; it expresses it downright falsely.** […] It can be seen straight away how much the ignorant confusion and lumping together of the rate of profit and the rate of surplus-value by twaddling statisticians and sycophantic economists must facilitate the task of prettifying apologists. (MARX, CIIIb, p. 81, grifo nosso).

Marx mostra que i) a mesma taxa de mais-valor pode ser expressa em diferentes taxas de lucro e que ii) a mesma taxa de lucro pode expressar diferentes taxas de mais-valor. Por exemplo:

i) = m' ; ≠ l'
1) c = 400, v = 100, m = 100: m' = 100%, l' = 20%
2) c = 500, v = 100, m = 100: m' = 100%, l' = 16,6%
3) c = 200, v = 100, m = 100: m' = 100%, l' = 33,3%

ii) ≠ m' ; = l'
1) c = 400, v = 100, m = 100: m' = 100%, l' = 20%
2) c = 150, v = 100, m = 50: m' = 50%, l' = 20%
3) c = 450, v = 50, m = 100: m' = 200%, l' = 20%

Por fim, Marx mostra que, *coeteris paribus*, a taxa de lucro aumenta e diminui com o aumento e a diminuição da taxa de mais-valor. No entanto, por se tratarem de grandezas diferentes, as leis que determinam o movimento da taxa de mais-valor não podem ser diretamente aplicadas à taxa de lucro.

Na seção 2 do capítulo 1, Marx apresenta a categoria de **preço de custo**.

O mais-valor nada mais representa do que trabalho não pago realizado na mercadoria e, após sua venda, em dinheiro; e a taxa de mais-valor nada mais representa do que a razão ou o grau em que o trabalho não pago está relacionado com o trabalho pago. Portanto, o mais-valor e a taxa de mais-valor são, por sua natureza, relacionados com o capital variável, a parte do capital total que é trocada por trabalho e da qual o mais-valor surge, e essa relação não seria alterada se o capital constante fosse igual a zero. Por outro lado, o mais-valor guarda uma razão com o capital total adiantado – a taxa de lucro – que é numericamente diferente da razão que ele guarda com o capital variável – a taxa de mais-valor.

Os meios de produção são necessários ao capitalista para que ele possa apropriar-se do trabalho, e seu valor forma o valor do capital constante. Conforme Marx, o modo de produção capitalista, que consiste na relação de produção entre capitalistas e trabalhadores assalariados, baseia-se no monopólio dos meios de produção pela classe capitalista: "[…] *it is precisely the possession of these means of production in the hands of the non-workers which converts workers into wage-labourers, non-workers into capitalists and the means of production and subsistence as such into capital.*" (MARX, CIIIb, p. 84-85).

Os meios de produção ou o capital constante podem ser considerados a partir de um ponto de vista duplo. Por um lado, como *meios de produção*, eles são uma condição necessária

para a produção de mercadorias. Por outro lado, o *capital constante*, assim como o capital variável, é apenas um adiantamento feito pelo capitalista para criar mais-valor. Assim o é porque, para o capitalista, a produção de mercadorias nunca é um fim em si mesma, mas sempre apenas um meio para obter mais dinheiro. Embora não produza mais-valor, o capital constante é o instrumento necessário para extrair o mais-valor do capital variável, ele é uma condição de produção necessária para empregar o capital variável e forma uma parte dos adiantamentos do capitalista tanto quanto o capital variável. "*Constant capital does not produce surplus-value, but it is the instrument needed to squeeze surplus-value out of the variable part of the capital.*" (MARX, CIIIb, p. 85).

O mais-valor, de onde quer que possa derivar, é um excedente sobre o capital total adiantado. Se as mercadorias são vendidas por seu valor, seu preço menos o preço dos elementos de produção incorporados nelas (incluindo-se não apenas o capital constante, mas também o capital variável) é igual ao mais-valor. Em outras palavras, o mais-valor representa o excedente do valor (V) do produto sobre o preço de todos seus ingredientes (meios de produção e força de trabalho), isto é, o mais-valor (m) é constituído pelo excedente sobre o capital total adiantado (C = c + v).

$$V = c + v + m = (c + v) + m = C + m$$

Viu-se que a taxa de mais-valor é dada pela razão entre o mais-valor e o capital variável – m' = m/v –, e a taxa de lucro é dada pela razão entre o mais-valor e o capital total – l' = m/C = m/(c+v). Em ambos os casos, é o mesmo mais-valor cuja magnitude é mensurada. A diferença não está no mais-valor, mas no padrão de medida que é aplicado para determinar sua magnitude relativa. Trata-se, portanto, de dois padrões diferentes para mensurar a mesma quantidade, que expressam razões ou relações completamente diferentes da mesma coisa, dado que a diferença nos padrões de medida implica que as razões ou relações são diferentes.

Marx afirma que é a transformação do mais-valor em lucro que é derivada da transformação da taxa de mais-valor em taxa de lucro, e não o contrário. Na realidade da prática capitalista, a taxa de lucro constitui a categoria mais aparente entre todas estas, servindo de referência para a ação dos capitalistas. O mais-valor e a taxa de mais-valor são a essência invisível a ser investigada, enquanto a taxa de lucro e o lucro são um fenômeno de superfície visível. Tem-se, assim, que o mais-valor e a taxa de mais-valor constituem a *essência*, e o lucro e a taxa de lucro constituem a *aparência* – ambas igualmente reais, necessárias e indissociáveis – do valor excedente obtido pelo capitalista.

> It is the transformation of surplus-value into profit that is derived from the transformation of s' into p', the rate of surplus-value into the rate of profit, not the other way round. **In actual fact the rate of profit is the historical starting-point. Surplus-value and the rate of surplus-value are, relative to this, the invisible essence to be investigated, whereas the rate of profit, and hence the surplus-value in its form as profit, is a visible surface phenomenon.** What is actually present, and forces itself onto our attention, as something distinct from the rate of surplus-value is the *rate of profit*, while there is initially absolutely no difference between *surplus-value* and *profit*, either in magnitude or in any other way. (MARX, CIIIb, p. 86, grifo nosso).

No que diz respeito ao capitalista individual, a única coisa que lhe interessa é a razão entre o mais-valor – o valor excedente que ele recebe ao vender suas mercadorias – e o capital total adiantado para sua produção, isto é, a taxa de lucro. Além de não estar interessado na razão específica entre esse valor excedente e os componentes particulares de seu capital, é de seu interesse enganar as pessoas sobre essas razões particulares e suas conexões internas. D-M-D' (dinheiro-mercadoria-dinheiro'), em que D' > D, forma o movimento do capital. Por exemplo: £100-M-£110; m = D' – D = 110 – 100 = 10; l' = m/C = (D' – D)/D = (110 – 100)/100 = 10/100 = 10%. A taxa de lucro (l' = 10%) é a razão em que a soma de valor inicial (£100) é valorizada ou usada para a produção de mais dinheiro (£10). O mais-valor representa o excedente realizado em dinheiro do valor do produto sobre o valor do capital adiantado ou sobre o preço dos ingredientes da produção, e a taxa de lucro é a razão entre esse excedente e o valor do capital adiantado. Se todo o produto existente na forma de mercadoria é convertido em dinheiro e o capitalista retira desse montante de dinheiro outro montante igual ao valor do capital adiantado para a produção das mercadorias (£100 de £110), o restante é o mais-valor obtido (£10 de £110), e a taxa de lucro é igual à razão entre esse mais-valor e o capital total adiantado (10/100 = 10%).

Quando se leva em consideração a participação do capital fixo no processo de produção e, assim, a possibilidade de que nem todo o capital adiantado seja integralmente consumido, deve-se estar atento à diferença existente entre o *valor do capital total adiantado* para a produção e o *valor do capital consumido* na produção. Embora o capital fixo seja adiantado em sua totalidade para a produção, ele não é integralmente consumido num único processo produtivo; por exemplo, embora a totalidade da maquinaria seja necessária para produzir o produto, e seu valor total deva ser adiantado de uma só vez, a maquinaria segue existindo por vários períodos de rotação, e apenas uma parte alíquota de seu valor, correspondente à depreciação devida a seu desgaste, é transferida ao produto do primeiro período de rotação em que ela participa. A diferença entre o capital total adiantado e o capital consumido faz-se notar na diferença entre o valor do capital total e o preço de custo da mercadoria e na maneira de

calcular a taxa de lucro. Tem-se agora que, para o cálculo da taxa de lucro, deve-se considerar o valor do capital total adiantado, e, para o cálculo do preço de custo, deve-se considerar apenas o valor do capital consumido:

Taxa de lucro = mais-valor/valor do capital total adiantado
Preço de custo = valor do capital consumido

Por um lado, no cálculo da taxa de lucro, leva-se em consideração não apenas a parte consumida do capital constante, isto é, a parte dos meios de produção cujo valor reaparece no produto e cujo valor de uso separado do produto e em sua antiga forma é extinto, mas também a parte não consumida do capital constante, isto é, o capital fixo que é preservado no processo de produção e cujo valor continua a existir depois da dedução de uma depreciação média, para apenas perder outra parte de seu valor num outro processo de produção. Anteriormente, viu-se que a taxa de lucro é sempre menor que a taxa de mais-valor, expressando uma menor proporção de valorização e representando um nível de exploração do trabalho menor que o real, pois, além do capital variável, também considera o capital constante em seu cálculo; agora, tem-se que a taxa de lucro torna-se ainda menor ao se considerar o capital total adiantado, isto é, todo o capital constante adiantado, e não apenas a parte do capital constante consumida no curso da produção e cujo valor é transferido ao produto. O valor do capital total adiantado compreende tanto o capital variável como o capital constante, tanto a parte circulante como a parte fixa do capital constante, e tanto a parte consumida como a parte não consumida do capital fixo.

Por outro lado, tem-se que o mais-valor aparece para o capitalista como um excedente de valor sobre o preço de custo. Apenas uma parte do capital fixo, igual a sua depreciação, é consumida na produção, e o valor dessa parte do capital, juntamente com o valor do restante do capital consumido, o capital constante circulante e o capital variável, constitui o preço de custo da mercadoria produzida. Assim, o mais-valor aparece como o excedente do preço da mercadoria sobre seu preço de custo, ou o excedente do valor da mercadoria sobre o valor do capital consumido para produzi-la. Objetivamente, o preço de custo da mercadoria é igual ao valor do capital consumido para e em sua produção, a parte do valor da mercadoria que substitui o capital constante e o capital variável consumidos para produzi-la; do ponto de vista subjetivo do capitalista, o preço de custo é a parte do valor da mercadoria pela qual ele paga um equivalente e que substitui o capital que ele adianta e que lhe custa dinheiro, e o mais-valor é a quantidade excedente sobre esse preço de custo.

Portanto, segue-se que o preço de custo da mercadoria é menor que seu valor. Se o preço de custo da mercadoria fosse igual a seu valor, o capital não criaria mais-valor e o valor não seria valorizado. Se o capitalista vende a mercadoria por seu valor, ele recebe por isso a porção de valor contida na mercadoria relacionada ao capital constante que foi consumido, a porção de valor relacionada ao salário do trabalho e, finalmente, a porção de valor em que o trabalho não pago é realizado. O capitalista não paga nenhum valor, nenhum equivalente em retribuição a esse trabalho não pago, e, portanto, ele não lhe custa nada e precisamente por essa razão ele cria mais-valor para ele; já para o trabalhador, o custo desse mais-trabalho é naturalmente seu próprio trabalho. Portanto, do ponto de vista de seu valor, a mercadoria é em sua totalidade trabalho objetivado, o qual se divide entre o trabalho pago, pelo qual o capitalista paga um equivalente e que corresponde ao preço de custo, e o trabalho não pago, pelo qual o capitalista não paga um equivalente e que corresponde ao mais-valor. O preço de custo corresponde à porção de valor da mercadoria que custa dinheiro ao capitalista e pela qual ele paga um equivalente, e o mais-valor corresponde à porção de valor da mercadoria apropriada pelo capitalista sem equivalente.

> The whole of the product, viewed from the angle of its value, is nothing other than *objectified* labour. But it is only the part of this objectified labour for which the capitalist pays an equivalent which forms the *cost price* for him; the other part of the commodity in which *unpaid* labour has been objectified, hence a *portion of value* which the capitalist *sells* although he has *not* paid for it, forms surplus-value, *the excess of the price of the commodity over its cost price*. It costs him nothing. (MARX, CIIIb, p. 88).

O preço de custo e sua relação com o valor e o mais-valor podem ser expressos por meio das seguintes equações:

Capital constante consumido = capital circulante + depreciação do capital fixo = c
Capital variável consumido = capital variável = v

$$\text{Preço de custo} = pc = c + v = V - m \qquad \text{(Equação 5)}$$

$$\text{Valor} = V = c + v + m = pc + m \qquad \text{(Equação 6)}$$

$$\text{Mais-valor} = m = V - pc \qquad \text{(Equação 2.4)}$$

O valor da mercadoria inclui seu mais-valor, isto é, o trabalho não pago contido nela, tanto quanto inclui o trabalho pago; mas o preço de custo da mercadoria exclui seu mais-valor,

o qual precisamente por essa razão representa um excedente sobre exatamente o preço de custo. Portanto, o valor da mercadoria é necessariamente maior que seu preço de custo: se m > 0, V > pc. Dado seu preço de custo, a magnitude do valor da mercadoria será maior quanto maior for a razão entre o mais-valor e o capital adiantado ou quanto maior for a parte não paga do trabalho objetivado nela. O mais-valor, ou o excedente do valor sobre o preço de custo, é criado no processo de produção e realizado no processo de circulação.

> Hence although nothing can emerge from production which did not previously come into it, so that there can be no more value in the commodity than has entered into it in the production process – partly in the form of objectified labour, partly in the form of living labour – while on the other hand the value of the commodity is only realised, i.e., only takes on the money form, without its magnitude having been altered, in circulation; and although accordingly no *surplus-value* can arise through the sale of the commodity (this only appears to happen to the extent that one person sells his commodity *beneath* its value and another sells it *above* its value) it is nevertheless true that **1) an excess of value over the cost price is created in production, and 2) this excess of value over the cost price is realised in circulation.** (MARX, CIIIb, p. 88-89, grifo nosso).

Dado que o valor da mercadoria é maior que seu preço de custo, se uma mercadoria é vendida abaixo de seu valor e acima de seu preço de custo, uma parte do mais-valor continua a ser realizada em seu preço de venda (V > P > pc), e a mercadoria continua a ser vendida com um lucro. Seu preço de venda continua a render um excedente sobre seu preço de custo, uma porção de valor pela qual o vendedor, isto é, o capitalista, não paga um equivalente, e uma parte do mais-valor nela contido continua a ser realizada. Uma grande quantidade de preços existe no intervalo entre pc e V, entre o preço da mercadoria que apenas substitui o valor do capital consumido e o preço da mercadoria que é igual a seu valor, sendo um equivalente para a quantidade total de trabalho, pago e não pago, contida nela. Quanto maior for m = V – pc, maior será a quantidade de preços possíveis entre pc e V. Dentro desse intervalo, o lucro e a taxa de lucro variam em conformidade com a variação do preço de venda da mercadoria.

> **A commodity can therefore be sold *beneath* its value at a profit, and it can be sold profitably at very *different prices between its value and its cost price*, although the rates of profit will differ greatly.** It follows from the law that the *cost price* of a commodity is less than its *value* – and precisely the excess of the *value* of the commodity over and above its *cost price* constitutes the *profit* it yields – it follows that commodities can be sold at a profit *beneath* their value. As long as an excess over the cost price is realised by the sale, a profit is realised, without the buyer's needing to pay the whole difference between the value and the cost price of the commodity. This provides the whole of the margin within which profit can rise and fall, a margin which is determined by the difference between the value of the commodity and its

> cost price, between the total amount of labour and the quantity of paid labour which is contained in it. (MARX, CIIIb, p. 89, grifo nosso).

Conforme se verá adiante, a formação de uma taxa geral de lucro por meio da transformação de valores em preços de produção só é possível porque as mercadorias são vendidas por preços de produção que são, para algumas delas, menores, e, para outras, maiores que seus valores:

> The law that the capitalist *can sell* commodities *beneath their value at a profit* explains a number of phenomena of competition, and in particular it also explains the main phenomenon, namely the *formation of a general rate of profit*, which is only made possible by the fact that some commodities are sold *beneath* their value, and others *above* their value. (MARX, CIIIb, p. 89-90).

Além disso, também pode ocorrer de o capitalista industrial não realizar a totalidade do mais-valor, mas, em vez disso, deixar que parte do mais-valor seja realizada, por exemplo, pelo capitalista comercial; assim, o lucro é distribuído entre diferentes classes de capitalistas. Se as mercadorias são vendidas, talvez por razões de concorrência, acima de seu preço de custo, mas significativamente abaixo de seu valor, ou se as mercadorias são em geral vendidas abaixo de seu valor, isso não altera em nada a quantidade de mais-trabalho incorporada nelas ou a quantidade de mais-valor que elas contêm. Nesse caso, tem-se apenas que uma parte desse mais-valor não é realizada pelo capitalista que o extraiu, o benefício recaindo sobre os compradores da mercadoria, entre os quais pode estar o trabalhador.

Tem-se, portanto, que a taxa de lucro é dada pela razão entre o mais-valor, que aparece como o excedente do preço de venda da mercadoria sobre seu preço de custo, e o capital total adiantado para produzi-la. Assim, o mais-valor adquire a *forma transformada* de lucro, aparecendo como um excedente sobre uma certa soma indiferenciada de dinheiro, o preço de custo. Na taxa de lucro, esse excedente é calculado em relação a uma outra soma indiferenciada de dinheiro, o valor do capital total. No preço de custo e no valor do capital total, a diferença essencial entre capital constante e capital variável e a relação orgânica entre mais-valor e capital variável são obscurecidas, não se manifestando e não se permitindo reconhecer.

> The *excess* of the price (of the value) of the commodities over their *cost price* – measured against the *total capital advanced or applied* to produce them (= the part of the capital *consumed* in their production + the part of the fixed capital which has not been consumed) forms the *rate of profit*. This is the form which appears as s/(c + v) or s/C. With this, the surplus-value itself acquires the transformed form of *profit*. Surplus-value, as an *excess* over the *cost price* (= the price of the total amount of

> constant and variable capital consumed in production) appears as an excess over a certain sum of money: in this form **the essential difference between constant and variable capital, and thereby the conceptual relation between surplus-value and variable capital, is extinguished and wiped out. As parts of a *single* sum of money – the cost – they differ only quantitatively. Qualitatively they are the same.** In the *rate of profit* the excess is also calculated in relation to the undifferentiated total value of the capital, and in the money expression of this total value all parts of the capital are themselves only sums of money of an identical kind. (MARX, CIIIb, p. 90, grifo nosso).

O exemplo numérico abaixo ilustra a discussão realizada até aqui no capítulo 1:

Capital circulante = 400
Capital fixo consumido = 400
Capital fixo empregado, mas não consumido = 1000
Capital fixo total = 400 + 1000 = 1400
Capital constante consumido = c = 400 + 400 = 800
Capital constante total = 400 + 1400 = 1800
Capital variável = v = 200
Capital consumido = c + v = 800 + 200 = 1000
Capital total = 1800 + 200 = 2000
Mais-valor = m = 200
Preço de custo = pc = c + v = 800 + 200 = 1000
Preço de venda = P = Valor = V = c + v + m = 800 + 200 + 200 = 1200
Taxa de mais-valor = m' = 200/200 = 100%
Taxa de lucro considerando apenas o capital consumido = 200/1000 = 20%
Taxa de lucro = l'= 200/2000 = 10%

A taxa de lucro (20% ou 10%) é sempre menor que a taxa de mais-valor (100%). Considerando-se a parte não consumida do capital fixo, a taxa de lucro torna-se menor e a diferença entre a taxa de mais-valor e a taxa de lucro torna-se maior.

Na taxa de lucro, o mais-valor aparece como fruto da totalidade do capital adiantado, como se brotasse igualmente de todas suas partes. Por meio dessa forma aparente, nenhuma relação específica entre o mais-valor e qualquer componente particular do capital pode ser percebida. É apenas por *análise ou investigação* que se podem descobrir o fundamento interno e o princípio oculto da taxa de mais-valor, revelando-se o capital variável como fonte do mais-valor.

> Although **the inner ground, hence the secret, hidden first principle of the rate of surplus-value, can only be discovered by analysis**, absolutely no specific relation between surplus-value (or the excess of price over the cost price) and any particular

> constituent of the capital advanced can be perceived. It appears as the fruit of the whole of the capital. The surplus-value presents itself to us as something that springs forth equally from all parts of the capital. 'The capitalist', says Mr. Malthus, 'expects an equal profit on all parts of his capital'. (MARX, CIIIb, p. 91, grifo nosso).

No exemplo anterior, um mais-valor de 100% aparece como um lucro de 10% que deriva igualmente do capital fixo (a maquinaria de 1400 aparenta produzir um lucro de 140), do capital circulante (a matéria-prima e o material auxiliar de 400 aparentam produzir um lucro de 40) e do capital variável (a força de trabalho de 200 aparenta produzir um lucro de apenas 20).

A única diferença entre os componentes do capital que ainda é um pouco visível é a existente entre o capital fixo e o capital circulante, que surge no processo de circulação, mas não a existente entre o capital constante e o capital variável, que surge no processo de produção. A primeira diferença aparece em razão da diferença entre o preço de custo da mercadoria e o valor do capital total adiantado para produzi-la: no preço de custo, que considera apenas o capital consumido, o capital circulante entra inteiramente, e o capital fixo entra parcialmente, na medida de sua depreciação ou desgaste; já no cálculo da taxa de lucro, que considera o capital total adiantado, o capital circulante e o capital fixo entram inteiramente. Como resultado, no entendimento do capitalista, o capital variável desaparece dentro do capital circulante e confronta o capital fixo sob essa categoria, sendo identificado com as matérias-primas e os materiais auxiliares, e o contraste entre capital constante e capital variável é extinto. "*These differences between capitals, which arise purely and simply from circulation, conceal the organic difference, the relation of variable and constant capital, and thereby hide the secret of surplus-value.*" (MARX, CIIIb, p. 92).

No exemplo anterior, cada parte do capital de 2000 tem um rendimento igual de 10%. Do excedente de 200, apenas 20 = 0,10 x 200 são devidos ao capital variável de 200; 80 = 0,10 x 800 são devidos ao capital constante consumido e 100 = 0,10 x 1000 são devidos ao capital fixo não consumido. Assim, a conexão orgânica entre o mais-valor e o capital variável é obliterada, e o excedente de 200 perde seu caráter de mais-valor. Na transformação da taxa de mais-valor em taxa de lucro e, consequentemente, na transformação do mais-valor em lucro, ocorre uma mistificação da relação entre o mais-valor e o capital variável, sua fonte original.

> If the rate of surplus-value is expressed in the *rate of profit* as a numerical quantity of a very different magnitude, in *profit* – and the surplus-value is abstracted as profit from the rate of profit – the *form of surplus-value* (although not its absolute magnitude) is transformed and its conceptual determinateness is extinguished; it is

> given a form in which its original source is extinguished and thus **the whole relation is *mystified* and *externalised*.** (MARX, CIIIb, p. 92, grifo nosso).

Viu-se que a diferença entre o capital fixo e o capital circulante submerge a diferença entre o capital constante e o capital variável e, assim, a natureza do mais-valor; além disso, a maneira como o processo direto de produção e o processo de circulação são entrelaçados também contribui para mistificar o mais-valor transformado em lucro. A transformação do mais-valor em lucro procede da unidade concreta de ambos os processos: como lucro, o mais-valor originado pelo capital variável na produção define-se como a autovalorização rendida pelo capital total durante um certo período de circulação. "*Surplus-value, as profit, is from the outset determined as the self-valorisation yielded by the total capital in the course of a specific period of circulation, e.g., a year.*" (MARX, CIIIb, p. 92).

Embora o excedente do valor da mercadoria sobre seu preço de custo surja no processo direto de produção, é apenas no processo de circulação que ele é realizado, e ele aparenta derivar deste último, ainda mais porque sua realização ou não-realização e a medida em que ele é realizado dependem das condições de mercado. Se uma mercadoria é vendida acima ou abaixo de seu valor, há simplesmente uma distribuição diferente do mais-valor, isto é, uma divisão diferente do mais-valor entre vários indivíduos, o que não afeta de maneira alguma a magnitude nem o caráter do mais-valor. O processo de circulação real coincide com a concorrência real, a compra e venda das mercadorias acima ou abaixo de seu valor, de maneira que, para o capitalista individual, o mais-valor que ele mesmo realiza depende tanto dessa tapeação mútua quanto da exploração direta do trabalho.

No processo de circulação, o tempo de trabalho é restrito pelo tempo de circulação, que tem um impacto sobre o montante de mais-valor que é realizado num período específico. Assim, a produção de mais-valor e de valor em geral assume novas características. O capital sofre transformações, passando de sua vida orgânica interna para suas relações externas, onde não são mais o capital e o trabalho que confrontam um ao outro, mas, por um lado, o capital e o capital, e, por outro lado, os indivíduos como simples compradores e vendedores. O tempo de circulação e o tempo de trabalho atravessam o caminho um do outro, e ambos parecem determinar o mais-valor da mesma maneira. A forma original em que o capital e o trabalho confrontam um ao outro é mascarada, e relações aparentemente independentes desta entram em cena: o mais-valor não aparece como se tivesse sido produzido pela apropriação de tempo de trabalho, mas como o excedente do preço de venda das mercadorias sobre seu preço de custo, o qual, por sua vez, aparece como se fosse seu "valor intrínseco", com o resultado de que o

lucro aparece como um excedente do preço de venda das mercadorias sobre seu "valor imanente".

É verdade que a natureza do mais-valor pressiona persistentemente a consciência do capitalista durante o processo direto de produção, como é mostrado por sua ganância pelo tempo de trabalho alheio. No entanto, i) por um lado, o processo direto de produção é apenas um momento evanescente, que passa constantemente para o processo de circulação, e vice-versa, de maneira que qualquer suspeita sobre a natureza do mais-valor que o capitalista tenha no processo direto de produção aparece no máximo como um momento igualmente válido ao lado do movimento do capital no processo de circulação, o qual independe de sua relação com o trabalho (esses fenômenos da circulação foram equivocadamente apresentados por economistas modernos – tais como Ramsay, Malthus, Senior, Torrens etc. – como provas diretas de que o capital, em sua existência material e independentemente da relação social em que ele é capital, é uma fonte autônoma de mais-valor ao lado e independentemente do trabalho); ii) por outro lado, os salários são entendidos pelo capitalista como um custo alternativo aos demais – o preço da matéria-prima, a depreciação da maquinaria etc. –, e a extorsão de trabalho não pago ou mais-trabalho aparece apenas como uma economia no pagamento por um dos artigos que compreendem os custos, apenas como um pagamento menor por uma certa quantidade de trabalho, uma economia similar à que é feita quando a matéria-prima é comprada mais barata ou o desgaste da maquinaria é reduzido; então, a extorsão do mais-trabalho perde seu caráter específico, sua relação específica com o mais-valor, um processo que é facilitado pela representação do valor da força de trabalho na forma de salário.

Assim, a relação capital, isto é, o fato de que a valorização do valor tem sua origem na exploração do trabalho, é mistificada: "*Since all sections of capital appear equally as sources of the excess value (the profit), the capital relation is mystified.*" (MARX, CIIIb, p. 94).

A maneira como o mais-valor é transformado em lucro por meio da taxa de lucro é apenas mais uma extensão da inversão entre *sujeito* e *objeto* que já ocorre durante o processo de produção. Neste, todas as forças produtivas sociais do trabalho apresentam-se como forças produtivas do capital. Por um lado, o valor, isto é, o trabalho passado que domina o trabalho vivo, é personificado no capitalista; por outro lado, inversamente, o trabalhador aparece como mera capacidade de trabalho objetivada, uma mercadoria. Essa relação invertida dá origem necessariamente, ainda no processo de produção, a uma correspondente concepção invertida da situação, uma consciência transposta, que é desenvolvida pelas transformações e modificações do processo de circulação.

Como se pode notar em Ricardo e nos ricardianos, é completamente errado procurar apresentar diretamente as leis da taxa de lucro como leis da taxa de mais-valor, ou vice-versa. Na mente do capitalista, no entanto, elas não são distinguidas. Na expressão l' = m/C, o mais-valor é medido contra o valor do capital total adiantado para sua produção; portanto, a taxa de lucro expressa o grau de valorização da totalidade do capital adiantado, isto é, vista de acordo com a conexão interna e conceitual e com a natureza do mais-valor, ela mostra como o grau de variação do capital variável está relacionado com o capital total adiantado. No entanto, em si mesma, a magnitude do valor do capital total não guarda nenhuma relação interna e direta com o montante do mais-valor produzido, pois embora exista sempre uma proporção tecnológica definida entre a quantidade de trabalho e, portanto, de mais-trabalho e a quantidade de meios de produção, não existe uma relação de valor necessária entre o mais-valor e o capital constante e, portanto, o capital total, dado que o valor dos meios de produção pode alterar-se.

Se a natureza do mais-valor, sua razão com o capital variável e sua magnitude são conhecidas, a taxa de lucro expressa não mais do que o que ela de fato é: uma medida alternativa do mais-valor, sua medida em termos do valor do capital total, em vez de em termos do valor do capital variável, a parte do capital da qual ele deriva diretamente por meio de sua troca por trabalho. Na realidade, no entanto, isto é, no mundo dos fenômenos, as coisas passam-se ao contrário. O mais-valor é dado, mas ele é dado como um excedente do preço de venda da mercadoria sobre seu preço de custo, razão pela qual permanece sendo misterioso de onde esse excedente emerge: se da exploração do trabalho no processo direto de produção, se da fraude e engano no processo de circulação, ou de ambos. Portanto, o que é dada é a razão entre esse excedente e o valor do capital total, ou a taxa de lucro, que mede o grau de valorização do capital total.

> What was first given was the absolute excess of the sale price of the commodity over its cost price, or C – K = S (the surplus-value), in other words the *excess*. The second step is then to calculate this excess of the sale price over the cost price, or to measure it against the value of the total capital advanced. This calculation is very important and obvious, since this is the way in which we find a figure for the ratio in which the total capital has been valorised, or its *degree of valorisation*. (MARX, CIIIb, p. 97).

É possível estabelecer a natureza do excedente trabalhando para trás, por *análise ou investigação*, a partir da taxa de lucro. Porém, caso se comece com a taxa de lucro, não se pode estabelecer qualquer relação específica entre o excedente e a parte do capital despendida em salários, o capital variável. O que a taxa de lucro mostra é, em vez disso, uma relação uniforme entre o excedente e partes igualmente importantes do capital, que desse ponto de vista não exibe

absolutamente nenhuma distinção imanente além daquela entre capital fixo e capital circulante. A própria distinção entre capital fixo e capital circulante surge apenas porque o excedente é calculado de duas maneiras: i) como uma simples quantidade: m = P – pc (nesse caso, o capital circulante entra inteiramente e o capital fixo entra parcialmente no preço de custo, pc); e ii) como uma taxa: l' = m/C (nesse caso, o capital circulante e o capital fixo entram inteiramente no valor do capital total, C). Assim, essa distinção entre capital fixo e capital circulante sugere-se como sendo a única existente.

Aludindo a Hegel, Marx expressa assim essa situação:

> We might say, in Hegelian fashion, that the excess is reflected back into itself from the rate of profit, or, to speak differently, that the excess, which is characterised more specifically by the rate of profit, appears as an excess which capital produces over and above its own value, either annually or in some definite period of circulation. (MARX, CIIIb, p. 97-98).

Enfim, tem-se que o lucro é uma *forma transformada* do mais-valor. Ambas essas categorias constituem, respectivamente, a dimensão aparente e a dimensão essencial – ambas igualmente reais, necessárias e indissociáveis – do valor excedente. Por meio do lucro, o capital aparece numa relação consigo mesmo. Assim, parece que ele cria um valor novo no curso de seu próprio movimento por meio de qualidades ocultas que lhe são inerentes. A taxa de lucro mede o grau de autovalorização do capital. Por meio do mais-valor, o capital aparece em sua relação com o trabalho. Assim, identifica-se a origem do mais-valor na extorsão do mais-trabalho. A taxa de mais-valor mede o grau de exploração do trabalho.

> Thus even if the rate of profit is *numerically* different from the rate of surplus-value, while surplus-value and profit are in fact the same and even *numerically* identical, profit is still for all that a ***transformed form*** *of surplus-value*, a form in which its origin and the secret of its existence are veiled and obliterated, *externalised*. In point of fact, the reverse is the case: profit is the **form of appearance** of surplus-value, and the latter can be sifted out from the former only by analysis. In surplus-value, the relationship between capital and labour is laid bare. In the relationship between capital and profit, i.e., between capital and surplus-value as it appears on the one hand as an excess over the cost price of the commodity realised in the circulation process and on the other hand as an excess determined more precisely by its relationship to the total capital, *capital appears as a relationship to itself*, a relationship in which it is distinguished, as an original sum of value, from another new value which it posits. It appears to consciousness as if capital creates this new value in the course of its movement through the production and circulation processes. But how this happens is now mystified, and appears to derive from occult qualities that are inherent in capital itself. (MARX, CIIIb, p. 98, grifo nosso).

Quanto mais se traça o processo de realização do capital, mais a relação do capital é mistificada e menos os segredos de seu organismo interno fazem-se notar. No capítulo 1, a taxa de lucro e taxa de mais-valor são numericamente diferentes, e o lucro e o mais-valor são numericamente iguais e diferentes apenas quanto à forma. No capítulo 2, como se verá adiante, ocorre ainda um desenvolvimento posterior do processo de externalização pelo qual o lucro vem a se apresentar como uma magnitude numericamente diferente do mais-valor. Portanto, o lucro é uma *forma transformada* do mais-valor na qual este não pode mais ser diretamente reconhecido.

> A characteristic distinction of form between profit and surplus-value takes place: the former is a **transformed form** of the latter, in which it can no longer be directly recognised. (MARX, CIIIb, p. 98, grifo nosso).

Em resumo, tem-se o que segue.

A forma geral do capital é D-M-D': uma soma de valor é lançada na circulação na forma-dinheiro para extrair dela uma soma maior de valor também na forma-dinheiro. Essa soma maior de valor é criada no processo direto de produção e realizada no processo de circulação do capital. O capitalista não produz a mercadoria por seu valor de uso ou para seu consumo pessoal; o produto com o qual o capitalista realmente se preocupa não é o produto material, mas o excedente do valor do produto sobre o valor do capital consumido para produzi-lo. O capitalista adianta o capital total sem consideração pelas diferenças qualitativas entre as funções que seus componentes exercem na produção de mais-valor, ele os adianta todos uniformemente, não apenas para reproduzir o capital adiantado, mas também para produzir um excedente de valor sobre este. O capitalista apenas pode explorar o trabalho, isto é, converter o valor do capital variável que ele adianta num valor maior por meio de sua troca com trabalho vivo, adiantando simultaneamente as condições para a realização desse trabalho – a matéria-prima e a maquinaria –, transformando uma soma de valor de que ele se apropriou nessa forma das condições de produção, assim como, de toda maneira, ele apenas é um capitalista e apenas pode empreender o processo de exploração do trabalho porque, como proprietário das condições de produção, ele confronta o trabalhador como mero proprietário da capacidade de trabalho.

É indiferente para o capitalista se ele se considera adiantando o capital constante para produzir um lucro com o capital variável ou adiantando o capital variável para valorizar o capital constante, se ele despende dinheiro em salários para aumentar o valor de suas máquinas e matéria-prima ou adianta dinheiro em maquinaria e matéria-prima para ser capaz de explorar

trabalho. Embora apenas o capital variável crie mais-valor, a condição para sua criação é que o capital constante – as condições de produção do trabalho – também seja adiantado. Dado que o capitalista apenas pode explorar trabalho adiantando capital constante e dado que ele apenas pode valorizar o capital constante adiantando capital variável, ambos coincidem em sua mente, ainda mais porque o nível real de seu lucro é determinado não pela razão entre o mais-valor e o capital variável – a taxa de mais-valor –, mas pela razão entre o mais-valor e o capital total – a taxa de lucro.

O custo do produto inclui todos os componentes de seu valor pelos quais o capitalista paga ou pelos quais ele lança equivalentes na produção. Esses custos devem ser substituídos para que o capital possa ser mantido ou reproduzido em sua magnitude original: pc = c + v.

O valor contido na mercadoria é igual ao tempo de trabalho que ela custa para ser produzida, o qual consiste, em seu montante total, de trabalho pago e trabalho não pago. Em contraste, para o capitalista, os custos da mercadoria consistem apenas da porção de trabalho objetivado pela qual ele paga. O mais-trabalho contido na mercadoria não custa nada ao capitalista, embora custe ao trabalhador seu trabalho tanto quanto o trabalho pago, e embora ele crie valor ou entre na mercadoria como um elemento constitutivo de valor tanto quanto o trabalho pago: V = c + v + m.

O lucro do capitalista deriva do fato de que ele tem algo para vender pelo qual ele não paga e consiste precisamente do excedente do valor da mercadoria sobre seu preço de custo, isto é, do excedente do montante total de trabalho contido na mercadoria sobre a quantidade de trabalho pago contida dela: m = V – pc.

Ainda dentro da seção 2 do capítulo 1, Marx apresenta uma nota sobre **a relação entre a taxa de lucro e a taxa de mais-valor**. A tabela 4.2 abaixo informa, para diferentes valores do capital constante: i) a magnitude da taxa de lucro em termos da magnitude da taxa de mais-valor, e ii) a diferença entre a taxa de mais-valor e a taxa de lucro em termos da magnitude da taxa de lucro.

Tabela 4.2: Relação entre a taxa de lucro e a taxa de mais-valor

	l' = m' . v/(c+v)	**d = l' . c/v**
c = 0	l' = m'	d = 0
c = v	l' = 0,5 m'	d = l'
c > v	l' < 0,5 m'	d > l'
c < v	l' > 0,5 m'	d < l'

Fonte: elaboração própria do autor a partir de Marx (CIIIb, p. 101-102).

Uma relação direta entre variações do capital variável e variações da taxa de lucro só existe sob o pressuposto de um salário constante, de maneira que a magnitude de valor do capital variável seja um índice do montante de trabalho que ele coloca em movimento e variações do capital variável não impliquem variações da taxa de mais-valor. Se o salário aumenta, o capital variável aumenta, a taxa de mais-valor diminui e a taxa de lucro diminui, e se o salário diminui, o capital variável diminui, a taxa de mais-valor aumenta e a taxa de lucro aumenta, de maneira que o capital variável e a taxa de lucro variam inversamente.

> The law that the rate of profit rises and declines in direct proportion to v/C, if there are no countervailing circumstances, implies that a certain portion of v, 100 for example, is the purchase price of a *certain number of working* capacities, or the wage for a certain number of workers, so that if 100 is the wage for 100 workers, 200 is the wage for twice as many, etc. Since s = s'v, and with s' remaining constant, s'v or s will rise and fall in direct proportion to v, which expresses the number of workers employed and is therefore the *index* for the total amount of labour set in motion by the capital, C. (MARX, CIIIb, p. 105).

> If then the magnitude of value of the variable capital ceases to be an index of the mass of labour that it sets in motion, and the standard of measurement of this index itself alters, the law that the rate of profit increases or declines in direct proportion to changes in the proportion of the variable capital to the total capital no longer operates. (MARX, CIIIb, p. 107).

Marx realiza um exame exaustivo do comportamento de l' em função de variações de c, v, C, m, m', c/v, c/C e v/C. São consideradas quatro situações: i) m' constante, v/C variável e C constante; ii) m' constante, v/C variável e C variável; iii) m' variável e v+m constante (mais-valor relativo); iv) m' variável e v+m variável (mais-valor absoluto). Devido a sua extensão e menor relevância teórica, não convém reproduzir esse exame aqui.

Conforme já se viu, Marx afirma que não pode haver erro maior do que considerar as leis que regulam a taxa de mais-valor e a taxa de lucro como sendo idênticas. A taxa de lucro pode variar enquanto a taxa de mais-valor permanece constante, se v/C variar. A taxa de lucro pode permanecer constante enquanto a taxa de mais-valor varia, se a variação de m' for compensada por uma variação de v/C no sentido oposto. A taxa de lucro e a taxa de mais-valor podem variar em sentidos opostos, se a variação de m' for superada por uma variação de v/C no sentido oposto. Conclui-se assim que o comportamento da taxa de lucro não é explicado apenas pelo comportamento da taxa de mais-valor: l' = m' . v/C.

O que no capítulo 1 foi apresentado como movimentos de diferentes componentes do mesmo capital sobre um período de tempo será apresentado no capítulo 2 como diferenças entre diferentes capitais em várias áreas de investimento existentes lado a lado num sentido espacial.

> It should finally be remarked that what we have presented here as movements of different constituents of the same capital over a period of time could just as well be presented as *differences between different capitals in various areas of investment lying alongside each other in a spatial sense*, and what has been presented so far will be utilised in this latter form in the next chapter. (MARX, CIIIb, p. 143).

Por fim, Marx encerra a seção com um comentário sobre a realização do mais-valor. Viu-se no início do capítulo que as mercadorias podem ser vendidas com um lucro abaixo de seu valor. Assumindo que o preço de custo da mercadoria seja coberto, isso é possível apenas porque uma parte do mais-valor ou lucro não é realizada no preço de venda. Nesse caso, duas coisas são possíveis: i) a parte do mais-valor não realizada em uma mercadoria é realizada em outra mercadoria, de maneira que se uma é vendida abaixo de seu valor a outra é vendida acima de seu valor (como se verá adiante ao se apresentar a transformação de valores em preços de produção); ou ii) tal compensação não ocorre. Para o trabalhador, de quem uma quantidade específica de mais-valor é extorquida, é indiferente se seu próprio capitalista ou algum outro realiza parte desse mais-valor; sua não-realização apenas será de seu interesse se a mercadoria que é barateada dessa maneira entrar em seu próprio consumo e o barateamento assim atingido não tiver nenhum impacto sobre seu salário ou seu emprego.

4.1.2 Fatores que afetam a taxa de lucro

Nas seções 3, 4, 5 e 6 do capítulo 1, Marx apresenta os fatores que afetam a taxa de lucro: a magnitude do capital constante, o preço da matéria-prima, a liberação e vinculação, depreciação e apreciação e valorização e desvalorização do capital e o tempo de rotação.

Na seção 3 do capítulo 1, Marx examina a economia no uso de capital constante como um meio para aumentar a taxa de lucro. Dado que a magnitude do capital constante guarda uma relação inversa com a taxa de lucro, a economia no uso de capital constante constitui um meio para aumentar a taxa de lucro.

$$l' = m/(c+v) = m' \cdot v/(c+v)$$
$$\downarrow c \rightarrow \uparrow l'$$

> *If surplus-value is a given factor*, profit can only be *increased* (and also *reduced* by a movement in a contrary direction) to the extent that it is possible to reduce the *value* of the constant capital required for the production of the commodities in question. (MARX, CIIIb, p. 148).

Marx apresenta as seguintes alternativas de que dispõem os capitalistas para economizar capital constante e, consequentemente, aumentar a taxa de lucro:

i) Economia relativa no uso de capital fixo. O capital fixo, a porção mais cara do capital constante, não cresce na mesma proporção que o capital circulante e o capital variável. Assim, aumentando-se o capital total, diminuem-se as proporções entre o capital fixo e o capital constante, entre o capital constante e o capital variável e entre o capital constante e o capital total, e aumenta-se a proporção entre o capital variável e o capital total. O mesmo vale para outros gastos: custos de superintendência, aluguel, taxas e impostos, seguro contra incêndio etc. Essa forma de economia surge da produção em larga escala, da concentração dos meios de produção e da conglomeração e cooperação dos trabalhadores ou da combinação social do trabalho, que permitem que os meios de produção sejam consumidos produtivamente em comum pelo trabalhador coletivo;

ii) Reutilização de resíduos. Os produtos residuais reduzem o custo da matéria-prima na medida em que podem ser revendidos, dado que esse custo inclui o desperdício normal ou a quantidade média que é perdida no curso do processamento;

iii) Introdução de melhoramentos. O melhoramento da maquinaria barateia a maquinaria nova e reduz a depreciação e o custo de reparo da maquinaria já instalada;

iv) Aumento da produtividade do trabalho nos setores produtores de meios de produção. Com isso, ocorre uma queda do valor dos meios de produção;

v) Redução do desperdício da matéria-prima e da deterioração da maquinaria. A matéria-prima de maior qualidade é menos desperdiçada e causa menos danos à maquinaria. Esses resultados também são obtidos mediante o treinamento do trabalhador, fazendo-o adquirir habilidades, e o exercício da disciplina pelo capitalista sobre o trabalhador;

vi) Economia nas condições de vida do trabalhador. Ausência de meios para a segurança, a saúde e o conforto dos trabalhadores, espaços confinados, maquinaria perigosa, falta de meios de proteção etc.

Na seção 4 do capítulo 1, Marx examina o efeito de mudanças nos preços da matéria-prima sobre a taxa de lucro. Dado que a matéria-prima é um dos componentes do capital constante, seu preço guarda uma relação inversa com a taxa de lucro.

$l' = m/(c+v) = m' \cdot v/(c+v)$

$\downarrow$ preço da matéria-prima $\rightarrow \downarrow c \rightarrow \uparrow l'$

> Since the rate of profit = s/C, or s/(v + c), it is clear that everything that gives rise to a change in the magnitude of c (and therefore of C), if s and v and their reciprocal relationship remain constant, also brings about a change in the rate of profit. *Raw material*, however, forms a major component of constant capital. (Even in branches of industry that do not use any raw material of their own, there is still raw material in the form of ancillary materials or the components of the machinery, etc., and so fluctuations in its price still influence the rate of profit – to that degree.) If the price of the raw material *falls*, by δ for example, s/C, or s/(v + c) becomes s/v + (c − δ). The rate of profit therefore rises. And vice versa. If the price of the raw material rises, s/C, or s/(v + c) becomes s/C + δ or s/v + (c + δ), and the rate of profit therefore falls. As long as *other circumstances remain the same, the rate of profit therefore rises and falls in the opposite direction* to the price of the raw material. (MARX, CIIIb, p. 201).

A seguir, estão algumas considerações feitas por Marx sobre questões relacionadas aos preços da matéria-prima.

Dado que o aumento da taxa de lucro é do interesse dos capitalistas, também é de seu interesse a redução dos preços das matérias-primas. Por essa razão, em países industriais, eles defendem o livre-comércio com o exterior e a abolição ou redução das taxas de importação sobre as matérias-primas.

O valor da matéria-prima entra inteiramente e de uma só vez no valor da mercadoria produzida, enquanto o valor da maquinaria entra apenas na medida de sua depreciação e gradualmente. Segue-se disso que o preço da mercadoria é afetado num grau muito maior pelo preço da matéria-prima do que pelo preço da maquinaria.

Considerando-se que as mercadorias não são vendidas por seus valores, que as flutuações dos preços de mercado são causadas pela concorrência e que a expansão ou contração do mercado depende do preço da mercadoria individual e guarda uma relação inversa com este, ocorre na realidade que um aumento (ou uma queda) do preço da matéria-prima não leva o preço da mercadoria produzida a aumentar (ou a cair) na mesma proporção que seus ingredientes. Assim, tem-se que a taxa de lucro cai (ou sobe) mais acentuadamente do que seria o caso se as mercadorias fossem de fato vendidas por seus valores.

Com o desenvolvimento da produtividade do trabalho e da maquinaria, as partes do valor da mercadoria formadas pelo trabalho adicionado e pela depreciação da maquinaria caem, de maneira que o valor da matéria-prima passa a formar um componente relativamente maior do valor da mercadoria, desde que não haja uma correspondente queda do valor da matéria-prima decorrente do aumento da produtividade do trabalho aplicado em sua produção.

Por fim, um aumento do preço da matéria-prima pode restringir o processo de reprodução se o preço obtido pela venda da mercadoria produzida não for suficiente para substituir todos seus elementos.

Na seção 5 do capítulo 1, Marx examina os fenômenos da liberação e vinculação, depreciação e apreciação e valorização e desvalorização do capital e seus efeitos sobre a taxa de lucro.

A apreciação e depreciação do capital ocorrem, respectivamente, quando o capital existente cresce ou decresce em valor como resultado de condições econômicas gerais de qualquer tipo. Tem-se assim que o valor do capital adiantado para a produção sobe ou cai independentemente de sua valorização pelo mais-trabalho que ele emprega. Esse fenômeno pode afetar tanto o capital constante – fixo ou circulante – como o capital variável.

> Depreciation [*Depreciation*] and appreciation [*Appreciation*] for their part are self-explanatory. They have no other meaning than that the existing capital increases or decreases in value as a result of general economic conditions of whatever kind, since what is involved here is not the fate of one single private capital, i.e., that the value of the capital advanced to production rises and falls *independently of its valorisation by the surplus labour it employs*.
> This appreciation or depreciation may affect either constant or variable capital or both, and in the case of constant capital it can relate either to the fixed or the circulating part, or both. (MARX, CIIIb, p. 215).

A vinculação de capital ocorre quando, a partir do valor total do produto, uma certa proporção adicional deve ser transformada nos elementos do capital constante ou do capital variável para que a produção continue na mesma escala; e a liberação de capital ocorre quando uma parte do valor total do produto que previamente teve de ser transformada nos elementos do capital constante ou do capital variável torna-se disponível e supérflua para que a produção continue na mesma escala.

> By the *tying-up* of capital we mean that, out of the *total value of the product, a certain additional proportion* must be transformed back into the elements of constant or variable capital, if production is to continue on its old scale. By the *release* of capital we mean that a part of the *total value of the product*, which previously had to be transformed back into either constant or variable capital, becomes available, and is *superfluous* if production is to be continued within the limits imposed by the old scale. (MARX, CIIIb, p. 219).

Na seção 6 do capítulo 1, Marx tinha o objetivo de examinar a influência de mudanças no tempo de rotação sobre a taxa de lucro. No entanto, em seu manuscrito original do livro III (MARX, CIIIb), deixou escrito apenas o título dessa seção. Na edição de Engels do livro III (MARX, CIIIa), ela aparece como o capítulo 4 da seção I, com o corpo do texto inteiramente escrito por Engels. Assim, a apresentação que se faz a seguir tem por base a redação de Engels.

O tempo de rotação é igual ao tempo de produção mais o tempo de circulação e guarda uma relação inversa com a massa de mais-valor produzida por um capital e, portanto, com a taxa de lucro.

Tempo de rotação = tempo de produção + tempo de circulação
l' = m/(c+v) = m' . v/(c+v)
↓ tempo de rotação → ↑ m → ↑ l'

Por isso, o capital possui uma tendência a encurtar o tempo de rotação. Os principais meios para diminuir o tempo de rotação são: o aumento da produtividade do trabalho, que reduz o tempo de produção, e a melhoria dos meios de transporte e de comunicação, que reduz o tempo de circulação.

A tabela 4.3 abaixo apresenta os dados de um exemplo numérico sobre a relação entre o tempo de rotação e a taxa de lucro:

Tabela 4.3: Influência do tempo de rotação sobre a taxa de lucro

	Capital 1	**Capital 2**
C = c + v	100	200
c	80	160
v	20	40
m	20	40
m'	100%	100%
l'	20%	20%
Produto por rotação	80c + 20v + 20m = 120	160c + 40v + 40m = 240
Tempo de rotação	6 meses	1 ano
n	2	1
M	40	40
M'	200%	100%
L'	40%	20%
Produto anual	160c + 40v + 40m = 240	160c + 40v + 40m = 240

Fonte: elaboração própria do autor a partir de Marx (CIIIa, p. 98-99).

n: número de rotações do capital variável por ano
M = mn: mais-valor anual
M' = m'n: taxa anual de mais-valor
L' = m'nv/C: taxa anual de lucro

Capital 1: D-M-D'...D-M-D'; 100-M-100+20...100-M-100+20; L' = (20+20)/100 = 40%

Capital 2: D-M-D'; 200-M-200+40; L' = 40/200 = 20%

Nesse exemplo, o capital 1 e o capital 2 têm a mesma taxa de lucro por rotação (l'). No entanto, o capital 1 realiza duas rotações anuais, e o capital 2 realiza apenas uma rotação anual, com o resultado de que a taxa de lucro anual (L') do capital 1 é o dobro da do capital 2.

> Disso resulta, portanto, que, em capitais de igual composição percentual, taxa igual de mais-valor e igual jornada de trabalho, a relação entre as taxas de lucro de dois capitais é inversa à relação entre seus tempos de rotação. (MARX, CIIIa, p. 99).

A razão de um menor tempo de rotação estar associado a uma maior taxa de lucro está no fato de que o encurtamento do tempo de rotação confere uma eficácia aumentada ao capital variável na produção do mais-valor. Por exemplo, dada uma mesma taxa de mais-valor de 100%, um capital variável de 500 que efetua 10 rotações por ano, um capital variável de 1000 que efetua 5 rotações por ano e um capital variável de 5000 que efetua 1 rotação por ano produzem a mesma massa de mais-valor de 5000.

4.1.3 Lucro tal como aparece para o capitalista

Na seção 7 do capítulo 1, Marx apresenta o lucro tal como este aparece para o burguês ou o capitalista.

Ao longo de todo o capítulo 1, assume-se que a massa de lucro apropriada em cada esfera de produção particular é igual à soma do mais-valor produzido pelo capital total aplicado nessa esfera. No entanto, devido a duas razões, o burguês não concebe o lucro como sendo idêntico ao mais-valor, isto é, ao mais-trabalho não pago; em outras palavras, ele não reconhece que a fonte da valorização de seu valor encontra-se na exploração do trabalho.

Primeiramente, porque no processo de circulação, ele esquece o processo de produção, e a realização do valor das mercadorias, na qual a realização de seu mais-valor está inclusa, é vista por ele como a criação desse mais-valor.

Em segundo lugar, porque, assumindo o mesmo grau de exploração do trabalho e ignorando todas as modificações introduzidas pelo sistema de crédito, toda fraude e trapaça mútuas entre os próprios capitalistas e qualquer escolha vantajosa de mercados, a taxa de lucro pode ser muito diferente de acordo com as seguintes circunstâncias: se as matérias-primas são compradas baratas ou caras e se são de boa ou má qualidade; se a maquinaria empregada é produtiva, adequada e barata; se o arranjo geral do processo de produção em seus vários estágios

é mais ou menos satisfatório, com desperdício de material evitado e administração mais ou menos simples e efetiva e, finalmente, se há ordem ou desordem, regularidade ou falta desta. Tem-se assim que, dado o mais-valor que corresponde a um certo capital variável, isto é, um certo capital que é despendido em salários, depende muito da visão de negócios do indivíduo, seja do próprio capitalista ou de seu gerente, se esse mesmo mais-valor é expresso numa maior ou menor taxa de lucro e, portanto, se ele entrega um maior ou menor montante de lucro. A tabela 4.4 abaixo apresenta dados que permitem exemplificar essa situação:

Tabela 4.4: Lucro como este aparece para o capitalista

	Capital 1	**Capital 2**
C = c + v	10000	12000
c	9000	11000
v	1000	1000
m	1000	1000
m'	100%	100%
l'	10%	8,33%

Fonte: elaboração própria do autor a partir de Marx (CIIIb, p. 247).

Nesse exemplo, cada 1000 do capital 1 rendem um lucro de 100, e cada 1000 do capital 2 rendem um lucro de 83,33. O capital total 1 produz mais lucro que o capital total 2 porque possui uma taxa de lucro maior, embora o capital variável adiantado e o mais-valor extraído deste sejam o mesmo em ambos os casos e exista, assim, em cada caso, uma exploração igual do mesmo montante de trabalho. Essa variação na maneira como a mesma massa de mais-valor é apresentada, ou a variação na taxa de lucro e, portanto, no próprio lucro, com a mesma exploração do trabalho, também pode derivar de outras fontes, por exemplo: diferenças na localidade em que o negócio está situado e na quantidade de talento administrativo e de habilidade e capacidade para os negócios do capitalista ou do gerente. Essa circunstância engana o capitalista, impedindo-o de compreender qual é a verdadeira fonte de seu lucro.

> And this circumstance *misleads* the capitalist by convincing him that his profit is due not to the exploitation of labour, but at least in part also to other circumstances independent of this, such as his own individual activities, etc. (MARX, CIIIb, p. 247).

Os argumentos desenvolvidos no capítulo 1 mostram a incorreção da visão de acordo com a qual uma mudança na magnitude do capital pode permanecer sem efeito sobre a proporção entre capital e lucro e, portanto, sobre a taxa de lucro, porque se a massa de lucro

crescer o mesmo deve acontecer com a massa ou a magnitude do capital sobre o qual ele é calculado, e vice-versa:

$$nC \rightarrow nm \rightarrow nm/nC = m/C = l'$$

Isso é verdadeiro apenas em dois casos. Primeiramente, se houver uma depreciação ou apreciação do ouro, a mercadoria-dinheiro. Nesse caso, não ocorre nenhuma mudança nas magnitudes do valor do capital e do mais-valor, mas apenas uma mudança na expressão monetária de ambos; C e m variam na mesma proporção e l' = m/C permanece constante. Trata-se de uma mudança aparente na magnitude do capital. Em segundo lugar, se houver uma mudança na magnitude do valor do capital sem mudança na composição do capital ou na razão v/c. Nesse caso, dados m' e v/c constantes, c, v, C e m variam na mesma proporção e l' = m/C permanece constante. Trata-se de uma mudança real na magnitude do capital, sem mudança na magnitude relativa dos componentes do capital (capital constante e capital variável).

Deixando de lado esses dois casos, uma mudança na magnitude do capital é o resultado ou a causa de uma mudança na magnitude relativa de seus componentes. Assim, uma mudança na magnitude do capital deve ser acompanhada por uma mudança simultânea na taxa de lucro:

$$nC \rightarrow \updownarrow l'$$

4.2 Transformação do lucro em lucro médio

No capítulo 2 do livro III (MARX, CIIIb) ou seção II do livro III (MARX, CIIIa), Marx apresenta a transformação do lucro em lucro médio. As seções do capítulo 2 do manuscrito original de Marx (MARX, CIIIb) correspondem exatamente aos capítulos da seção II da edição de Engels (MARX, CIIIa) do livro III de *O capital*, o que dispensa a necessidade de apresentar um quadro comparativo entre ambos.

4.2.1 Concorrência, taxa geral de lucro e preço de produção

Na seção 1 do capítulo 2, Marx apresenta a diferença entre as composições orgânicas dos capitais de diferentes ramos de produção como causa de variação nas taxas de lucro.

No capítulo 1, viu-se que a taxa de lucro pode sofrer variação, subindo ou caindo, enquanto a taxa de mais-valor permanece constante. No capítulo 2, assume-se que a taxa de

mais-valor ou o grau de exploração do trabalho é uma magnitude dada e constante e que a taxa de mais-valor, a duração da jornada de trabalho e os salários são os mesmos em todas as esferas de produção entre as quais o trabalho social é dividido num dado país. Conforme Marx, "*The object of this chapter is simply to present the way in which a general rate of profit is arrived at within one particular country.*" (MARX, CIIIb, p. 251). As distinções entre as taxas de mais-valor em diferentes países ou entre os diferentes níveis nacionais de exploração do trabalho ficam fora do escopo desta investigação. A variação nas taxas nacionais de lucro resulta tanto das diferenças nas taxas nacionais de mais-valor como de circunstâncias em que o mais-valor é assumido como constante em todo lugar.

No capítulo 1, viu-se que, se a taxa de mais-valor é tomada como constante, a taxa de lucro rendida por um capital particular pode subir ou cair como resultado i) de circunstâncias que aumentam ou diminuem o valor do capital constante e, dessa maneira, afetam a razão entre os componentes constante e variável do capital como um todo e ii) de circunstâncias que prolongam ou encurtam o tempo de rotação do capital. Tinha-se também que o montante de lucro era idêntico ao montante de mais-valor e, portanto, não era afetado por flutuações no valor do capital constante; estas apenas modificavam a magnitude relativa do lucro, isto é, sua magnitude comparada com a magnitude do capital adiantado, ou a taxa de lucro. Segue-se disso que as taxas de lucro nas diferentes esferas de produção devem diferir se, *coeteris paribus*, i) as relações de valor entre os componentes dos capitais nelas investidos diferirem ou ii) os tempos de rotação desses capitais diferirem.

> It was shown in the previous chapter that, given a constant degree of exploitation of labour, the rate of profit *alters* with changes in the value of the components of the constant capital, as well as with changes in the capital's circulation time.[53] From this it follows naturally that ***rates of profit*** **in different spheres of production that exist simultaneously alongside one another will *differ* if, other things remaining equal, either the circulation times of the capitals invested differ, or the *value relation* between the components of these capitals differs in different branches of production.** (MARX, CIIIb, p. 251-252, grifo nosso).

O que no capítulo 1 foram vistas como mudanças que ocorrem ao longo do tempo no mesmo capital são agora consideradas, no capítulo 2, como distinções entre diferentes investimentos de capital que existem uns ao lado dos outros nas diferentes esferas de produção. Tem-se de investigar agora: i) as diferenças na composição orgânica dos capitais e ii) as

[53] Como se verá adiante, em seu manuscrito original do livro III, Marx emprega por diversas vezes a expressão "tempo de circulação" designando, na verdade, o tempo de rotação.

diferenças no tempo de rotação dos capitais. Em toda a investigação do capítulo 2, quando se fala da composição orgânica e do tempo de rotação do capital num ramo de produção específico, refere-se sempre à situação média e normal do capital nele investido e à média do capital total investido na esfera em questão, e não às diferenças acidentais entre os capitais individuais investidos.

Dado que se assume que a taxa de mais-valor e a jornada de trabalho são constantes, tem-se que uma certa quantidade de capital variável expressa uma certa quantidade de capacidade de trabalho e, portanto, uma certa quantidade de trabalho posta em movimento. Assim, o capital variável serve, como sempre quando os salários são tomados como constantes, como um índice da massa de trabalhadores posta em movimento por um certo capital total. Portanto, variações na magnitude do capital variável aplicado servem como índices de variações na massa de força de trabalho aplicada.

Composição orgânica do capital (COC). Por composição orgânica do capital, denota-se a razão entre o capital constante e o capital variável, isto é, entre, respectivamente, os componentes passivo e ativo do capital total:

$$COC = \frac{c}{v} \qquad \text{(Equação 7.1)}$$

Duas relações estão envolvidas na composição orgânica, as quais não têm a mesma importância, embora possam, em certas circunstâncias, produzir o mesmo efeito: a composição técnica do capital (CTC) e a composição de valor do capital (CVC).

> By *organic composition* of capital we mean the ratio between its passive and its active component, between *constant* capital and *variable* capital. Two relationships are involved in this organic composition, which are not of equal importance, even though they may in certain circumstances produce the same effect. (MARX, CIIIb, p. 252).

Composição técnica do capital (CTC). Essa relação tem uma base tecnológica e deve ser tomada como dada e constante num estágio particular do desenvolvimento da produtividade. Trata-se da proporção entre uma certa quantidade de força de trabalho (um número definido de trabalhadores ou um montante definido de trabalho vivo) e uma massa definida de meios de produção – maquinaria, matéria-prima, etc. – (uma quantidade definida de meios de produção ou um montante definido de trabalho já realizado nos meios de produção) requerida para produzir um certo volume de produtos. Tal proporção pode variar muito entre diferentes esferas

de produção e entre diferentes ramos de uma mesma indústria, embora também possa acontecer de ela ser a mesma ou aproximadamente a mesma em ramos da indústria que são muito distantes. Ela constitui a verdadeira base da composição orgânica do capital.

Composição de valor do capital (CVC). É possível que a proporção entre capital constante e capital variável seja a mesma em dois ramos diferentes da indústria, na medida em que o capital constante serve como um índice do volume de meios de produção e o capital variável serve como um índice da força de trabalho, mas, devido ao fato de que os meios de produção de um ramo (por exemplo, a produção de cobre) são mais caros que os de outro (por exemplo, a produção de ferro), a relação de valor entre o capital constante e o capital variável é diferente em cada caso, havendo assim uma diferença na proporção em que uma dada quantidade de capital total é dividida entre capital constante e capital variável, isto é, uma diferença em sua composição.

A distinção entre a composição técnica e a composição de valor revela-se pela possibilidade de que uma das duas varie enquanto a outra permanece constante:

> The distinction between *technological composition* and the mere value ratio between the components shows itself in every branch of industry by the way the *value ratio* may change while the *technological composition remains constant*, while, with a changed *technological composition*, the *value ratio* may remain the same; the latter, of course, happens only if the change in the ratio of the quantities of variable and constant capital applied is paralysed by a contrary change in their values. (MARX, CIIIb, p. 253).

Por um lado, assume-se que o capital variável é simplesmente um índice de um montante definido de força de trabalho, um número definido de trabalhadores (t) ou uma massa definida de trabalho vivo postos em movimento. Tomando-se a taxa de mais-valor, a jornada de trabalho e os salários (w) constantes, não pode ocorrer de mudanças na magnitude do valor do capital variável representarem um maior ou menor preço pelo mesmo montante de trabalho. (v = t.w; w constante). Por outro lado, uma diferença na magnitude do capital constante pode ser simplesmente um índice para uma mudança no montante dos meios de produção postos em movimento (qtd) por uma certa quantidade de força de trabalho, mas também pode surgir de uma diferença no valor do material posto em movimento (val) em uma esfera de produção em comparação com o de outras esferas. (c = qtd.val; val variável). O exemplo numérico a seguir ilustra essa situação:

w semanal = £1/1 trabalhador

JT = 10ht, JT semanal = 60ht
m’ = 100%
£1 = 30ht

Tabela 4.5: Capital variável e trabalho

v	1	100
m	1	100
Trabalhadores empregados por uma semana	1	100
Semanas de trabalho	1	100
Trabalho vivo posto em movimento	60ht	6000ht
v+m	£2	£200
Semanas de trabalho necessário	0,5	50
Trabalho necessário posto em movimento	30ht	3000ht
v	£1	£100
Semanas de mais-trabalho	0,5	50
Mais-trabalho posto em movimento	30ht	3000ht
m	£1	£100

Fonte: elaboração própria do autor a partir de Marx (CIIIb, p. 254).

v = 100 { 3000ht ou £100: quantidade definida de trabalho objetivado
6000ht ou £200: massa de trabalho vivo posta em movimento

Embora o salário de £100 não expresse o valor em que o trabalho semanal de 100 trabalhadores é objetivado, ele ainda indica, uma vez que a taxa de mais-valor e a duração da jornada de trabalho são dadas, que 100 trabalhadores são postos em movimento por esse capital e, com esses 100 trabalhadores, 100 semanas de trabalho de 60 horas ou 6000 horas de trabalho. Há uma distinção fundamental a ser feita entre o capital variável, ou o capital despendido em salários, na medida em que seu valor, a soma dos salários pagos, representa uma *quantidade definida de trabalho objetivado* (3000ht), e esse mesmo capital variável na medida em que seu valor é simplesmente um *índice da massa de trabalho vivo posta em movimento* por ele (6000ht). Este último é sempre maior que o trabalho contido no capital variável e é também, portanto, expresso num valor maior (£200) que seu próprio valor (£100), num valor que é determinado, por um lado, pelo número de trabalhadores que esse capital variável põe em movimento e, por outro lado, pela quantidade de mais-trabalho que eles executam.

O exemplo numérico a seguir parte dos dados do exemplo anterior e apresenta o efeito da diferença na composição técnica do capital (CTC) sobre a taxa de lucro:

Tabela 4.6: Composição técnica do capital e taxa de lucro

	Esfera A	**Esfera B**	**Esfera A'**
C	700	700	7000
c	600	100	6000
v	100	600	1000
m	100	600	1000
l' = m/C	14,28%	85,71%	14,28%
Trabalhadores empregados por uma semana	100	600	1000
Semanas de trabalho **Trabalho vivo posto em movimento** **v+m**	100 6000ht £200	600 36000ht £1200	1000 60000ht £2000
Semanas de trabalho necessário **Trabalho necessário posto em movimento** **v**	50 3000ht £100	300 18000ht £600	500 30000ht £1000
Semanas de mais-trabalho **Mais-trabalho posto em movimento** **m**	50 3000ht £100	300 18000ht £600	500 30000ht £1000

Fonte: elaboração própria do autor a partir de Marx (CIIIb, p. 255).

O capital variável, diferentemente do capital constante, não é apenas um índice do trabalho que ele mesmo contém, mas também, ao mesmo tempo, do mais-trabalho ou trabalho excedente que ele põe em movimento acima desse montante. Embora o capital total seja o mesmo nas esferas A e B (C = 700), o capital variável é seis vezes maior na esfera B (v = 600) do que na esfera A (v = 100). Assim, o trabalho vivo posto em movimento, o mais-trabalho, o mais-valor, o lucro e a taxa de lucro são seis vezes maiores em B do que em A. Se o capital total de A aumenta de 700 para 7000, mantendo-se a mesma composição orgânica, a taxa de lucro de A não se altera, permanecendo um sexto da de B. Para cada 700 do capital de 7000, A continua a pôr em movimento um sexto do trabalho vivo e do mais-trabalho e a produzir um sexto do mais-valor e do lucro de B. Com iguais montantes ou partes alíquotas de capital, as taxas de lucro são diferentes, dado que, a uma mesma taxa de mais-valor ou um mesmo grau de exploração do trabalho, as massas de mais-valor e, portanto, de lucro que são produzidas são diferentes como resultado das diferentes massas de trabalho vivo postas em movimento.

O exemplo numérico a seguir apresenta o efeito da diferença na composição de valor do capital (CVC) sobre a taxa de lucro:

Tabela 4.7: Composição de valor do capital e taxa de lucro

	Esfera A	**Esfera B**
C	300	500
c	200	400
v	100	100
m	100	100
l' = m/C	33,33%	20%
Meios de produção usados por uma semana	x	x
Trabalhadores empregados por uma semana	100	100

Fonte: elaboração própria do autor a partir de Marx (CIIIb, p. 255-256).

O mesmo resultado segue se as relações tecnológicas são as mesmas, mas o valor da massa do capital constante aplicado é diferente nas esferas A e B, isto é, se ambas as esferas possuem a mesma composição técnica do capital, mas composições de valor diferentes. Nesse exemplo, A e B empregam a mesma quantidade de trabalhadores (100 por £100) e usam a mesma quantidade de meios de produção – maquinaria e matéria-prima –, mas estes são mais baratos em A (x por £200) do que em B (x por £400). O mais-valor ou o lucro produzidos são o mesmo em A e B (£100), mas a taxa de lucro de A (33,33%) é maior do que a de B (20%). Para cada 100 do capital total de 300 de A, 33,33 formam o capital variável; e para cada 100 do capital total de 500 de B, 20 formam o capital variável. As quantidades de trabalho vivo postas em movimento por montantes iguais dos capitais totais de A e B são, portanto, diferentes, porque o capital variável e o capital constante entram na composição desses capitais em proporções diferentes. A produz mais e B produz menos lucro para cada 100 de capital total, porque A põe mais e B põe menos trabalho vivo e, consequentemente, mais-trabalho em movimento. Assim, a diferença na taxa de lucro é, nesse caso, novamente reduzida a uma diferença na massa de mais-valor ou lucro produzida por cada 100 unidades de capital investido.

A distinção entre os dois últimos exemplos é a seguinte: no segundo, a equalização entre A e B requer não mais do que uma mudança no valor do capital constante, seja em A ou em B, com a base tecnológica permanecendo a mesma; no primeiro, a composição tecnológica difere entre A e B e tem de ser alterada para que tal equalização ocorra.

Marx afirma que a composição orgânica do capital também pode ser expressa como a proporção em que o capital total é dividido entre capital constante e capital variável em termos de porcentagens:

> Since the result is in practice the same, when we refer to the *organic composition* of capital we always mean the proportion in which the total amount of capital invested

> in different spheres of production is divided into, or consists of, constant and variable capital viewed in terms of percentages. (MARX, CIIIb, p. 256).

$$COC = c/C, v/C \qquad \text{(Equação 7.2)}$$

De maneira geral, tem-se o seguinte resultado para a relação entre as composições orgânicas dos capitais investidos em diferentes esferas e suas taxas de lucro:

1) Esfera de produção C: consiste de c e v; taxa de mais-valor: m'
2) Esfera de produção C': consiste de c' e v'; taxa de mais-valor: m'
3) Esfera de produção C'': consiste de c'' e v''; taxa de mais-valor: m'

Assume-se que a taxa de mais-valor é a mesma em todos os três casos e que C = C' = C'' = 100. Dado que c+v = c'+v' = c''+v'' = 100, se: v > v' > v'', então: c < c' < c'', m > m' > m'' e m/(c+v) > m'/(c'+v') > m''/(c''+v'').

A variação da taxa de lucro não tem nada a ver com diferenças na magnitude dos capitais totais, mas com a composição dos capitais de quaisquer magnitudes, isto é, com a razão entre o capital constante e o capital variável ou a participação percentual de cada um destes no capital total.

> Differing organic compositions of capitals are thus independent of whether the amount of differently composed capital applied is in one sphere of production *n* x 100, in another *mn* x 100 and in yet another 1/5*n* x 100. The only question is always what is the percentage of variable capital in relation to the constant capital. (MARX, CIIIb, p. 257).

A razão pela qual capitais totais com diferentes composições orgânicas apresentam diferentes taxas de lucro resume-se ao fato de que quantidades iguais desses capitais contêm quantidades diferentes de capital variável e, portanto, põem em movimento quantidades diferentes de trabalho vivo e de mais-trabalho, produzindo quantidades diferentes de mais-valor:

> *Capitals of different magnitudes reduced to percentages*, or, and this is exactly the same here, *capitals of the same size*, operating with the same working day and the same degree of exploitation of labour, thus produce *very different amounts of surplus-value, and therefore of profit*. This is because their variable portions differ according to the differing organic composition of capitals in different spheres of production, which means that different quantities of living labour are set in motion, and hence also different quantities of surplus labour or unpaid labour, which forms the substance of

> surplus-value and therefore of profit, which is identical with surplus-value, considered quantitatively, are absorbed or appropriated (or realised) by those capitals. Equal-sized portions of the total capital in different spheres of production embody sources of surplus-value of unequal size, and the only source of surplus-value is living labour. At any given level of exploitation of labour, the mass of labour set in motion by a capital of 100, and thus also the surplus labour it will appropriate, depends on the size of its variable component. […] Since capitals of equal size in different spheres of production, are, when considered in percentage terms, unequally divided into a constant and a variable element, and set in motion unequal amounts of living labour, hence producing different amounts of surplus-value or profit, *the rate of profit*, which consists precisely of the surplus-value calculated as a percentage of the total capital, *is different in each case*. (MARX, CIIIb, p. 257-258).

Se em diferentes esferas de produção capitais totais de tamanhos iguais apresentam taxas de lucro desiguais como resultado de suas diferentes composições orgânicas, segue-se que nas diferentes esferas os lucros são desiguais e não são proporcionais às magnitudes dos capitais. Se os lucros fossem proporcionais aos tamanhos dos capitais totais, a taxa de lucro deveria ser a mesma para todos os capitais, e capitais de tamanho igual deveriam render lucros iguais, apesar de sua composição orgânica variada nas diferentes esferas. Portanto, é apenas dentro da mesma esfera de produção, onde a composição orgânica do capital é dada, ou entre diferentes esferas de produção com a mesma composição orgânica do capital que a massa do lucro guarda uma proporção direta com a massa do capital total aplicado.

O argumento acima assume que as mercadorias são vendidas por seus valores. Viu-se que o valor de uma mercadoria (V) é igual à soma do valor do capital constante contido nela (c), do valor do capital variável reproduzido nela (v) e do incremento sobre esse capital variável, o mais-valor produzido ou o mais-trabalho apropriado no processo de produção (m). Dada a taxa de mais-valor ou o grau de exploração do trabalho, a massa do mais-valor depende da massa do capital variável e, consequentemente, da quantidade de trabalhadores empregados. Assim, por exemplo, dada uma taxa de mais-valor de 100% e dados dois capitais totais iguais a 100 e compostos de, respectivamente, i) 90c + 10v e ii) 10c + 90v, tem-se que os mais-valores ou os lucros criados por esses capitais são iguais a, respectivamente, i) 10m e ii) 90m, de maneira que as mercadorias por eles produzidas valem, respectivamente, i) 90c + 10v + 10m = 110 e ii) 10c + 90v + 90m = 190. Por sua vez, se essas mercadorias são vendidas por seus valores, as taxas de lucro correspondentes a esses capitais são iguais a, respectivamente, i) 10/100 = 10% e ii) 90/100 = 90%.

De acordo com Marx, se capitais totais de tamanhos iguais e com diferentes composições orgânicas produzissem o mesmo mais-valor ou lucro e, portanto, apresentassem a mesma taxa de lucro, "[...] *it would be as clear as day that surplus-value and hence value in*

general had a completely different source from labour, and with this any rational basis for political economy would fall to the ground." (MARX, CIIIb, p. 257). Os mais-valores ou lucros produzidos por esses capitais e suas taxas de lucro devem ser diferentes, pois "*If it were to be otherwise, value and surplus-value would have to be something other than materialised [materialisierte] labour.*" (MARX, CIIIb, p. 257).

Viu-se previamente, ao se tratar do processo de circulação, que capitais totais de tamanhos iguais podem produzir mercadorias de valores desiguais porque o capital constante é desigualmente dividido entre capital fixo e capital circulante, de maneira que seu valor é desigualmente transferido ao produto. Pode-se ver agora que capitais totais de tamanhos iguais podem produzir mercadorias de valores desiguais porque o capital total é desigualmente dividido entre capital constante e capital variável, de maneira que se produzem mais-valores desiguais. Segue-se, tomando-se essas duas proposições em conjunto: i) que capitais de tamanhos iguais em diferentes ramos da indústria podem produzir valores desiguais e, ao mesmo tempo, mais-valores iguais, apresentando taxas de lucro iguais (no exemplo abaixo: capital 1 e capital 2); e ii) capitais de tamanhos iguais em diferentes ramos da indústria podem produzir valores iguais e, ao mesmo tempo, mais-valores desiguais, apresentando taxas de lucro desiguais (no exemplo abaixo, capital 1 e capital 3). O exemplo numérico a seguir ilustra essa situação assumindo uma taxa de mais-valor igual a 100% para todos os capitais:

Tabela 4.8: Capital fixo e capital circulante, capital constante e capital variável, valor e taxa de lucro

	Capital 1	**Capital 2**	**Capital 3**
C	12000	12000	12000
c	11000	11000	11500
cf	6000	3000	5500
Depreciação do cf	250	125	250
cc	5000	8000	6000
v	1000	1000	500
m	1000	1000	500
V	**7250**	**10125**	**7250**
l'	**8,33%**	**8,33%**	**4,16%**

Fonte: elaboração própria do autor a partir de Marx (CIIIb, p. 260).[54]

[54] Nessa tabela, os dados numéricos referentes ao capital 3 foram modificados em relação ao texto de Marx a fim de apresentar corretamente a questão.

Esse exemplo mostra que a proporção em que o capital constante divide-se entre capital fixo e capital circulante é irrelevante para a determinação da taxa de lucro, embora seja relevante para a determinação do valor.

Tempo de rotação. Afora a diferença nas composições orgânicas dos capitais, existe uma fonte adicional de desigualdade entre as taxas de lucro, qual seja, a variação nos tempos de rotação dos capitais: "[…] *there is a further source of inequality between rates of profit: the variation in periods of circulation or turnover of capitals of equal size, or, and this is the same thing, capitals of unequal size viewed in percentage terms, in the different spheres of production.*" (MARX, CIIIb, p. 261).

Embora nesse contexto Marx empregue frequentemente a expressão "tempo de circulação", explica que nesse caso o tempo de circulação inclui o tempo de produção, dado que cada fase em que o capital passa da transformação do dinheiro em seus elementos materiais (D-M) para a reconversão do produto em dinheiro e, portanto, também para a realização do mais-valor (M'-D') forma uma fase de sua circulação geral ou rotação. Portanto, Marx refere-se mais precisamente ao tempo de rotação, o qual, conforme se viu, compreende o tempo de produção e o tempo de circulação, consistindo da unidade de ambos. Ao contrário do tratamento dado à composição orgânica do capital, a questão do efeito do tempo de rotação sobre a taxa de lucro não é examinada em detalhes por Marx no livro III de *O capital*; essa questão é mais bem examinada no livro II e no capítulo 4 da seção I da edição de Engels do livro III (MARX, CIIIa), o qual foi integralmente redigido por Engels.

Dado que a taxa de lucro é determinada pelo montante de lucro que é criado durante um dado período, se o capital A precisa de um tempo 2t para realizar um lucro l, e o capital B, de magnitude igual a A, produz l num tempo t, tem-se:

Tabela 4.9: Tempo de rotação e taxa de lucro

	Tempo	**Lucro**
Capital B	t	l
Capital B	2t	2l
Capital A	2t	l
Capital A	t	l/2
2 capitais A	t	l

Fonte: Marx (CIIIb, p. 261).

Nesse exemplo, tem-se que o tempo de rotação do capital A é o dobro do tempo de rotação do capital B, de maneira que, no mesmo período de tempo, A produz a metade do lucro

de B. Logo, a taxa de lucro de A é a metade da taxa de lucro de B. Segue-se, portanto, que no caso de A o dobro de capital é requerido, relativamente ao caso de B, para produzir o mesmo lucro no mesmo período de tempo. "*Differences in turnover time are thus a further reason why capitals of equal size do not produce equally large profits in equal periods of time, and why rates of profit thus vary between the different spheres.*" (MARX, CIIIb, p. 261).

Viu-se que a proporção em que o capital constante divide-se entre capital fixo e capital circulante não afeta de maneira alguma a taxa de lucro. Ela apenas pode afetá-la: i) se essa diferente composição condiciona ou coincide com uma diferente razão entre o capital constante e o capital variável ou ii) se ela envolve uma diferença no tempo de rotação que se leva para realizar um certo lucro. Em ambos os casos, a variação na taxa de lucro deve-se não às diferentes razões entre os elementos fixos e circulantes, mas às diferentes proporções entre os componentes constante e variável ou aos diferentes tempos de rotação dos capitais. No segundo caso, é importante distinguir entre o *tempo de rotação total do capital*, isto é, o tempo em que o capital adiantado roda completamente, e o *tempo de rotação em que o capital realiza um certo lucro*. Embora a proporção entre capital fixo e capital circulante possa ter efeitos importantes sobre o tempo de rotação total do capital, ela não necessariamente tem efeitos sobre o tempo de rotação em que o capital realiza um certo lucro.

> […] The two capitals realise equal profits in equal *circulation times*, although they require different *circulation times* to turn over *completely*. (The differences in circulation time are only significant in themselves to the extent that they affect the mass of surplus-value that *the same capital* can appropriate and realise in a *given time*.) (MARX, CIIIb, p. 262-263).

Tem-se, portanto, que a proporção em que o capital constante divide-se entre capital fixo e capital circulante é irrelevante para a determinação da taxa de lucro. O que é decisivo para tal é a proporção em que o capital total divide-se entre capital constante e capital variável, enquanto o valor do capital constante e, portanto, sua magnitude relativa em relação ao capital variável, não depende do caráter fixo ou circulante de seus componentes. Apesar disso, verifica-se na prática uma correlação entre elevadas participações de capital fixo no capital constante e elevadas participações de capital constante no capital total, o que pode levar a conclusões equivocadas.

> ***Thus the differing proportions* of circulating and fixed capital, of which *constant capital is composed*, in the different branches of industry, do not have any bearing in themselves on the rate of profit; what is decisive is the ratio between the variable capital and the constant**, while the *value of the constant capital*, and thus

> its relative magnitude in relation to the *variable*, is absolutely independent of the fixed or circulating character of its components. We do find, however, in practice – and this may lead to incorrect conclusions – that where fixed capital is strongly developed, this is simply an expression of the fact that production is pursued on a large scale and therefore that *constant capital* is very much predominant over *variable*, in other words that the living labour-power applied is small in comparison with the volume of means of production that it sets in motion. (MARX, CIIIb, p. 264-265, grifo nosso).

Por fim, Marx encerra a seção afirmando a existência de uma contradição entre a lei do valor, tal como formulada nos livros I e II de *O capital*, que prevê que as mercadorias sejam vendidas por seus valores, e a realidade fenomenal do modo de produção capitalista, que exibe a tendência à formação de uma taxa de lucro igual para todos os investimentos de capital como um resultado necessário da concorrência entre os capitais. Ocorre que se as mercadorias são vendidas por seus valores, os capitais de diferentes ramos de produção devem apresentar taxas de lucro diferentes, em virtude de suas diferentes composições orgânicas e de seus diferentes tempos de rotação. Tem-se assim uma aparente incompatibilidade entre a lei do valor e o fenômeno da concorrência intercapitalista, parecendo ser impossível uma conciliação de ambos.

> We have shown, therefore, that in different branches of industry *different profit rates* prevail, corresponding to the different organic composition of capitals and, within the previously indicated limitations, corresponding also to their different circulation times, and that it is only for capitals of *the same organic composition* – assuming equal circulation times – that the law holds good, as a general tendency, that *profits stand in direct proportion to the size of the capitals*, and therefore that *capitals of equal size yield equal profits in the same period of time*. The above argument is true on the same basis as our whole investigation so far: that commodities are sold at their *values*. There is no doubt, however, that in actual fact, ignoring inessential, accidental circumstances that cancel each other out, no such variation exists between different branches of industry, and it could not exist without abolishing the entire system of bourgeois production. **The *theory of value* thus appears to be incompatible with *the actual movement*, incompatible with the actual phenomena of production, and it might seem that we must abandon all hope of understanding these phenomena.** (MARX, CIIIb, p. 265, grifo nosso).

Tem-se do capítulo 1 que os preços de custo são os mesmos para as mercadorias de diferentes esferas de produção se iguais porções de capital são consumidas em sua produção, não importando o quão diferentes as composições orgânicas desses capitais possam ser, pois no preço de custo a distinção entre capital variável e capital constante está abolida para o capitalista. Uma mercadoria para cuja produção ele deve gastar £100 custa-lhe o mesmo, gaste ele 90c + 10v ou 10c + 90v. Portanto, considerando-se que todo o capital investido é consumido

na produção, os preços de custo são os mesmos para capitais de igual tamanho em diferentes esferas, por mais que os valores e os mais-valores que eles produzem possam diferir. Essa igualdade nos preços de custo forma a base para a concorrência entre os investimentos de capital por meio da qual um lucro médio é produzido.

Na seção 2 do capítulo 2, Marx apresenta a formação da **taxa geral de lucro** e do **lucro médio** por meio da transformação de valores em **preços de produção**.

Viu-se que a composição orgânica do capital (COC) depende de dois fatores: primeiramente, da proporção tecnológica entre a força de trabalho e os meios de produção aplicados, isto é, da composição técnica do capital (CTC) e, em segundo lugar, do preço desses meios de produção nas diferentes esferas de produção, isto é, da composição de valor do capital (CVC). Além disso, viu-se que a composição orgânica do capital pode ser considerada em termos percentuais; por exemplo, a composição orgânica de um capital total que consiste de quatro quintos de capital constante e um quinto de capital variável pode ser expressa pela fórmula "80c, 20v", em que c representa a parte constante e v representa a parte variável do capital. Neste capítulo, assume-se uma taxa de mais-valor inalterada de 100%. Assim, o capital de 80c + 20v rende um mais-valor de 20m, o que produz uma taxa de lucro sobre o capital total de 20%.

O valor das mercadorias produzidas por um capital depende de quão grande é a parte fixa do capital constante e de quanto dela entra no produto como depreciação. Esse fato, no entanto, é completamente indiferente no que diz respeito à taxa de lucro. Em sua exposição da formação da taxa geral de lucro e da transformação de valores em preços de produção, Marx apresenta três diferentes tabelas, as quais são reproduzidas abaixo. Inicialmente, na primeira tabela, por uma questão de simplicidade, Marx assume que em todos os casos o capital constante entra como um todo no produto anual dos capitais; depois, na segunda e na terceira tabelas, apresenta exemplos em que apenas a depreciação é incluída, o que significa que uma parte muito menor do valor do capital constante entra no produto anual. Marx também assume que os capitais de diferentes esferas de produção realizam anualmente o mesmo montante de mais-valor em proporção ao tamanho de seus componentes variáveis, ignorando as diferenças que podem ser produzidas pela variação nos tempos de rotação; este ponto é abordado muito brevemente mais tarde.

Feitas essas suposições, tomam-se cinco diferentes esferas de produção, cada uma com uma diferente composição orgânica para o capital nelas investido:

Tabela 4.10: Primeira tabela da transformação de Marx

		m’	m	V	l’
I	80c + 20v	100%	20	120	20%
II	70c + 30v	100%	30	130	30%
III	60c + 40v	100%	40	140	40%
IV	85c + 15v	100%	15	115	15%
V	95c + 5v	100%	5	105	5%

Fonte: Marx (CIIIb, p. 266).

Tem-se assim, com uma exploração do trabalho uniforme, taxas de lucro muito diferentes nas diferentes esferas de produção, taxas que correspondem às diferentes composições orgânicas dos capitais nessas diferentes esferas.

A partir desses dados, podem-se calcular a taxa geral de lucro e o preço de produção das mercadorias. A soma total dos capitais aplicados nas cinco esferas, ou o capital social total, é igual a 500; a soma total do mais-valor produzido por eles é igual a 110; e o valor total das mercadorias produzidas por eles é igual a 610. Se se tratam os 500 como um único capital, de maneira que os capitais I, II, III, IV e V simplesmente formam diferentes porções deste (como, por exemplo, uma única fábrica de algodão combinada possui diferentes departamentos, por exemplo, a sala de limpeza de algodão, a sala de cardagem, a sala de fiação, a sala de tecelagem etc., os quais apresentam diferentes proporções entre o capital constante e o capital variável) e o produto total de 610 é simplesmente dividido sob os títulos de I a V, tem-se que a composição média do capital de 500 é de 390c, 110v ou, para um capital total igual a 100, 78c, 22v. Tratando os capitais de 100 cada um como simplesmente um quinto do capital total, sua composição seria essa média de 78c + 22v, de maneira que o mais-valor médio de 22 corresponderia a cada um desses capitais de 100. Assim, a taxa geral ou média de lucro seria 22% e, finalmente, o preço de produção de cada quinto do produto total produzido por esse capital de 500, se, como se assumiu, o valor do capital constante entrasse totalmente no produto anual de cada um dos capitais de I a V, seria igual 122.

O fato de que o capital fixo não é inteiramente consumido é indiferente para a determinação da taxa de lucro, porque esta é calculada sobre a totalidade do capital adiantado e não sobre a parte deste consumida no curso da produção; consequentemente, *coeteris paribus*, o quanto do capital constante cede a totalidade de seu valor ao produto e o quanto dele entra no produto apenas como depreciação é irrelevante para a taxa de lucro. Assumindo, no entanto, que o capital constante em cada caso entra em sua totalidade no produto, as mercadorias

produzidas por cada capital total de 100, consequentemente por cada quinto do capital total adiantado, teriam de ser vendidas a um preço de produção de 122.

Porém, para não chegar a conclusões incorretas, não se deve assumir que todos os preços de custo são iguais a 100. Com 80c + 20v e uma taxa de mais-valor de 100%, o valor total das mercadorias produzidas pelo capital I seria 80c + 20v + 20m = 120, assumindo que o capital constante inteiro entrasse no produto anual. Esse até pode ser o caso em algumas esferas de produção, com certos investimentos de capital, mas dificilmente onde a razão entre o capital constante e o capital variável é igual a 4:1. Portanto, ao se considerarem os valores das mercadorias produzidas por cada diferente capital de 100, deve-se levar em conta o fato de que eles diferem de acordo com a diferente composição do capital constante em termos de seus componentes fixos e circulantes e que os componentes fixos de diferentes capitais podem desgastar-se mais rapidamente ou mais lentamente e, assim, precisar ser substituídos mais rapidamente ou mais lentamente, adicionando quantidades desiguais de valor ao produto no mesmo período. No entanto, isso é indiferente no que diz respeito à taxa de lucro. Se no capital total 80c + 20v os 80c entregam a totalidade de seu valor ao produto anual, ou 50, ou 5, e se o produto anual vale, consequentemente, 80 + 20 + 20 = 120, ou 50 + 20 + 20 = 90, ou 5 + 20 + 20 = 45, em todos esses casos o excedente do valor do produto sobre seu preço de custo, isto é, sobre a parte de seu valor que substitui não mais que o capital constante desgastado e o capital variável adiantado, é igual 20, e em todos esses casos os 20 têm de ser calculados sobre um capital total igual a 100, uma vez que a taxa de lucro é dada pela razão entre o mais-valor e o capital total adiantado, e não pela razão entre o mais-valor e o preço de custo ou o mais-valor e o capital consumido.

Tem-se, portanto, que diferentes capitais produzem mercadorias de diferentes valores independentemente de diferenças no montante de mais-valor que produzem e que a medida precisa em que o capital constante entra ou não entra no produto é completamente indiferente para a determinação da taxa de lucro. Na tabela a seguir, contrariamente à tabela anterior, Marx assume que o capital constante não é inteiramente consumido e que a parte consumida do capital fixo difere entre os capitais de diferentes esferas de produção, de maneira que as mercadorias produzidas nas diferentes esferas possuem diferentes preços de custo:

Tabela 4.11: Segunda tabela da transformação de Marx

		m'	**m**	**l'**	**V**	**pc**
I	80c + 20v	100%	20	20%	90	70
II	70c + 30v	100%	30	30%	111	81
III	60c + 40v	100%	40	40%	131	91
IV	85c + 15v	100%	15	15%	70	55
V	95c + 5v	100%	5	5%	20	15

Fonte: Marx (CIIIb, p. 268).

Novamente, tratando-se os capitais de I a V como um único capital social total, tem-se que sua composição é igual a 390c + 110v, ou 78c, 22v em termos percentuais, e que o mais-valor médio por 100 é igual a 22. Sendo esse mais-valor uniformemente distribuído entre os capitais de I a V, chega-se aos seguintes preços de produção das mercadorias:

Tabela 4.12: Terceira tabela da transformação de Marx

		m'	**m**	**V**	**PP**	**TGL**	**PP-V**
I	80c + 20v	100%	20	90	92	22%	+2
II	70c + 30v	100%	30	111	103	22%	-8
III	60c + 40v	100%	40	131	113	22%	-18
IV	85c + 15v	100%	15	70	77	22%	+7
V	95c + 5v	100%	5	20	37	22%	+17

Fonte: Marx (CIIIb, p. 268).

Tomadas em conjunto, as mercadorias são vendidas a +2 +7 +17 = +26 sobre seu valor e -18 -8 = -26 sob seu valor, de maneira que as divergências entre preço de produção e valor cancelam umas as outras quando o mais-valor é distribuído uniformemente, isto é, por meio da adição do lucro médio de 22 sobre 100 aos respectivos preços de custo das mercadorias de I a V. "*To the same extent that one section of commodities is sold above its value, another is sold below it.*" (MARX, CIIIb, p. 269). E é apenas porque as mercadorias são vendidas a esses preços de produção que as taxas de lucro para os capitais de I a V são iguais a 22%, independentemente de suas diferentes composições orgânicas.

O preço de produção de uma mercadoria (PP), portanto, é dado pela soma de seu preço de custo (pc) com o lucro médio (lm) determinado pela taxa média ou geral de lucro (TGL):

> **The prices that arise when the average of the different rates of profit is drawn from the different spheres of production, and this *average profit* is added to the *cost prices* of these different spheres of production, are *prices of production*.** Their prerequisite is the existence of a *general rate of profit*, and this presupposes in turn

> that the profit rates in each particular sphere of production are average profit rates. These particular rates are s/C in each sphere of production and can only be developed from the *value* of the commodity. In the absence of such a development the general rate of profit (and hence also the production price of the commodity) remains a meaningless and irrational conception. **Thus the *production price* of a commodity equals its cost price + the percentage price added to it in accordance with the general rate of profit, that is to say it is its cost price + the average profit.** (MARX, CIIIb, p. 269, grifo nosso).

Tem-se, portanto, que taxas de lucro muito diferentes prevalecem nos diferentes ramos de produção como resultado de diferenças na composição orgânica dos capitais neles investidos e como resultado, portanto, da circunstância de que, de acordo com a diferente participação percentual da parte variável do capital num capital total de um dado tamanho, montantes muito diferentes de trabalho são postos em movimento por capitais de igual tamanho e, portanto, também montantes muito diferentes de mais-trabalho são apropriados por esses capitais, ou montantes muito diferentes de mais-valor são produzidos por eles. Por meio da concorrência entre os capitais, essas diferentes taxas de lucro são compensadas, de maneira a se obter uma taxa de lucro uniforme para os capitais de todas as esferas, uma taxa geral de lucro que é igual à média das diferentes taxas particulares; então, os capitais de tamanhos dados aplicados em cada uma das esferas, quaisquer que sejam suas composições orgânicas, passam a render um lucro médio de acordo com essa taxa geral de lucro, e as mercadorias por eles produzidas passam a ser vendidas por seus preços de produção, dados pela soma de seus preços de custo com o lucro médio:

> These different rates of profit in the different spheres of social production are balanced out by *competition* to give a *general rate of profit* which is the *average* of all the different rates. The profit that falls to a capital of a given size according to this general rate of profit, whatever its organic composition, we call the *average profit*. **That price of a commodity which is equal to its *cost price plus the average profit* on the *capital applied* in its production (not simply the capital consumed in its production) is its *price of production*.** (MARX, CIIIb, p. 269, grifo nosso).

Assim, os capitalistas nas diferentes esferas, ao venderem suas mercadorias por seu preço de produção, embora recuperem os valores de capital consumidos em sua produção, correspondentes a seus preços de custo, não convertem em dinheiro o mais-valor que é produzido em suas próprias esferas, mas o montante de mais-valor que corresponde à participação de cada parte alíquota do capital total, quando uniformemente distribuído, a partir do mais-valor total que é produzido pelo capital social total em todas as esferas de produção

tomadas em conjunto, correspondente ao lucro médio. Assim, tudo se passa como se o capital social total fosse uma sociedade por ações, e os capitalistas individuais, seus acionistas:

> Here, as far as profit is concerned, the various different capitalists are in the position of mere shareholders in a joint-stock company, in which the dividends are evenly distributed for each 100 units, and hence are distinguished, as far as the individual capitalists are concerned, *only according to the relative size* of the capital that each of them has put *into the common enterprise*, according to his relative participation in the common enterprise, according to the *number of shares he holds*. (MARX, CIIIb, p. 270).

Enquanto o preço de custo, o componente do preço de produção da mercadoria que substitui as partes do capital que são consumidas em sua produção e com o qual esses valores de capital devem ser comprados de volta, é completamente governado pelo dispêndio dentro de cada respectiva esfera de produção, o lucro médio, o outro componente do preço de produção da mercadoria, que é adicionado ao preço de custo, é governado não pela massa de lucro que é produzida por cada capital específico em sua respectiva esfera de produção, mas pela massa de lucro que corresponde em média a cada capital investido como uma parte alíquota do capital social total investido na produção social como um todo durante um dado período de tempo. Se um capitalista vende suas mercadorias por seu preço de produção, ele recupera dinheiro de acordo com o valor do capital que ele consumiu em sua produção e adiciona um lucro a este em proporção ao capital que ele adiantou como uma mera parte alíquota do capital social total. Seu preço de custo é específico, mas o lucro médio adicionado a esse preço de custo é independente de sua esfera de produção particular, tratando-se de uma média simples por 100 unidades de capital adiantado; o preço de custo depende dos custos específicos de uma linha de negócios particular, mas o lucro médio sobre esse preço de custo depende do lucro total realizado pelo capital social total investido em todas as esferas da produção social.

Assim, a maneira de lidar com os cinco exemplos dados nas três tabelas da transformação apresentadas por Marx é a seguinte. Suponha-se que os cinco diferentes investimentos de capital pertençam a uma única pessoa. O montante de capital constante e variável que é consumido na produção das mercadorias em cada investimento I-V é dado, e sua participação no valor das mercadorias I-V forma, à primeira vista, uma porção de seu preço, dado que esse é o preço requerido para substituir a porção do capital adiantado que é necessária para a reprodução, mas que foi consumida. Esses preços de custo são diferentes para cada tipo de mercadoria I-V e, assim, são fixados diferentemente pelo proprietário. No que diz respeito às diferentes massas de mais-valor ou lucro produzidas em I-V, no entanto, o capitalista pode

muito bem contar todas elas como lucro sobre o capital total de 500 que ele adiantou, de maneira que uma parte alíquota definida corresponde a cada capital de 100. Portanto, os preços de custo são diferentes para cada uma das mercadorias produzidas nos investimentos individuais I-V, mas a parte dos preços das mercadorias que surgiu do lucro adicionado por 100 unidades de capital é a mesma. Em resumo, as mercadorias têm preços de custo diferentes e um lucro médio igual.

Assim, o preço total das mercadorias I-V é igual a seu valor total, isto é, a soma dos preços de custo I-V + a soma do mais-valor ou do lucro produzido nas cinco esferas de produção; de fato, portanto, essa é a expressão monetária para a quantidade total de trabalho, morto + adicionado, contido nas mercadorias I-V. Nas palavras de Marx, "*And in the same way, the sum of the prices of production for the commodities produced in the society itself – taking the totality of all branches of production – is equal to the sum of their values.*" (MARX, CIIIb, p. 271). No exemplo, tem-se que a soma dos valores é igual à soma dos preços de produção: na primeira tabela, em que os preços de custo são iguais aos valores dos capitais totais, tem-se: $\sum V = \sum PP = 610$; e na segunda e na terceira tabelas, em que os preços de custo são menores que os valores dos capitais totais, tem-se: $\sum V = \sum PP = 422$.

Existem três passagens no capítulo 2 em que Marx reconhece uma limitação do procedimento de transformação que apresenta, qual seja, o fato de que as mercadorias componentes do capital constante (os meios de produção) e do capital variável (a força de trabalho) não têm seus valores transformados em preços de produção, ou, em outros termos, o fato de que não é feita a transformação dos insumos. Duas dessas três passagens estão presentes na seção 2: Marx (CIIIb, p. 271-272 e 277-278).[55]

A formação de uma taxa geral de lucro por meio da transformação de valores em preços de produção ocorre não apenas no caso de capitais com diferentes composições orgânicas, mas também e igualmente no caso de capitais com diferentes tempos de rotação. Embora Marx não apresente nenhum exemplo numérico para tratar desse último caso, tudo se passa da mesma maneira que no primeiro.

> Since the general rate of profit is formed by the average of the various *different rates of profit* on each 100 units of capital advanced over a definite period of time, say a year, the distinctions produced between the different capitals by the *differences in circulation time* are also obliterated. But these distinctions play a decisive role for the

[55] Há na literatura um debate sobre a transformação dos insumos, o qual constitui um dos pontos principais do debate sobre a transformação de valores em preços de produção; ver por exemplo: Kliman (2007) e Moseley (2016b).

> *various different rates of profit* in the various spheres of production, by means of whose average the general rate of profit is formed. (MARX, CIIIb, p. 272-273).[56]

Na ilustração prévia da formação da taxa geral de lucro, cada capital total em cada esfera de produção foi tomado como sendo igual a 100, de maneira a deixar claras as diferenças percentuais nas taxas de lucro e, consequentemente, também as diferenças entre os valores das mercadorias que são produzidas por capitais de igual tamanho. No entanto, deve-se ter em conta que as massas de mais-valor que são produzidas em cada esfera de produção particular dependem da magnitude dos capitais aplicados, dada a composição do capital em cada uma dessas esferas. Contudo, a taxa de lucro particular de cada esfera não é afetada se um capital de C, mC ou xmC é aplicado, onde C representa um capital total de 100, m representa um coeficiente específico de C, e x representa um coeficiente de magnitude indeterminada. Se a taxa de lucro de C é igual a l', ela também é igual a l' para mC e para xmC. Para C (um capital total igual a 100), l = l', isto é, a massa de lucro é igual à taxa de lucro; por exemplo, se 10 é o lucro sobre 100, isso é igual a uma taxa de lucro de 10%. Assim, l é o lucro sobre C, ml é o lucro sobre mC, e xml é o lucro sobre xmC, mas l/C = ml/mC = xml/xmC = l'. No entanto, dado que as taxas de lucro nas várias esferas diferem, de maneira que massas muito diferentes de mais-valor e, portanto, de lucro são produzidas de acordo com a proporção que o capital variável forma no capital total, tem-se que o lucro médio por 100 unidades do capital social total e, consequentemente, a taxa média ou geral de lucro, variam muito de acordo com as respectivas magnitudes dos capitais investidos nas várias esferas. Isso pode ser apreendido por meio do exemplo numérico a seguir, que apresenta capitais totais de diferentes magnitudes:

m' = 100%
COC(A) = 75c, 25v; COC(B) = 60c, 40v; COC(C) = 85c, 15v; COC(D) = 90c, 10v

[56] Num *Excerto do manuscrito econômico de 1867-68* recentemente publicado, Marx examina em detalhes, com a apresentação de exemplos numéricos, a transformação de valores em preços de produção e a formação da taxa geral de lucro no caso de capitais com diferentes tempos de rotação (MARX, E1867-68). A esse respeito, ver também Moseley (2019).

Tabela 4.13: Capitais totais de diferentes magnitudes e taxa geral de lucro

	Situação I		**Situação II**		**Situação III**	
	C	**m**	**C**	**m**	**C**	**m**
A	100	25	300	75	200	50
B	100	40	100	40	300	120
C	100	15	200	30	1000	150
D	100	10	100	10	4000	400
Total	400	90	700	155	5500	720

Fonte: Marx (CIIIb, p. 273-274).

TGL(I) = (25/100 + 40/100 + 15/100 + 10/10)/4
TGL(I) = (0,25 + 0,4 + 0,15 + 0,1)/4
TGL(I) = 0,9/4
TGL(I) = 0,225 = 22,5%
TGL(I) = 90/400 = 0,225 = 22,5%

TGL(I) = 25/100 . 100/400 + 40/100 . 100/400 + 15/100 . 100/400 + 10/100 . 100/400
TGL(I) = 0,25 . 0,25 + 0,4 . 0,25 + 0,15 . 0,25 + 0,1 . 0,25
TGL(I) = 0,0625 + 0,1 + 0,0375 + 0,025
TGL(I) = 0,225 = 22,5%
TGL(I) = 90/400 = 0,225 = 22,5%

TGL(II) = 75/300 . 300/700 + 40/100 . 100/700 + 30/200 . 200/700 + 10/100 . 100/700
TGL(II) = 0,25 . 0,4285714 + 0,4 . 0,1428571 + 0,15 . 0,2857142 + 0,1 . 0,1428571
TGL(II) = 0,1071428 + 0,0571428 + 0,0428571 + 0,0142857
TGL(II) = 0,2214284 = 22,14%
TGL(II) = 155/700 = 22,14%

TGL(III) = 50/200 . 200/5500 + 120/300 . 300/5500 + 150/1000 . 1000/5500 + 400/4000 . 4000/5500
TGL(III) = 0,25 . 0,0363636 + 0,4 . 0,0545454 + 0,15 . 0,1818181 + 0,1 . 0,7272727
TGL(III) = 0,0090909 + 0,0218181 + 0,0272727 + 0,0727272
TGL(III) = 0,1309089 = 13,09%
TGL(III) = 720/5500 = 13,09%

Tem-se, assim, que a taxa geral de lucro, que é sempre igual à razão entre o mais-valor total e o capital social total (CST), é, no caso de capitais totais de mesma magnitude, igual à média simples das taxas de lucro setoriais (equação 8.1), e é, no caso de capitais totais de magnitudes diferentes, igual à média ponderada, pela participação relativa dos respectivos capitais totais no capital social total, das taxas de lucro setoriais (equação 8.2). Por isso, a taxa geral de lucro também é chamada de taxa média de lucro.

$$TGL = \sum_{i=1}^{n} \frac{\frac{m(i)}{C(i)}}{n} = \sum_{i=1}^{n} \frac{l'}{n} = \sum_{i=1}^{n} \frac{m(i)}{CST} \qquad \text{(Equação 8.1)}$$

$$TGL = \sum_{i=1}^{n} \frac{m(i)}{C(i)} . \frac{C(i)}{CST} = \sum_{i=1}^{n} l'(i) . \frac{C(i)}{CST} = \sum_{i=1}^{n} \frac{m(i)}{CST} \qquad \text{(Equação 8.2)}$$

O mais-valor total, o capital social total e a proporção entre ambos ou a taxa geral de lucro variam nas situações I, II e III de acordo com os diferentes tamanhos dos capitais totais respectivamente investidos em A, B, C e D. Portanto, na determinação da taxa geral de lucro, importam não apenas as taxas de lucro particulares das esferas de produção, mas também a magnitude relativa do capital aplicado em cada esfera. Trata-se de uma questão semelhante ao caso de um agiota que empresta diferentes quantias de dinheiro a diferentes taxas de juro, por exemplo, 6, 5, 4, ou 3%; a taxa média que ele obtém para seu capital como um todo depende do quanto ele coloca a cada uma dessas diferentes taxas.

> What is important here, therefore, is not just the difference *in rates of profit in the various spheres of production*, from which an average is drawn, but the *relative weight* which these different rates of profit assume in the formation of the general rate of profit. But this depends in turn on the *comparative magnitude* of the capital invested in each particular sphere of production, or on what *aliquot* part the capital invested in each particular sphere forms of the total social capital. […] It must naturally make a great deal of difference whether it is a greater or a lesser part of the total capital that yields a higher or a lower profit rate. And this depends in turn upon whether more capital is invested in the sphere in which the variable capital is larger or the sphere in which it is smaller, in relation to the total capital. (MARX, CIIIb, p. 274).

Portanto, a taxa geral de lucro é determinada por dois fatores: i) a composição orgânica dos diferentes capitais nas várias esferas de produção e, consequentemente, as diferentes taxas de lucro particulares das esferas (l'), e ii) a distribuição do capital social total entre essas diferentes esferas e, consequentemente, a magnitude relativa dos capitais investidos em cada esfera particular e, portanto, a uma taxa de lucro particular, isto é, o montante relativo do capital social total absorvido por cada esfera de produção particular ou a magnitude relativa da área específica ocupada por cada um (C/CST).

Marx afirma que a categoria de preço de produção constitui uma *forma transformada* da categoria de valor ou da forma-valor:

> In books one and two [of *Capital*] we were only concerned with the *values* of commodities. Now a part of this value has split away as the *cost price*, on the one hand, while on the other, **the *production price* of the commodity has also developed, as a transformed form of value**. (MARX, CIIIb, p. 275, grifo nosso).

Como se viu, o preço de custo é sempre menor que o valor da mercadoria. Já o preço de produção pode ser menor que, maior que ou igual ao valor da mercadoria. Além disso, como se viu, o fato de que o capital constante não é totalmente consumido e, portanto, o preço de custo é diferente do valor do capital total adiantado ($pc \neq C$) tem efeito sobre o valor e o preço de produção das mercadorias, mas não tem efeito sobre a taxa de lucro. Essas relações podem ser mais facilmente apreendidas por meio das equações abaixo:

$$\text{Valor} = V = pc + m \qquad \text{(Equação 6)}$$

$$\text{Preço de produção} = PP = pc + lm \qquad \text{(Equação 9)}$$

$$\text{Divergência entre o preço de produção e o valor} = PP - V = lm - m \qquad \text{(Equação 10)}$$

$$\text{Taxa de lucro setorial} = l' = m/C \qquad \text{(Equação 3.1)}$$

$$\text{Taxa média ou geral de lucro} = TGL = lm/C \qquad \text{(Equação 8.3)}$$

O valor da mercadoria é sempre maior que seu preço de custo. Dado que $V = pc + m$ e $pc = V - m$ (equação 5), tem-se que se $m > 0$, então $V > pc$. O valor da mercadoria é maior que, menor que ou igual a seu preço de produção conforme o mais-valor ou o lucro de cada esfera de produção particular seja maior que, menor que ou igual ao lucro médio determinado pela taxa geral de lucro. Dado que $V = pc + m$ e $PP = pc + lm$, tem-se que:

$V > PP$ quando $m > lm$
$V < PP$ quando $m < lm$
$V = PP$ quando $m = lm$

De maneira geral, se m e n são magnitudes constantes, $m + n = 100$, x é qualquer magnitude variável que se trate de escolher e a composição do capital social médio é igual a $Cm + Vn$, capitais da forma $Cm-x + Vn+x$ são de **composição orgânica baixa**, ao passo que capitais da forma $Cm+x + Vn-x$ são de **composição orgânica alta**. No primeiro caso, o valor das mercadorias produzidas é maior que seu preço de produção, enquanto no segundo caso o valor das mercadorias produzidas é menor que seu preço de produção. Apenas para os capitais

de **composição orgânica média**, cuja composição coincide, por acaso, com a média social Cm + Vn, o valor das mercadorias produzidas é igual a seu preço de produção.

> Capital de baixa composição: Cm-x + Vn+x: COC < COCmédia: m > lm: V > PP
> Capital de alta composição: Cm+x + Vn-x: COC > COCmédia: m < lm: V < PP
> Capital de composição média: Cm + Vn: COC = COCmédia: m = lm: V = PP

Por exemplo, assumindo-se que a composição do capital social médio é de 80c, 20v e a taxa anual de mais-valor é igual a 100%, o lucro anual médio para um capital de 100 é igual a 20 e a taxa anual média de lucro é igual a 20%. Para qualquer preço de custo das mercadorias anualmente produzidas por um capital de 100, seu preço de produção é igual a pc + 20.

Nas esferas de produção onde a composição orgânica do capital é (80-x)c + (20+x)v, o mais-valor ou lucro produzido é igual a 20+x, maior que o lucro médio de 20, e o valor produzido é igual a pc + 20+x, maior que o preço de produção de pc + 20. Devem-se chamar os capitais desse tipo, marcados por uma participação relativamente menor de capital constante e uma participação relativamente maior de capital variável, de *capitais de baixa composição*, capitais cuja composição encontra-se abaixo da média social.

Nas esferas de produção onde a composição orgânica do capital é (80+x)c + (20-x)v, o mais-valor ou lucro produzido é igual a 20-x, menor que o lucro médio de 20, e o valor produzido é igual a pc + 20-x, menor que o preço de produção de pc + 20. Devem-se chamar os capitais desse tipo, marcados por uma participação relativamente maior de capital constante e uma participação relativamente menor de capital variável, de *capitais de alta composição*, capitais cuja composição encontra-se acima da média social.

Deixando de lado quaisquer diferenças eventuais no tempo de rotação, o mais-valor é igual ao lucro médio e o valor é igual ao preço de produção apenas nos casos onde a composição orgânica do capital é, por acaso, precisamente 80c + 20v. Devem-se chamar os capitais desse tipo de *capitais de composição média*, capitais cuja composição é a mesma que a do capital social médio.

O preço de produção de uma mercadoria pode sofrer variação de magnitude em decorrência de duas causas: i) uma alteração da taxa geral de lucro e/ou ii) uma alteração de seu valor. O exemplo numérico a seguir ilustra essa situação a partir da passagem reproduzida abaixo:

> The *prices of production* of the commodities in every *particular* sphere of production may undergo *changes of magnitude*, either (1) because while the *value of the*

> *commodities remains the same* (so that *the same quantity of dead and living labour* goes into their production afterwards as before) there has been **a change in the general rate of profit** independently of the particular sphere in question, or (2) because while the general rate of profit has remained the same there has been **a *change in value*** either in the particular sphere of production itself as a result of technological change, or as a result of a change in the value of the commodities that go into its constant capital as formative elements, or, finally, (3) by the common action of these two circumstances. (MARX, CIIIb, p. 278, grifo nosso).

Tabela 4.14: Causas de variação do preço de produção

		pc	**m'**	**m**	**V**	**TGL**	**lm**	**PP**
	80c + 20v	70	100%	20	**90**	**22%**	22	92
Caso (1)	80c + 20v	70	100%	20	90	**17%**	17	87
Caso (2)	85c + 15v	65	100%	15	**80**	22%	22	87
Caso (3)	85c + 15v	65	100%	15	**80**	**17%**	17	82

Fonte: elaboração própria do autor.

Marx afirma que mudanças na taxa geral de lucro requerem longos períodos de tempo para ocorrerem, de maneira que em períodos de tempo mais curtos mudanças nos preços de produção das mercadorias devem ser explicadas por mudanças em seus próprios valores. Além disso, mudanças na taxa geral de lucro são sempre condicionadas por mudanças nos valores das mercadorias.

No capítulo 1, que trata da transformação do mais-valor em lucro, tinha-se que a massa de mais-valor (m) era igual à massa de lucro, embora a taxa de mais-valor (m' = m/v) fosse diferente da taxa de lucro (l' = m/C). Dado que a taxa de lucro pode subir ou cair enquanto a taxa de mais-valor permanece a mesma e que tudo o que interessa ao capitalista na prática é a taxa de lucro, essa circunstância obscurece e mistifica completamente a origem real do mais-valor. Porque a taxa de lucro mede o mais-valor contra o capital total, sendo o último seu padrão, o mais-valor aparece dessa maneira como tendo surgido uniformemente de todas as partes do capital total, de maneira que a distinção essencial e orgânica entre capital constante e capital variável é eliminada no conceito de lucro. De fato, portanto, o mais-valor nega sua própria origem, perde seu caráter e torna-se irreconhecível nessa sua *forma transformada* que é o lucro. Por tudo isso, a distinção entre lucro e mais-valor relaciona-se a uma mudança qualitativa ou uma mudança de forma.

No capítulo 2, que trata da transformação do lucro em lucro médio, tem-se que a massa de mais-valor (m) torna-se diferente da massa de lucro (lm). Tem-se uma questão muito diferente assim que uma taxa geral de lucro é estabelecida e, com isso, um lucro médio correspondente aos capitais de dadas magnitudes investidos nas várias esferas de produção.

Agora, é puramente acidental se o mais-valor ou o lucro produzido numa esfera de produção particular coincide com o lucro contido no preço de venda de sua mercadoria. A massa de lucro e a massa de mais-valor, e não apenas suas taxas, tornam-se como regra geralmente diferentes em magnitude. A um nível dado de exploração do trabalho, a massa de mais-valor que é criada numa esfera de produção particular torna-se mais importante para o lucro médio geral do capital social e, portanto, para a classe capitalista em geral, do que ela é diretamente para o capitalista dentro de cada ramo de produção particular. Ela importa para ele apenas na medida em que a quantidade de mais-valor criada em seu próprio ramo intervém como um codeterminante na regulação do lucro médio, um processo que ocorre invisivelmente por detrás de suas costas. Ele não vê isso, não entende isso e, de fato, isso não lhe interessa. Agora, a diferença de magnitude entre lucro e mais-valor nas esferas de produção particulares, e não meramente entre a taxa de lucro e a taxa de mais-valor, esconde completamente a verdadeira natureza e origem do lucro, não apenas para o capitalista, que tem então um interesse particular em enganar a si mesmo, mas também para o trabalhador. Com a transformação dos valores em preços de produção, a base para determinar o valor é removida de vista.

> The upshot is this: in the case of a simple transformation from surplus-value into profit, the portion of commodity value that forms this profit confronts the other portion of value as the commodity's *cost price*, and the capitalist already loses grip of the concept of value, because he does not have to deal with the *total labour* that the production of the commodity cost, but only the part of the total labour that he has *paid for* in the form of *means of production*, living or dead, so that profit appears to him as something standing outside the immanent value of the commodity. But what happens now is that this idea is completely confirmed, reinforced and ossified in that the *profit added* to the cost price is not actually determined, if the *particular* spheres of production are taken separately, by the limits set by their own value formation, but on the contrary established entirely from outside. (MARX, CIIIb, p. 280).

Marx afirma ter sido o responsável por revelar a conexão interna entre a lei do valor e a realidade fenomenal do modo de produção capitalista. De fato, por meio da transformação de valores em preços de produção, Marx promove algo que jamais fora conseguido antes por qualquer economista: uma compatibilização ou conciliação entre a teoria do valor-trabalho (o fundamento sólido para um entendimento científico ou a *essência* do capitalismo) e o fenômeno da concorrência intercapitalista, que tem por resultado necessário a formação tendencial de uma taxa de lucro uniforme para todos os capitais (o nível fenomenal ou a *aparência* do capitalismo). A contradição à qual Marx chega no final da seção anterior é assim superada.

> **This inner connection is revealed here for the first time**, as we shall see in the later historical chapters. All economics up till now has either *violently* made abstraction from the **distinctions** [we have made] so that it could retain the **determination of value** as its basis, or else it has abandoned, along with this determination of value, any kind of solid foundation for a scientific understanding, so as to be able to retain those distinctions which obtrude themselves on the phenomenal level. This confusion on the part of the theorists shows better than anything else how the practical capitalist, imprisoned in the competitive struggle and in no way penetrating the phenomena that it exhibits, cannot but be completely incapable of recognising, behind the **semblance [*Schein*]**, the **inner essence [*Wesen*]** and the inner form of this process. (MARX, CIIIb, p. 280-281, grifo nosso).

Todas as leis que governam a alta e a queda da taxa de lucro desenvolvidas no capítulo 1 podem agora ser vistas a partir de um duplo aspecto e têm o seguinte duplo significado. Por um lado, elas são leis sobre a taxa geral de lucro. Dadas as muitas diferentes causas que levam a taxa de lucro a subir ou cair, como indicadas no capítulo 1, poder-se-ia acreditar que a taxa geral de lucro teria de mudar a todo instante, em decorrência do caráter repentino, multifacetado e ininterrupto das mudanças que ocorrem nas taxas de lucro particulares (l') e na distribuição do capital social total (C/CST). Porém, como as mudanças locais dentro de uma esfera de produção são compensadas por outras mudanças locais dentro da mesma esfera e como as mudanças de algumas esferas são compensadas por mudanças de outras esferas, as forças se contrariam, cancelam e paralisam mutuamente, impedindo mudanças bruscas na taxa geral de lucro. O processo por meio do qual esta altera-se é lento, e a direção para a qual ela tende é examinada por Marx no capítulo 3 (MARX, CIIIb) ou seção III (MARX, CIIIa) do livro III, em que trata da lei da queda tendencial da taxa de lucro. Por outro lado, dentro de cada esfera transcorre um período de tempo mais curto ou mais longo em que sua taxa de lucro particular, por exemplo, sobe, cai e sobe de novo antes que esse movimento seja consolidado por um tempo suficiente para afetar a taxa geral de lucro. Dentro desses limites espaciais e temporais, portanto, as leis que governam o movimento da taxa de lucro desenvolvidas no capítulo 1 continuam similarmente a se aplicar.

Com a transformação de valores em preços de produção e a transformação do lucro em lucro médio, a concepção que decorre da transformação do mais-valor em lucro, segundo a qual todas as porções do capital rendem lucro uniformemente, de maneira que a magnitude do lucro guarda uma proporção direta com a magnitude do capital total, torna-se um estado prático de coisas. Agora, qualquer que seja a composição orgânica de um capital de dado tamanho e, portanto, quaisquer que sejam o mais-trabalho que ele absorve e o mais-valor que ele produz, ele rende o mesmo lucro. Assim, tão logo o lucro médio esteja sob consideração, o capitalista individual passa a estar correto em acreditar que seu lucro não deriva apenas do trabalho que

ele mesmo emprega; de fato, ao substituir força de trabalho por meios de produção, mantendo inalterado o tamanho de seu capital total, ele segue obtendo a mesma massa de lucro.

> **The theoretical opinion regarding the first transformation of surplus-value into profit to the effect that each portion of capital yields profit in a uniform way now becomes a *practical state of affairs*.** However the capital may be composed, whether it sets in motion only 1⁄4 dead labour and 3⁄4 living labour, or 3⁄4 dead labour and 1⁄4 living labour, whether in one case three times as much surplus labour is absorbed or surplus-value produced as in the other – with the same level of exploitation of labour and ignoring individual differences – which we have already discounted, because the differences in organic composition considered here are those of spheres of production as a whole – in both cases it yields the same profit. **The individual capitalist (or the whole gang of capitalists in a particular sphere of production) whose vision is a restricted one, is right to believe that his profit does not derive just from the labour employed *by him* or employed *in his own branch*. This is quite correct as far as his average profit goes.** How much this profit is mediated by the overall exploitation of labour by capital as a whole, i.e., by all his capitalist brothers, is a complete puzzle (a mystery) to him, the more so in that even the bourgeois theorists, the political economists, have not yet solved it. Saving of labour – not only the labour necessary to produce a specific product, but also the number of workers employed – and a greater use of dead labour, appears as a quite correct economic operation and seems on the face of it not to affect the general rate of profit and the average profit in any manner. **So how could living labour be the exclusive source of profit, since a reduction in – a doing away with – living labour does not undermine profit, in fact under certain circumstances it appears to be the immediate source of an increase in profit, at least for the individual capitalist?** (MARX, CIIIb, p. 281-282, grifo nosso).

Assumindo-se uma variação na produtividade do trabalho, de maneira que a produção de um certo montante de mercadorias passe a ser realizada com a mesma quantidade de meios de produção, mas com uma quantidade diferente de força de trabalho, e assumindo-se que um mesmo capital variável e, portanto, uma mesma quantidade de força de trabalho continuam a ser aplicados, tem-se os seguintes resultados. A quantidade total de mercadorias produzidas altera-se. A parte do preço de custo da mercadoria individual que representa o capital constante não se altera, mas a parte do preço de custo da mercadoria individual que representa o capital variável altera-se. Então, cada mercadoria individual, embora contenha a mesma quantidade de meios de produção e o mesmo dispêndio por esses meios de produção, passa a conter uma quantidade menor ou maior de força de trabalho e um dispêndio menor ou maior por essa força de trabalho. O total pago pelo capitalista em salários permanece o mesmo, mas, com a mudança na quantidade de mercadorias produzidas, cada mercadoria individual passa a conter uma menor ou maior porção de salário. Entretanto, apesar da mudança no preço de custo da mercadoria individual, a taxa geral de lucro não se altera, e o lucro médio contido pela

mercadoria individual continua a manter a mesma proporção com seu preço de custo. Portanto, a mudança no tempo de trabalho necessário para produzir a mercadoria e, portanto, a mudança em seu valor aparecem, com relação ao preço de custo e ao preço de produção, como uma distribuição diferente dos mesmos salários sobre mais ou menos mercadorias, e o capitalista entende que cada mercadoria individual passa a conter uma fração de trabalho pago menor ou maior; no entanto, ele não entende que esse também é o caso com o trabalho não pago contido por cada mercadoria individual, já que o lucro médio é apenas acidentalmente limitado pelo trabalho não pago absorvido em sua própria esfera. O fato de que o valor da mercadoria é determinado pelo trabalho que ela contém transparece apenas dessa maneira crua e ingênua.

Na seção 3 do capítulo 2, Marx apresenta a **concorrência** intercapitalista. Embora não deixe clara essa diferença, podem-se distinguir então duas formas da concorrência entre os capitais. Por um lado, Marx trata da *concorrência pelo mais-valor adicional* e da *concorrência pelo lucro extra*, um processo em que os capitalistas individuais procuram empregar métodos de produção mais aperfeiçoados que seus concorrentes a fim de produzirem com custos menores que eles, de maneira que suas mercadorias tenham um valor individual inferior a seu valor social ou de mercado e eles obtenham o mais-valor adicional ou o lucro extra. Por outro lado, Marx trata do *processo de distribuição do capital social*, um processo em que os capitalistas individuais procuram migrar para os setores de produção que apresentam taxas de lucro particulares maiores em virtude de uma menor composição orgânica ou de um menor tempo de rotação do capital. Ambas essas formas de concorrência têm em comum o fato de se tratarem de processos de enfrentamento entre capitais por oportunidades de valorização. No entanto, seus resultados são diferentes: da primeira forma, decorrem o progresso técnico e as tendências que o acompanham – por exemplo, a queda do valor da força de trabalho, a produção do mais-valor relativo, o aumento da composição orgânica do capital, a concentração e a centralização do capital, a formação do exército industrial de reserva, o declínio da taxa geral de lucro etc. –, fenômenos que Marx não aborda neste capítulo, mas em momentos diversos de *O capital*; por sua vez, da segunda forma, decorrem a equalização da taxa de lucro entre os diversos setores ou a formação da taxa geral de lucro e a transformação de valores em preços de produção, os fenômenos abordados por Marx neste capítulo. Dado que esta dissertação tem por objeto justamente esse segundo resultado – a transformação de valores em preços de produção –, a seguir são apresentadas apenas as considerações que Marx faz nesta seção sobre a segunda forma de concorrência – o *processo de distribuição do capital social*.

Marx inicia a seção apresentando a concorrência como um processo de ajuste tendencial das várias esferas de produção, que diferem entre si por apresentarem diferentes composições

orgânicas e/ou diferentes tempos de rotação do capital, à esfera de composição orgânica média e de tempo de rotação médio do capital. Essa tendência de equalização de todas as esferas à média social ocorre mesmo que não exista realmente uma esfera de composição orgânica e de tempo de rotação exatamente iguais aos do capital social médio; nesse caso, tem-se a composição orgânica e o tempo de rotação médios do capital social como uma posição média ideal, que atua como norma mesmo não existindo na realidade. No caso da esfera de produção média, as mercadorias produzidas têm um preço de produção igual a seu valor (PP = pc + lm = V = pc + m), e o capital aplicado obtém um lucro médio igual ao mais-valor que produz (lm = m). O que a concorrência faz é distribuir o capital social entre todas as esferas de produção de maneira que os preços de produção em cada uma das esferas, desconsiderando-se as diferenças nos preços de custo, sejam iguais ao preço de produção ou ao valor da esfera média, e os lucros médios em cada uma das esferas sejam iguais ao lucro médio ou ao mais-valor da esfera média. Tem-se assim um ajuste das diferentes taxas de lucro particulares das várias esferas à taxa de lucro particular da esfera média, de maneira que todas as esferas passam a render essa mesma taxa de lucro, ou a formação de uma taxa geral de lucro. Tomando-se todas as esferas em conjunto, tem-se que a soma dos preços de produção é igual à soma dos valores do produto social total ($\sum$ PP = $\sum$ V), e a soma dos lucros médios obtidos é igual à soma dos mais-valores produzidos pelo capital social total ($\sum$ lm = $\sum$ m). Dessa maneira, prevalece necessariamente uma tendência à conversão dos preços de produção em meras *formas transformadas* do valor e dos lucros médios em meras porções do mais-valor que são distribuídas, não em proporção ao mais-valor criado em cada esfera, mas em proporção ao montante de capital aplicado em cada uma, de maneira que montantes iguais de capital, não importando quais sejam suas composições orgânicas e seus tempos de rotação, recebam partes alíquotas iguais da totalidade do mais-valor produzido pelo capital social total.

> What we have said so far amounts to this: for capitals of mean or approximately mean composition, the price of production coincides exactly or approximately with the value, and the profit coincides with the surplus-value they produce. All other capitals, however they might be composed, seek to adjust themselves to the capitals of mean composition. But since the capitals of mean composition are equal or approximately equal to the average social capital, it follows that **all capitals, whatever the surplus-value they themselves produce (with the level of exploitation of labour remaining constant), seek to realise, in the prices of their commodities, not this surplus-value but the *average profit*, hence they seek to transform these prices into *prices of production*.** (MARX, CIIIb, p. 285, grifo nosso).

Onde quer que um lucro médio e, consequentemente, uma taxa geral de lucro estejam estabelecidos, de qualquer maneira que esse resultado possa ter sido provocado, esse lucro médio não pode ser nada além do lucro sobre o capital social médio, a soma total do lucro sendo igual à soma total do mais-valor, isto é, o lucro médio não pode ser nada além da totalidade do mais-valor ou do trabalho não pago realizado distribuída entre as massas de capital de cada esfera de produção em proporção a seu tamanho. Por sua vez, os preços obtidos pela adição desse lucro médio aos preços de custo não podem ser nada além dos valores que são transformados em preços de produção. O processo de equalização entre as várias esferas de produção não deixa de ocorrer se, por qualquer razão, os capitais de certas esferas não estão sujeitos à concorrência, isto é, se existem barreiras à entrada ou à saída de capitais nessas esferas; nesse caso, o que se tem é que o lucro médio é calculado sobre a porção do capital social que está sujeita à concorrência e envolvida no processo de equalização.

Nesta seção, a questão relevante para Marx é, além de meramente identificar os resultados da concorrência – quais sejam, o estabelecimento da taxa geral de lucro e a transformação dos valores em preços de produção –, descrever como ela se processa e, portanto, como esses resultados são atingidos. Em suas palavras: "*The really difficult question here is this: how does this equalisation of profits or this establishment of a general rate of profit take place, since it is evidently a result and cannot be a point of departure?*" (MARX, CIIIb, p. 285).

A questão é examinada por meio da comparação entre duas situações diferentes: a troca das mercadorias, por um lado, por seus valores e, por outro lado, por seus preços de produção. Os resultados de cada um desses casos são os seguintes: se as mercadorias produzidas nas várias esferas de produção são vendidas por seus valores, taxas de lucro diferentes prevalecem nas várias esferas; se elas são vendidas por seus preços de produção, uma taxa geral de lucro prevalece em todas as esferas.

Marx abre parênteses para tratar de uma pressuposição feita até aqui: a de que uma mesma taxa de mais-valor ou um mesmo grau de exploração do trabalho prevalece em todas as esferas de produção. De fato, assim como a concorrência entre os capitais deve levar à formação de uma taxa geral de lucro, a concorrência entre os trabalhadores, isto é, sua constante migração de uma esfera para outra, deve levar à equalização da taxa de mais-valor entre as várias esferas e à formação de uma *taxa geral de mais-valor*. Marx afirma que embora uma taxa geral de mais-valor desse tipo – como uma tendência, como todas as leis econômicas – tenha sido pressuposta como uma simplificação teórica, ela trata-se na prática de uma *pressuposição real* do modo de produção capitalista, ainda que inibida por fricções que resultam em diferenças locais nas taxas de mais-valor, tais como as diferentes legislações trabalhistas nacionais. Tem-

se, portanto, que não é incorreto tomar as leis do modo de produção capitalista em sua forma pura – assumindo-se, por exemplo, uma taxa geral de lucro e uma taxa geral de mais-valor –, pois quanto mais o capitalismo encontra-se desenvolvido, mais essas leis manifestam-se na realidade.

> In theory we assume that the laws of the capitalist mode of production develop in their pure form. In reality, this is only an approximation; but the approximation is all the more exact, the more the capitalist mode of production is developed, and the less it is adulterated by, or entangled with, survivals of earlier economic conditions (MARX, CIIIb, p. 286).

Retornando à concorrência entre os capitais, Marx afirma que a transformação de valores em preços de produção tem a ver com o fato de que as mercadorias não são trocadas apenas como mercadorias, mas como os produtos de capitais que concorrem entre si reivindicando lucros proporcionais a suas respectivas magnitudes. Justamente por isso é que elas não podem ser vendidas por seus valores, isto é, por preços que rendem os mais-valores produzidos em cada esfera de produção e, consequentemente, as taxas de lucro particulares de cada esfera; elas devem ser vendidas por seus preços de produção, isto é, por preços que rendem o lucro médio sobre o capital social total e, consequentemente, a taxa geral de lucro.

> **The whole difficulty arises from the fact that commodities are not exchanged simply as *commodities*, but as the *products of capitals*, which claim shares in the totality of surplus-value in proportion to their magnitude, demanding equal shares for equal sizes.** And the *total price* of the commodities that a given capital produces in a given period of time has to satisfy this demand. The total price of these commodities, however, is simply the sum of the *prices of the individual commodities*, which form the product of the capital in question. (MARX, CIIIb, p. 286, grifo nosso).

A questão passa então a ser examinada por meio da comparação entre duas formas de produção diferentes: a produção de mercadorias feita por produtores independentes proprietários dos meios de produção, em que as mercadorias são vendidas por seus valores, e a produção capitalista de mercadorias, em que as mercadorias são vendidas por seus preços de produção.

Na produção capitalista, qualquer que seja o ramo de produção em que o capital esteja aplicado, tem-se por objetivo extrair o mesmo lucro que qualquer outro capital de mesmo tamanho; para que esse objetivo seja cumprido, as mercadorias produzidas por esse capital devem ser vendidas por preços que entreguem o lucro médio, isto é, por seus preços de produção.

> In capitalist production it is not simply a matter of extracting, in return for the mass of value thrown into circulation in one form, an equal mass of value in another form – whether in the form of another commodity or of money – but rather of extracting for the capital advanced in production *the same surplus-value or profit* as any other capital of the same size, or a profit proportionate to its size, in whatever branch of production it may be applied. **The problem therefore is to sell commodities (and this is a minimum requirement) at prices which deliver the average profit, i.e., at *prices of production*.** This is the form in which capital becomes conscious of itself as a *social power*, in which every capitalist participates in proportion to his share in the total capital of the society. (MARX, CIIIb, p. 305, grifo nosso).

A produção capitalista é indiferente aos valores de uso particulares e ao caráter específico das mercadorias que ela produz em geral. Tudo o que importa em qualquer esfera de produção é produzir mais-valor, apropriar-se do mais-produto em que se objetiva uma quantidade definida de trabalho não pago. Reside na própria natureza do trabalho assalariado sujeito ao capital que ele é indiferente a seu próprio caráter específico, ele deve permitir a si mesmo ser metamorfoseado e transferido de uma esfera para outra de acordo com as necessidades do capital. Uma esfera é tão boa ou tão má quanto qualquer outra, e qualquer esfera é um fracasso se a mercadoria que ela produz não satisfaz algum tipo de necessidade social.

Por fim, Marx mostra que a concorrência intercapitalista, enquanto *processo de distribuição do capital social*, processa-se da seguinte maneira. Se as mercadorias são vendidas por seus valores, taxas de lucro diferentes prevalecem nas várias esferas de produção. Isso leva a uma redistribuição do capital social, com a migração de capitais individuais das esferas de taxas de lucro menores para as esferas de taxas de lucro maiores. Consequentemente, a oferta de mercadorias é reduzida nas primeiras e aumentada nas últimas, ocorrendo uma alteração da relação entre a oferta e a demanda das mercadorias produzidas em cada esfera. Assim, as mercadorias das primeiras passam a ser vendidas por preços de mercado maiores, e as mercadorias das últimas passam a ser vendidas por preços de mercado menores. Por sua vez, os lucros e a taxa de lucro sobem nas primeiras e caem nas últimas. Esse processo completa-se quando a taxa de lucro equaliza-se em todas as esferas e uma taxa geral de lucro é formada, o que só ocorre quando as mercadorias de todas as esferas passam a ser vendidas por seus preços de produção.

> If commodities were sold at their *values*, however, this would mean very different *rates of profit* in the *different spheres of production*, as we have already explained, according to the differing organic composition of the masses of capital applied in

> them. **Capital is withdrawn from one sphere and thrown into another. This constant emigration and immigration between the different spheres according to whether the profit rate is rising or falling, this constant redistribution of capital, produces, in brief, a relationship between supply and demand such that the *average profit* is *the same* in the various different spheres, and values are therefore transformed into *prices of production*.** (MARX, CIIIb, p. 305, grifo nosso).

Esquematicamente, tem-se para cada esfera de produção particular:

l' inferior à média → expulsão de capitais → ↓ oferta → ↑ preço de mercado → ↑ l'
l' superior à média → absorção de capitais → ↑ oferta → ↓ preço de mercado → ↓ l'
Preço de mercado = PP: l' = TGL

O grau de sucesso que o capital tem em promover essa equalização varia de acordo com o quão avançado o desenvolvimento capitalista é num dado país e com o quanto suas condições estão adaptadas ao modo de produção capitalista. Portanto, conforme o capitalismo avança, sua lei imanente da formação de uma taxa geral de lucro torna-se cada vez mais manifesta. "*As capitalist production advances, so also do its requirements become more extensive, and it subjects all the social conditions within which the production process takes place to its specific character and its immanent laws.*" (MARX, CIIIb, p. 305). Essa constante equalização de desigualdades sempre renovadas é realizada mais rapidamente quanto maiores forem as mobilidades do capital e do trabalho, isto é, quanto mais facilmente eles puderem ser transferidos de uma esfera de produção para outra. Conforme Marx, a mobilidade do capital depende dos seguintes fatores: o livre-comércio e a remoção dos monopólios não naturais, o desenvolvimento do sistema de crédito, a subordinação das várias esferas de produção aos capitalistas e uma certa densidade populacional; e a mobilidade do trabalho depende dos seguintes fatores: a abolição das leis que impedem a mobilidade dos trabalhadores, a indiferença do trabalhador ao conteúdo de seu trabalho, a redução do trabalho em todas as esferas de produção a trabalho simples, o desaparecimento dos preconceitos de negócio e ofício entre os trabalhadores e a sujeição do trabalhador ao modo de produção capitalista.

Tem-se, enfim, que o preço de produção recebe esse nome porque, a longo prazo, ele é a condição de oferta ou de reprodução da mercadoria. De fato, dado que o capitalista produz tendo por objetivo valorizar seu capital à taxa geral de lucro, ele só toma a decisão de produzir uma determinada mercadoria se esta puder ser vendida por um preço que inclua o lucro médio, isto é, por seu preço de produção. Trata-se da mesma categoria que os fisiocratas chamaram de *prix nécessaire*, Smith, de preço natural, e Ricardo, de preço de produção ou custo de produção,

ainda que nenhum deles tenha explicado a diferença entre preço de produção e valor. O preço de produção é uma *forma externalizada* do valor da mercadoria, a forma como este aparece na concorrência e, por isso, é admitido como sendo o centro de gravitação dos preços de mercado mesmo pelos economistas vulgares, que se opõem à determinação do valor pelo tempo de trabalho.

> The *price of production* includes the average profit. And what we call *price of production* is in fact the same thing that Adam Smith calls 'natural price', Ricardo 'price of production' or 'cost of production', and the Physiocrats '*prix nécessaire*' (none of these people explained the difference between price of production and value). **We call it the price of production because in the long run it is the condition of supply, the condition for the reproduction of commodities, in each particular sphere of production.** We can also understand why those very economists who oppose the determination of the *values* of commodities by *labour-time*, by the quantity of labour contained in them, always prattle about the *price of production* as the axis around which market prices oscillate. They do so, because **the price of production is already a completely externalized [*veräusserlicht*] and at first sight *irrational* [*begriffslos*] *form* of commodity value, a form as it *appears* [*erscheint*] *in competition***, hence is present in the consciousness of the 'vulgar man of capital', and consequently also in that of the vulgar economist. (MARX, CIIIb, p. 307-308, grifo nosso).

4.2.2 Variações dos salários e motivos de compensação

Na seção 4 do capítulo 2, Marx examina o efeito de variações dos salários sobre os preços de produção das mercadorias. Para fins de simplificação, assume-se que o preço de custo é igual ao valor do capital total adiantado, isto é, que o capital fixo é inteiramente consumido e todo seu valor é transferido ao produto.

O exemplo numérico a seguir ilustra o caso de um **aumento geral dos salários**:

Antes:
Capital social médio = 80c + 20v + 20lm
Taxa de mais-valor = 20/20 = 100%
Taxa geral de lucro = 20/100 = 20%

Depois:
Capital social médio = 80c + 25v + 15lm (C = 105)
= 76,19c + 23,8v + 14,28lm (C = 100)
Taxa de mais-valor = 15/25 = 60%
Taxa geral de lucro = 15/105 = 14,28%

Tabela 4.15: Efeitos de um aumento dos salários

	C	TGL	pc	lm	PP	Δ w	Δ lm	Δ PP
Composição média	80c + 20v	20%	100	20	120			
	80c + 25v	14,28%	105	15	120	+25%	-25%	0
Baixa composição	50c + 50v	20%	100	20	120			
	50c + 62,5v	14,28%	112,5	16,07	128,57	+25%	-19,64%	+7,14%
Alta composição	92c + 8v	20%	100	20	120			
	92c + 10v	14,28%	102	14,57	116,57	+25%	-27,14%	-2,85%

Fonte: elaboração própria do autor a partir de Marx (CIIIb, p. 308-310).

Assume-se que a composição média do capital social é de 80c, 20v, que a taxa de mais-valor é igual a 100% e que a taxa geral de lucro é igual a 20%. Supõe-se, então, um aumento geral dos salários de 25%. *Coeteris paribus*, um aumento geral dos salários corresponde a uma redução da taxa de mais-valor e da taxa geral de lucro.

No caso do *capital de composição média*, igual a 80c + 20v, o aumento de 25% dos salários leva a um aumento do capital variável de 20v para 25v. O preço de custo sobe de 80c + 20v = 100 para 80c + 25v = 105. O mais-valor cai de 20m para 15m. Tem-se assim que o mesmo número de trabalhadores continua a ser contratado e o mesmo montante de trabalho continua a ser posto em movimento, de maneira que o produto de valor segue inalterado e igual a 40v+m. Como nesse caso o mais-valor e o lucro médio coincidem, o lucro médio também cai de 20lm para 15lm. Então, a taxa de mais-valor cai de 20/20 = 100% para 15/25 = 60%, e a taxa geral de lucro cai de 20/100 = 20% para 15/105 = 14,28%. O preço de produção das mercadorias produzidas por esse capital, que é igual a seu valor inalterado, também não se altera, modificando-se apenas seus componentes: de 100pc + 20lm = 120 para 105pc + 15lm = 120.

No caso de um *capital de baixa composição*, igual a, por exemplo, 50c + 50v, o aumento de 25% dos salários leva a um aumento do capital variável de 50v para 62,5v. O preço de custo sobe de 50c + 50v = 100 para 50c + 62,5v = 112,5. À nova taxa geral de lucro de 14,28%, o lucro médio cai de 20lm para 0,1428 x 112,5 = 16,07lm. O preço de produção das mercadorias produzidas por esse capital sobe de 100pc + 20lm = 120 para 112,5pc + 16,07lm = 128,57, um aumento de 7,14%.

No caso de um *capital de alta composição*, igual a, por exemplo, 92c + 8v, o aumento de 25% dos salários leva a um aumento do capital variável de 8v para 10v. O preço de custo sobe de 92c + 8v = 100 para 92c + 10v = 102. À nova taxa geral de lucro de 14,28%, o lucro médio cai de 20lm para 0,1428 x 102 = 14,57lm. O preço de produção das mercadorias

produzidas por esse capital cai de 100pc + 20lm = 120 para 102pc + 14,57lm = 116,57, uma redução de 2,85%.

Tem-se, portanto, os seguintes resultados:

> The result of the wage rise of 25% is thus as follows:
> (I) for *capital* of an average social composition the *commodity's price of production remains unchanged*;
> (II) **for capital of a *lower* composition the *price of production rises***, although not in the same ratio as the profit has fallen;
> (III) **for capital of a *higher* composition the *price of production falls***, though again not in the same ratio as the profit. (MARX, CIIIb, p. 310, grifo nosso).

Assim como o preço de produção das mercadorias produzidas pelo capital de composição média permanece inalterado, tal como o valor destas, também a soma dos preços de produção de todas as mercadorias permanece inalterada, tal como a soma dos valores de todas as mercadorias, uma vez que os valores das mercadorias individuais também não se alteram. Tem-se, assim, que os aumentos e as reduções dos preços de produção das mercadorias individuais compensam-se mutuamente.

Em nenhum caso os preços de produção alteram-se de maneira a compensar os capitalistas pela alta dos salários e consequente queda dos lucros. No caso do capital de alta composição, a queda no preço de produção não pode de maneira alguma compensar os capitalistas pela queda em seu lucro; e no caso do capital de baixa composição, o aumento no preço de produção também não impede uma queda no lucro. Em vez disso, em ambos os casos, tanto onde o preço de produção sobe como onde ele cai, o lucro é o mesmo que para o capital social médio, cujo preço de produção permanece inalterado. Num caso como no outro, a taxa geral de lucro cai de 20% para 14,28%, de maneira que para cada 100 de capital total adiantado o lucro médio auferido cai de 20 para 14,28, uma redução de 5,71 ou 28,57%. Segue-se disso que se o preço de produção não subisse no primeiro caso e não caísse no segundo, a venda das primeiras mercadorias renderia um lucro menor que o novo lucro médio, e a venda das segundas renderia um lucro maior que este.

Quando os valores são transformados em preços de produção, eles tornam-se preços de produção caindo no caso de capitais de baixa composição e subindo no caso de capitais de alta composição. Inversamente, uma vez que os preços de produção já estejam estabelecidos e tornem-se uma condição básica do movimento, um aumento geral dos salários aumenta os preços de produção das mercadorias produzidas por capitais de baixa composição e diminui os preços de produção das mercadorias produzidas por capitais de alta composição.

O exemplo numérico a seguir ilustra o caso oposto de uma **redução geral dos salários**:

Antes:
Capital social médio = 80c + 20v + 20lm
Taxa de mais-valor = 20/20 = 100%
Taxa geral de lucro = 20/100 = 20%

Depois:
Capital social médio = 80c + 15v + 25lm (C = 95)
= 84,21c + 15,78v + 26,31lm (C = 100)
Taxa de mais-valor = 25/15 = 166,66%
Taxa geral de lucro = 25/95 = 26,31%

Tabela 4.16: Efeitos de uma redução dos salários

	C	**TGL**	**pc**	**lm**	**PP**	**Δ w**	**Δ lm**	**Δ PP**
Composição média	80c + 20v	20%	100	20	120			
	80c + 15v	26,31%	95	25	120	-25%	25%	0
Baixa composição	50c + 50v	20%	100	20	120			
	50c + 37,5v	26,31%	87,5	23,02	110,52	-25%	15,13%	-7,89%
Alta composição	92c + 8v	20%	100	20	120			
	92c + 6v	26,31%	98	25,78	123,78	-25%	28,94%	3,15%

Fonte: elaboração própria do autor a partir de Marx (CIIIb, p. 311-312).

Assume-se novamente que a composição média do capital social é de 80c, 20v, que a taxa de mais-valor é igual a 100% e que a taxa geral de lucro é igual a 20%. Supõe-se, então, uma redução geral dos salários de 25%. *Coeteris paribus*, uma redução geral dos salários corresponde a um aumento da taxa de mais-valor e da taxa geral de lucro.

No caso do *capital de composição média*, igual a 80c + 20v, a redução de 25% dos salários leva a uma redução do capital variável de 20v para 15v. O preço de custo cai de 80c + 20v = 100 para 80c + 15v = 95. O mais-valor sobe de 20m para 25m. Tem-se assim que o mesmo número de trabalhadores continua a ser contratado e o mesmo montante de trabalho continua a ser posto em movimento, de maneira que o produto de valor segue inalterado e igual a 40v+m. Como nesse caso o mais-valor e o lucro médio coincidem, o lucro médio também sobe de 20lm para 25lm. Então, a taxa de mais-valor sobe de 20/20 = 100% para 25/15 = 166,66%, e a taxa geral de lucro sobe de 20/100 = 20% para 25/95 = 26,31%. O preço de produção das mercadorias produzidas por esse capital, que é igual a seu valor inalterado, também não se altera, modificando-se apenas seus componentes: de 100pc + 20lm = 120 para 95pc + 25lm = 120.

No caso de um *capital de baixa composição*, igual a, por exemplo, 50c + 50v, a redução de 25% dos salários leva a uma redução do capital variável de 50v para 37,5v. O preço de custo cai de 50c + 50v = 100 para 50c + 37,5v = 87,5. À nova taxa geral de lucro de 26,31%, o lucro médio sobe de 20lm para 0,2631 x 87,5 = 23,02lm. O preço de produção das mercadorias produzidas por esse capital cai de 100pc + 20lm = 120 para 87,5pc + 23,02lm = 110,52, uma redução de 7,89%.

No caso de um *capital de alta composição*, igual a, por exemplo, 92c + 8v, a redução de 25% dos salários leva a uma redução do capital variável de 8v para 6v. O preço de custo cai de 92c + 8v = 100 para 92c + 6v = 98. À nova taxa geral de lucro de 26,31%, o lucro médio sobe de 20lm para 0,2631 x 98 = 25,78lm. O preço de produção das mercadorias produzidas por esse capital sobe de 100pc + 20lm = 120 para 98pc + 25,78lm = 123,78, um aumento de 3,15%.

Tem-se, portanto, os seguintes resultados:

> We can thus see how it is only necessary to pursue the same chain of reasoning as before in the reverse direction, *mutatis mutandis*, in order to demonstrate that a general fall in wages = a general rise in surplus-value, in the rate of surplus-value, and, all other things being equal, the rate of profit (even if in a different proportion). **It results in a *fall in production prices* for the commodity products of capitals of *lower than average* composition and a *rise in production prices* for the commodity products of capitals of *higher than average* composition.** This is exactly the *opposite result* to the one we found in examining a general rise in wages. (MARX, CIIIb, p. 312, grifo nosso).

Tanto no caso de um aumento como no caso de uma redução dos salários, assumiu-se que a jornada de trabalho e os valores de todas as mercadorias permanecem inalterados. Assim, uma redução dos salários apenas é possível caso eles tenham ficado acima do mínimo ou caso eles devam ser forçados abaixo do mínimo. Se o aumento ou a redução dos salários resultar de uma mudança nos valores dos meios de subsistência consumidos pelos trabalhadores, uma única modificação deve ocorrer no exame acima quando as mercadorias cujas mudanças de valor servem para aumentar ou diminuir o capital variável também entrarem como elementos constituintes no capital constante; porém, na medida em que elas afetarem apenas os salários, o exame acima está completo.

O exame feito por Marx nesta seção é em grande medida uma resposta à teoria do valor que Ricardo apresenta no primeiro capítulo de sua obra *Princípios de economia política e tributação* (RICARDO, 1982). Conforme Marx, Ricardo não lidou com a mais importante questão da transformação de valores em preços de produção como um meio necessário para

obter a taxa geral de lucro e o lucro médio, tendo se limitado ao exame da questão menos importante do efeito de variações distributivas sobre a relação de troca entre as mercadorias, o qual ainda fez de uma maneira unilateral, considerando apenas o caso de um aumento, mas não o de uma redução, dos salários.

> It is extremely curious that Ricardo (whose method of development is naturally very different from the one in the above text, as he did not understand the adjustment of values to production prices) did not once consider this latter possibility, only examining the first case, namely a *rise in wages* and the influence of this on the production prices of commodities. [Ricardo 1821, pp. 36–41]. And the *servum pecus imitatorum* [slavish breed of imitators] did not even succeed in making this quite self-evident and indeed *tautological* practical application. (MARX, CIIIb, p. 312).

> In dealing with the question treated in this section, we have assumed that the establishment of a general rate of profit, an average profit, and consequently the transformation of values into prices of production is a given fact. All that has been asked is how a general rise or fall in wages affects the *production prices of commodities*, prices we have assumed as given. This is a very secondary question compared with the important themes dealt with in this chapter. Yet it is the only question Ricardo deals with which is relevant here, and as we shall see in a later chapter, he deals with it only in a one-sided and inadequate manner. (MARX, CIIIb, p. 313).

Por fim, na seção 5 do capítulo 2, Marx apresenta o tema dos motivos de compensação para o capitalista.

Viu-se que a concorrência equaliza as taxas de lucro entre as diferentes esferas de produção para produzir uma taxa média de lucro e que essa é a maneira como os valores das mercadorias produzidas nessas várias esferas são transformados em preços de produção. Isso ocorre por meio da contínua transferência de capital de uma esfera para outra. No entanto, também se deve levar em consideração a sucessão de anos de prosperidade e de contração num dado ramo da indústria e as oscilações de lucro envolvidas. Essa contínua emigração e imigração de capital das e para as diferentes esferas atua constantemente para reduzir os lucros ao nível comum e geral por meio de uma alternância de altas e baixas que se equalizam dentro de um certo tempo. Esse movimento de capitais é sempre causado pela posição dos preços de mercado, que fazem com que os lucros de uma esfera fiquem acima e os de outra abaixo do lucro médio, o nível comum de lucros. Contrariamente ao capital comercial, do qual Marx trata num capítulo ou seção posterior do livro III, que permite rápidas inversões e desinversões de capital em negócios específicos, os investimentos do capital industrial – por exemplo, na manufatura, na agricultura, nas minas etc. – oferecem, embora em graus diferentes, dificuldades para a transferência repentina de capital, em qualquer direção que ela ocorra, por causa do

capital fixo. Além disso, a experiência mostra que se uma indústria oferece lucros muito elevados num momento, ela oferece lucros muito pequenos em outro, e que, tomando-se um ciclo de anos, os lucros médios aproximam-se daqueles obtidos em outras indústrias. Os capitalistas aprendem pela experiência a ter a visão média dos diferentes ramos da indústria.

O que a concorrência não mostra, no entanto, é a determinação dos valores que governa o movimento da produção, isto é, ela não mostra os valores por detrás dos preços de produção. Em vez disso, ela exibe os seguintes fenômenos. Primeiramente, lucros médios que são independentes das composições orgânicas dos capitais nas várias esferas de produção, isto é, independentes da massa de trabalho vivo apropriada em cada esfera de exploração. Em segundo lugar, aumentos e quedas dos preços de produção como resultado de mudanças do nível salarial, um fenômeno que *prima facie* contradiz completamente a relação de valor entre as mercadorias. Em terceiro lugar, oscilações dos preços de mercado que reduzem o preço de mercado médio de uma mercadoria ao longo do tempo não a seu valor, mas a seu preço de produção, que diverge de seu valor. Todos esses fenômenos parecem contradizer tanto a relação de valor determinada pelo tempo de trabalho como a natureza do mais-valor como consistindo de trabalho não pago ou mais-trabalho. Tem-se, portanto, que a concorrência entre os capitais promove uma inversão das relações econômicas capitalistas, fazendo com que elas possuam uma *aparência* contrária a sua própria *essência*:

> **In competition, therefore, everything *appears* upside down.** The finished configuration of economic relations, as these are visible on the surface, in their actual existence, and therefore also in the notions which the bearers and agents of these relations have about them, is very different from their *inner configuration*, which is *essential* but concealed, and is their invisible core, and from the *concept* corresponding to it. It is in fact the very reverse of this. (MARX, CIIIb, p. 314-315, grifo nosso).

Tão logo a produção capitalista tenha atingido um certo nível de desenvolvimento, a equalização entre as várias taxas de lucro das esferas individuais que produz a taxa geral de lucro não ocorre apenas por meio da interação de atração e repulsão em que os preços de mercado atraem ou repelem o investimento de capital. Uma vez que os preços médios e os preços de produção correspondentes a eles tenham sido estabelecidos por um certo período de tempo, entra na consciência dos vários capitalistas individuais que certas diferenças são compensadas nessa equalização e então eles as levam em conta em seus cálculos entre eles mesmos. Essas diferenças estão ativamente presentes na visão das coisas dos capitalistas e são levadas em conta por eles como motivos de compensação.

A noção básica a esse respeito é a do próprio lucro médio, a ideia de que capitais de tamanhos iguais devem gerar lucros iguais no mesmo período de tempo. Isso, por sua vez, baseia-se na ideia de que o capital aplicado em cada esfera de produção tem de participar de acordo com seu tamanho no mais-valor total extorquido dos trabalhadores pelo capital social total, ou que cada capital particular deve ser visto simplesmente como um fragmento do capital total, e cada capitalista como um acionista na empresa total, participando no lucro geral em proporção ao tamanho de sua ação. Então, essa noção vem a ser a base dos cálculos dos capitalistas.

Por exemplo, se um capital tem uma rotação mais infrequente, seja porque a mercadoria que ele produz permanece no processo de produção por um período maior, seja porque ela tem de ser vendida em mercados mais distantes, ainda assim, por meio de um preço aumentado, o capitalista cobra o lucro que ele de outra forma perderia e dessa maneira compensa a si mesmo. Outro exemplo é como os investimentos de capital que estão expostos a maiores riscos recebem uma indenização através de preços aumentados; na realidade, uma vez que a produção capitalista esteja totalmente desenvolvida, e com ela o sistema de seguros, o risco é o mesmo para todas as esferas de produção, porém as mais ameaçadas pagam prêmios de seguro mais altos.

> In practice this always boils down to the situation that any circumstance that makes one capital investment less profitable and another one more so (and all these investments are supposed to be equally necessary, if kept within certain limits) is invariably taken into account as a valid *motive for compensation*, without there being any need for the constant repetition of the activities of competition in order to demonstrate the justification for including such motives or factors in the calculations. The capitalist simply forgets – or rather he no longer sees, since competition does not *show* this to him – that all these grounds for compensation that make themselves felt in the *reciprocal calculation of commodity prices* by capitalists in different branches of production are simply related to the fact that they all have an equal claim on the *common booty*, the total surplus-value, in proportion to their capital. It *appears* [*scheint*] to them, rather, that the profit which they pocket is *something different* from the *surplus-value* they extort; that the *grounds for compensation* do not simply equalise their participation in the total surplus-value, but that they actually *create profit*, since profit seems to derive simply from the *addition to the cost price of the commodity* made with one justification or another. (MARX, CIIIb, p. 315-316).

Ainda dentro da seção 5 do capítulo 1, Marx apresenta um **suplemento sobre os preços de produção**. Neste, reafirma que o preço de produção de uma mercadoria pode variar por apenas duas razões: i) uma alteração da taxa geral de lucro ou ii) uma alteração do valor da mercadoria.

No primeiro caso, tem-se que uma mudança da taxa geral de lucro só é possível se a taxa média de mais-valor altera-se ou se a razão entre o mais-valor total e o capital social total altera-se. Por um lado, na medida em que uma alteração da taxa de mais-valor não repousa sobre a redução dos salários abaixo de seu mínimo ou seu aumento acima deste – e movimentos desse tipo tratam-se sempre de oscilações –, isso pode ocorrer apenas porque o valor da força de trabalho cai ou sobe, o primeiro quando a produção dos meios de subsistência requer menos trabalho, o último quando ela requer mais trabalho. Ambos são impossíveis sem uma mudança na produtividade do trabalho que produz os meios de subsistência e sem uma mudança no valor das mercadorias consumidas pelo trabalhador. Por outro lado, alternativamente, pode haver uma mudança na razão entre o mais-valor total e o capital social total. Dado que essa mudança não surge da taxa de mais-valor, ela deve proceder de uma mudança no capital constante. A massa deste, em seu aspecto tecnológico, é aumentada ou reduzida em proporção ao capital variável, e então seu valor sobe ou cai com o crescimento ou o declínio da própria massa. Tem-se assim uma mudança no modo de produção. Se o mesmo montante de trabalho for requerido para pôr mais meios de produção em movimento, o trabalho torna-se mais produtivo, e vice-versa. Assim, deve ocorrer uma mudança na produtividade do trabalho e no valor de certas mercadorias. Consequentemente, se o preço de produção de uma mercadoria muda como resultado de uma mudança da taxa geral de lucro, seu próprio valor pode permanecer inalterado, embora deva haver uma mudança nos valores de outras mercadorias.

No segundo caso, tem-se que se a taxa geral de lucro permanece inalterada, o preço de produção de uma mercadoria pode mudar apenas porque seu próprio valor altera-se, isto é, porque menos ou mais trabalho é requerido para que ela seja produzida, seja devido a uma mudança na produtividade do trabalho que produz a mercadoria em sua forma final, seja na do trabalho que produz as mercadorias que entram em sua produção.

Tem-se, portanto, que todas as mudanças no preço de produção de uma mercadoria podem, em última instância, ser reduzidas a uma mudança de valor, seja o valor de outras mercadorias, seja o valor da própria mercadoria. No entanto, nem todas as mudanças no valor de uma mercadoria precisam encontrar expressão numa mudança de seu preço de produção, dado que este não é determinado simplesmente pelo valor da mercadoria particular em questão, mas, em vez disso, pelo valor de todas as mercadorias. Assim, uma mudança na mercadoria A pode ser compensada por uma mudança oposta na mercadoria B, de maneira que a proporção geral permaneça a mesma.

Marx apresenta ainda um **suplemento relativo à transição do capítulo 1 para o capítulo 2 do livro III**. Ao se examinar a composição orgânica do capital, considerou-se o

assunto sob três aspectos: i) uma alteração da composição técnica do capital (CTC) ou do modo de produção; ii) uma alteração da composição de valor do capital (CVC) ou da relação de valor entre o capital constante e o capital variável decorrente de uma mudança nos valores das mercadorias que entram na formação de ambos, sem nenhuma mudança no modo de produção ou nos montantes relativos desses elementos do capital; e iii) uma alteração de ambos. O que no capítulo 1 foi considerado como uma variação na composição orgânica de um único capital entre momentos diferentes no tempo pode igualmente aparecer ou fazer-se sentir no capítulo 2 como uma diferença entre as composições orgânicas de capitais de diferentes esferas de produção no mesmo momento no tempo. Disso decorrem dois resultados. Primeiramente, em vez de uma variação na composição orgânica de um mesmo capital, tem-se uma diferença entre as composições orgânicas de diferentes capitais. Em segundo lugar, tem-se que uma variação da composição orgânica de um mesmo capital como resultado de uma mudança nos valores de suas duas partes apenas pode encontrar correspondência numa diferença entre as composições orgânicas de diferentes capitais resultante de uma diferença de valor do capital constante, mas não como resultado de uma diferença de valor do capital variável, dado que se assume um salário igual nos diferentes negócios.

Por fim, Marx apresenta um tópico sobre **o preço de produção de mercadorias de composição média**. No texto deste (MARX, CIIIb, p. 318-319), discorre pela terceira vez no capítulo 2 sobre a não-transformação dos insumos como sendo uma limitação de seu procedimento de transformação.

4.3 Conclusão do capítulo. A lei do valor no plano da concorrência intercapitalista

Nas seções I e II do livro III de *O capital*, a exposição encontra-se no plano da **concorrência intercapitalista**. O tipo de sociedade que se apresenta é uma sociedade capitalista. As relações de produção dão-se entre capitalistas e trabalhadores assalariados, sendo que os primeiros produzem e trocam tendo por objetivo a valorização do valor (de troca) e a acumulação. A forma da circulação é D-M-D', ou comprar para vender, a circulação do dinheiro como capital. Há, então, tanto o capital como a concorrência intercapitalista – o capital tem a forma de muitos capitais individuais competindo entre si pelas melhores oportunidades de valorização. Nesse plano da exposição, que corresponde ao nível mais concreto de formulação da lei do valor, as mercadorias são trocadas por seus preços de produção, os quais são dados pela soma de seus preços de custo (pc) com os lucros médios (lm) correspondentes aos capitais que as produzem; tem-se, portanto, a seguinte regra de troca:

Preço de produção = pc + lm

Retomando o exemplo apresentado na conclusão do capítulo anterior, essa situação pode ser exemplificada da seguinte maneira. Suponha-se que o capital social total (CST) compõe-se de três capitais individuais (C1, C2 e C3), que produzem, respectivamente, as mercadorias casaco, café e cerveja. Os três capitalistas industriais proprietários desses capitais dispõem inicialmente de um mesmo capital total de 100 libras, porém desigualmente dividido em capital constante e capital variável: C1 compõe-se de 75c + 25v, C2 compõe-se de 50c + 50v, e C3 compõe-se de 40c + 60v; assim, os três capitais têm composições orgânicas iguais a, respectivamente, 3, 1 e 0,66. Supondo-se que uma mesma taxa geral de mais-valor de 100% prevalece em todos os setores produtivos, tem-se que os mais-valores produzidos pelos três capitais são iguais a, respectivamente, 25, 50 e 60. Primeiramente, supondo-se que os preços de custo das mercadorias produzidas por esses capitais são todos iguais a 100, tem-se que seus valores são iguais a, respectivamente, 125, 150 e 160; em segundo lugar, supondo-se que os preços de custo das mercadorias produzidas por esses capitais são iguais a, respectivamente, 60, 80 e 100, tem-se que seus valores são iguais a, respectivamente, 85, 130 e 160 (V = pc + m). Se essas mercadorias forem vendidas por seus valores, os três capitais renderão taxas de lucro iguais a, respectivamente, 25%, 50% e 60%. Tem-se, assim, que capitais totais iguais, porém com diferentes composições orgânicas, rendem taxas de lucro diferentes caso as mercadorias por eles produzidas sejam vendidas por seus valores.

A partir desses dados, calcula-se a taxa média geral de lucro como a proporção entre o mais-valor social total e o capital social total: TGL = (25+50+60)/(100+100+100) = 135/300 = 45%, ou como a média das taxas de lucro setoriais: TGL = (25%+50%+60%)/3 = 135%/3 = 45% (nesse caso, como todos os capitais totais são iguais, pode-se fazer a média simples; caso os capitais totais fossem desiguais, deveria ser feita a média ponderada). Tem-se, assim, que o lucro médio correspondente a cada um dos três capitais totais é igual a 45% x 100 = 45. Primeiramente, supondo-se que os preços de custo das mercadorias produzidas por esses capitais são todos iguais a 100, tem-se que seus preços de produção são todos iguais a 145; em segundo lugar, supondo-se que os preços de custo das mercadorias produzidas por esses capitais são iguais a, respectivamente, 60, 80 e 100, tem-se que seus preços de produção são iguais a, respectivamente, 105, 125 e 145 (PP = pc + lm). Se essas mercadorias forem vendidas por seus preços de produção, os três capitais renderão uma mesma taxa de lucro de 45%. Tem-se, assim, que os capitais rendem uma mesma taxa de lucro caso as mercadorias por eles produzidas sejam

vendidas por seus preços de produção. O capital 1, que tem composição orgânica superior à média, ganha mais-valor e apresenta desvio positivo do preço de produção em relação ao valor; os capitais 2 e 3, que têm composições orgânicas inferiores à média, perdem mais-valor e apresentam desvios negativos do preço de produção em relação ao valor. A soma dos mais-valores é igual à soma dos lucros médios, e a soma dos valores é igual à soma dos preços de produção. A tabela 4.17 abaixo apresenta os dados deste exemplo; a parte superior da tabela considera todos os preços de custo iguais a 100, e a parte inferior da tabela considera os preços de custo iguais a, respectivamente, 60, 80 e 100:

Tabela 4.17: Exemplo 3 – A lei do valor no plano da concorrência intercapitalista

		COC	**m'**	**pc**	**m**	**V**	**l'**	**lm**	**PP**	**TGL**	**PP-V**
C1	75c + 25v = 100	3	100%	100	25	125	25%	45	145	45%	+20
C2	50c + 50v = 100	1	100%	100	50	150	50%	45	145	45%	-5
C3	40c + 60v = 100	0,66	100%	100	60	160	60%	45	145	45%	-15
CST	165c + 135v = 300	1,22	100%	300	135	435	45%	135	435	45%	0

		COC	**m'**	**pc**	**m**	**V**	**l'**	**lm**	**PP**	**TGL**	**PP-V**
C1	75c + 25v = 100	3	100%	60	25	85	25%	45	105	45%	+20
C2	50c + 50v = 100	1	100%	80	50	130	50%	45	125	45%	-5
C3	40c + 60v = 100	0,66	100%	100	60	160	60%	45	145	45%	-15
CST	165c + 135v = 300	1,22	100%	240	135	375	45%	135	375	45%	0

Fonte: elaboração própria do autor.

Por fim, a partir desses dados, pode-se obter o preço de produção de um casaco individual. No exemplo anterior, tinha-se que o valor de um casaco era de 50 libras. Dado que o capital 1, produtor de casaco, produz um conjunto de mercadorias no valor de 125 libras, tem-se que ele produz 125/50 = 2,5 casacos. Dado que o preço de produção de 2,5 casacos é de 145 libras, tem-se que o preço de produção de um casaco é de 145/2,5 = 58 libras.

CONCLUSÃO

As principais ideias apresentadas por esta dissertação são resumidas a seguir.

No que se refere ao *método* de Marx, tal como este foi apresentado no capítulo 1, tem-se o seguinte. A dialética constitui o método cientificamente correto porque ela dá conta de dois problemas do conhecimento: a compreensão dos fenômenos em sua dupla dimensão – *essência* e *aparência* – e a demonstração da *necessidade* das leis que os explicam. O raciocínio dialético constitui-se da unidade entre a *análise ou investigação*, que transita do concreto observado para o conceito abstrato, e a *síntese ou exposição*, que transita do conceito abstrato para o concreto entendido, tendo por objetivo reproduzir idealmente a totalidade real sob perspectiva; além disso, a *exposição* ocorre através de uma cadeia de categorias que tem por base a tríade *tese-antítese-síntese* e constitui um processo de enriquecimento progressivo, em que a cada introdução de uma categoria nova tem-se uma redefinição das categorias anteriores já introduzidas. A teoria econômica de Marx presente em *O capital* tem sua construção orientada pelo método dialético, a totalidade que ela tem por objeto é o modo de produção capitalista, e ela consiste num sistema categorial que, embora exista em diferentes níveis de abstração-concretude contraditórios entre si, ainda assim é dotado de unidade e consistência interna. Por fim, a *exposição* de *O capital* é estritamente lógico-genética, embora trate de um objeto historicamente determinado.

No que se refere à *teoria* de Marx, tal como esta foi apresentada nos capítulos 2, 3 e 4, tem-se o seguinte. A lei do valor de Marx é formulada em três diferentes níveis de abstração-concretude aos quais correspondem, respectivamente, três diferentes regras de troca entre as mercadorias. No plano da *circulação simples de mercadorias*, as mercadorias são vendidas por seus valores, dados pelos tempos de trabalho socialmente necessários para produzi-las; no plano do *capital em geral*, as mercadorias ainda são vendidas por seus valores, então dados pela soma de capital constante, capital variável e mais-valor; e no plano da *concorrência intercapitalista*, as mercadorias são vendidas por seus preços de produção, dados pela soma de preço de custo e lucro médio. Retomando as conclusões dos três últimos capítulos, a tabela 5 abaixo apresenta os elementos principais de cada um desses três planos expositivos. Da esquerda para a direita, assiste-se a uma transição do abstrato, simples e essencial para o concreto, complexo e aparente e ao processo de enriquecimento progressivo pelo qual passa a lei do valor à medida que a exposição progride.

Tabela 5: Os três níveis de abstração-concretude da lei do valor

Plano da exposição	**Circulação simples de mercadorias**	**Capital em geral**	**Concorrência intercapitalista**
Momento de *O capital*	Livro I, seção I	Livro I, seções restantes, e livro II	Livro III, seções I e II
Tipo de sociedade	Sociedade mercantil simples	Sociedade capitalista	Sociedade capitalista
Relações de produção	Produtores independentes proprietários dos meios de produção	Capitalistas x trabalhadores assalariados	Capitalistas x trabalhadores assalariados
Objetivo da produção e da troca	Valor de uso ou consumo	Valorização do valor e acumulação	Valorização do valor e acumulação
Forma da circulação	M-D-M, vender para comprar, circulação simples de mercadorias	D-M-D', comprar para vender, circulação do dinheiro como capital	D-M-D', comprar para vender, circulação do dinheiro como capital
Forma do capital	–	Capital em geral	Muitos capitais individuais competindo entre si
Forma da concorrência	–	–	Concorrência intercapitalista
Regra de troca	**Valor = ttsn**	**Valor = c + v + m**	**Preço de produção = pc + lm**

Fonte: elaboração própria do autor.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, R. F.; PALLUDETO, A. W. A. A atualidade de Marx para a compreensão do dinheiro no capitalismo contemporâneo: notas para um debate. *Anais do 46° Encontro Nacional de Economia (ANPEC)*, Rio de Janeiro, 2018.

ARTHUR, C. J. *The new dialectic and Marx's Capital*. Leiden; Boston: Brill, 2004.

BANAJI, J. From the commodity to capital: Hegel's dialectic in Marx's Capital. In: ELSON, D. R. (Ed.). *Value: the representation of labour in capitalism*. Londres: CSE, 1979.

BELLUZZO, L. G. M. *O capital e suas metamorfoses*. São Paulo: Unesp, 2012.

BONEFELD, W. Abstract labour: against its nature and on its time. *Capital & Class*, v. 34, n. 2, p. 257-276, 2010.

BRUNHOFF, S. *A moeda em Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CALIGARIS, G.; STAROSTA, G. Which 'rational kernel'? Which 'mystical shell'? A contribution to the debate on the connection between Hegel's Logic and Marx's Capital. In: MOSELEY, F.; SMITH, T. (Eds.). *Marx's Capital and Hegel's Logic: a reexamination*. Leiden; Boston: Brill, 2014.

CAMPBELL, M. Marx's transition to money with no intrinsic value in Capital, chapter 3. *Continental Thought & Theory*, v. 1, n. 4, p. 207-230, out. 2017.

CARCHEDI, G. The fallacies of 'new dialectics' and value-form theory. *Historical Materialism*, v. 17, n. 1, p. 145-169, 2009.

CARRERA, J. I. Method: from the Grundrisse to Capital. In: BELLOFIORI, R.; STAROSTA, G.; THOMAS, P. D. (Eds.). *In Marx's laboratory: critical interpretations of the Grundrisse*. Leiden; Boston: Brill, 2013.

CHOONARA, J. Complex labor, value and the reduction problem. *Science & Society*, v. 82, n. 2, p. 234-247, 2018.

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

HEINRICH, M. *An introduction to the three volumes of Karl Marx's Capital*. Nova York: Montlhy Review, 2012.

HEINRICH, M. “Capital” after MEGA: discontinuities, interruptions and new beginnings. *Crisis and Critique*, v. 3, n. 3, p. 92-138, nov. 2016.

HEINRICH, M. Capital in general and the structure of Marx’s Capital. *Capital & Class*, v. 13, n. 2, p. 63-79, 1989.

HEINRICH, M. Prefácio: o livro II de O capital. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

JESSOP, B. From the 1857 introduction to the 1867 preface: reflections on Marx’s method in the critique of political economy. *Politeia*, v. 8, n. 16, p. 15-37, 2018.

KAUFMAN, I. I. Karl Marx’s point of view in his political-economic critique: a review of Karl Marx, Capital: a critique of political economy (1872). In: DAY, R. B.; GAIDO, D. F. (Eds.). *Responses to Marx’s Capital: from Rudolf Hilferding to Isaak Illich Rubin*. Leiden; Boston: Brill, 2018.

KLIMAN, A. *Reclaiming Marx’s “Capital”: a refutation of the myth of inconsistency*. Lanham: Lexington, 2007.

LEBOWITZ, M. A. *Following Marx: method, critique and crisis*. Leiden; Boston: Brill, 2009.

LÊNIN, V. I. *Cadernos filosóficos: Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2018.

LIKITKIJSOMBOON, P. The Hegelian dialectic and Marx’s Capital. *Cambridge Journal of Economics*, v. 16, n. 4, p. 405-419, dez. 1992.

MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011 (citado como G).

MARX, K. *Marx-Engels correspondence 1858: Marx to Engels in Manchester: [London,] 1 february 1858* (citado como C1858). Disponível em: https://marxists.catbull.com/archive/marx/works/1858/letters/58_02_01.htm. Acesso em: 5 fev. 2020.

MARX, K. Marx’s economic manuscript of 1867-68 (excerpt). *Historical Materialism*, v. 27, n. 4, p. 162-192, 2019 (citado como E1867-68).

MARX, K. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013 (citado como CI).

MARX, K. *O capital: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014 (citado como CII).

MARX, K. *O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017 (citado como CIIIa).

MARX, K. The value-form. *Capital & Class*, v. 2, n. 1, p. 134-150, 1978 (citado como FV).

MAU, S. The transition to capital in Marx's critique of political economy. *Historical Materialism*, v. 26, n. 1, p. 68-102, 2018.

MAZZUCCHELLI, F. *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2004.

MOSELEY, F. Capital in general and Marx's logical method: a response to Heinrich's critique. *Capital & Class*, n. 19, v. 2, p. 15-48, 1995.

MOSELEY, F. Introduction. In: MOSELEY, F. (Ed.). MARX, K. *Marx's economic manuscript of 1864-1865*. Leiden; Boston: Brill, 2016a.

MOSELEY, F. Marx's economic manuscript of 1867–68 (excerpt): editor's introduction. *Historical Materialism*, v. 27, n. 4, p. 145-156, 2019.

MOSELEY, F. *Money and totality: a macro-monetary interpretation of Marx's logic in Capital and the end of the 'transformation problem'*. Leiden; Boston: Brill, 2016b.

MOSELEY, F. (Ed.). MARX, K. *Marx's economic manuscript of 1864-1865*. Leiden; Boston: Brill, 2016 (citado como CIIIb).

MÜLLER, M. L. Exposição e método dialético em O capital. *Boletim SEAF-MG*, n. 2, p. 17-41, 1982.

MURRAY, P. *The mismeasure of wealth: essays on Marx and social form*. Leiden; Boston: Brill, 2016.

OITTINEN, V. K. Marx and commodity fetishism: some remarks on method. In: SILVER, M. L. (Ed.). *Confronting capitalism in the 21st century: lessons from Marx's Capital*. Cham: Palgrave Macmillan; Springer Nature, 2020.

OLLMAN, B. *Dance of the dialectic: steps in Marx's method*. Urbana; Chicago: University of Illinois, 2003.

PALLUDETO, A. W. A. *Os derivativos como capital fictício: uma interpretação marxista*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, 2016.

REDDING, P. Georg Wilhelm Friedrich Hegel. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2018 Edition)*. Stanford: Stanford University, 2018. Disponível em: https://plato.stanford.edu/archives/sum2018/entries/hegel/. Acesso em: 28 jun. 2019.

REUTEN. G. A. The difficult labor of a theory of social value: metaphors and systematic dialectics at the beginning of Marx's Capital. In: MOSELEY, F. (Ed.). *Marx's method in Capital: a reexamination*. Atlantic Highlands: Humanities, 1993.

REUTEN, G. A. The interconnection of systematic dialectics and historical materialism. *Historical Materialism*, n. 7, p. 137-165, 2000.

RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROSDOLSKY, R. Comments on the method of Marx's Capital and its importance for contemporary Marxist scholarship. *New German Critique*, n. 3, p. 62-72, 1974.

ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto; EDUERJ, 2001.

ROTTA, T. N.; TEIXEIRA, R. A. The autonomisation of abstract wealth: new insights on the labour theory of value. *Cambridge Journal of Economics*, v. 40, n. 4, p. 1185-1201, 2016.

RUBIN, I. I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Polis, 1987.

RUBIN, I. I. The dialectical development of categories in Marx's economic system (1929). In: DAY, R. B.; GAIDO, D. F. (Eds.). *Responses to Marx's Capital: from Rudolf Hilferding to Isaak Illich Rubin*. Leiden; Boston: Brill, 2018.

SAAD FILHO, A. A. *O valor de Marx: economia política para o capitalismo contemporâneo*. Campinas: Unicamp, 2011.

STAROSTA, G. The commodity-form and the dialectical method: on the structure of Marx's exposition in chapter 1 of Capital. *Science & Society*, v. 72, n. 3, p. 295-318, 2008.

ŽIŽEK, S. *Living in the end times*. Londres; Nova York: Verso, 2010.